

# Relatório Anual de Informações 2025





## CONSELHO DELIBERATIVO

### TITULARES

Demétrios Pascoal de Almeida Rocha (Presidente)  
Rodolfo Carlos Carletto Bernardo  
Maria Clara Netto Oliveira  
Kênia Régia Anasenko Marcelino  
Adalberto Ferreira da Silva  
Júlio César Nunes

### SUPLENTES

Sistanley Jones Lima Bispo  
Sheila Marques dos Santos  
Pablo de Oliveira Costa  
Hélio de Souza Carvalho  
Rita Ramos Damasceno  
José Ribamar Cantanhede

## CONSELHO FISCAL

### TITULARES

Thomaz Leite Silva (Presidente)  
Roberta Fernandes Lima  
Plácido Cardoso de Melo Junior  
Merian Tercia Radicchi

### SUPLENTES

Sane Rejane Maciel Baptista  
José Carlos Brito da Silva

## DIRETORIA EXECUTIVA

Maurício Pietro da Rocha – Diretor Superintendente  
Sérgio Paulo de Miranda – Diretor de Benefícios  
Rogério Brenand Pazzim – Diretor de Finanças



# Sumário

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2. MENSAGENS DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS</b>	<b>9</b>
2.1 Diretoria Executiva	9
2.2 Conselho Deliberativo	10
2.3 Conselho Fiscal	11
<b>3. GOVERNANÇA E RESULTADOS</b>	<b>12</b>
3.1 Governança Corporativa e Gestão Administrativa	12
3.2 Comunicação	13
3.3 Benefícios	15
3.4 Investimentos	16
<b>4. DADOS POPULACIONAIS</b>	<b>22</b>
4.1 Ativos	22
4.2 Assistidos	23
4.3 Empregados sem plano	25
<b>5. PLANOS DE BENEFÍCIOS</b>	<b>26</b>
5.1 Plano I/BD	27
5.1.1 Previdencial	27
5.1.1.1 Receitas Previdenciárias	27
5.1.1.2 Despesas Previdenciárias	27
5.1.1.3 Hipóteses Atuariais	28
5.1.2 Investimento	28
5.2 Plano de Benefícios II/CODEPREV	33
5.2.1 Receitas Previdenciárias	33
5.2.2 Despesas Previdenciárias	33
5.2.3 Investimento	34
5.3 Plano de Benefícios III/SALDADO	39
5.3.1 Receitas	39
5.3.2 Despesas Previdenciárias	39
5.3.3 Investimento	40
<b>6. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA</b>	<b>45</b>
6.1 Fontes de Custeio/Receita	45
6.2 Despesas	46
6.3 Fundo Administrativo	47
6.4 Execução Orçamentária	48
6.5 Gestão de pessoas	49
6.6 Investimentos	50
6.6.1 Carteira de Investimentos	50
6.7 Gestão Administrativa 2021 a 2025	52
6.7.1 Evolução do Plano de Gestão Administrativa	52
6.7.2 Indicadores de Gestão	54





<b>7. PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS</b>	<b>57</b>
7.1 Ações Judiciais	57
7.2 Procedimento Extrajudicial	60
<b>8. ANEXOS</b>	<b>61</b>
8.1 Aprovação do Conselho Deliberativo	61
8.2 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	63
8.3 Demonstrações Contábeis	151
8.4 Relatório dos Auditores Independentes	167
8.5 Parecer do Conselho Fiscal	173
8.6 Pareceres Atuariais	176
<b>GRÁFICOS</b>	
GRÁFICO 1 - RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – BD	27
GRÁFICO 2 - DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – BD	27
GRÁFICO 3 - PATRONAL X PARTICIPANTE – CODEPREV	33
GRÁFICO 4 - DESPESAS POR BENEFÍCIO – CODEPREV	33
GRÁFICO 5 - % CONTRIBUIÇÃO QUANTIDADE PARTICIPANTES – CODEPREV	34
GRÁFICO 6 - RECEITAS SALDADO	39
GRÁFICO 7 - DESPESAS SALDADO	39
GRÁFICO 8 - DESPESAS REALIZADAS	46
GRÁFICO 9 - FLUXO RECEITAS E DESPESAS	48
GRÁFICO 10 - FUNDO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	53
<b>FIGURAS</b>	
FIGURA 1 - PARTICIPANTES ATIVOS	22
FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO POR SUPERINTENDÊNCIA	23
FIGURA 3 - PARTICIPANTES ASSISTIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIO	23
FIGURA 4 - PARTICIPANTES ASSISTIDOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS I, II E III	24
FIGURA 5 - DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR UF	25
FIGURA 6 - EMPREGADOS SEM PLANO DE BENEFÍCIO POR SR	25
<b>LISTA DE TABELAS</b>	
TABELA 1 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS	17
TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL CONSOLIDADO DE INVESTIMENTO	17
TABELA 3 – COMPARATIVO DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO (DPAP)	18
TABELA 4 - ALOCAÇÃO OBJETIVO PLANOS PI 2026-2030	20
TABELA 5 - LIMITE DE RISCO PLANOS PI 2026-2030	21
TABELA 6 - HIPÓTESES ATUARIAIS BD	28
TABELA 7 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	29
TABELA 8 - ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO	29
TABELA 9 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO	30



TABELA 10 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL	30
TABELA 11 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”	30
TABELA 12 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	31
TABELA 13 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	31
TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ	31
TABELA 15 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS	32
TABELA 16 - HIPÓTESES ATUARIAIS – CD	34
TABELA 17 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CD	35
TABELA 18 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO	35
TABELA 19 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO	36
TABELA 20 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL	36
TABELA 21 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO” (MTM)	36
TABELA 22 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	37
TABELA 23 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	37
TABELA 24 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ	38
TABELA 25 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS	38
TABELA 26 - HIPÓTESES ATUARIAIS – SALDADO	40
TABELA 27 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BS	41
TABELA 28 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO	41
TABELA 29 - RENTABILIDADE POR SEGMENTO	41
TABELA 30 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL	42
TABELA 31 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”	42
TABELA 32 - LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	43
TABELA 33 - DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	43
TABELA 34 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ	43
TABELA 35 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS	44
TABELA 36 – FONTES DE CUSTEIO	45
TABELA 37 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS	47
TABELA 38 - ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PGA	48
TABELA 39 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO PGA	50
TABELA 40 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO	50
TABELA 41 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO	50
TABELA 42 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	50
TABELA 43 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	51
TABELA 44 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ	51
TABELA 45 - DESPESAS DE INVESTIMENTOS	51
TABELA 46 - HISTÓRICO DO PGA- COMPARATIVO – 2021 A 2025	52
TABELA 47 - INDICADORES DE GESTÃO (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)	54
TABELA 48 - INDICADORES DE GESTÃO (TAXA DE CARREGAMENTO)	54
TABELA 49 - INDICADORES DE GESTÃO (DESPESAS ADMINISTRATIVAS)	55
TABELA 50 - INDICADORES DE GESTÃO (DESPESAS COM PESSOAL)	55
TABELA 51 - EVOLUÇÃO FUNDO ADMINISTRATIVO (2025 – 2024)	55
TABELA 52 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	56
TABELA 53 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO X LIMITE LEGAL	56
TABELA 54 - AÇÕES JUDICIAIS	57
TABELA 55 - AÇÕES EXTRAJUDICIAIS	60



# 1. APRESENTAÇÃO

No firme propósito de dar transparência e publicidade às atividades desenvolvidas e resultados alcançados e em conformidade com a Resolução CNPC nº 32/2019, a Resolução CNPC nº 62/2024 e a Resolução PREVIC nº 26/2025, temos a satisfação de apresentar à patrocinadora, participantes e assistidos o Relatório Anual de Informações referente ao exercício de 2025.

Mais do que uma exigência legal, este relatório é um convite para que você acompanhe de perto a gestão do seu plano de benefícios. Ao longo das próximas páginas, você encontrará um resumo claro e detalhado dos resultados que alcançamos juntos no último ano.

Apresentamos não apenas os números, mas também o que eles significam na prática: o desempenho dos investimentos, as decisões que tomamos para proteger e rentabilizar o patrimônio e as ações que desenvolvemos para fortalecer ainda mais a nossa Fundação.

Esta publicação reúne o balanço financeiro completo do exercício, aprovado por todos os órgãos de governança da Fundação, bem como todas as informações referentes aos planos de benefícios, como demonstrações contábeis, pareceres atuariais, parecer do auditor independente e demonstrativos de investimento.

Com 39 anos de história, a Fundação São Francisco reafirma sua missão de administrar seus recursos com máxima responsabilidade e dedicação, para que você e sua família tenham a tranquilidade de um futuro seguro.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

# 2. MENSAGENS DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

## 2.1 Diretoria Executiva

É com grande satisfação que compartilhamos os resultados e conquistas alcançados pela São Francisco ao longo de 2025.

O ano foi marcado por avanços significativos no setor previdenciário, com a implementação de medidas importantes que beneficiam diretamente os participantes e assistidos. Entre elas, destacamos a alteração da Resolução CNPC 60/2024 para possibilitar a adesão automática ao plano de benefícios Codeprev do estoque de empregados; a adoção de medidas para implementar o processo de adesão automática para os novos empregados e regime de tributação no momento do recebimento do benefício ou do primeiro resgate.

Em 2025, completamos 39 anos de atuação, um marco que reflete nosso compromisso com a busca pela excelência na gestão de planos de previdência. Ao longo do ano, fortalecemos nossa parceria com a patrocinadora Codevasf por meio de diversas reuniões técnicas e palestras de educação previdenciária e financeira, voltadas especialmente para os novos empregados. Além disso, seguimos avançando e aprimorando nossa comunicação com inovações introduzidas no novo informativo mensal, com layout repaginado e aumentamos nossa presença nas redes sociais com foco na educação financeira e previdenciária. Além disso, realizamos a segunda pesquisa de satisfação da Fundação, que teve excelentes resultados.

A São Francisco aprovou o plano para devolução aos participantes de excedente do Fundo de Risco do Plano Codeprev, o valor é de R\$ 2,2 milhões e será devolvido no início de 2026, o que gerará um retorno financeiro direto para os participantes. Destaca-se ainda a saúde financeira dos Planos de Benefícios geridos pela São Francisco, que encerraram o exercício equilibrados e superavitários. Os Planos I e III apresentaram, após o ajuste de precificação, Superávit Acumulado Ajustado de R\$ 8,3 milhões e R\$ 94,0 milhões, respectivamente, um resultado que reforça a segurança para o pagamento dos benefícios.

No contexto de gestão de riscos e de acompanhamento da solvência dos planos de benefícios administrados pela São Francisco, destacam-se os estudos técnicos atuariais de avaliação da aderência das tábuas de mortalidade e invalidez dos Planos, que culminaram com a alteração das atuais tábuas, o que permitiu a redução das provisões matemáticas dos planos de Benefício Definido e no nosso plano de contribuição definida, o Codeprev, haverá redução da contribuição dos participantes para o fundo de risco de 5% para 2,7%, a partir de abril de 2026.

Na gestão dos planos, demos andamento a mudanças importantes, destacando-se a continuidade das tratativas junto à Codevasf e SEST das propostas enviadas em 2024 para modernização e aperfeiçoamento dos regulamentos dos Planos de Benefícios I e III. Já a proposta de alteração do regulamento do Plano Codeprev, enviada também em 2024 para a patrocinadora, disciplina a adesão automática dos novos contratados e está sob análise da Codevasf e SEST. Ainda sobre o regulamento do Codeprev, no final de 2025, o Conselho Deliberativo aprovou novas alterações com foco na melhoria de aspectos operacionais, atendimento das exigências da Resolução CNPC 50/2022 e da adesão automática do estoque de empregados, sendo que o processo será enviado à Codevasf no início de 2026.

Encerramos o exercício pagando R\$ 87,7 milhões em benefícios para 915 aposentados e pensionistas, um reflexo do nosso compromisso em honrar as obrigações previdenciárias e garantir o bem-estar dos assistidos e suas famílias.

No âmbito dos investimentos, 2025 foi marcado por um ambiente ainda desafiador, especialmente diante das incertezas fiscais e das expectativas em torno do ciclo de juros, mas que também proporcionou oportunidades relevantes nos ativos de risco. A Fundação atuou de forma diligente, promovendo ajustes táticos e estratégicos nas carteiras, sempre com foco na preservação do equilíbrio atuarial, na aderência aos limites de risco e na proteção dos interesses dos participantes.

O patrimônio líquido consolidado dos planos superou a marca de R\$ 1,26 bilhão ao final de 2025, refletindo a evolução patrimonial decorrente das contribuições e, principalmente, dos resultados dos investimentos ao longo do exercício. Os retornos obtidos — 11,78% no Plano BD, 12,05% no Plano BS e 15,50% no Plano CD — superaram suas respectivas metas/indicadores de referência no período, reforçando a solidez da gestão. Os planos de benefício definido permaneceram solventes e equilibrados, enquanto o Plano CD manteve trajetória consistente de acumulação, consolidando desempenho superior às referências de mercado no longo prazo.

A consolidação da estratégia de alocação por meio dos fundos exclusivos FIF CIC Renda Variável e FIF CIC Multimercado reafirmou o compromisso da Entidade com a eficiência operacional e a governança de custos. Em 2025, a maturidade dessa estrutura permitiu uma economia direta e recuperação de receitas que totalizaram quase R\$ 1 milhão em um único ano, entre redução de taxas de administração e consultoria e a reversão de rebates. Esses recursos retornaram integralmente para a rentabilidade líquida dos planos, demonstrando a eficácia da gestão própria na maximização do patrimônio previdenciário e na mitigação de taxas intermediárias.

Na governança corporativa, aprovamos políticas e normativos essenciais, como o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, a Metodologia para o rateio das despesas administrativas por plano de benefício, o Regimento Interno da Comissão de Ética e o Normativo Interno da Ouvidoria. Na área de gestão de pessoal, contratamos novos colaboradores e investimos na qualificação da equipe.

Na gestão administrativa, um dos grandes destaques foi a redução de 13% na taxa de administração em relação ao ano anterior, que fechou o ano em 0,70%. Na prática, isso significa que reduzimos os custos para gerir os planos e, com isso, mais recurso financeiro ficou disponível para render e aumentar as reservas de cada participante. Essa eficiência também nos permitiu formar Fundo Administrativo no valor de R\$ 1,16 milhão, uma reserva de segurança que garante a sustentabilidade da Fundação.

Agradecemos a dedicação de toda a nossa equipe e reafirmamos nosso compromisso de continuar trabalhando incansavelmente para garantir um presente e um futuro seguro e próspero para todos os nossos participantes e assistidos.

Contamos com a confiança de nossos participantes e assistidos para seguir construindo uma trajetória de sucesso e sustentabilidade.

## 2.2 Conselho Deliberativo

O ano de 2025 representou um período de consolidação e evolução para a São Francisco, marcado pelo fortalecimento das práticas de governança e pela dedicação contínua à sustentabilidade dos planos, sempre em benefício da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos. A atuação integrada do Conselho Deliberativo, com sua composição renovada e engajada, reafirmou o compromisso com a representatividade e com a transparência nas decisões estratégicas.

Ao longo do exercício, o Colegiado se debruçou sobre temas essenciais para o equilíbrio de longo prazo da Fundação. Entre as matérias deliberadas, destacam-se: a análise e aprovação da prestação de contas do exercício de 2024, os planos de custeio, as Políticas de Investimentos, a revisão de premissas e hipóteses atuariais, as políticas institucionais, o orçamento para 2026, além de ajustes e realocações estratégicas nas carteiras de investimentos, sempre orientadas por prudência e visão de futuro.

Reafirmamos nosso empenho em conduzir a São Francisco com responsabilidade e alinhamento às melhores práticas de governança, preservando a solvência dos planos e impulsionando as transformações necessárias para assegurar uma Fundação cada vez mais robusta, transparente e preparada para enfrentar os desafios dos próximos anos.

## 2.3 Conselho Fiscal

Ao longo de 2025, o Conselho Fiscal cumpriu suas responsabilidades de supervisão com rigor técnico, independência e compromisso com a transparência, reforçando a importância do controle e da conformidade na condução da São Francisco. A atuação do Colegiado, composta por membros comprometidos com a representatividade e a integridade do processo de fiscalização, contribuiu para o fortalecimento contínuo da governança corporativa.

Durante o exercício, foram analisados temas centrais para a solidez da Fundação, incluindo o Balanço Patrimonial, a Gestão Administrativa, Previdencial e de Investimentos, bem como a aderência às normas regulatórias e às melhores práticas de controles internos.

Destacamos, ainda, a emissão do Relatório de Controles Internos (RCI), documento que reforça a transparência e a governança corporativa ao apresentar informações relevantes sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios, bem como a cobertura patrimonial dos planos e outros controles essenciais ao adequado funcionamento da Fundação. O RCI contribui diretamente para o aperfeiçoamento dos processos internos e para o fortalecimento das estruturas de governança e compliance.

O Conselho Fiscal renova seu compromisso de atuar com ética, independência e transparência, apoiando a solidez da Fundação e assegurando a preservação dos interesses dos participantes e assistidos.

# 3. GOVERNANÇA E RESULTADOS

A seguir, destacamos, por segmento, os principais resultados e ações desenvolvidas no ano de 2025, explicando como nossa gestão se traduz em benefícios diretos para os participantes.

## 3.1 Governança Corporativa e Gestão Administrativa

Nossa Fundação é gerida pela Diretoria Executiva, sob supervisão do Conselho Deliberativo e fiscalização do Conselho Fiscal, com o apoio do Comitê de Investimentos, da Ouvidoria e da Comissão de Ética. Essa estrutura garante que as decisões sejam tomadas de forma colegiada e responsável.

Iniciamos um novo ciclo do Planejamento Estratégico Institucional (2025-2029), com foco em inovação, sustentabilidade administrativa, solvência e equilíbrio dos planos. Nesse contexto, estamos promovendo a atualização de todos os normativos internos relacionados aos investimentos, com o objetivo de refletir as recentes alterações regulatórias e aprimorar nossos processos de governança e controle. Esse movimento também visa atender integralmente aos pontos e critérios de adesão ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos da ABRAPP, reforçando nosso compromisso permanente com as melhores práticas do sistema de previdência complementar fechado, com a transparência, a conformidade e a gestão prudente dos recursos administrados.

Também aprovamos normativos importantes, como o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, a Metodologia para o rateio das despesas administrativas por plano de benefício, o Regimento Interno da Comissão de Ética e o Normativo Interno da Ouvidoria. Em novembro, enviamos a proposta de modernização do Estatuto para a Previc com a expectativa de aprovação no início de 2026.

Foi realizada a atualização do Planejamento Estratégico Institucional, com a implementação pioneira de um sistema de indicadores e metas estratégicas, que permitirá um monitoramento quantitativo e objetivo do desempenho. Agora, o PEI adota a metodologia de planejamento deslizando, que mantém um horizonte de planejamento estratégico de cinco anos consecutivos. Para suportar a informatização da gestão estratégica, está em implantação uma solução integrada de governança.

Nesta mesma abordagem, aprovamos o primeiro orçamento plurianual da São Francisco para o período de 2026 a 2030. E ainda na gestão corporativa, realizamos ajustes nas equipes, incluindo a contratação de novos profissionais e investimos em qualificação dos colaboradores.

Um dos nossos principais resultados foi a redução da taxa de administração para 0,70%, uma queda de 13% em relação ao ano anterior. Essa economia significa que mais recursos ficaram nos planos para render e aumentar a reserva de cada participante. Além disso, a boa gestão nos permitiu constituir um Fundo Administrativo de R\$ 1,16 milhão, uma reserva que garante a operação da Fundação no futuro sem custos adicionais para os participantes.

Em julho de 2025, realizamos a recondução do Diretor de Finanças por mais dois anos, contados a partir de 07/08/2025. Em setembro, ocorreu a posse dos novos conselheiros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, indicados pela patrocinadora Codevasf.

## 3.2 Comunicação

A São Francisco tem se dedicado a fortalecer a comunicação com seus participantes, sempre priorizando a transparência, o diálogo ativo e a escuta atenta às necessidades de todos. Em linha com os normativos legais vigentes, aprimoramos continuamente nossos canais de comunicação para garantir que as informações sejam acessíveis e claras.

O Portal do Participante é nossa principal ferramenta de interação, oferecendo uma variedade de serviços essenciais, como acesso a contracheques, extratos de reserva de poupança e de cotas, informes de rendimentos para aposentados e pensionistas, simulação de benefícios, extratos de atas dos colegiados e muito mais. Além disso, dúvidas e dificuldades que não são solucionadas através do Portal são atendidas de forma ágil e personalizada por meio de nossos canais presenciais, telefônicos e por e-mail. Em 2025, realizamos atendimentos virtuais, eletrônicos e presenciais, sempre com a qualidade e o respeito que nossos participantes merecem.

Para ampliar ainda mais a transparência e a proximidade com nossos participantes, mantemos um canal 0800 e a possibilidade de contato via WhatsApp, além de realizarmos melhorias constantes em nosso site institucional e a publicação regular de notas e comunicados.

Em 2025, dando continuidade a uma estratégia de comunicação cada vez mais completa, promovemos publicações semanais nos perfis oficiais da Fundação no LinkedIn e no Instagram, não só ampliando significativamente o alcance das informações, mas também estabelecendo uma conexão mais dinâmica e atual com nosso público.

Nossas redes sociais se consolidaram como ferramentas essenciais para a disseminação de conteúdo educativo, promovendo a educação financeira e previdenciária dos nossos participantes. A estratégia respeita cuidadosamente as particularidades de cada Plano de Benefícios e as necessidades específicas de seus participantes. Os canais oferecem:

- Dicas regulares sobre gestão financeira
- Infográficos informativos e de fácil compreensão
- Vídeos curtos e envolventes

Os conteúdos produzidos abordam temas essenciais, como:

- Planejamento financeiro eficaz
- A importância da previdência complementar
- Estratégias de investimento a longo prazo

Esta abordagem de comunicação não só aumenta a visibilidade da Fundação, mas também capacita os participantes com conhecimentos essenciais para tomar decisões financeiras mais conscientes e seguras.

Por meio da plataforma de e-mail marketing, foram intensificados o envio de newsletters personalizadas que incluem seções dedicadas a informações cruciais e conteúdo educativo que alcançam os participantes de forma consistente e direcionada.

Como parte essencial dessa transformação, o Informativo Mensal da Fundação São Francisco passou a ter, além da versão consolidada dos três Planos de Benefícios, versões segregadas por Plano. Dessa forma, o participante recebe apenas o Informativo referente ao seu Plano, tornando a informação mais abrangente, atrativa e de fácil leitura e visualização. O novo formato oferece uma visão detalhada e atualizada dos planos de benefícios, incluindo:

- Estatísticas Previdenciais
- Distribuição de participantes ativos por Superintendência Regional
- Perfil demográfico de aposentados e pensionistas, segmentado por sexo e idade
- Dados específicos para cada plano de benefícios

- Análise de Investimentos
- Composição detalhada das carteiras de investimentos por plano de benefícios
- Segmentação por categorias de investimentos, permitindo uma visão clara da alocação de ativos
- Resultados Financeiros
- Desempenho atualizado de cada plano de benefícios
- Comparativos com metas atuariais e índices de referência

Esta abordagem planejada e integrada de comunicação, combinando redes sociais, e-mail marketing, site, Portal do Participante e o informativo mensal aprimorado, não apenas mantém os participantes bem-informados sobre seus planos de benefícios, mas também os capacita com conhecimentos essenciais para tomar decisões financeiras mais conscientes e planejadas para o futuro.

No mês de maio, realizamos uma live especial para apresentar os resultados dos Planos de Benefícios no exercício de 2024. O evento contou com a presença da Diretoria Executiva, dos presidentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, de representantes da Patrocinadora Codevasf e de um expressivo número de participantes.

Além disso, em 2025, realizamos palestras educativas para novos empregados da Codevasf, com foco em temas previdenciários e financeiros, destacando a importância da adesão ao Plano Codeprev. Também promovemos uma campanha para aumento do percentual de contribuição ao Plano Codeprev. Também, participamos como palestrantes e debatedores da 23ª Plenária Nacional do Sindicato SINPAF.

Foi realizada uma pesquisa com os empregados da Codevasf que ainda não participam do Plano Codeprev, com o objetivo de identificar seu perfil e compreender os motivos da não adesão. Com base nos resultados dessa pesquisa, será desenvolvido um programa voltado ao aumento da taxa de adesão, contribuindo para ampliar a proteção previdenciária oferecida pela Codevasf.

Com base nos resultados obtidos na primeira pesquisa e levando em consideração as sugestões, preocupações dos participantes promovemos melhorias nos processos de atendimento, nos meios de comunicação e em algumas rotinas operacionais. As melhorias foram percebidas pelos participantes e refletiram positivamente nos resultados da pesquisa de satisfação de 2025.

Os resultados demonstram que a grande maioria dos participantes confia na Fundação São Francisco e está muito satisfeita com os serviços prestados. A satisfação geral dos participantes com a Fundação superou a avaliação do ano passado, a saber, em uma pontuação de 1 a 10, os participantes atribuíram nota média de 8,45 pontos.

A pesquisa contou com a participação voluntária de um grupo diversificado, incluindo pessoas de diferentes faixas etárias, gêneros, tipos de plano de benefícios e situações (ativos, aposentados e pensionistas). Essa variedade garantiu que os resultados refletissem de forma significativa a opinião de todos os públicos atendidos pela Fundação.

Um dos principais indicadores analisados foi o Net Promoter Score (NPS), que mede a probabilidade de recomendação dos nossos serviços. Utilizando uma escala de 0 a 10, tivemos um resultado excelente: 68,9% dos participantes deram notas 9 ou 10, classificando-se como "promotores" da Fundação. Com isso, alcançamos um NPS de 57,7%, o que equivale a uma nota de 8,74 em uma escala de 0 a 10, um índice considerado excelente e que reflete a confiança e satisfação de nossa base de participantes.

Quanto ao nível geral de satisfação com a São Francisco, 82% dos participantes declararam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados. Esse alto índice de aprovação é um indicador claro de que estamos no caminho certo, mas também nos motiva a buscar constantemente melhorias para atender cada vez melhor as expectativas.

A pesquisa também nos trouxe insights valiosos para continuar melhorando. Por exemplo, identificamos que o site da Fundação ainda é pouco utilizado como canal de atendimento (apenas 2,2% dos participantes). Isso representa uma oportunidade para investirmos na modernização e divulgação dessa plataforma, tornando-a mais acessível e útil para todos. Por outro lado, o Portal do Participante já se constitui no segundo meio de comunicação mais utilizado para obter informações dos Planos de Benefícios e da própria Fundação.

Esses resultados são motivo de orgulho e reforçam nossa responsabilidade. Continuaremos analisando cada aspecto da pesquisa, incluindo as sugestões e críticas recebidas, para identificar oportunidades de aprimoramento. Nosso objetivo é manter os altos níveis de satisfação atuais e, ao mesmo tempo, elevar ainda mais a qualidade dos nossos serviços, garantindo uma experiência cada vez melhor para todos os participantes.

## 3.3 Benefícios

O ano de 2025, a exemplo do ano anterior, se destacou significativamente para o segmento de previdência complementar, devido à implementação de importantes medidas para o setor, especialmente na gestão dos Planos de Benefícios, há muito tempo aguardadas. Entre essas medidas, destacam-se as decisões do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) relacionadas à Adesão Automática de novos empregados e do estoque existente, a implementação de medidas operacionais relacionadas a escolha do regime tributário no momento da concessão do benefício e a possibilidade de realizar a “marcação a vencimento” dos papéis do Plano Codeprev.

A Diretoria de Benefícios deu continuidade a diversas ações, com ênfase na disseminação e consolidação de uma cultura previdenciária e financeira entre os colaboradores da patrocinadora e aperfeiçoamento da gestão dos Planos de Benefícios. Foram realizadas inúmeras palestras para os novos empregados da Codevasf, com ênfase em educação previdenciária e financeira e na sequência apresentando o plano de previdência oferecido pela Patrocinadora (CODEPREV).

A mudança da consultoria atuarial trouxe maior robustez técnica aos processos atuariais dos planos de previdência geridos pela São Francisco. No processo revisional das premissas pela nova consultoria, não foram identificadas quaisquer inconsistências na metodologia de avaliação dos Planos de Benefícios ou nas premissas atuariais e financeiras. Ressalta-se a revisão das tábuas de mortalidade e invalidez e a adequação destas ao histórico de eventos observados, com a manutenção do nível prudencial das hipóteses em nível elevado. As adequações realizadas acarretaram redução das provisões matemáticas dos planos de Benefício Definido e no caso do Codeprev, haverá redução da contribuição dos participantes para o fundo de risco de 5% para 2,7%, a partir de abril de 2026.

Como prioridade, foram realizadas modificações no Regulamento do Plano Codeprev para viabilizar a institucionalização da adesão automática dos novos empregados e do estoque existente. Na oportunidade foram realizadas uma série de ajustes pontuais ao regulamento que, se aprovadas pelos órgãos reguladores, irá auxiliar na gestão do plano pela São Francisco e junto ao participante. Foram ainda realizadas atualizações no Convênio de Adesão entre a São Francisco e a Patrocinadora Codevasf. A nova versão do Regulamento e do Convênio de Adesão já foram aprovadas pelas instâncias da Fundação e serão enviadas, no início de 2026, à Patrocinadora com vistas à SEST e, posteriormente à Previc, para aprovação.

Em 2025, foi realizada a campanha de alteração de contribuição do Codeprev, na qual 98 participantes solicitaram ajuste em seus percentuais. Desses, 70% aumentaram suas contribuições e 30% reduziram. Como resultado, estima-se um incremento de 13,20% no total das contribuições arrecadadas para esse grupo de participantes.

Foram realizadas apresentações e acompanhamos, junto à Patrocinadora o andamento dos estudos de revisão dos Regulamentos dos Planos BD e Saldado, que aguardam apreciação pela Codevasf e, posteriormente, pela SEST. A revisão do Regulamento do Plano Codeprev está em andamento, tendo sofrido atraso devido às mudanças nas regras dos institutos constantes da Resolução CNPC nº 50/2022.

Foram realizados ao longo do ano diversos cruzamentos do cadastro de assistidos e pensionistas com o cadastro de óbitos que contribuiu para maior segurança, eficiência e transparência na gestão dos benefícios.

Durante o ano de 2025, foram registrados os seguintes eventos nos Planos de Benefícios:

- **Plano de Benefício I/BD:** 32 resgates de reserva de poupança, 12 concessões de pensão, 18 encerramentos de aposentadoria, 7 encerramentos de pensão por morte.
- **Plano de Benefício II/Codeprev:** 129 inscrições, 62 cancelamentos (38 resgates, 6 portabilidades, 3 por falecimento e 15 por solicitação), 19 concessões de aposentadoria normal, 3 concessões de pensão por morte (1 por morte de participante ativo, 2 por

morte de participante assistido) e 1 encerramento de aposentadoria.

- **Plano de Benefício III/Saldado:** 9 cancelamentos (6 resgates e 3 por falecimento de participante), 27 concessões de aposentadoria normal, 3 concessões de pensão por morte (2 de participantes ativos, 1 de participantes assistidos) e 1 encerramentos de aposentadoria.

A solvência e o equilíbrio atuarial dos planos previdenciários são prioridades absolutas em nossa gestão. Os resultados alcançados em 2025 foram excelentes e resultaram no atingimento das metas atuariais estabelecidas para os Planos de Benefícios BDI e Saldado. Ressalta-se os esforços de imunização da carteira com títulos a vencimento com taxas acima da meta atuarial. Quanto ao Plano Codeprev, foi utilizada a mesma estratégia de se aproveitar as taxas dos títulos públicos, que vêm remunerando acima da meta referencial e a autorização para marcação "a vencimento" dos papéis, o que propiciou boa rentabilidade e maior estabilidade na variação da cota.

Os Planos I e III apresentaram, após o ajuste de precificação, Superávit Acumulado Ajustados de R\$ 8,3 milhões e R\$ 94,0 milhões, respectivamente, um resultado que reforça a segurança para o pagamento dos benefícios.

Em 2025, a São Francisco desempenhou um papel fundamental no suporte aos participantes vinculados à patrocinadora Codevasf, no âmbito do seu Programa de Desligamento Incentivado (PDI), encerrado em 31 de dezembro de 2025. Ao todo, 119 empregados aderiram ao programa, dos quais 15 não possuíam vínculo com algum dos planos de benefícios. Dos participantes vinculados, 40 ainda definirão, ao longo de 2026, a forma de utilização de seus recursos, mediante resgate de contribuições ou concessão de benefício de aposentadoria, enquanto os demais 64 já formalizaram sua opção por benefício ou resgate.

Com o compromisso de garantir a melhor orientação e atendimento, a Fundação mobilizou suas equipes para oferecer um suporte completo e personalizado aos participantes dos planos de benefícios SALDADO e CODEPREV. Foram realizados inúmeros atendimentos, tanto presenciais quanto remotos, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre as opções disponíveis, os procedimentos necessários e os impactos de cada decisão no futuro previdenciário dos participantes.

A qualidade e a agilidade do atendimento prestado pela Fundação foram cruciais para que os participantes pudessem tomar decisões informadas e seguras. Como resultado direto desse esforço, a Fundação concedeu benefícios a 24 participantes do Plano Saldado, com uma remuneração média de R\$ 8,8 mil, e a 36 participantes do Plano Codeprev, com remuneração média de R\$ 5,0 mil. Para os que optaram pelo resgate de suas reservas, foram pagos R\$ 2,4 milhões para 6 participantes do Plano Saldado e R\$ 12,8 milhões para 40 participantes do Plano Codeprev.

Adicionalmente, foi prestado suporte àqueles empregados que possuíam reservas de poupança oriundas do antigo plano BD, o que permitiu o resgate de R\$ 3,5 milhões por parte de 32 ex-participantes.

## 3.4 Investimentos

Em 2025, o ambiente econômico foi marcado por sinais mais claros de desaceleração da atividade, tanto no Brasil quanto no exterior, em meio a um contexto de política monetária ainda restritiva e ajustes graduais nas expectativas de inflação. A despeito da volatilidade observada ao longo do ano, os mercados caminharam para o encerramento do exercício com maior previsibilidade quanto à condução das políticas econômicas.

No Brasil, a inflação medida pelo IPCA foi 4,46% em 12 meses, permanecendo dentro do intervalo da meta, embora ainda acima do seu centro. Observou-se desaceleração nos núcleos e nos serviços subjacentes, indicando um quadro inflacionário mais benigno, ainda que a convergência ao centro da meta de 3% seja esperada apenas no médio prazo. A taxa Selic foi mantida em 15% ao ano, reforçando a postura cautelosa do Banco Central diante de expectativas ainda desancoradas. O cenário-base passou a contemplar o início de um ciclo de flexibilização monetária apenas a partir de março de 2026.

No cenário internacional, observou-se desaceleração gradual da inflação nas principais economias. Nos Estados Unidos, os indicadores apontaram inflação ao consumidor em 2,7% e núcleo em 2,6%, com sinais de moderação também no mercado de trabalho. Nesse contexto, o Federal Reserve iniciou um movimento cauteloso de flexibilização monetária, reduzindo a taxa básica em 25 pontos-base, mantendo postura dependente dos dados. Na Europa, a autoridade monetária adotou discurso prudente e optou por manter as taxas

inalteradas, diante de projeções de inflação ainda pressionadas, especialmente no núcleo. Na China, persistiu a divergência entre uma produção industrial robusta e demanda doméstica enfraquecida, com crescimento próximo à meta de 5% em 2025, sustentado majoritariamente pelo setor externo.

Esse ambiente, caracterizado por juros elevados no Brasil, início de flexibilização nos Estados Unidos e incertezas fiscais e geopolíticas no cenário global, exigiu disciplina e prudência na gestão dos investimentos. Ainda assim, os planos de benefícios apresentaram desempenho consistente ao longo do ano, refletindo estratégias alinhadas ao longo prazo, diversificação adequada e rigor na alocação de recursos, encerrando 2025 com resultados sólidos frente aos respectivos benchmarks.

**TABELA 1 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS**

Evolução dos indicadores financeiros	Em milhares de reais (R\$)	
	2024	2025
Selic	10,88%	14,90%
CDI	10,88%	14,90%
Poupança	7,09%	8,26%
IRF-M	1,86%	18,22%
IMA-B	-2,44%	13,17%
IMA-S	11,11%	14,55%
Ibovespa	-10,36%	33,95%
Dólar	27,91%	-11,14%

Fonte: Gerência de Finanças // SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais BACEN // ANBIMA // B3

A Fundação São Francisco, ao longo de 2025, seguiu comprometida com a gestão eficiente e estratégica de seus investimentos, buscando otimizar a alocação dos recursos em diferentes classes de ativos. Em 2025, o total dos ativos de investimento alcançou R\$ 1.279,5 milhões, um crescimento de 10,86% em relação ao montante de R\$ 1.154,2 milhões registrado no ano anterior. Esse crescimento robusto é a prova de que os recursos financeiros dos participantes estão sendo bem administrados.

**TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL CONSOLIDADO DE INVESTIMENTO**

Segmento	Em milhões de reais (R\$)		
	2024	2025	Δ%
Renda Fixa	961,3	1.072,5	11,57%
Renda Variável	102,4	111,3	8,71%
Estruturados	74,0	82,3	11,33%
Imobiliário	13,0	8,7	-33,06%
Operações c/ Participantes	3,5	4,7	33,03%
Ativo de Invest. Total	1.154,2	1.279,5	10,86%

Fonte: Gerência de Finanças

A Renda Fixa manteve-se como o principal segmento da carteira, passando de R\$ 961,3 milhões em 2024 para R\$ 1.072,5 milhões em 2025, refletindo uma estratégia mais conservadora e alinhada à segurança e previsibilidade dos retornos. Do mesmo modo, a alocação em Renda Variável obteve um aumento, passando de R\$ 102,4 milhões para R\$ 111,3 milhões, em resposta a valorização expressiva deste segmento em 2025.

Os investimentos em Estruturados também apresentaram aumento, passando de R\$ 74,0 milhões para R\$ 82,3 milhões, refletindo o ajuste estratégico de diversificação dos ativos realizado no último ano. O segmento Imobiliário registrou um decréscimo, saindo de R\$ 13 milhões para R\$ 8,7 milhões.

Outro destaque positivo foi o crescimento das Operações com Participantes, que passaram de R\$ 3,5 milhões em 2024 para R\$ 4,7 milhões em 2025, evidenciando o fortalecimento da carteira de empréstimos e o compromisso da Fundação com a concessão de crédito

aos participantes do plano.

Desde 2023, a São Francisco vem adotando uma estratégia de imunização da carteira de investimentos dos Planos de Benefícios I e III (BD e BS), marcando uma mudança significativa em relação a composição dos ativos de risco integrantes da carteira de investimentos. Essa transição para uma gestão mais conservadora buscou reduzir a sensibilidade da carteira às flutuações de mercado e fortalecer a solvência do plano.

A implementação da estratégia trouxe impactos diretos no ajuste de precificação dos ativos e um casamento das durations de ativo e passivo. Ao longo dos anos foi possível observar uma evolução do ajuste de precificação para os planos de benefícios I e III, demonstrando como as medidas adotadas influenciaram positivamente a adequação dos investimentos às necessidades atuariais dos planos.

Essa mudança foi fundamental para um plano de benefício definido (BD), cujas obrigações futuras são previsíveis e precisam ser honradas independentemente das condições de mercado.

A aquisição de títulos com taxas acima da meta atuarial reforça essa capacidade, conforme demonstrado pelo aumento do ajuste de precificação de R\$ 1,6 milhão em 2022 para R\$ 8,7 milhões em 2025, para o plano de benefícios I e R\$ 16,4 milhões em 2022 para R\$ 27,8 milhões no plano de benefícios III. Essa estratégia também auxilia na mitigação de déficits futuros, garantindo que os ativos sejam suficientes para cobrir os passivos, minimizando a necessidade de contribuições adicionais por parte dos assistidos.

**TABELA 3 – COMPARATIVO DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO (DPAP)**

**Plano de Benefícios I\_BD**

Ano	Duration do Ativo	Duration do Passivo	Em milhões de reais (R\$)
			Ajuste de Precificação (R\$)
2022	8,8243	8,8878	1,63
2023	8,6729	7,9872	2,46
2024	7,3426	7,9298	6,38
2025	7,0811	7,7860	8,72

Fonte: Gerência de Finanças

**Plano de Benefícios III\_BS**

Ano	Duration do Ativo	Duration do Passivo	Em milhões de reais (R\$)
			Ajuste de Precificação (R\$)
2022	11,0373	11,6695	16,4
2023	10,3543	10,1940	21,8
2024	9,4335	11,0378	28,1
2025	9,0111	10,7053	27,9

Fonte: Gerência de Finanças

Os resultados dos planos de benefícios em 2025 refletiram um ambiente significativamente mais favorável para os ativos de risco, com destaque para o forte desempenho da Renda Variável, a contribuição consistente da Renda Fixa em um cenário de juros elevados e o avanço dos investimentos Estruturados no acumulado do ano.

De acordo com o Estudo Comparativo de Desempenho da Aditus, elaborado com base em uma amostra de 139 EFPCs, que totalizam cerca de R\$ 468 bilhões em ativos mobiliários e 669 planos de benefícios, a mediana de rentabilidade consolidada no ano foi de 11,81% para planos BD, 14,29% para planos CD e 13,60% para planos CV. No consolidado de todos os planos, a mediana anual alcançou 13,63%.

Comparativamente, os planos administrados pela Fundação São Francisco apresentaram desempenho competitivo e, em alguns casos, superior à mediana da amostra. Em 2025, o Plano BD registrou rentabilidade de 11,78%, praticamente alinhada à mediana (11,81%), e acima de sua meta atuarial anual, que foi de 9,49%. O Plano BS alcançou 12,05% no ano, superando com folga sua meta atuarial de 8,87%.

Já o Plano CD obteve 15,50% no acumulado do ano, superando tanto a mediana dos planos CD (14,29%) quanto sua taxa indicativa de 7,53%. O PGA encerrou o exercício com 14,53%, acima do CDI no período (14,09%).

Em termos de segmentos, a Renda Variável foi o principal destaque em 2025. A mediana da amostra apresentou retorno anual de 36,31% nos planos BD e 33,59% nos planos CD. Nos planos da Fundação, o segmento acumulou 31,74% no ano, contribuindo de forma decisiva para o resultado consolidado, ainda que com perfil de alocação mais moderado. A Renda Fixa também apresentou desempenho expressivo, com mediana anual de 11,52% (BD) e 13,98% (CD), enquanto nossos planos registraram 10,54% (BD), 10,25% (BS) e 13,62% (CD), refletindo estratégia alinhada ao perfil de passivo e à política de imunização.

No que se refere aos investimentos Estruturados, a mediana anual foi de 11,44% (BD) e 14,02% (CD). Os planos da Fundação apresentaram 13,70% no acumulado do ano, desempenho competitivo frente ao mercado e relevante para diversificação de risco. O segmento Imobiliário, por sua vez, mostrou maior volatilidade ao longo do ano na amostra, enquanto em nossos planos teve participação reduzida e impacto marginal no consolidado. As Operações com Participantes (Empréstimos) também contribuíram positivamente, com retornos superiores a 15% no ano nos planos BD, BS e CD.

Em síntese, diferentemente de 2024 — quando o ambiente de mercado impôs desafios relevantes, especialmente à Renda Variável — o exercício de 2025 foi marcado por recuperação consistente dos ativos de risco e manutenção de juros elevados, favorecendo tanto a Renda Fixa quanto a diversificação via outros segmentos. A Fundação São Francisco encerrou o ano com desempenho sólido, superando suas metas atuariais e apresentando resultados compatíveis ou superiores à mediana do mercado de EFPCs, preservando a aderência ao perfil de risco e ao compromisso de longo prazo com seus participantes.

### **3.4.1 - REGULARIZAÇÃO E GESTÃO DOS IMÓVEIS NO FERNANDEZ PLAZA**

A Fundação São Francisco, em sua Política de Investimentos 2025–2029, reafirma o seu compromisso com a gestão eficiente e a regularização dos imóveis sob sua responsabilidade, obtendo foco na valorização patrimonial e na adequada administração das unidades localizadas no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador.

Nesse contexto, em dezembro de 2025 foi realizada a reavaliação das salas do empreendimento, conduzida pela AVALOR Engenharia de Avaliações Ltda., empresa especializada na área. Os laudos seguiram as diretrizes da ABNT, especialmente as NBR nº 14653 e nº 12721, adotando o Método Comparativo para apuração do valor de mercado das unidades, com reflexos no resultado do respectivo exercício.

O procedimento observou a Resolução nº 23/2023 da PREVIC, em especial o art. 197, inciso III, que trata do registro contábil da mensuração dos imóveis pelo valor justo, positivo ou negativo, com base em laudo técnico anual, reconhecido diretamente nas contas patrimoniais correspondentes.

Paralelamente, ao longo de 2024 e 2025, foram implementadas medidas para aprimorar a governança dos processos de cobrança de aluguéis e das ações judiciais relacionadas ao empreendimento, com acompanhamento mais próximo da administração imobiliária e busca por maior eficiência. Essas iniciativas reforçam o compromisso da Fundação com a gestão responsável de seus ativos e a geração de valor aos participantes.

O exercício de 2025 também foi marcado por um avanço significativo na governança documental, relacionado ao andamento da emissão das escrituras imobiliárias. Após intensa mobilização técnica para o saneamento de exigências do 1º Tabelionato de Notas de Salvador — que incluiu a recuperação de registros em arquivo morto e o cumprimento integral de diligências de rerratificação —, a serventia confirmou o atendimento total das obrigações por parte da FSF. Em novembro de 2025, o processo foi formalmente remetido ao Registro de Imóveis da Comarca de Salvador para a lavratura da escritura. A Diretoria segue monitorando de perto o trâmite final junto ao Cartório de Registro de Imóveis para garantir a segurança jurídica e a plena titularidade das salas comerciais.

Todas essas ações demonstram o compromisso da Fundação São Francisco com a boa administração de seus bens, garantindo que a regularização da situação patrimonial ocorra de maneira célere e responsável, sempre com foco na geração de valor para seus participantes.

### 3.4.2 - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O EXERCÍCIO 2026-2030

A Política de Investimentos para o período 2026–2030 foi aprovada na 98ª Reunião do Conselho Deliberativo, realizada no dia 17 de dezembro de 2025, refletindo a atualização do cenário econômico, o aprimoramento das diretrizes de governança e a revisão das estratégias de alocação e dos limites de risco para o exercício de 2026.

A construção da nova política considerou um ambiente de maior incerteza para 2026, marcado por ano eleitoral no Brasil, possíveis pressões fiscais e continuidade do processo de flexibilização monetária no exterior. Nesse contexto, a Entidade optou por postura mais prudente na gestão de riscos, com ajustes relevantes tanto nas alocações objetivo quanto nos limites de risco de mercado.

Além das alterações quantitativas, a política incorporou aprimoramentos qualitativos importantes:

- Adequação ao novo arcabouço normativo, incluindo a revogação da obrigatoriedade de alienação de imóveis (Resolução CMN nº 5.202/2025);
- Inclusão formal de diretrizes para operações com partes relacionadas, reforçando governança e prevenção de conflitos de interesse;
- Consolidação das diretrizes ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) no processo de análise, seleção e monitoramento de gestores e ativos;
- Ajustes redacionais que reforçam a segregação de responsabilidades entre Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.

Em síntese, a Política de Investimentos 2026–2030 traduz uma evolução no modelo de governança e gestão de riscos da Fundação São Francisco, combinando maior rigor nos limites de risco, ajustes finos nas alocações estratégicas e fortalecimento das práticas de transparência e sustentabilidade. Trata-se de uma política mais robusta, prudente e alinhada às melhores práticas do sistema de previdência complementar fechado, preservando o equilíbrio entre solvência, liquidez e busca de rentabilidade no longo prazo.

### 3.4.3 - DAS MUDANÇAS NAS ALOCAÇÕES OBJETIVO, PREVISTOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026 – 2030

As alterações nas alocações objetivo buscaram maior aderência ao perfil de passivo, aos estudos de ALM e às condições esperadas de mercado.

**TABELA 4 - ALOCAÇÃO OBJETIVO PLANOS PI 2026-2030**

BD Segmento	Alocação Objetivo	
	2025	2026
Renda Fixa	81,10%	81,98%
Renda Variável	9,00%	9,50%
Investimentos Estruturados	7,00%	6,80%
Imobiliário	2,50%	1,35%
Operações com Participantes	0,40%	0,37%
Investimento no Exterior	0,00%	0,00%

Fonte: Gerência de Finanças

BS Segmento	Alocação Objetivo	
	2025	2026
Renda Fixa	86,22%	87,82%
Renda Variável	7,00%	6,50%
Investimentos Estruturados	5,50%	4,80%
Imobiliário	1,10%	0,70%
Operações com Participantes	0,18%	0,18%
Investimento no Exterior	0,00%	0,00%

Fonte: Gerência de Finanças

CODEPREV Segmento	Alocação Objetivo	
	2025	2026
Renda Fixa	81,00%	81,50%
Renda Variável	10,00%	10,50%
Investimentos Estruturados	7,00%	6,00%
Imobiliário	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	2,00%	2,00%
Investimento no Exterior	0,00%	0,00%

Fonte: Gerência de Finanças

### 3.4.4 - DA REDUÇÃO DOS LIMITES DE RISCO DE MERCADO

A Política 2026–2030 promoveu também revisão importante dos limites de risco de mercado para os planos BD, BS, CODEPREV e PGA, com redução dos parâmetros de tolerância:vv

**TABELA 5 - LIMITE DE RISCO PLANOS PI 2026-2030**

Segmento/Plano	2025	2026
Plano	2,00%	1,50%
Renda Fixa	1,00%	0,40%
Multimercado Estruturado	6,00%	4,00%
Renda Variável – Ativo (Beta)	13,50%	8,00%
Exterior – Renda Variável	12,00%	8,00%
Exterior – Renda Fixa	4,50%	1,00%

Fonte: Gerência de Finanças

A redução dos limites evidencia postura mais conservadora diante do ambiente de incerteza eleitoral e fiscal projetado para 2026, fortalecendo o controle de volatilidade e a proteção do patrimônio.

### 3.4.5 - CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS E BENEFÍCIOS PARA OS PARTICIPANTES

Dando continuidade à estratégia de apoio financeiro iniciada com a reabertura da carteira em 2024, o exercício de 2025 confirmou a importância deste serviço como um dos principais benefícios oferecidos aos participantes ativos e assistidos. A manutenção da carteira aberta ao longo de todo o ano resultou em uma elevação acentuada na demanda, consolidando o empréstimo consignado como uma ferramenta essencial de fidelização e suporte patrimonial.

A Fundação preservou os pilares que garantem a atratividade e a segurança da modalidade, reafirmando os termos essenciais para os Planos I/BD, II/CD-Codeprev e III/Saldado:

- a) Acessibilidade: Teto de concessão mantido em até R\$ 40.000,00, permitindo um suporte relevante para diversas necessidades financeiras;
- b) Competitividade: Taxas pré-fixadas que permanecem significativamente abaixo das praticadas pelo mercado bancário convencional; e
- c) Flexibilidade: Prazos de amortização variando de 6 a 48 meses, com regras de renovação que privilegiam a responsabilidade financeira do tomador.

A integração com o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) para os participantes do Codeprev atingiu plena maturidade em 2025. A agilidade na consulta de margem consignável e a validação automática da capacidade de pagamento reduziram o tempo de resposta e elevaram o nível de segurança institucional.

A carteira de empréstimos consolidou-se em 2025 como um dos principais serviços de suporte aos nossos participantes, especialmente para o público ativo. Alinhada à missão previdenciária da Fundação, esta modalidade de investimento apresentou uma elevação na demanda de 38% em relação ao exercício anterior, atingindo o montante total de R\$ 4,652 milhões em concessões.

Ao transformar parte das reservas garantidoras em crédito direto ao participante, a Fundação São Francisco não apenas cumpre sua função social de oferecer crédito justo, mas também assegura uma rentabilidade consistente para os planos, alinhando a rentabilidade dos investimentos ao bem-estar imediato de seus associados.

# 4. DADOS POPULACIONAIS

Nossa Fundação é composta por uma comunidade de participantes ativos, que estão construindo seu futuro, e de participantes assistidos, que já desfrutam de seus benefícios. Conheça o perfil da nossa população em 2025.

## 4.1 Ativos

FIGURA 1 - PARTICIPANTES ATIVOS

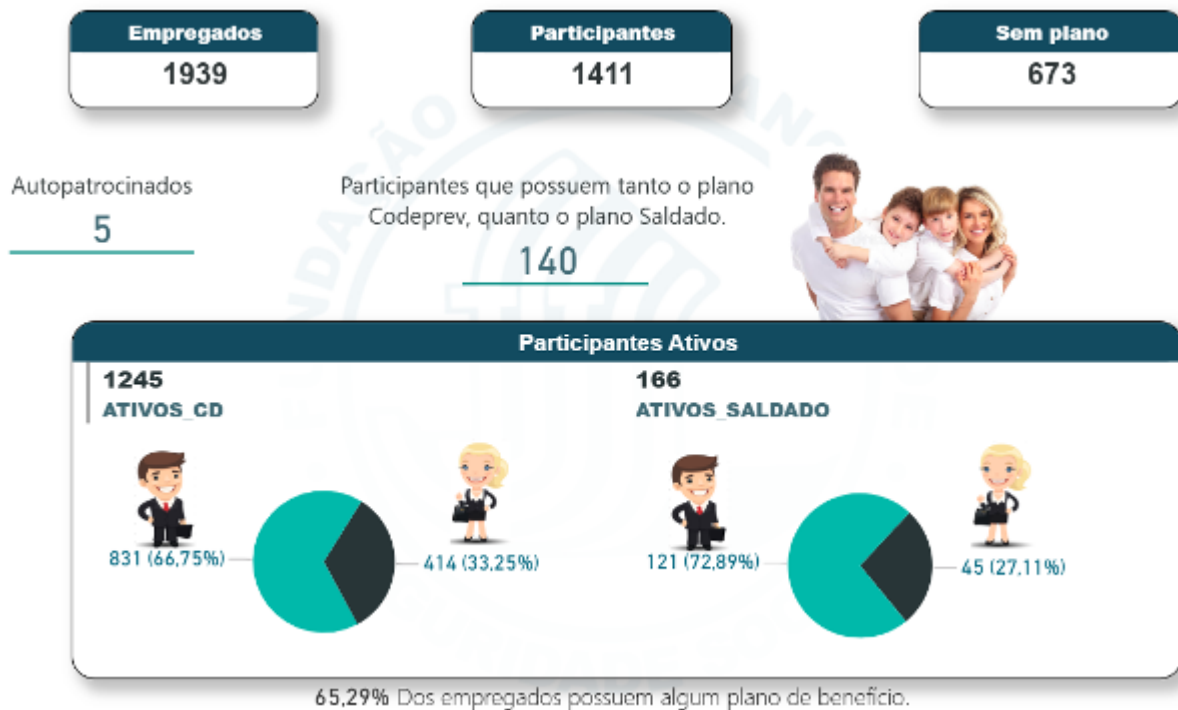
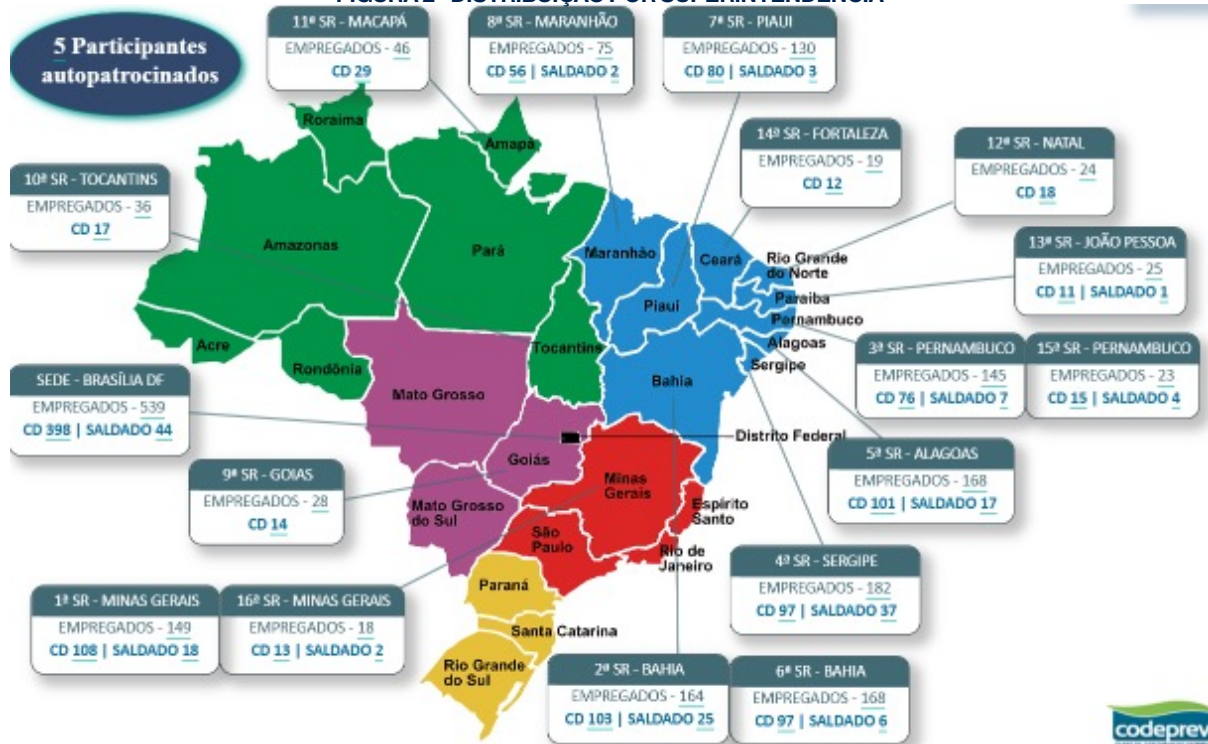


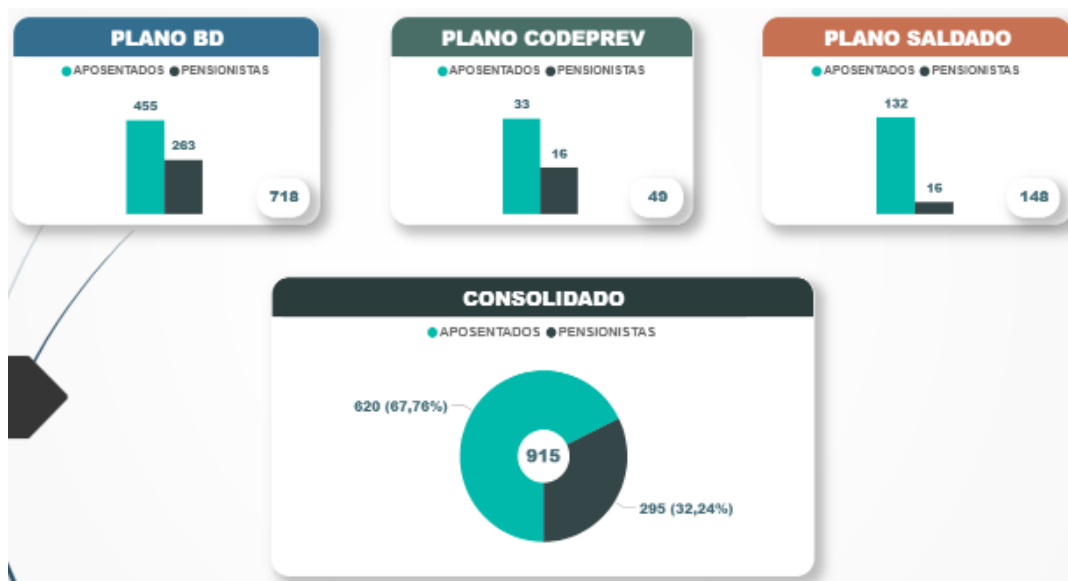
FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO POR SUPERINTENDÊNCIA



## 4.2 Assistidos

São os 915 aposentados e pensionistas que recebem seus benefícios em dia, fruto de uma vida de contribuição e de uma gestão responsável.

FIGURA 3 - PARTICIPANTES ASSISTIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIO



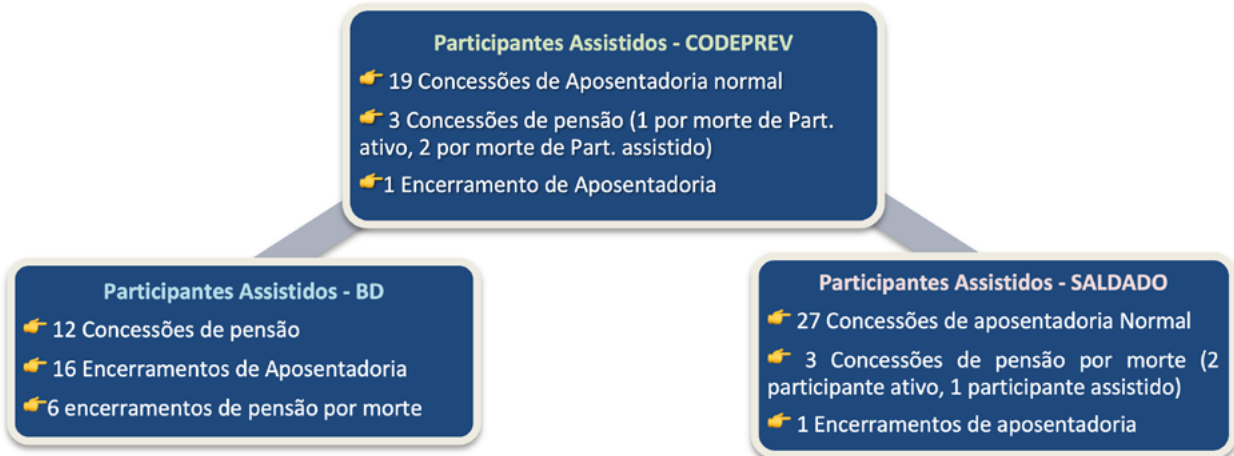


FIGURA 4 - PARTICIPANTES ASSISTIDOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS I, II E III

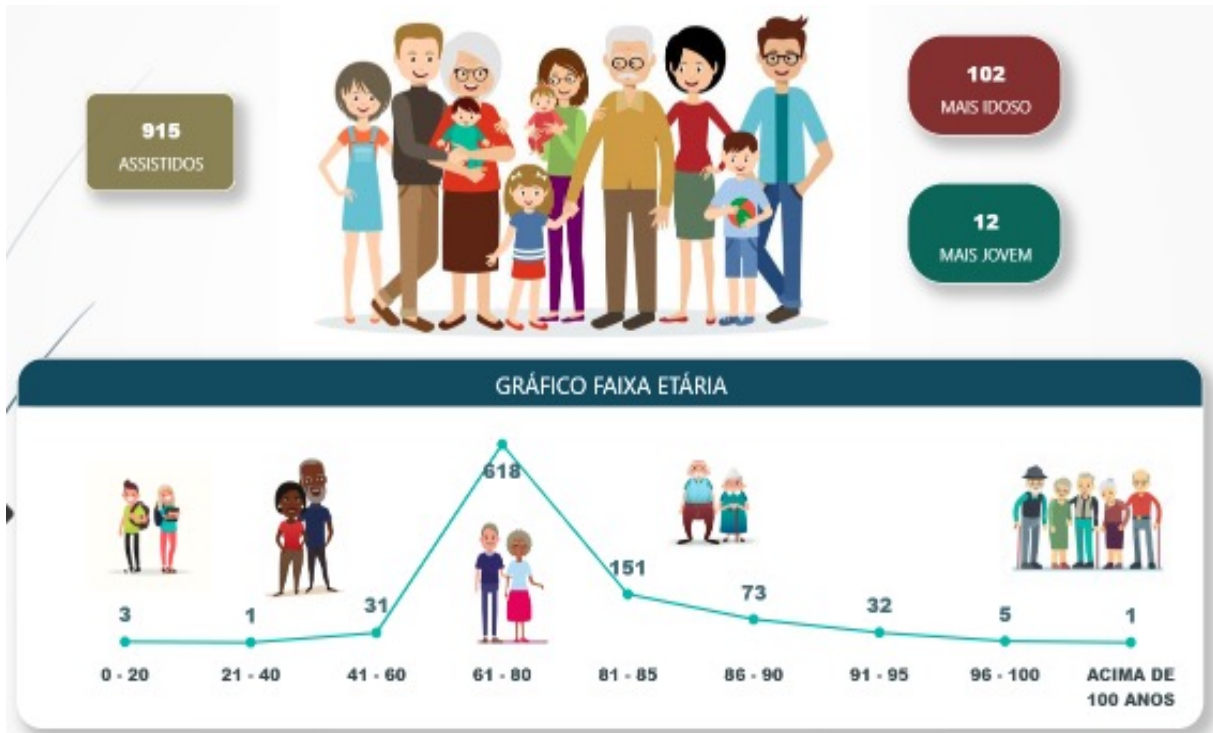
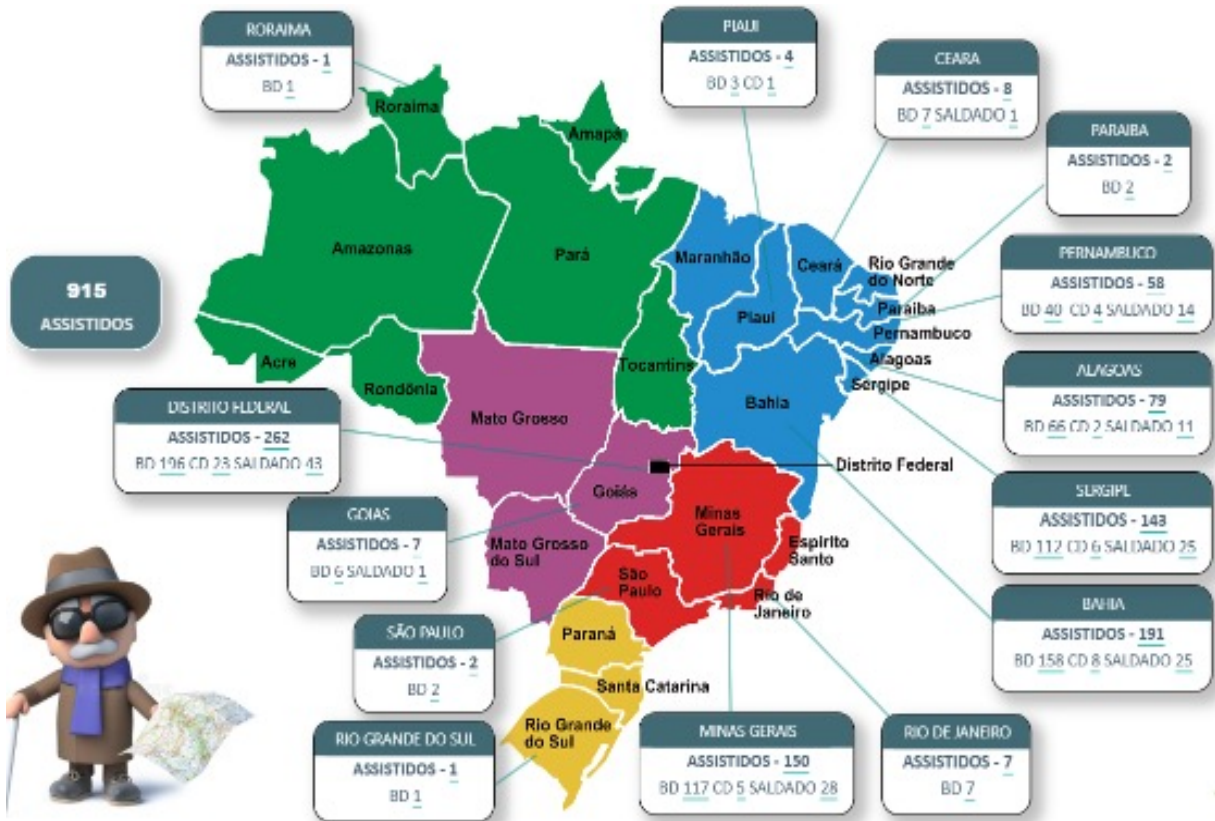


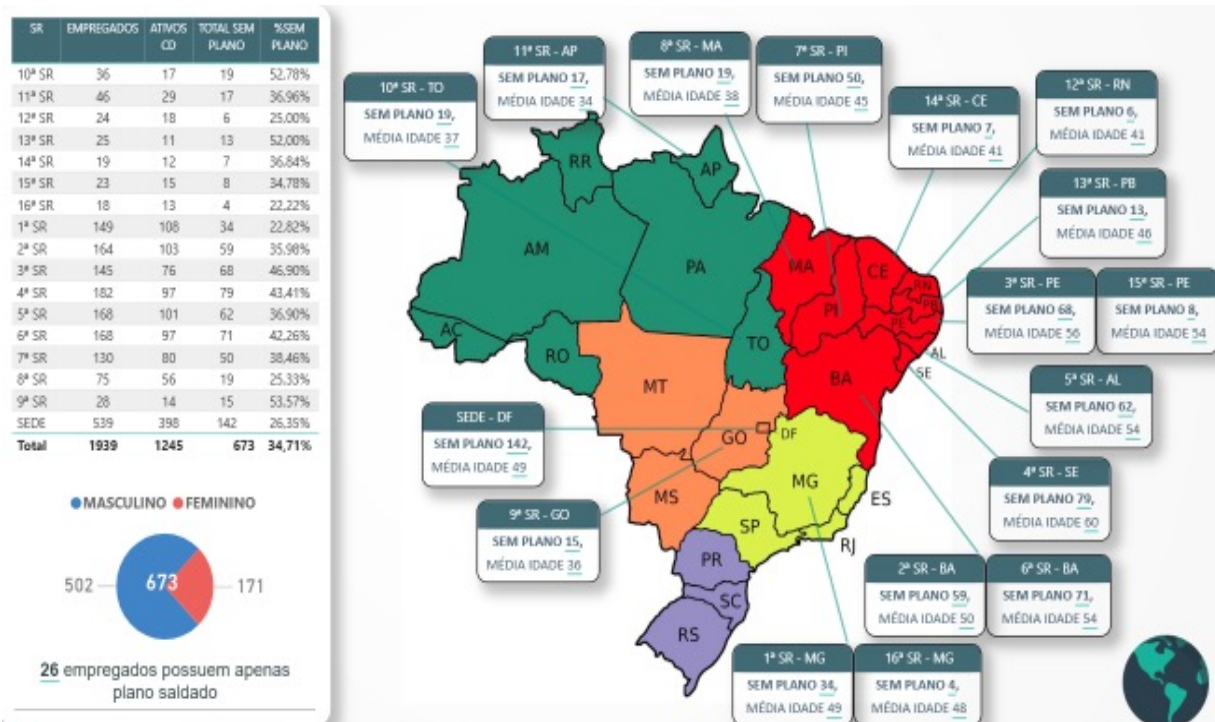
FIGURA 5 - DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR UF



### 4.3 Empregados sem plano

Identificamos os colegas que ainda não aderiram ao plano de previdência Codeprev e estamos trabalhando em um programa de

FIGURA 6 - EMPREGADOS SEM PLANO DE BENEFÍCIO POR SR



# 5. PLANOS DE BENEFÍCIOS

A seguir, apresentamos um detalhamento de cada um dos nossos planos de benefícios em 2025



# 5.1 Plano I/BD

## 5.1.1 Previdencial

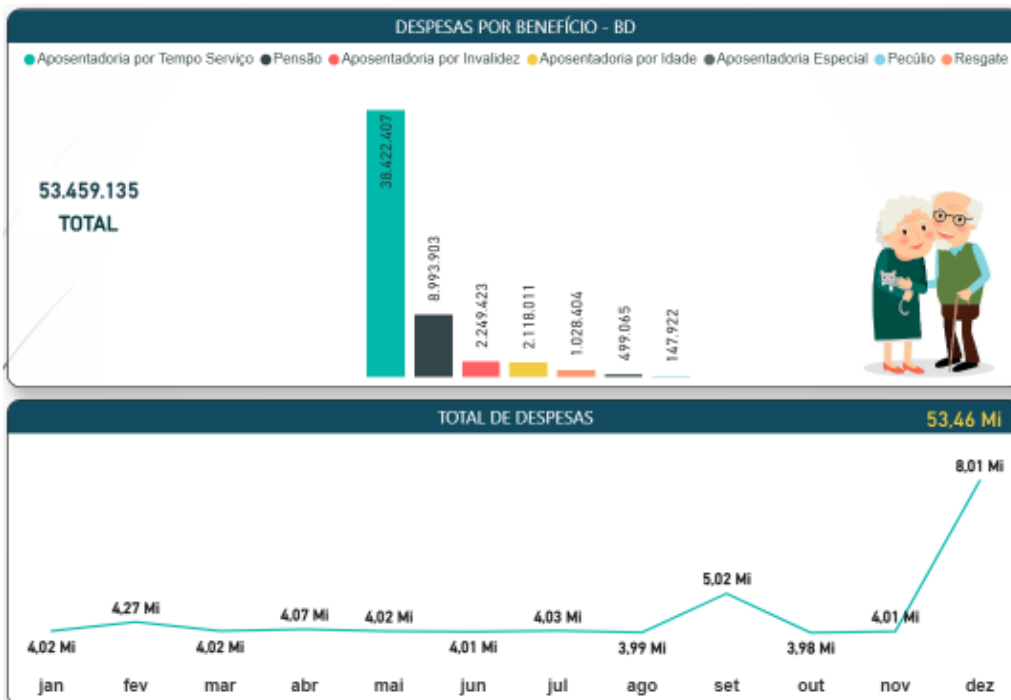
### 5.1.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 1 - RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – BD



### 5.1.1.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 2 - DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – BD



## 5.1.1.3 Hipóteses Atuariais

Os quadros abaixo apresentam as hipóteses atuariais, por Plano de Benefícios, para o ano de 2025:

**TABELA 6 - HIPÓTESES ATUARIAIS BD**

Plano de Benefícios I - BD	
Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	5,10% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%
Indexador do Plano	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 Suavizada em 10% por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável
Rotatividade	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	Não Aplicável
Composição Familiar - BaC	Não Aplicável
Composição Familiar - BC	Família Real

O estudo contemplou a população de aposentados válidos e inválidos, bem como os pensionistas vitalícios válidos, considerando-se a exposição ao risco até 31/12/2024 e as ocorrências de óbitos observadas no período.

A partir dos resultados dos testes estatísticos realizados, foram estabelecidas as seguintes conclusões atuariais:

- Tábua de Mortalidade Geral: não foram identificadas evidências estatisticamente significativas para rejeição da aderência da tábua atualmente adotada. Ainda assim, recomendou-se sua adequação, mediante a adoção da Tábua AT-2000 suavizada em 10%, Segregada por Sexo, por apresentar melhor qualidade de ajuste em relação à hipótese anteriormente vigente, sem impactos relevantes sobre as provisões matemáticas, preservando-se o nível de prudência atuarial do Plano.
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: concluiu-se pela manutenção da Tábua AT-2000 Básica Masculina como hipótese atuarial, tendo em vista o adequado alinhamento entre as frequências observadas de óbitos e aquelas esperadas segundo a tábua adotada, caracterizando indício de aderência e adequabilidade da hipótese atualmente utilizada.

## 5.1.2 Investimento

### CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Considerando o cenário de alta da Selic e a volatilidade nos mercados de ações, realizamos reajustes na carteira dos investimentos de forma estratégica, visando reduzir a exposição à Renda Variável, aos Investimentos Estruturados e cumprir as determinações do estudo de ALM. Ao longo do ano, esses recursos foram realocados para compra de NTN-Bs mercadas na curva, garantindo taxas médias de IPCA + 7,80% ao ano.

Para reforçar a segurança em um cenário desafiador, o Plano BD adotou uma estratégia conservadora em 2025, direcionando 85,48% dos recursos para a Renda Fixa. As demais categorias de investimento, Renda Variável e Investimentos Estruturados, passaram a representar 5,24% e 7,38% do total, respectivamente.

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios I – BD, no valor de R\$ 343,40 milhões é composta por:

- Fundos de Investimentos Abertos (R\$ 20,457 milhões), nos segmentos de Renda Fixa;
- Fundos de Investimentos Exclusivos (R\$ 43,359 milhões), nos segmentos de Renda Variável e Multimercado;
- Carteira Própria (R\$ 273,083 milhões), divididos em Títulos Públicos e Títulos de Crédito Privado;
- Operações com Participantes (R\$ 1,320 milhões); e

e) Imóveis (R\$ 5,187 milhões).

**TABELA 7 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS**

em milhões de reais (R\$)				
Plano de Benefícios I – BD	2025	%	2024	%
RENDA FIXA	293,5	85,48%	277,3	80,95%
NTN - B	271,2	78,96%	252,2	73,64%
LFT	1,9	0,56%	-	0,00%
Fundos de Renda Fixa	20,5	5,96%	25,0	7,31%
Plural High Grade FI RF	-	0,00%	1,8	0,53%
Itaú High Grade	20,5	5,96%	23,2	6,78%
RENDA VARIÁVEL	18,0	5,24%	31,6	9,21%
FIF CIC Renda Variável	18,0	5,24%	31,5	9,21%
ESTRUTURADOS	25,4	7,38%	23,9	6,97%
FIF CIC Multimercado CP	25,4	7,38%	23,9	6,97%
Ático Geração Energia FIP	0,0	0,00%	0,0	0,00%
IMOBILIÁRIO	5,2	1,51%	8,4	2,44%
CRI Infrasec	-	0,00%	3,7	1,08%
Imóveis	5,2	1,51%	4,7	1,36%
EMPRÉSTIMOS / PARTICIPANTES	1,3	0,38%	1,5	0,42%
Total	343,4	100,00%	342,5	100,00%
Fonte: Gerência de Finanças				

**TABELA 8 - ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO**

Segmento de Investimento	Percentual Alocado (%)	Limite da Política (%)	Desvio em Relação à Política
Renda Fixa	85,48%	0% - 100%	Dentro do limite
Renda Variável	5,24%	0% - 25%	Dentro do limite
Investimentos Estruturados	7,38%	0% - 15%	Dentro do limite
Imóveis	1,51%	0% - 6%	Dentro do limite
Exterior	0,00%	0% - 15%	Dentro do limite
Operações com Participantes	0,38%	0% - 5%	Dentro do limite

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 9 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO

Segmento de Investimento	Rentabilidade do Plano (%)	Benchmark (%)
Renda Fixa	10,54%	9,49% (INPC+5,10% a.a.)
Renda Variável	31,74%	33,95% (IBOVESPA)
Investimentos Estruturados	13,70%	15,33% (IHFA)
Imóveis	1,91%	-1,05% (IGP-M)
Operações com Participantes	16,01%	9,49% (INPC+5,10% a.a.)
Consolidado PLANO BD	11,78%	9,49% (INPC+5,10% a.a.)

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 10 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL

BD	RENTABILIDADE	META (INPC + 5,10%aa)
2016	13,47%	12,02%
2017	8,58%	7,28%
2018	12,73%	8,70%
2019	20,65%	9,81%
2020	3,87%	10,83%
2021	5,79%	15,78%
2022	3,37%	11,33%
2023	11,37%	9,00%
2024	6,17%	10,11%
2025	11,78%	9,49%
Acumulado (10 anos)	151,57%	169,29%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 11 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

em milhões de reais(R\$)				
Ativo	Emissor	Vencimento	Valor de aquisição	Valor em 31/12/2025
NTN-B	STN	15/08/2028	42,3	49,3
NTN-B	STN	15/08/2030	29,6	38,0
NTN-B	STN	15/08/2032	25,0	27,9
NTN-B	STN	15/05/2033	2,5	2,5
NTN-B	STN	15/08/2040	17,0	18,2
NTN-B	STN	15/05/2045	57,1	81,2
NTN-B	STN	15/08/2050	22,2	38,4
NTN-B	STN	15/05/2055	9,3	15,6
<b>TOTAL</b>			<b>205,1</b>	<b>271,2</b>

Fonte: Gerência de Finanças

Informamos que, no período, não houve reclassificação no critério de nenhum título adquirido pela Fundação e não houve negociação de nenhum título classificado na categoria "mantido até o vencimento" (Marcado pela Curva).

**TABELA 12 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO**

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	69,34%	0,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,53%	0,00%	25,00%
Investimentos Estruturados	20%	13,04%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	1,65%	0,00%	6,00%
Operações com Participantes	15%	0,44%	0,00%	15,00%
Investimento no Exterior	15%	0,00%	0,00%	5,00%

Fonte: Gerência de Finanças

A meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir.

**TABELA 13 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO**

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 5,10% a.a.	INPC + 5,10% a.a.
Renda Fixa	INPC + 5,10% a.a.	INPC + 5,10% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	INPC + 13,64% a.a.
Investimentos Estruturados	IHFA	INPC + 8,42% a.a.
Imobiliário	IGP-M	INPC + 0,15% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 5,10% a.a.	INPC + 5,10% a.a.
Investimento no Exterior	INPC + 5,10% a.a.	INPC + 5,10% a.a.

Fonte: Gerência de Finanças

A liquidez das carteiras de investimentos é monitorada a fim de garantir recursos para honrar possíveis necessidades de caixa. Abaixo, segue uma tabela que representa a alocação dos ativos conforme prazo de liquidação, em caso de venda e/ou resgate:

**TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ**

Liquidez	Ativos	Reservas (%)
D+0	Fundos de Renda Fixa	6,52%
Até D+1	Fundos de Renda Fixa	-
Até D+32	Fundos Exclusivos	12,63%
No vencimento	Títulos Públicos e CRI	79,01%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 15 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS

em mil de reais (R\$)					
NATUREZA	Plano BD	Itaú High Grade	FIF CIC Renda Variável	FIF CIC Multimercado	Ático Geração Energia FIP
Rebate	-	-	89,4	36,2	-
Taxa de consultoria	-	-	-12,7	-12,7	-
Taxa de administração	-	-3,7	-13,6	-13,6	-27,7
Custódia	-94,8	-2,6	-5,8	-5,8	-2,0
Cetip	-0,6	-0,6	-5,9	-4,4	-0,5
Gestão	-	-38,9	-33,8	-25,7	-30,5
Selic	-8,1	-	-0,0	-0,0	-
Taxa ANBIMA	-	0,0	-0,6	-	-0,0
Taxa CVM	-	-	-3,3	-2,0	-1,7
Auditoria	-	-0,1	-0,8	-0,8	-2,3
ABVCAP	-	-	-	-	-0,1
Serasa	-	-	-	-	-0,0
Taxa escrituração	-	-	-	-	-0,0
Performance	-	-	-	-	-163,8
Cartório	-	-	-	-	-0,0
Tarifa banco	-	-	-	-	-0,5
Despesas adm.	-	-0,0	-	-	-0,2
Despesa CTVM	-	-	-	-	-0,6
Provisão garantias STIG	-	-	-	-	-142,4
AFAC - STIG energia	-	-	-	-	19,7
Taxa distribuição	-	-3,4	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-103,5</b>	<b>-49,1</b>	<b>12,9</b>	<b>-28,9</b>	<b>-352,7</b>

Fonte: Gerência de Finanças

No exercício de 2024 e na execução de 2025, observa-se que os dispêndios se concentraram principalmente nos fundos FIF CIC Renda Variável e FIF CIC Multimercado CP, onde houve maior volume de taxas operacionais e de movimentações.

No FIF CIC Multimercado CP este comportamento se assemelha, onde é possível verificar o aumento nas despesas de custódia e manutenção operacional entre os períodos. Ademais, o fundo Itaú High Grade apresentou estrutura de custos mais restrita, concentrada sobretudo em despesas operacionais específicas e encargos pós-postergação, enquanto o investimento em Ático Geração Energia FIP evidencia despesas moderadas vinculadas principalmente à gestão e à custódia do ativo, com variações pontuais entre 2024 e 2025.

## EQUILÍBRIO TÉCNICO

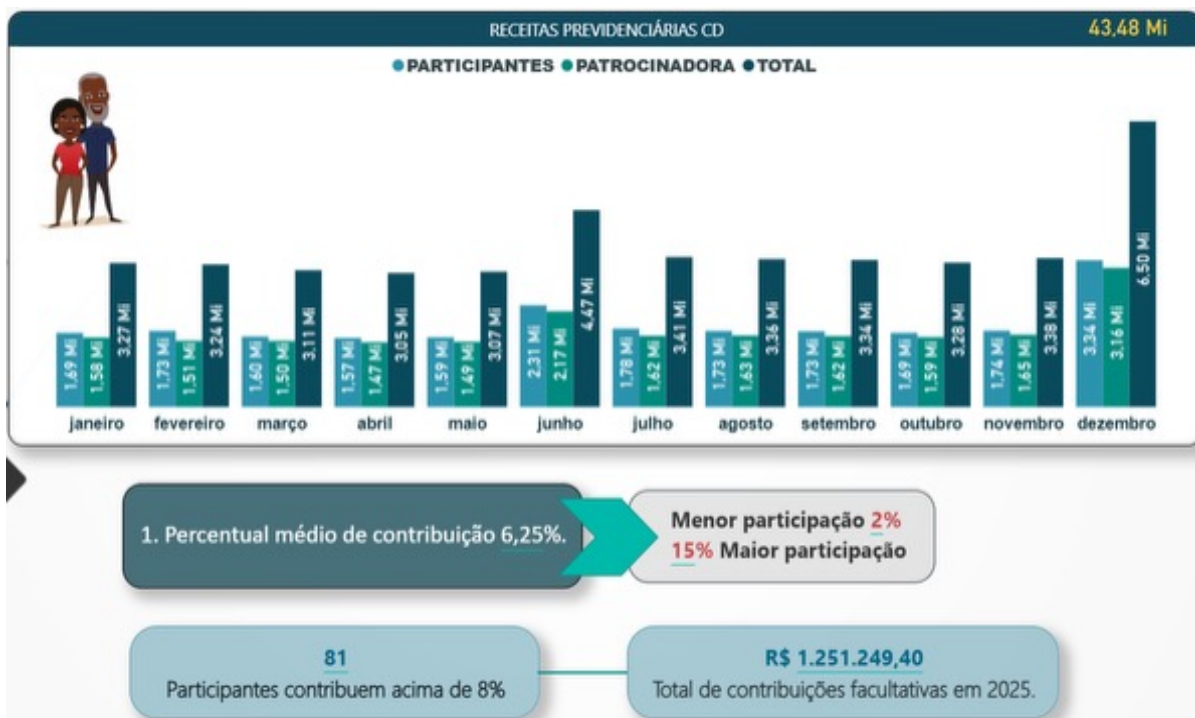
O Plano BD passou de um déficit acumulado de (R\$ 2,5 milhões), em 31/12/2024, para o déficit acumulado de (R\$ 466 mil), em 31/12/2025, observado através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Considerando o Ajuste de Precificação positivo reavaliado em 31/12/2025, no valor de R\$ 8,7 milhões, tem-se que o Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA), que representa o resultado do plano para fins de aferição do seu nível de solvência, é superavitário no valor de R\$ 8,3 milhões, ou seja, um ótimo resultado que reforça sua solidez.

Observa-se, no exercício de 2025, que a recuperação do resultado atuarial do Plano se deve, sobretudo, ao desempenho favorável dos investimentos no período, aliado às alterações implementadas na composição da carteira e ao ajuste da base cadastral dos participantes do Plano.

## 5.2 Plano de Benefícios II/COPEPREV

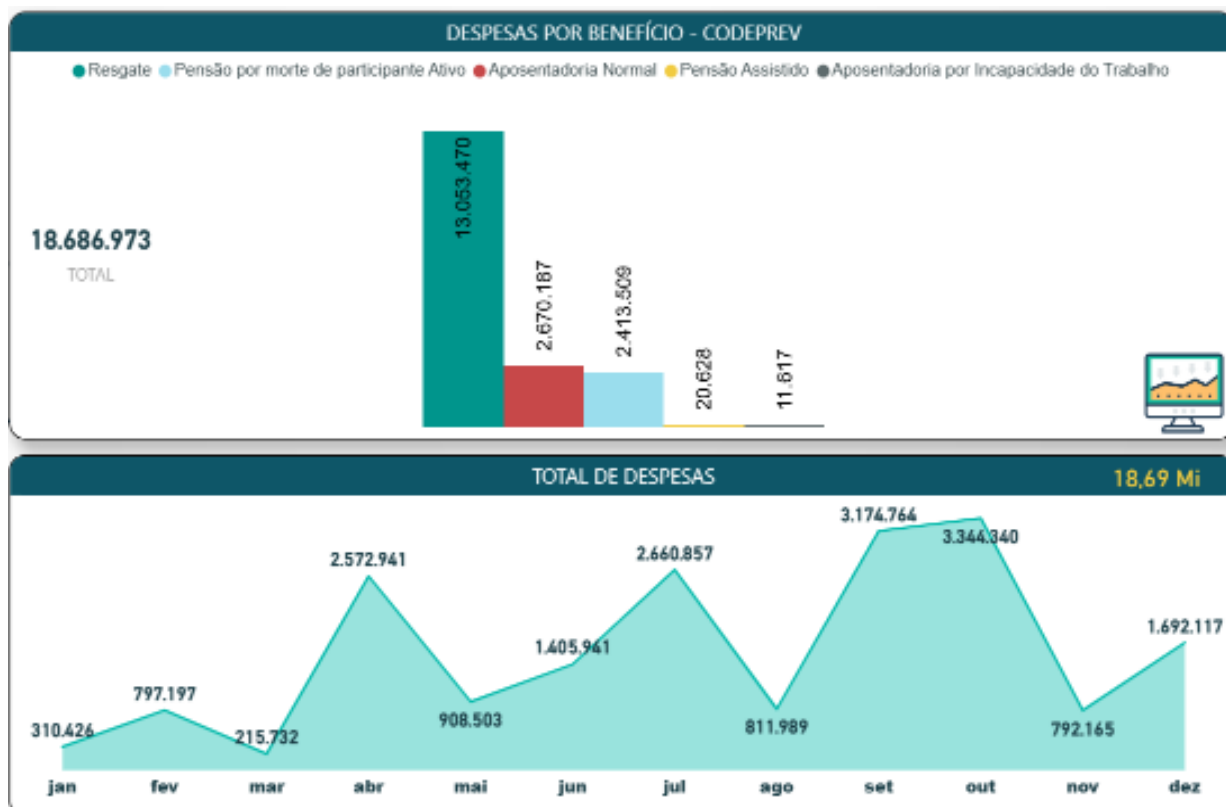
### 5.2.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 3 - PATRONAL X PARTICIPANTE – COPEPREV



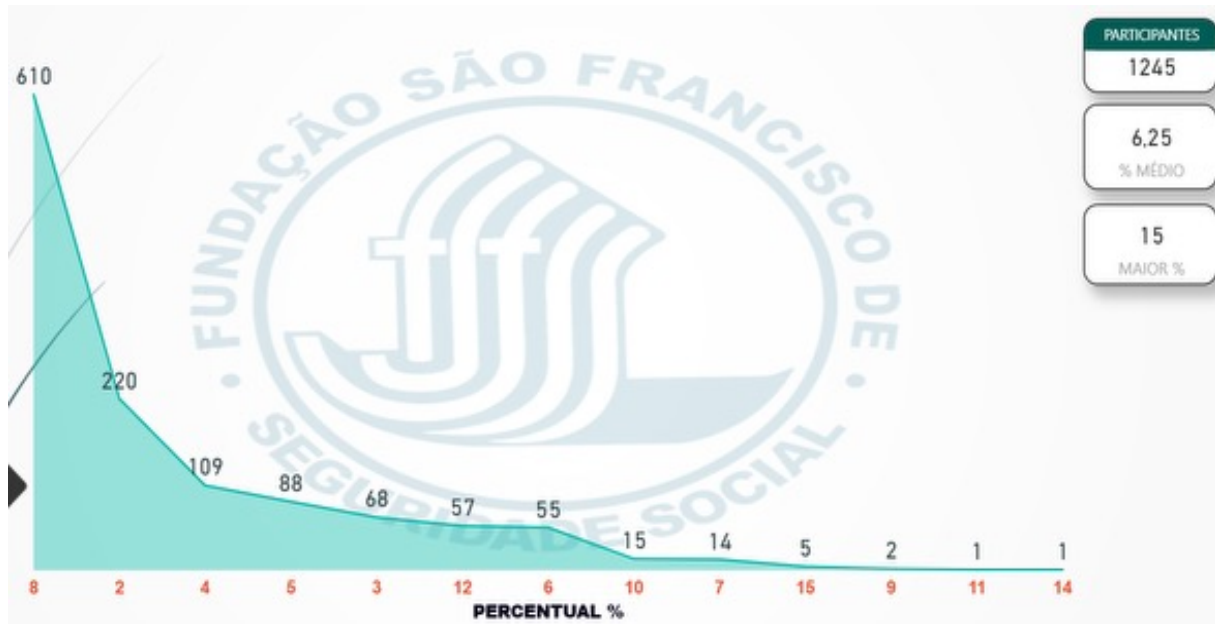
### 5.2.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 4 - DESPESAS POR BENEFÍCIO – COPEPREV



## Percentual de contribuição x Quantidade de participantes

GRÁFICO 5 - % CONTRIBUIÇÃO QUANTIDADE PARTICIPANTES – CODEPREV



Em razão da natureza do plano ser de Contribuição Definida (CD) e da modelagem técnica dos benefícios assegurados, o conjunto de hipóteses aplicáveis ao plano é restrito às seguintes tábuas de probabilidades:

TABELA 16 - HIPÓTESES ATUARIAIS – CD

Plano de Benefícios II - Codeprev	
Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	Não Aplicável por se ter como Indexador do Plano a Variação das Cotas
Indexador do Plano	Variação das Cotas
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 Básica por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Americana

Os estudos atuariais realizados em 2024 indicaram a necessidade de revisão das tábuas utilizadas no cálculo dos custos dos benefícios de risco do Plano CODEPREV, por apresentarem estimativas excessivamente conservadoras. Verificou-se desalinhamento entre os eventos observados e os estimados, sendo recomendada a **adoção da Tábua AT-2000 Básica por Sexo para a mortalidade geral e da Tábua Americana para a entrada em invalidez**, alteração que passou a ser adotada a partir de 2025, mantendo adequado nível de prudência atuarial.

## 5.2.3 Investimento

### CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

No início de 2025, a alocação do Plano CD refletia uma diversificação entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes. Mesmo com a alta da Selic em 2024 e 2025, os segmentos de Renda Variável e Multimercado obtiveram uma boa performance, fomentando a continuidade de alocação em ambos os setores. Ao final do exercício, a carteira de Renda Variável e Multimercado cresceu 32% e 14%, respectivamente, em comparação ao ano anterior. Do mesmo modo, houve o aumento na exposição a ativos de menor risco, como títulos pós-fixados vinculados à Selic, reforçando o compromisso da Fundação São Francisco com uma gestão prudente e eficiente, sempre focada na segurança e no equilíbrio de longo prazo dos inves-

timentos. Tais ações foram fundamentais para adequar os planos ao cenário econômico e proteger os interesses dos participantes.

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios II – CODEPREV, no valor de R\$ 464,28 milhões é composta por:

- Fundos de Investimentos Abertos (R\$ 24,610 milhões), nos segmentos de Renda Fixa;
- Fundos de Investimentos Exclusivos (R\$ 86,442 milhões), nos segmentos de Renda Variável e Multimercado;
- Carteira Própria (R\$ 350 milhões), divididos em Títulos Públicos (NTN-B e LFT); e
- Operações com Participantes (R\$ 2,524 milhões).

**TABELA 17 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CD**

Plano de Benefícios II – CODEPREV	em milhões de reais (R\$)			
	2025	%	2024	%
Renda Fixa	375,3	80,84%	311,5	81,52%
NTN-B	143,6	30,94%	87,5	22,90%
LFT	207,1	44,60%	180,5	47,24%
Fundos de Renda Fixa	24,6	5,30%	43,5	11,37%
Plural High Grade FI RF	-	-	0,5	0,14%
Itaú High Grade	24,6	5,30%	42,9	11,23%
Renda Variável	54,3	11,69%	41,2	10,78%
FIF CIC Renda Variável	54,3	11,69%	41,2	10,78%
Estruturados	32,2	6,93%	28,3	7,40%
FIF CIC Multimercado CP	32,2	6,93%	28,3	7,40%
Empréstimos	2,5	0,54%	1,1	0,30%
Ativo de Invest. Total	464,3	100%	382,1	100%
Fonte: Gerência de Finanças				

**TABELA 18 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO**

Segmento de Investimento	Percentual Alocado (%)	Limite da Política (%)	Desvio em Relação à Política
Renda Fixa	80,84%	0% - 100%	Dentro do limite
Renda Variável	11,69%	0% - 40%	Dentro do limite
Investimentos Estruturados	6,93%	0% - 20%	Dentro do limite
Imóveis	0,00%	0% - 5%	Dentro do limite
Exterior	0,00%	0% - 15%	Dentro do limite
Operações com Participantes	0,54%	0% - 10%	Dentro do limite

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 19 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO

Segmento de Investimento	Rentabilidade do Plano (%)	Benchmark (%)
Renda Fixa	13,62%	7,53% (INPC+3,50% a.a.)
Renda Variável	31,74%	33,95% (IBOVESPA)
Investimentos Estruturados	13,70%	15,33% (IHFA)
Operações com Participantes	-	-1,05% (IGP-M)
Consolidado CODEPREV	15,13%	7,53% (INPC+3,50% a.a.)

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 20 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL

CODEPREV	RENTABILIDADE	Indicador de Referência (INPC + 3,5% aa)
2016	16,92%	10,31%
2017	13,56%	5,64%
2018	10,30%	7,05%
2019	22,11%	8,14%
2020	3,48%	9,14%
2021	-2,92%	14,02%
2022	2,56%	9,64%
2023	12,89%	7,34%
2024	3,75%	8,43%
2025	15,50%	7,53%
Acumulado (10 anos)	149,25%	130,35%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 21 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA "MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO" (MTM)

em milhões de reais(R\$)				
Ativo	Emissor	Vencimento	Valor de aquisição	Valor em 31/12/2025
LFT	STN	01/03/2029	150,6	207,1
NTN-B	STN	15/08/2026	31,8	33,5
NTN-B	STN	15/08/2028	15,0	11,7
NTN-B	STN	15/08/2032	11,1	11,6
NTN-B	STN	15/08/2040	11,2	72,0
<b>Total</b>			<b>219,8</b>	<b>335,9</b>

Fonte: Gerência de Finanças

Com a publicação da Resolução CNPC nº 61, em 17 de dezembro de 2024, a marcação dos títulos públicos “à vencimento” (Marcação na curva) passou a ser permitida para todos os tipos de planos de benefícios, desde que a entidade possua capacidade financeira para manter os títulos até o vencimento. A adoção desse critério reduz a volatilidade dos resultados financeiros dos planos de Contribuição Definida, proporcionando maior estabilidade na gestão dos investimentos. Adicionalmente, a nova regulamentação autoriza a reclassificação dos títulos públicos federais adquiridos até 31 de dezembro de 2026, conferindo maior flexibilidade às estratégias de alocação de ativos das EFPC.

Informamos que, no período, não houve reclassificação no critério de nenhum título adquirido pela Fundação “mantido à negociação” (Marcado à mercado).

**TABELA 22 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO**

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	73,00%	60,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,00%	0,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	20%	10,00%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	5,00%
Operações com Participantes	15%	2,00%	0,00%	15,00%
Investimento no Exterior	10%	0,00%	0,00%	10,00%

Fonte: Gerência de Finanças

A meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir.

**TABELA 23 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO**

SEGMENTO	BENCHMARK	TAXA INDICATIVA
Plano	INPC + 3,50% a.a.	INPC + 3,50% a.a.
Renda Fixa	INPC + 3,50% a.a.	INPC + 3,50% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	INPC + 13,64% a.a.
Investimentos Estruturados	IHFA	INPC + 8,42% a.a.
Imobiliário	IGP-M	INPC + 0,15% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 3,50% a.a.	INPC + 3,50% a.a.
Investimento no Exterior	INPC + 3,50% a.a.	INPC + 3,50% a.a.

Fonte: Gerência de Finanças

A liquidez das carteiras de investimentos é monitorada a fim de garantir recursos para honrar possíveis necessidades de caixa. Abaixo, segue uma tabela que representa a alocação dos ativos conforme prazo de liquidação, em caso de venda e/ou resgate:

**TABELA 24 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ**

Liquidez	Ativos	Reservas (%)
D+0	Fundos de Renda Fixa	49,90%
Até D+1	Títulos Públicos + Fundos de Renda Fixa	-
Até D+32	Fundos Exclusivos	18,62%
No vencimento	Títulos Públicos e CRI	30,94%

Fonte: Gerência de Finanças

**TABELA 25 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS**

NATUREZA	CODEPREV	Itaú High Grade	em mil de reais (R\$)	
			FIF CIC Renda Variável	FIF CIC Multimercado
Rebate	-	0,0	269,6	109,3
Taxa de consultoria	-	0,0	-38,4	-38,4
Taxa de administração	-	-4,4	-40,9	-40,9
Custódia	-115,9	-3,1	-17,5	-17,5
Cetip	-0,0	-0,7	-17,7	-13,2
Gestão	-	-46,8	-101,9	-77,6
Selic	-10,8	0,0	-0,0	-0,0
Taxa ANBIMA	-	0,0	-1,8	-
Taxa CVM	-	0,0	-9,9	-6,2
Auditoria	-	-0,1	-2,3	-2,6
Despesas ADM	-	-0,0	-	-
Cartório	-	0,0	-	-
Taxa distribuição	-	-4,0	-	-
<b>Total</b>	<b>-126,8</b>	<b>-59,1</b>	<b>39,0</b>	<b>-87,1</b>

Fonte: Gerência de Finanças

Nas despesas do Codeprev, os custos também se concentraram nos fundos FIF CIC Renda Variável e FIF CIC Multimercado, destacando a presença de taxas de administração, gestão, comitê e encargos regulatórios. Em 2025, observou-se um incremento relevante das despesas operacionais e de movimentação, especialmente nas rubricas vinculadas às aplicações financeiras e encargos associados à estrutura dos fundos

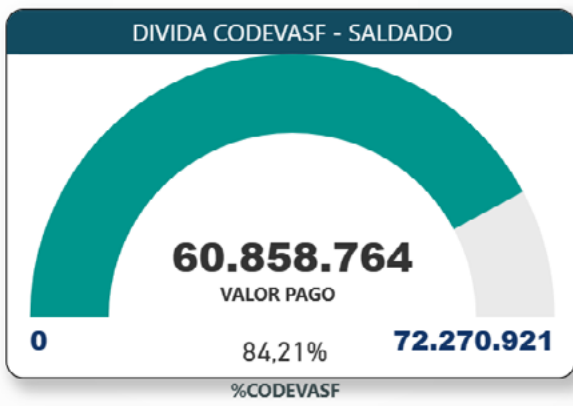
# 5.3 Plano de Benefícios III/SALDADO

## 5.3.1 Receitas

GRÁFICO 6 - RECEITAS SALDADO

Quitação do Saldo Devedor em Jul/2018 - Atado no Conselho Deliberativo de 05/07/2018

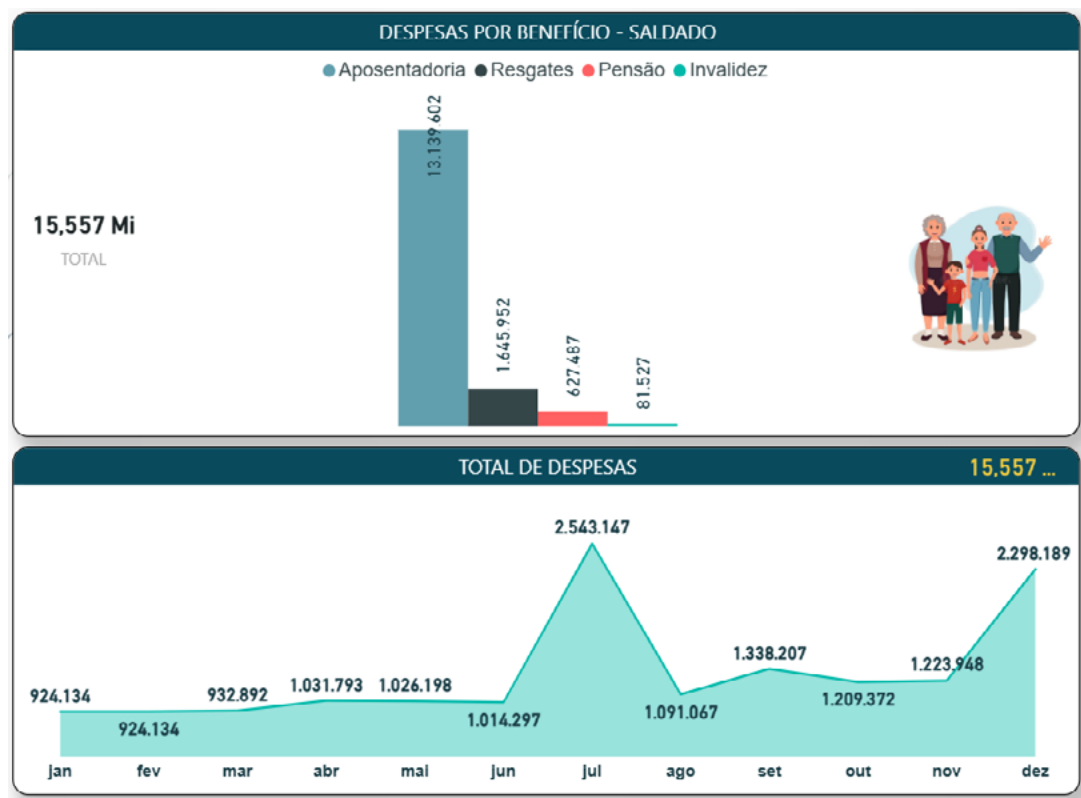
Dívida relativa ao Valor Atual de Ajuste nas Contribuições Normais decorrente do processo de Saldamento do Plano de Benefícios I, aprovado pela Portaria PREVIC/DILIC Nº 929 de 25/09/2017, e contratado em 17 de abril de 2018. A prestação da dívida contratada foi calculada pelo Sistema de Amortização Francês (PRICE), utilizando-se de taxa de juros de 5,26% ao ano, acrescido da atualização monetária pelo INPC do IBGE. A Codevasf cumpre com suas obrigações, efetuando mensalmente o pagamento da dívida contraída no Saldamento.



A Fundação São Francisco já liquidou a dívida pertinente ao Saldamento, estando quite com suas obrigações.

## 5.3.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 7 - DESPESAS SALDADO



**TABELA 26 - HIPÓTESES ATUARIAIS – SALDADO**  
**Plano de Benefícios III - Saldado**

HIPÓTESE	Valor
Taxa Real de Juros	4,50% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%
Indexador do Plano	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 Suavizada em 10% por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 Male
Tábua de Entrada em Invalidez	Americana
Rotatividade	Nula
Entrada em Aposentadoria	Ao atingir as carências regulamentares
Composição Familiar - BaC	Família Média do Plano
Composição Familiar - BC	Família Real

O estudo contemplou a população de aposentados válidos e inválidos, bem como os pensionistas vitalícios válidos, considerando-se a exposição ao risco até 31/12/2024 e as ocorrências de óbitos observadas no período.

- A partir dos resultados dos testes estatísticos realizados, foram estabelecidas as seguintes conclusões atuariais: Tábua de Mortalidade Geral: não foram identificadas evidências estatisticamente significativas para rejeição da aderência da tábua atualmente adotada. Ainda assim, recomendou-se sua adequação, mediante a **adoção da Tábua AT-2000 Suavizada em 10%, Segregada por sexo**, por apresentar melhor qualidade de ajuste em relação à hipótese anteriormente vigente, sem impactos relevantes sobre as provisões matemáticas, preservando-se o nível de prudência atuarial do Plano.
- Tábua de Entrada em Invalidez: a partir da comparação entre as quantidades observadas e esperadas, com base nos dados cadastrais, recomendou-se a adequação da tábua atualmente vigente, com a **adoção da tábua Americana** como hipótese para a premissa de Entrada em Invalidez do Plano Saldado. A tábua proposta apresenta frequência esperada similar à da tábua vigente, evitando-se a aplicação de desagravo em seu conjunto original de probabilidades.

## 5.3.3 Investimento

### CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O Plano BS seguiu uma estratégia semelhante ao Plano BD, começando 2025 com uma alocação de 85,04% em Renda Fixa, 8,49% em Renda Variável, 5,52% em Estruturados, 0,76% no Segmento Imobiliário e 0,18% em Operações com participantes. Considerando a boa performance dos segmentos de Renda Variável e Estruturados em 2024 e 2025, mantivemos a alocação nos ativos e, ao final do exercício, a carteiras obtiveram crescimento de 32% e 14%, respectivamente, em comparação ao ano anterior.

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios III – BS, no valor de R\$ 460,04 milhões é composta por:

- Fundos de Investimentos Abertos (R\$ 35,171 milhões), nos segmentos de Renda Fixa;
- Fundos de Investimentos Exclusivos (R\$ 64,481 milhões), nos segmentos de Renda Variável e Multimercado;
- Carteira Própria (R\$ 356,054 milhões), divididos em Títulos Públicos e Títulos de Crédito Privado;
- Operações com Participantes (R\$ 0,809 milhões); e
- móveis (R\$ 3,519 milhões).

TABELA 27 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BS

Plano de Benefícios III – BS	em milhões de reais (R\$)			
	2025	%	2024	%
Renda Fixa	391,2	85,04%	362,5	86,32%
NTN-B	355,8	77,35%	341,6	81,34%
LFT	0,2	0,05%	-	-
Fundos de Renda Fixa	35,2	7,65%	20,9	4,98%
Plural High Grade FI RF	-	-	0,2	0,05%
Itaú High Grade	35,2	7,65%	20,7	4,93%
Renda Variável	39,1	8,49%	29,7	7,06%
FIF CIC Renda Variável	39,1	8,49%	29,7	7,06%
Estruturados	25,4	5,52%	22,4	5,32%
FIF CIC Multimercado CP	25,4	5,52%	22,4	5,32%
Ático Geração Energia FIP	0,0	0,00%	0,0	0,00%
Imobiliário	3,5	0,76%	4,6	1,11%
CRI Infrasec	-	-	1,5	0,35%
Imóveis	3,5	0,76%	3,2	0,75%
EMPRÉSTIMOS / PARTICIPANTES	0,8	0,18%	0,8	0,19%
Ativo de Invest. Total	460,0	100%	420,0	100,00%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 28 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO

Segmento de Investimento	Percentual Alocado (%)	Limite da Política (%)	Desvio em Relação à Política
Renda Fixa	85,04%	0% - 100%	Dentro do limite
Renda Variável	8,49%	0% - 20%	Dentro do limite
Investimentos Estruturados	5,52%	0% - 15%	Dentro do limite
Imóveis	0,76%	0% - 5%	Dentro do limite
Exterior	0,00%	0% - 15%	Dentro do limite
Operações com Participantes	0,18%	0% - 5%	Dentro do limite

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 29 - RENTABILIDADE POR SEGMENTO

Segmento de Investimento	Rentabilidade do Plano (%)	Benchmark (%)
Renda Fixa	10,25%	8,87% (INPC + 4,50% a.a.)
Renda Variável	31,74%	33,95% (IBOVESPA)
Investimentos Estruturados	13,70%	15,33% (IHFA)
Imóveis	-0,45%	-1,05% (IGP-M)
Operações com Participantes	16,03%	8,87% (INPC + 4,50% a.a.)
Consolidado PLANO BS	12,05%	8,87% (INPC + 4,50% a.a.)

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 30 - RELAÇÃO RENTABILIDADE OBTIDA X META ATUARIAL

CODEPREV	RENTABILIDADE	Indicador de Referência (INPC + 3,5% aa)
2017	8,55%	6,66%
2018	13,45%	8,08%
2019	17,48%	9,18%
2020	3,93%	10,20%
2021	7,30%	15,12%
2022	6,22%	10,70%
2023	11,13%	8,38%
2024	7,21%	9,48%
2025	12,05%	8,87%
Acumulado	128,78%	128,33%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 31 - TÍTULOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

em milhões de reais(R\$)				
Ativo	Emissor	Vencimento	Valor de aquisição	Valor em 31/12/2025
LFT	STN	01/03/2030	0,2	0,2
NTN-B	STN	15/08/2028	70,6	82,0
NTN-B	STN	15/08/2032	24,6	27,4
NTN-B	STN	15/05/2033	7,0	7,4
NTN-B	STN	15/05/2035	37,7	49,4
NTN-B	STN	15/08/2040	10,5	12,2
NTN-B	STN	15/05/2045	61,3	94,7
NTN-B	STN	15/08/2050	28,6	56,8
NTN-B	STN	15/05/2055	13,8	25,9
<b>Total</b>			<b>254,3</b>	<b>356,1</b>

Fonte: Gerência de Finanças

Informamos que, no período, não houve reclassificação no critério de nenhum título adquirido pela Fundação e não houve negociação de nenhum título classificado na categoria “mantido até o vencimento” (Marcado pela Curva).

TABELA 32 - LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	78,43%	0,00%	100,00%
Renda Variável	70%	13,29%	0,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	20%	6,61%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	1,49%	0,00%	5,00%
Operações com Participantes	15%	0,18%	0,00%	15,00%
Investimento no Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%

Fonte: Gerência de Finanças

A meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir.

TABELA 33 - DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.
Renda Fixa	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	INPC + 13,64% a.a.
Investimentos Estruturados	IHFA	INPC + 8,42% a.a.
Imobiliário	IGP-M	INPC + 0,15% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.
Investimento no Exterior	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.

Fonte: Gerência de Finanças

A liquidez das carteiras de investimentos é monitorada a fim de garantir recursos para honrar possíveis necessidades de caixa. Abaixo, segue uma tabela que representa a alocação dos ativos conforme prazo de liquidação, em caso de venda e/ou resgate:

TABELA 34 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ

Liquidez	Ativos	Reservas (%)
D+0	Fundos de Renda Fixa	7,70%
Até D+1	Fundos de Renda Fixa	-
Até D+32	Fundos Exclusivos	14,02%
No vencimento	Títulos Públicos e CRI	77,37%

Fonte: Gerência de Finanças

TABELA 35 – DESPESAS COM INVESTIMENTOS

em mil de reais (R\$)					
NATUREZA	Plano BS	Itaú High Grade	FIF CIC Renda Variável	FIF CIC Multi-mercado	Ático Geração Energia FIP
Rebate	-	-	89,4	36,2	-
Taxa de consultoria	-	-	-27,7	-27,7	-
Taxa de administração	-	-6,3	-29,5	-29,5	-18,8
Custódia	-121,3	-4,5	-12,6	-12,6	-1,3
Cetip	-0,3	-1,0	-12,7	-9,5	-0,3
Gestão	-	-66,8	-73,4	-55,8	-20,7
Selic	-10,5	-	-0,0	-0,0	-
Taxa ANBIMA	-	0,0	-1,3	-	-0,0
Taxa CVM	-	0,0	-7,1	-4,4	-1,2
Auditoria	-	-0,1	-1,7	-1,8	-1,6
ABVCAP	-	0,0	-	-	-0,0
Serasa	-	0,0	-	-	-0,0
Taxa escrituração	-	0,0	-	-	-0,0
Performance	-	0,0	-	-	-111,1
Cartório	-	0,0	-	-	-0,0
Tarifa banco	-	0,0	-	-	-0,3
Despesas ADM	-	-0,0	-	-	-0,1
Dividendos	-	-	-	-	-
Despesa CTVM	-	0,0	-	-	-0,4
Provisão STIG	-	0,0	-	-	-96,6
AFAC - STIG energia	-	0,0	-	-	13,3
Taxa distribuição	-	-5,8	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-132,2</b>	<b>-84,5</b>	<b>-76,5</b>	<b>-105,1</b>	<b>-239,3</b>

Fonte: Gerência de Finanças

No Plano Saldado houve a predominância das despesas associadas aos fundos de renda variável e multimercado, cujo padrão se assemelha aos planos BD e CD. Neste aspecto, é possível observar um incremento nas taxas de administração e nas despesas operacionais em 2025, além do aumento nos valores relacionados às aplicações financeiras. Tais resultados refletem as reavaliações das posições realizadas pelos Gestores além do maior volume de movimentação.

Além disso, o Itaú High Grade mantém perfil de custo reduzido, enquanto o Ático Geração Energia FIP apresenta despesas estáveis e concentradas em encargos de gestão e custódia.

### EQUILÍBRIO TÉCNICO

O Plano de Benefícios III (BD Saldado) apresentou, no exercício, superávit contábil de R\$ 66,1 milhões. Dessa forma, o superávit técnico acumulado passou de R\$ 64,6 milhões, em 31/12/2024, para R\$ 94,0 milhões, em 31/12/2025, observado através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

A variação verificada foi o aumento do superávit em aproximadamente 46%, comparativamente ao resultado acumulado de 31/12/2024, decorrente, principalmente, do ganho de rentabilidade apurada no ano de 2025 e do ganho financeiro do Plano gerado pelos participantes que se encontravam na condição de Risco Iminente em 31/12/2024 e que não requereram o benefício de aposentadoria ao longo de 2025.

# 6. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) da São Francisco envolve a contabilização detalhada de todas as receitas e despesas associadas à administração dos planos de benefícios.

Em 2025, nossa gestão foi marcada pela eficiência, conforme é detalhado a seguir.

## 6.1 Fontes de Custeio/Receita

As fontes de custeio da Fundação São Francisco são compostas pela **taxa de administração** (relacionada ao Custeio de Investimentos), calculada sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios, e pela **taxa de carregamento** (vinculada ao Custeio Previdencial), incidente sobre o somatório das contribuições vertidas por participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores, bem como, quando aplicável, sobre os benefícios pagos aos assistidos.

Os valores arrecadados são apropriados pelos planos de benefícios (BD, CD e BS) e posteriormente transferidos ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), em conformidade com a estrutura de custeio vigente, sendo sua composição detalhada a seguir:

TABELA 36 – FONTES DE CUSTEIO

Descrição					Em mil reais (R\$ mil)
	Receitas	%	Despesas	%	Constituição/Reversão
Custeio Previdencial	1.664,4	15,97%			
Custeio dos Investimentos	7.236,3	69,43%	9.257,9	100%	1.164,9
Resultado Aplicação	1.522,2	14,60%			
Total	10.422,8	100%	9.257,9	100%	1.164,9

Por meio da análise do demonstrativo acima, verifica-se que a taxa de administração (Custeio de Investimentos) constitui a principal fonte de custeio do Plano de Gestão Administrativa, representando 69% do total das receitas administrativas no período analisado, o que evidencia sua relevância estrutural para a manutenção das atividades da Entidade.

Adicionalmente, compõe a estrutura de financiamento do PGA a rentabilidade auferida pelo Fundo Administrativo, decorrente do resultado das aplicações financeiras, cuja performance impacta diretamente a formação ou recomposição das reservas administrativas.

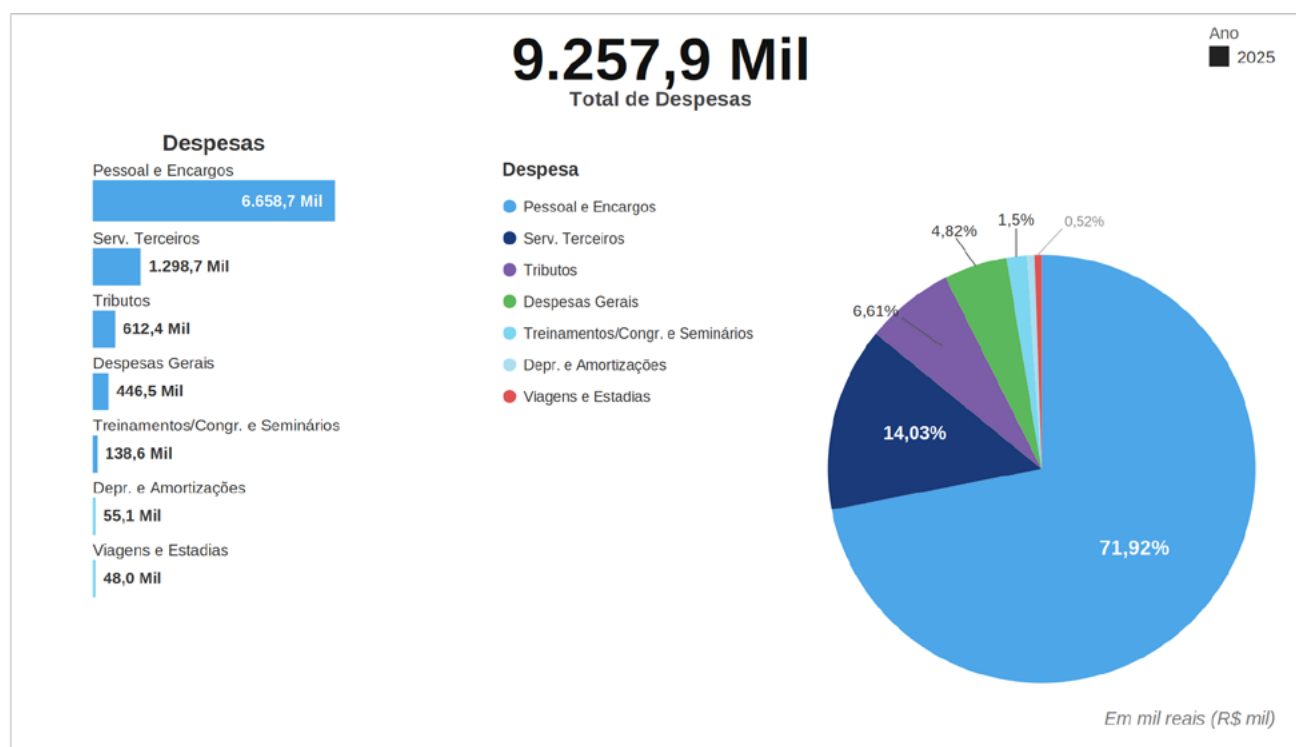
Ressalta-se que, em conformidade com a legislação e com o regulamento vigente, os critérios, parâmetros e limites estabelecidos para o custeio das despesas administrativas encontram-se devidamente previstos no orçamento anual, o qual foi submetido à apreciação e aprovado pelo Conselho Deliberativo, assegurando aderência às normas regulatórias e à governança institucional.

## 6.2 Despesas

Considerando a restrição de recursos destinados às despesas administrativas, a Fundação São Francisco vem promovendo a racionalização e o aperfeiçoamento de seus processos internos, por meio da revisão do quadro de pessoal, do fortalecimento das práticas de governança, ampliação dos investimentos em tecnologia e da contenção de gastos com serviços administrativos.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição das despesas realizadas em 2025, demonstrando tanto os valores absolutos quanto o percentual de participação de cada categoria de despesa. Verifica-se que, no exercício, as despesas totalizaram R\$ 9,2 milhões, evidenciando a composição dos gastos ao longo do período analisado.

GRÁFICO 8 - DESPESAS REALIZADAS



Em 2025, a redução/manutenção das condições contratuais vigentes assegurou a estabilidade dos custos administrativos. Nesse contexto, a Fundação São Francisco permanece comprometida com a melhoria da qualidade e a modernização dos serviços, com vistas à satisfação dos participantes e ao aprimoramento das rotinas internas.

Como destaque no ano de 2025, na renovação do contrato de licença de uso dos sistemas da Intech, foi negociado a manutenção do desconto mensal de R\$ 2,1 mil, válido por 12 meses a partir da data do reajuste do contrato no mês de 10/2025. Antes, o valor pago mensalmente era R\$ 34,5 mil, sendo que, após o reajuste, o valor passaria para R\$ 38,5 mil. Com a manutenção do desconto, o valor mensal passou para R\$ 36,4 mil, proporcionando uma economia de R\$ 25,4 mil em um ano.

Embora seja princípio basilar que cada plano de benefícios não deva suportar obrigações inerentes a outros planos, é igualmente reconhecido que, com vistas à otimização da gestão de investimentos e à obtenção de ganhos de escala e eficiência administrativa, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela EFPC utilizam uma estrutura de gestão compartilhada. Nesse contexto, a fim de assegurar o integral cumprimento do dispositivo legal, sem prejuízo da manutenção da estrutura compartilhada, torna-se necessário o estabelecimento de critérios de rateio objetivos, mensuráveis e uniformes ao longo do tempo, capazes de refletir, de forma equitativa e proporcional, a alocação dos custos e despesas administrativas entre os Planos de Benefícios administrados.

Dessa forma, as despesas administrativas foram devidamente contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa (PGA) e, posteriormente, rateadas entre os Planos de Benefícios, observando-se os seguintes valores, em R\$ mil, por plano de benefícios:

TABELA 37 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

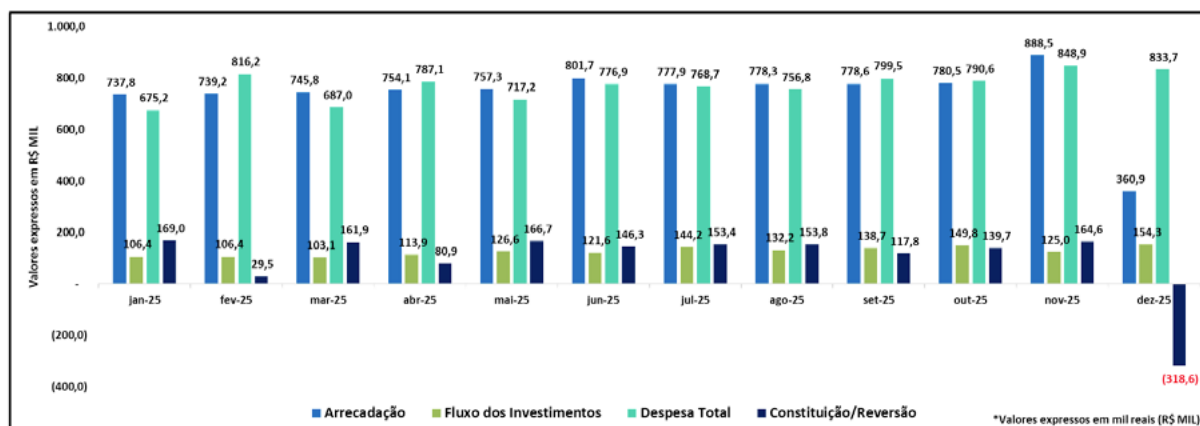
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	BD	CD	BS	TOTAL
<b>RATEIO DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>28%</b>	<b>35%</b>	<b>37%</b>	<b>100%</b>
PESSOAL E ENCARGOS	1.864,4	2.330,6	2.463,7	6.658,7
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	38,8	48,5	51,3	138,6
VIAGENS E ESTADIAS	13,4	16,8	17,8	48,0
SERVIÇOS ATUARIAIS	55,2	69,1	73,0	197,3
SERVIÇOS JURÍDICOS	0,4	0,4	0,5	1,3
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	257,9	322,4	340,9	921,2
GESTÃO/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	25,4	31,8	33,6	90,8
AUDITORIA CONTÁBIL	11,8	14,8	15,6	42,2
SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS	7,8	9,7	10,2	27,7
SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	5,1	6,3	6,7	18,1
DESPESAS GERAIS	125,0	156,3	165,2	446,5
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	15,4	19,3	20,4	55,1
TRIBUTOS (PIS/COFINS - TAFIC)	171,5	214,3	226,6	612,4
<b>TOTAL</b>	<b>2.592,2</b>	<b>3.240,3</b>	<b>3.425,4</b>	<b>9.257,9</b>

O critério de rateio das despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, teve como fundamento os Recursos Garantidores de cada Plano de Benefícios, em conformidade com os princípios da segregação patrimonial.

## 6.3 Fundo Administrativo

Define-se como fundo administrativo o patrimônio constituído por sobras de custeio administrativo, adicionado as receitas provenientes da arrecadação, das taxas administrativas dos empréstimos e dos rendimentos auferidos das aplicações financeiras do próprio Fundo Administrativo. O Fundo tem por objetivo cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pela São Francisco na administração dos Planos de Benefícios Previdenciais, na forma dos seus regulamentos, quando as arrecadações não se demonstram suficientes (reversões).

GRÁFICO 9 - FLUXO RECEITAS E DESPESAS



Por meio da análise dos fluxos da gestão administrativa, verifica-se que, em 2025, as fontes de custeio, compostas principalmente pela arrecadação de taxa de administração e taxa de carregamento, totalizaram R\$ 8,9 milhões. Adicionalmente, o rendimento do fundo administrativo apresentou resultado positivo de R\$ 1,5 milhão, contribuindo para o desempenho financeiro do exercício. Em dezembro de 2025, foi promovida a redução do repasse do custeio administrativo dos investimentos, mediante o abatimento das parcelas referentes aos Planos CD e BS. A medida considerou, principalmente, o potencial de expansão dos recursos garantidores e a possibilidade de operar com taxas de administração mais atrativas, sem comprometer a sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa e a continuidade das atividades. Verifica-se que, no exercício de 2025, as receitas provenientes da Gestão Previdencial e da Gestão dos Investimentos, acrescidas dos rendimentos das aplicações do fundo administrativo, foram suficientes para cobrir integralmente as despesas do período, possibilitando, ainda, a formação de fundo. Dessa forma, as despesas realizadas com a gestão administrativa dos planos de benefícios totalizaram R\$ 9,2 milhões no exercício. Em comparação com as receitas administrativas registradas no período, no montante de R\$ 10,4 milhões, apurou-se resultado positivo que possibilitou a constituição de R\$ 1,2 milhão para o Fundo Administrativo, contribuindo para o fortalecimento de sua sustentabilidade financeira.

## 6.4 Execução Orçamentária

O acompanhamento orçamentário apresenta a comparação entre as receitas e despesas efetivamente realizadas e os valores previstos no orçamento aprovado para 2025. Em relação às receitas, verifica-se que o total arrecadado, bem como o desempenho dos investimentos, manteve-se em linha com as estimativas, com destaque para o resultado líquido dos investimentos, que superou o valor projetado, refletindo desempenho superior ao esperado. No que se refere às despesas, observa-se uma economia aproximada de R\$ 526 mil em relação ao montante orçado. No ano de 2025, verifica-se que nenhuma das despesas

**TABELA 38 - ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – PGA**

RECEITAS	NO ANO		
	PROJETADO	REALIZADO	% EXECUTADO
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.659,1	1.664,4	100,3%
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	7.840,5	7.236,3	92,3%
RESULTADO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	941,4	1.522,2	161,7%
<b>TOTAL</b>	<b>10.441,0</b>	<b>10.422,8</b>	<b>99,8%</b>

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	NO ANO		
	PROJETADO	REALIZADO	% EXECUTADO
PESSOAL E ENCARGOS	6.845,3	6.658,7	97,3%
TREINAMENTOS - CONGRESSOS - SEMINÁRIOS	172,0	138,6	80,6%
VIAGENS E ESTADIAS	51,0	48,0	94,1%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.519,5	1.298,7	85,5%
DESPESAS GERAIS	472,4	446,5	94,5%
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	85,5	55,1	64,4%
TRIBUTOS	638,9	612,4	95,8%
<b>TOTAL</b>	<b>9.784,7</b>	<b>9.257,9</b>	<b>94,6%</b>

administrativas ultrapassou os valores previstos no orçamento. Todas as categorias de despesas apresentaram execução em linha com o montante projetado, evidenciando aderência ao planejamento financeiro e adequado controle orçamentário.

Destacam-se, de forma geral, variações positivas decorrentes de medidas de racionalização de gastos e gestão eficiente dos recursos, refletindo o compromisso da Fundação São Francisco com a disciplina orçamentária e a sustentabilidade financeira.

## 6.5 Gestão de pessoas

A Fundação São Francisco dispõe de um quadro funcional composto por 17 empregados e 3 diretores, constituindo-se em uma estrutura enxuta, porém tecnicamente preparada e alinhada aos objetivos institucionais. Entre os colaboradores, 2 exercem a função de chefe de assessoria, 4 atuam como gerentes, 7 como analistas, 2 como assistentes e 2 como auxiliares, distribuídos em atribuições que asseguram a eficiência dos processos e o adequado desempenho das atividades da Fundação. O corpo funcional caracteriza-se por profissionais comprometidos e com sólida experiência em suas respectivas áreas de atuação, o que possibilita à Fundação manter elevado nível de qualidade na execução de seus objetivos, projetos e iniciativas, sempre em consonância com seus valores e diretrizes institucionais.

Nosso compromisso com o desenvolvimento de uma equipe de alta performance se reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados, na produtividade e no bem-estar de nossos colaboradores, fatores essenciais para o sucesso de nossa organização.

Em alinhamento ao nosso objetivo estratégico de desenvolver equipes de alta performance, investimos fortemente na capacitação dos colaboradores. Os investimentos em treinamentos, congressos, cursos e seminários totalizaram R\$ 138,6 mil, refletindo nosso compromisso com a qualificação e a inovação.

Para garantir a eficiência e a qualidade dos processos, realizamos ajustes estratégicos em nossas equipes. Na Assessoria de Governança Corporativa, houve a contratação de uma analista, reforçando a capacidade operacional e analítica da área.

Na Gerência de Contabilidade e Orçamento, houve a troca do(a) profissional responsável pela área, medida que resultou na otimização de custos, em razão da adequação da estrutura remuneratória.

Ainda na mesma gerência, houve a contratação de uma analista para compor o quadro da contabilidade, visto que o analista foi promovido a gerente. Já na gerência de administração e tecnologia, houve o desligamento de uma auxiliar administrativa, já aposentada, reduzindo os custos da folha de pagamento da São Francisco em aproximadamente R\$ 156.000,00/ano.

Nossos colaboradores contam com um pacote de benefícios diferenciados, que inclui um plano de saúde de excelência e a participação no plano de previdência complementar da Entidade. Esses benefícios não apenas garantem a segurança e o bem-estar dos profissionais, mas também refletem nosso compromisso com a saúde e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Um colaborador saudável e satisfeito é fundamental para a manutenção de um clima organizacional positivo e produtivo.

As medidas adotadas ao longo do ano trouxeram impactos significativos para a organização e para os colaboradores. Destacamos:

**Aumento da Produtividade:** com equipes mais qualificadas e motivadas, observamos uma melhoria na eficiência dos processos e na entrega de resultados.

**Capacitação continuada:** foram ofertados mais de 10 cursos em 2025, ampliando conhecimento e capacitação.

**Melhoria da Qualidade do Trabalho:** a capacitação e a experiência agregada pelas novas contratações elevaram o padrão técnico e a excelência dos serviços prestados.

**Bem-Estar e Saúde dos Colaboradores:** os benefícios oferecidos e o ambiente de trabalho saudável contribuíram para a redução do estresse e o aumento da satisfação dos profissionais.

Assim, o ano foi marcado por avanços significativos na gestão de pessoas da São Francisco, com iniciativas que fortaleceram nossa equipe e geraram impactos positivos para toda a organização. Acreditamos que investir no desenvolvimento, na motivação e no bem-estar dos colaboradores é essencial para alcançarmos nossos objetivos estratégicos e continuarmos a oferecer serviços de excelência a nossa patrocinadora, participantes e assistidos.

## 6.6 Investimentos

### 6.6.1 Carteira de Investimentos

A carteira de investimentos do Plano PGA, no valor de R\$ 12,422 milhões é composta por:

- a) Fundos de Investimentos Abertos (R\$ 12,422 milhões), nos segmentos de Renda Fixa

**TABELA 39 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO PGA**

PGA	em milhões de reais (R\$)			
	2025	%	2024	%
Renda Fixa	12,4	100%	10,0	100%
NTN-B	-	-	-	0,00%
LFT	6,1	1,32%	-	0,00%
Fundos de Renda Fixa	6,4	51,25%	10,0	100%
Plural High Grade FI RF	-	-	7,1	71,0%
Itaú High Grade	6,4	51,25%	2,9	29,0%
Ativo de Invest. Total	12,4	203,82%	10,0	100,00%

Fonte: Gerência de Finanças

**TABELA 40 - QUADRO DE ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO**

Segmento de Investimento	Percentual Alocado (%)	Limite da Política (%)	Desvio em Relação à Política
Renda Fixa	100,00%	0% - 100%	Dentro do limite
Renda Variável	0,00%	0% - 5%	Dentro do limite
Investimentos Estruturados	0,00%	0% - 5%	Dentro do limite
Imóveis	0,00%	0% - 20%	Dentro do limite
Exterior	0,00%	0% - 0%	Dentro do limite

Fonte: Gerência de Finanças

**TABELA 41 - QUADRO DE RENTABILIDADE POR SEGMENTO**

Segmento de Investimento	Rentabilidade do Plano (%)	Benchmark (%)
Renda Fixa	14,53%	14,53% (CDI)
Consolidado PGA	14,09%	14,09% (CDI)

Fonte: Gerência de Finanças

Benchmark 2024 Plano PGA: CDI

Benchmark 2024 Renda Fixa: CDI

**TABELA 42 - QUADRO DE LIMITES DE ALOCAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO**

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100%	0,00%	100%
Renda Variável	70%	0,00%	0,00%	5,00%
Investimentos Estruturados	20%	0,00%	0,00%	5,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	20,00%
Investimento no Exterior	10%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Gerência de Finanças

A meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir.

**TABELA 43 - QUADRO DE DIRETRIZES E METAS DE RENTABILIDADE PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO**

SEGMENTO	BENCHMARK	TAXA DE REFERÊNCIA
Plano	CDI	CDI
Renda Fixa	CDI	CDI
Renda Variável	IBOVESPA	IBOVESPA
Investimentos Estruturados	IHFA	IHFA
Imobiliário	IGP-M	INPC + 0,15% a.a.
Fonte: Gerência de Finanças		

A liquidez das carteiras de investimentos é monitorada a fim de garantir recursos para honrar possíveis necessidades de caixa. Abaixo, segue uma tabela que representa a alocação dos ativos conforme prazo de liquidação, em caso de venda e/ou resgate:

**TABELA 44 - DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS POR LIQUIDEZ**

Liquidez	Ativos	Reservas (%)
D+0	Fundos de Renda Fixa + LFT	100,00%
Até D+1	Fundos de Renda Fixa	-
Fonte: Gerência de Finanças		

**TABELA 45 - DESPESAS DE INVESTIMENTOS**

NATUREZA	PGA	Itaú High Grade
REBATE	-	-
Taxa de Consultoria	-27,8	-
Taxa de Administração	-	-1,1
CUSTÓDIA	-33,8	-0,8
CETIP	-10,0	-0,2
GESTÃO	-	-12,1
SELIC	-0,1	-
TAXA ANBIMA	-	0,0
TAXA CVM	-	-
AUDITORIA	-	-0,0
DESPESAS ADM	-	-0,0
CARTÓRIO	-	-
TAXA DISTRIBUIÇÃO	-	-1,0
<b>TOTAL</b>	<b>-71,7</b>	<b>-15,3</b>

Fonte: Gerência de Finanças

## 6.7 Gestão Administrativa 2021 a 2025

### 6.7.1 Evolução do Plano de Gestão Administrativa

A trajetória financeira da São Francisco entre 2021 e 2025 revela um ciclo de contínua melhoria financeira, pautado pela busca constante de sustentabilidade, solvência e eficiência operacional. Ao longo desses cinco anos, a entidade empreendeu esforços consistentes para o fortalecimento da governança e o aprimoramento de processos e controles internos, em total conformidade com o crescente rigor regulatório.

A análise a seguir aborda os principais aspectos do PGA, evidenciando os avanços e os desafios superados pela São Francisco no período de 2021 a 2025.

**TABELA 46 - HISTÓRICO DO PGA- COMPARATIVO – 2021 A 2025**

DESCRIÇÃO	2025	2024	2023	2022	2021
<b>CUSTEIO/RECEITAS ADM</b>	10.422,8	11.205,7	11.058,5	9.285,2	6.365,8
PREVIDENCIAL	1.664,4	2.314,4	1.504,9	1.477,5	1.448,7
INVESTIMENTOS	7.236,3	7.895,3	8.598,2	7.479,5	5.433,3
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRATIVAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RENDIMENTO DO FUNDO	1.522,2	996,1	955,4	328,2	-516,3
<b>DESPESAS</b>	9.257,9	9.518,4	9.632,6	9.284,2	8.800,1
PESSOAL E ENCARGOS	6.658,7	6.845,9	6.796,3	6.558,5	6.245,4
TREINAMENTOS/CONGR. E SEMINÁRIOS	138,6	159,0	101,2	95,5	31,9
VIAGENS E ESTADIAS	48,0	38,7	23,3	70,1	8,1
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.298,7	1.331,8	1.540,0	1.464,4	1.464,1
DESPESAS GERAIS	446,5	438,4	466,2	469,5	548,6
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	55,1	47,5	28,8	38,8	38,9
TRIBUTOS	612,4	657,2	633,3	587,3	463,1
CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIA	0,0	0,0	43,5	0,0	0,0
<b>RESULTADO DO FUNDO ADMINISTRATIVO</b>	1.164,9	1.687,3	1.425,8	1,1	-2.434,3
<b>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</b>	0,70%	0,80%	0,85%	0,80%	0,60%

Obs.: Para fins de comparabilidade intertemporal, os valores dos fluxos de receitas e despesas foram atualizados monetariamente com base no índice oficial de inflação adotado pela Entidade, acumulado no período comparativo, de modo a evidenciar a variação real dos resultados.

Verifica-se, por meio da análise do Resultado do Fundo Administrativo apresentada na Tabela 46 – Histórico do PGA – Comparativo 2021 a 2025, a transição de um cenário inicial de reversão para um contexto de constituição de reservas ao longo do período analisado. Esse movimento evidencia a atuação prudencial da Administração na condução da sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa, assegurando a manutenção de receitas em patamares superiores às despesas administrativas.

Observa-se, contudo, que o resultado do Fundo Administrativo apresenta elevada sensibilidade ao desempenho dos investimentos, fator determinante para a formação ou recomposição de reservas.

Destaca-se, também, que a política de redução gradual da taxa de administração implementada em 2025 foi absorvida sem comprometer o equilíbrio financeiro do PGA, em virtude da rentabilidade alcançada no período e da gestão eficiente das despesas administrativas. O rigor no controle e na racionalização dos gastos tem sido elemento fundamental para a manutenção de resultados superavitários e para o fortalecimento da sustentabilidade financeira do Fundo Administrativo.

#### EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Houve um crescimento real e consistente de 63% no período, com a receita passando de R\$ 6,4 milhões em 2021 para R\$ 10,4 milhões em 2025. Esse avanço consolida o ciclo de melhoria financeira da entidade, fundamentado na robustez da arrecadação e na formação estratégica de um Fundo Administrativo, visando garantir a sustentabilidade de longo prazo e mitigar a necessidade de reversões.

- **Receita Previdencial:** o crescimento na Gestão Previdencial, que evoluiu de R\$ 1,5 milhão (em valores de 2021) para R\$ 1,7 milhão em 2025, decorre da arrecadação da taxa de carregamento sobre contribuições e benefícios. Esse desempenho, aliado a uma gestão rigorosa, reforça o compromisso da administração com a solvência do plano e a sustentabilidade do Fundo Administrativo.
- **Receita de Investimento:** verifica-se um crescimento na Receita de Investimento, que evoluiu de R\$ 5,4 milhões (valor de 2021) para R\$ 7,2 milhões em 2025. Esse avanço revela a eficácia na gestão patrimonial dos planos de benefícios, uma vez que o aumento reflete diretamente a elevação dos recursos garantidores, que constituem a base de cálculo para essa fonte de custeio.
- **Rendimento do fundo:** o rendimento líquido dos investimentos, que apresentou resultados reais negativos em 2021 (-R\$ 516 mil), demonstrou uma trajetória de acentuada recuperação a partir de 2022, consolidando-se em R\$ 1,5 milhão em 2025. Essa reversão e o crescimento subsequente são indicadores claros de um ciclo de melhoria financeira na gestão de ativos, refletindo uma estratégia de investimentos com uma relação risco/retorno mais eficiente e resiliente.

### EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

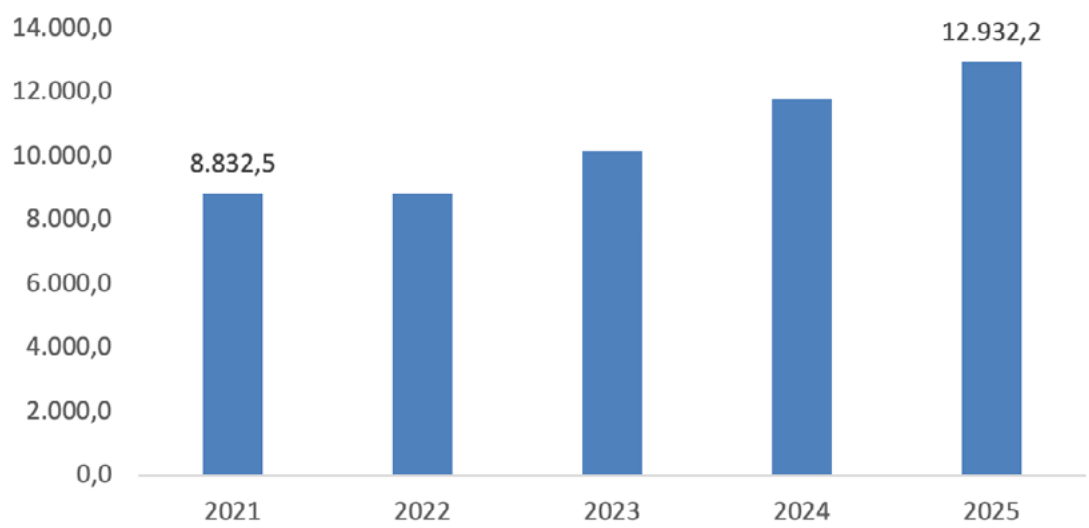
As medidas de racionalização adotadas pela São Francisco permitiram uma redução real contínua das despesas administrativas. Comparando o exercício de 2024 com 2025, observa-se que as despesas totais recuaram de R\$ 9,5 milhões para R\$ 9,3 milhões. Essa queda real de 2,81% em um ano, destaca-se pela eficiência nos seguintes pontos:

- **Pessoal e Encargos:** Houve uma redução real de R\$ 6,8 milhões (em 2024) para R\$ 6,7 milhões (em 2025). Essa queda real de 2,73% reflete a eficácia da reestruturação do quadro de pessoal, demonstrando o compromisso com a eficiência operacional e a retenção de talentos sem onerar a folha.
- **Serviços de Terceiros:** Este item apresentou uma redução de R\$ 1,30 milhão (em 2024) para R\$ 1,33 milhão (em 2025). O recuo de aproximadamente 2,50% confirma o reflexo da otimização dos processos internos.

### EVOLUÇÃO DO FUNDO

O gráfico a seguir evidencia o impacto dos resultados alcançados na evolução do Fundo Administrativo, demonstrando de forma clara a contribuição dos resultados positivos recorrentes para o fortalecimento do saldo acumulado ao longo do período analisado:

**GRÁFICO 10 - FUNDO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)**  
**EVOLUÇÃO DO FUNDO PGA (2021 -2025)**  
R\$ MIL



Observa-se, por meio do gráfico Evolução do Fundo PGA (2021–2025), que, no período analisado, o Fundo iniciou com saldo de R\$ 8,8 milhões e alcançou R\$ 12,9 milhões ao final do exercício de 2025, representando crescimento acumulado de aproximadamente **46%**.

Esse desempenho evidencia uma trajetória consistente de fortalecimento patrimonial do Fundo Administrativo ao longo do período analisado. O rigor no controle, na racionalização e na priorização das despesas administrativas tem se mostrado como um dos fatores determinantes para a geração de resultados superavitários recorrentes, contribuindo diretamente para a consolidação da sustentabilidade financeira do Plano de Gestão Administrativa.

Destaca-se, ainda, a eficiência operacional alcançada, refletida em resultados superiores às projeções estabelecidas para o período, o que reforça a adequação das estratégias adotadas e a efetividade da gestão administrativa.

## 6.7.2 Indicadores de Gestão

Em observância ao art. 14, da Resolução CNPC nº 62/2024, os indicadores a seguir são apresentados de forma comparativa, contemplando os exercícios de 2024 e 2025. Considerando tratar-se do primeiro exercício de vigência da norma, os dados de 2024 foram reprocessados exclusivamente para fins de comparabilidade, sem efeitos sobre os registros contábeis oficiais do exercício:

### I. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

**TABELA 47 - INDICADORES DE GESTÃO (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)**

<b>I – a taxa de administração, em relação:</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>Variação (%)</b>
a) ao total de participantes e assistidos; e	R\$ 3,3	R\$ 3,1	-6,82%
b) aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário;	0,66%	0,57%	-14,03%

A redução da taxa de administração em 2025 decorre da adequação do nível de custeio administrativo frente à evolução dos recursos garantidores e à base de participantes e assistidos, não implicando comprometimento da prestação dos serviços administrativos. Destaca-se, ainda, que a rentabilidade aferida no exercício superou as expectativas em aproximadamente 62%, o que contribuiu para a redução da taxa de administração e para a capacidade de absorção dos impactos no resultado projetado para o período.

### II. TAXA DE CARREGAMENTO

**TABELA 48 - INDICADORES DE GESTÃO (TAXA DE CARREGAMENTO)**

<b>II – A taxa de carregamento, em relação:</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>Variação (%)</b>
a) ao total de participantes e assistidos; e	R\$ 0,7	R\$ 0,7	8,69%
b) às contribuições dos participantes e assistidos e dos patrocinadores e instituidores ou aos benefícios dos assistidos;	1,21%	1,23%	1,30%

As variações observadas na taxa de carregamento mostram-se compatíveis com a dinâmica das contribuições e benefícios, sem caracterizar alteração estrutural do modelo de custeio adotado.

### III. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

TABELA 49 - INDICADORES DE GESTÃO (DESPESAS ADMINISTRATIVAS)

III – as despesas da gestão administrativa em relação:	2024	2025	Varição (%)
a) ao total de participantes e assistidos;	R\$ 4,0	R\$ 4,0	-1,11%
b) aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados;	0,80%	0,73%	-8,76%
c) ao ativo total;	0,77%	0,71%	-8,06%
d) ao fundo administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário;	77,85%	71,59%	-8,05%
e) às receitas da gestão administrativa; e	93%	104%	11,56%
f) ao valor estabelecido para o exercício em R\$ mil;	R\$ 9,6	R\$ 9,8	1,47%

Os indicadores evidenciam redução relativa das despesas administrativas quando analisadas em relação aos participantes, recursos garantidores, ativo total e fundo administrativo, indicando ganho de eficiência operacional. O indicador de despesas administrativas em relação ao valor estabelecido para o exercício demonstra execução compatível com o orçamento anual da gestão administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo, em observância às diretrizes de governança.

No exercício de 2025, a relação entre despesas administrativas e receitas administrativas superou 100%, em decorrência da redução das receitas de custeio no período. A insuficiência verificada foi absorvida pelo fundo administrativo, cujo saldo final manteve-se em patamar suficiente para suportar as obrigações da gestão administrativa, não se identificando comprometimento das projeções orçamentárias estabelecidas para o exercício em relação a formação do Fundo.

### IV. DESPESAS COM PESSOAL

TABELA 50 - INDICADORES DE GESTÃO (DESPESAS COM PESSOAL)

IV – as despesas com pessoal, em relação:	2024	2025	Varição (%)
a) às receitas da gestão administrativa; e	67,06%	74,81%	11,56%
b) às despesas da gestão administrativa totais;	71,92%	71,93%	0,00%

A participação das despesas com pessoal em relação às despesas administrativas totais manteve-se estável entre os exercícios, enquanto o aumento relativo em relação às receitas administrativas decorre da redução do denominador (taxa de administração), não caracterizando expansão real da estrutura de pessoal.

### V. EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

TABELA 51 - EVOLUÇÃO FUNDO ADMINISTRATIVO (2025 – 2024)

V – a evolução dos fundos administrativos	2024 (R\$ mil)	2025 (R\$ mil)	Varição (R\$ mil)	Varição (%)
Saldo inicial do fundo administrativo	10.143,3	11.767,3	1.624,0	16,01%
Resultado do exercício	1.624,0	1.164,9	(459,1)	-28,26%
Saldo final do fundo administrativo	11.767,3	12.932,2	1.164,9	9,90%

Apesar da redução do resultado do exercício em 2025, o fundo administrativo apresentou crescimento do saldo final, evidenciando sustentabilidade financeira e capacidade de absorção de oscilações no custeio administrativo, em conformidade com a Resolução CNPC nº 62/2024. Destaca-se que a variação observada no resultado do exercício, em comparação com 2024, decorre, principalmente, da doação de recursos do fundo patronal não comprometido, no montante de **R\$ 729,1 mil**, oriundos do Plano CD para o Plano de Gestão Administrativa. Dessa forma, ao se proceder à análise comparativa dos exercícios considerando-se exclusivamente o fluxo ordinário, com a exclusão do efeito da referida doação, verifica-se **variação positiva** de, aproximadamente, **30%** no resultado do exercício.

## VI. OBSERVÂNCIA AO LIMITE CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O custeio administrativo da Entidade é financiado por meio das taxas de carregamento e de administração, observando-se critérios técnicos de alocação por plano de benefícios, compatíveis com a natureza das despesas e com os recursos garantidores correspondentes, conforme demonstrativo abaixo:

**TABELA 52 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS**

PLANO DE BENEFÍCIOS	BD	CD	BS	TOTAL
Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB)	342.473,5	464.281,2	459.532,0	1.266.286,7
Custeio Previdencial (Taxa de Carregamento)	289,0	1.375,3	0	1.664,4
Custeio Investimento (Taxa de Administração)	2.340,5	1.781,0	3.114,7	7.236,3
Custeio Total (CT) = (Tx. Carreg. + Tx. Adm.)	2.629,6	3.156,3	3.114	8.900,6
Custeio Total (%) = (CT)/(RGPB)	0,77%	0,68%	0,68%	0,70%

A seguir apresentamos o comparativo consolidado entre os exercícios (2025 e 2024), onde verificamos que o custeio consolidado de 2025 atingiu o percentual de 0,70% dos recursos garantidores dos planos de benefícios, evidenciando a redução de 13% em relação ao exercício anterior e a manutenção do custeio administrativo em patamar inferior ao limite normativo de 1% estabelecido pela LC 108/2001:

**TABELA 53 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO X LIMITE LEGAL**

VI – a observância ao limite de que trata a LC 108/01	Limite Normativo	2024	2025	Situação
Recursos transferidos dos Planos de Benefícios para o PGA em relação aos Recursos Garantidores	Limite Taxa administração 1%	0,80%	0,70%	Atendido
Estrutura de custeio	Aderência normativa	Sim	Sim	Regular

Os indicadores foram apurados com base nas demonstrações contábeis e nos registros auxiliares da Entidade, observando-se os conceitos de participantes, assistidos, recursos garantidores, ativo total, receitas e despesas administrativas conforme a planificação contábil aplicável às EFPC. Eventuais diferenças metodológicas entre os exercícios foram ajustadas exclusivamente para fins de comparabilidade, sem reabertura de demonstrações contábeis.

É importante destacar que os resultados apresentados no Relatório de Pesquisa de Satisfação Institucional, realizado pela empresa de consultoria Mirador, evidenciam elevado nível de satisfação geral dos participantes, alcançando a nota de 8,45. Tal resultado reflete, entre outros fatores, a percepção positiva quanto ao atendimento e à atuação da equipe da Fundação São Francisco, reconhecida por sua competência, profissionalismo e evolução ao longo dos anos.

A análise do relatório também revela sensibilidade dos participantes quanto ao impacto das despesas administrativas sobre a rentabilidade líquida e o valor final dos benefícios. Esse resultado mostra-se coerente com os indicadores de eficiência operacional observados no exercício, notadamente a redução relativa das despesas administrativas e o controle do custeio em relação aos recursos garantidores e ao orçamento aprovado, reforçando o compromisso da Entidade com a sustentabilidade e a transparência da gestão.

# 7. PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

Fundação São Francisco atua de forma diligente na defesa dos interesses dos seus participantes em todas as esferas judiciais e extrajudiciais. Em 2025, acompanhamos de perto todas as ações, sempre buscando as melhores soluções para garantir a segurança jurídica e a integridade dos planos de benefícios.

A seguir, é apresentado o posicionamento das ações judiciais e extrajudiciais em que a São Francisco figura como Requerente ou Requerida, de forma a conter, resumidamente, as principais informações. Existe um relatório completo, contendo todas as informações dos processos, à disposição dos Conselhos, Diretoria Executiva e dos participantes interessados. Vale destacar que, neste relatório, trazemos um resumo das 15 (quinze) ações judiciais e 01 (uma) medida extrajudicial, em que se buscam a recuperação de ativos investidos; ações envolvendo pedidos de pensão por morte e concessão de benefícios previdenciários; 1 reclamação trabalhista em face da São Francisco e 6 ações fiscais onde se discutem o pagamento e recolhimento de impostos sobre o faturamento, tais como PIS, CSLL, COFINS e discussão sobre o IRRF e 1 ação de cobrança de empréstimo nova, depois de aberta a carteira de empréstimo.

## 7.1 Ações Judiciais

TABELA 54 - AÇÕES JUDICIAIS

N.º do processo / tipo de ação/	Local	Posição da São Francisco	Parte Contrária	Valor da Causa (R\$)	Probalidade de perda	Último andamento
01 – Ações de investimentos/empreendimentos:						
0194915-31.2009.8.26.0100 * Ação de execução decorrente de debêntures não pagas * 08/10/2009	1ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP	Requerente	ULBRA RECE-BÍVEIS S/A	5.029.494,91 * 78.756.719,78 (para todos)	Remota	Houve sentença que determinou o encerramento da Recuperação Judicial da UL-BRA. Processo segue com outras discussões
1999.33.00.005326-8 * Ação para liberação de hipotecas que recaíram sobre os imóveis da FSF * 07/05/1999	16ª Vara Federal de Salvador/BA	Requerente	Caixa Econômica Federal e Fernandez Empreendimentos e Construções LTDA	XXXX	Não se aplica, causa já ganha.	As questões judiciais relacionadas aos imóveis foram resolvidas. Fase final junto ao cartório para o registro em definitivo dos imóveis.

N.º do processo / tipo de ação/	Local	Posição da São Francisco	Parte Contrária	Valor da Caus (R\$)	Probalidade de perda	Último andamento
0479745-34.2015.8.19.0001 * Ação Revocatória que visa anular o negócio jurídico das CCI's M.Brasil * 31/07/2014	5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro	Requerida junto com outros fun-dos	Ministério Público do Rio de Janeiro	1.000.000,00	Possível	Aguardando conclusão do processo para novo julga-mento.
0146386-54.2024.8.19.0001 * Ação Declaratória de inexistência de débito fiscal decorrente do investimento nas CCI's * 14/11/2024	12ª Vara da Fazen-da Pública do Rio de Janeiro	Requerente	Município do Rio de Janeiro	852.493,28 (valor total da ação, que tem mais 6 autores, incluindo a São Fran-cisco).	Remota	Conquistada a liminar para afastar a co-brança dos impostos so-bre os imóveis recebidos em garantia das CCI's. Os pro-cessos foram reunidos para evitar decisões conflitantes.
nº 1025934-31.2023.8.26.0100 * Ação monitória promovida pelo escritório Siqueira Castro, que tem por objeto a cobrança dos honorários previstos na alínea c, da cláusula II, ao argumento de que seriam devidos honorários contratuais equivalentes aos honorários de êxito nas OFND's * 18/11/2022	14ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Capital.	Requerida junto com a ABRAPP e 94 outras entidades	ESCRITÓRIO SIQUEIRA CASTRO	52.623.015,97 total da ação	Provável	Aguardando julgamento de Agravo Regimental da São Francisco pelo TST.
<b>02 – Ações relativas à pensão por morte/concessão de benefícios:</b>						
0729814-41.2023.8.07.0001 * Ação com pedido de pensão por morte para companheira não inscrita ano plano * 18/07/2023	2ª Vara Cível de Brasília - DF	Requerida	C.C.M.A	107.732,60	Possível	Ação contes-tada pela Fun-dação São Francisco em 11/09/2023. Houve senten-ça de proce-dência do pe-dido. A FSF apresentou Apelação que foi provida. Processo re-metido ao STJ para julga-mento, com recurso espe-cial da autora. Processo pau-tado para jul-gamento no STJ.
001442726.2023.8.25.0001/202311000437 * Ação com pedido de pensão por morte para companheira e esposa não inscritas ano plano * 04/04/2023	10ª Vara Cível de Aracaju- TJSE	Requerida	AVRE E OU-TRA	31.248,00	Possível	Sentença de procedência do pedido das autoras. Fo-ram apresen-tados embar-gos de decla-ração, não providos. Apresentada a apelação, que aguarda jul-gamento.
<b>03 – Reclamações Trabalhistas:</b>						
02526-2014-022-10-00-0 * Ação trabalhista que tem por objeto condenação por doença ocupacional * 18/12/2014	22ª Vara do Traba-lho de Brasi-lia/DF	Reclamada	M.R.S.	737.000,00	Provável	Aguardando julgamento de Agravo Regi-mental da São Francisco pelo TST.

N.º do processo / tipo de ação/	Local	Posição da São Francisco	Parte Contrária	Valor da Caus (R\$)	Probalidade de perda	Último andamento
04 – Ações Fiscais (PIS/COFINS/CSLL):						
MS 2003.34.00.037674-7 * Mandado de Segurança com discussão de CSLL * 03/11/2003	16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Impetrante	Delegado da Receita Fede-ral no Distrito Federal	786.847,83 * 1.431.534,31 (valor atual)	Remota	Aguardando julgamento de REsp e RE da Fazenda Naci-onal pelos tri-bunais superi-ores (STF e STJ).
MS 2006.34.00.008213-4 * Mandado de Segurança com discussão de PIS * 08/03/2006	4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Impetrante	Delegado da Receita Fede-ral no Distrito Federal	20.000,00	Remota	Aguardando julgamento de Apelação da São Francisco pelo TRF-1.
0006661-29.2011.4.01.3400 * Mandado de Segurança com discussão de PIS * 27/01/2011	17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Requerente	União Fede-ral	49.733,78 * 586.393,93 (valor atual)	Remota	Aguardando julgamento de Apelação da São Francisco pelo TRF-1.
0037095-35.2010.4.01.3400 * Mandado de Segurança com discussão de COFINS * 27/07/2010	13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Requerente	União Federal	212.518,16 * 3.064.872,18 (valor atual)	Remota	Aguardando julgamento de Apelação da São Francisco pelo TRF-
1999.34.00.025134-6 * Execução fiscal com discussão de IRRF * 17/08/1999	18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Requerido	União Fede-ral	176.733,62	Remota	Aguardando decisão acerca do pedido de extinção do processo feito pela Funda-ção.
0045050-20.2010.4.01.3400 * Execução fiscal com discussão de IRRF * 05/10/2010	11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal	Requerido	União Fede-ral	56.321,42	Remota	Execução sus-pensa em ra-zão de julga-mento do pro-cesso 0037095-35.2010.4.01.3400
0857468-39.2024.8.18.0140 * Ação de cobrança de empréstimo * 26/11/2024	Vara Cível de Teresi-na - TJPI	Requerente	R.N.S.B.F	42.201,60	Remota	Aguardando nova citação do devedor.

## 7.2 Procedimento Extrajudicial

TABELA 55 - AÇÕES EXTRAJUDICIAIS

N.º do processo / tipo de ação/	Local	Posição da São Francisco	Parte Contrária	Valor da Caus (R\$)	Probabilidade de perda	Último andamento
Execução pro-cessada em Cartório de Registro de Imóveis – extrajudicial – CCI's M.Brasil	Rio de Janeiro	Credora	M Brasil Empreendimentos Mar-keting e Negócios Ltda e a BAREM-BOIMS/A	XXXX	Possível	O imóvel foi arrecadado pelo Juízo res-ponsável pelo processo da massa falida. Foi determina-da a venda e depois suspen-sa.

Destacamos que os nomes das pessoas físicas foram abreviados, tendo em vista a necessidade de cumprimento da lei geral de proteção de dados – LGPD.

A Assessoria Jurídica, em conjunto com a Gerência de Contabilidade, realizam regularmente o acompanhamento dos processos judiciais e administrativos, promovendo a devida conciliação das informações para fins de contingenciamento dos valores envolvidos. Dessa forma, todos os processos que possuem indicação de contingência encontram-se devidamente contingenciados, em conformidade com os critérios técnicos e contábeis aplicáveis, garantindo a adequada evidenciação e controle dos passivos potenciais.

# 8. ANEXOS

## 8.1 Aprovação do Conselho Deliberativo



DocuSign Envelope ID: AF0FCBF4-D838-86F4-826F-7841CC252998



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

**CONSELHO DELIBERATIVO****DELIBERAÇÃO Nº 02/2025, de 26 de março de 2026**

O Conselho Deliberativo da Fundação São Francisco de Seguridade Social – SÃO FRANCISCO, em sua 99ª (Nonagésima Nona) Reunião Ordinária, realizada em 26 de março de 2026, e no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento no inciso XII do artigo 25 do Estatuto da Fundação,

**CONSIDERANDO:**

- O Parecer favorável do Conselho Fiscal, emitido em 19 de março de 2026, que atesta a regularidade e conformidade da Prestação de Contas referente ao exercício de 2025;
- A conformidade das Demonstrações Contábeis e notas explicativas, conforme o Relatório do Auditor Independente, emitido pela MOORE VR Auditores & Consultores SS;
- A regularidade das Demonstrações Atuariais (DAs) e dos Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios, elaborados pela Mirador Assessoria Atuarial, conforme pareceres: Plano BD: MIRADOR 0312/2026; Plano CODEPREV: MIRADOR 0460/2026 e Plano Saldado: MIRADOR 0313/2026;
- A obrigatoriedade de encaminhamento da Prestação de Contas aos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente;

**RESOLVE:**

1. **APROVAR** a Prestação de Contas referente ao exercício de 2025, composta pelos seguintes documentos: Relatório Anual de Informações (RAI); Demonstrações Contábeis e notas explicativas; Relatório do Auditor Independente, emitido pela MOORE VR Auditores & Consultores SS; Demonstrações Atuariais (DAs) e Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios, elaborados pela Mirador Assessoria Atuarial; e Parecer do Conselho Fiscal.
2. **DETERMINAR** que a Diretoria Executiva da Fundação encaminhe o conjunto de documentos que compõem a Prestação de Contas, dentro dos prazos legais estabelecidos, à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e à Patrocinadora CODEVASF.
- 3.

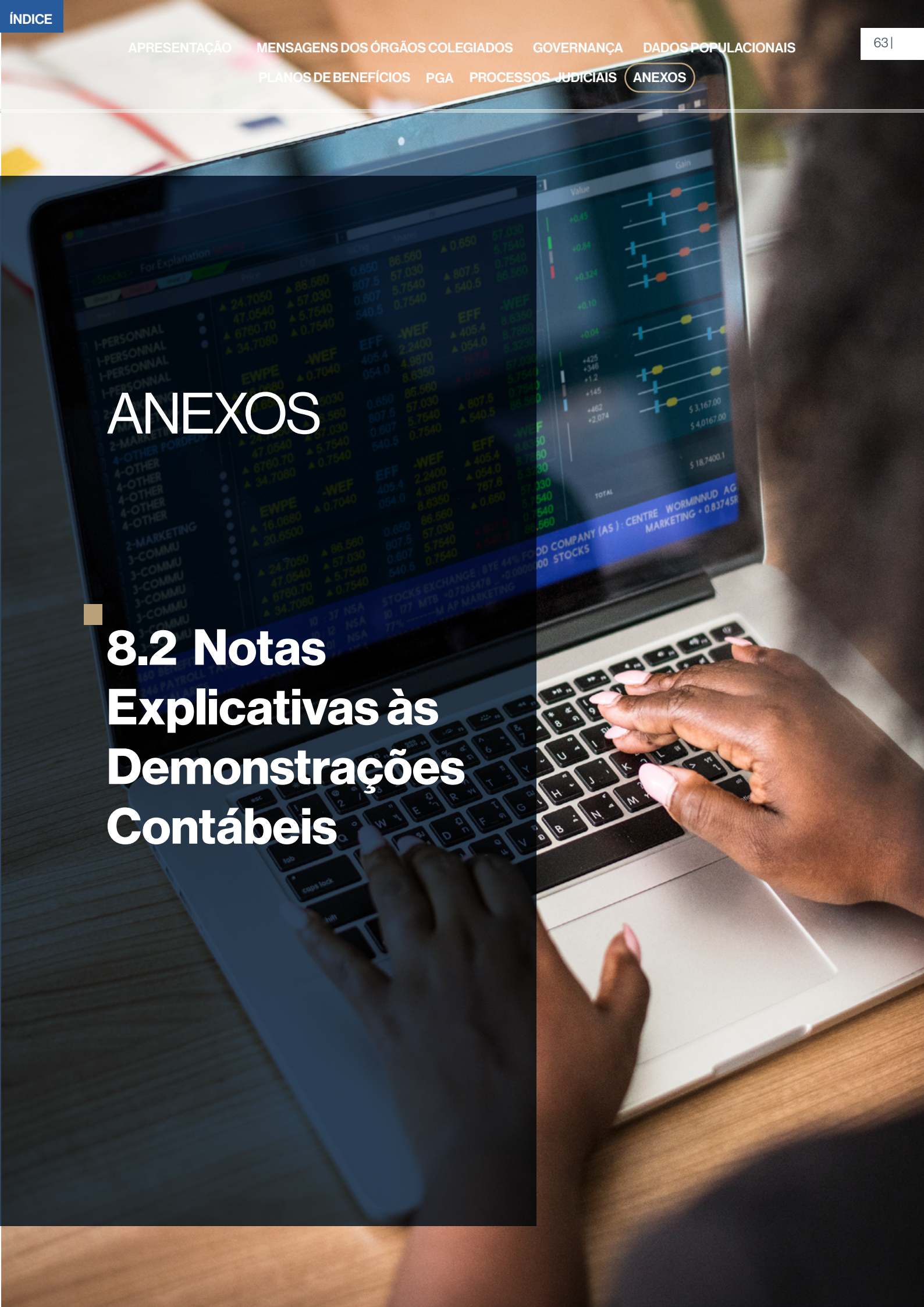
Demétrios Pascoal de Almeida Rocha  
PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DE ALMEIDA ROCHA  
CPF: 030.000.000-00  
CNPJ: 03.000.000/0001-00  
C. E. P. 030.000.000-00  
C. B. 030.000.000-00

**DEMÉTRIOS PASCOAL DE ALMEIDA ROCHA**  
Presidente do Conselho Deliberativo

**Resolução nº 17/2026**

# ANEXOS

## 8.2 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



2025

# **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício 2025**





## SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	4
1.1. Quantidade de beneficiários .....	6
2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	7
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	7
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	10
4.1. Estrutura Contábil das Demonstrações: .....	10
4.1.1. Planos .....	10
4.1.2. Discriminação dos principais grupos de contas: .....	11
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS – AVALIAÇÃO CONSOLIDADA .....	13
6. PROVISÕES PARA PERDA E CONSTITUIÇÃO DOS DEPÓSITOS RECURSAIS .....	16
6.1. Provisões para Perda .....	16
6.2. Depósitos Recursais .....	16
7. PLANO DE BENEFÍCIO I (BD) .....	16
7.1. ATIVO .....	16
7.1.1. Recebíveis Previdencial .....	16
7.1.2. Gestão Administrativa .....	17
7.1.3. Investimentos .....	17
7.1.3.1. Títulos Públicos e Créditos Privados – Identificação por vencimento .....	19
7.1.3.2. Fundos de Investimentos .....	20
7.1.3.3. Despesas com investimentos .....	31
7.2. PASSIVO .....	32
7.2.1. Exigível operacional - Gestão Previdencial .....	32
7.2.2. Exigível operacional - Gestão dos Investimentos .....	33
7.2.3. Exigível Contingencial .....	33
7.2.4. Patrimônio Social .....	34
7.2.4.1. Provisões Matemáticas .....	34
7.2.4.2. Equilíbrio Técnico .....	36
7.2.4.3. Fundo Administrativo .....	37
7.2.4.4. Fundo para Garantia de Operações com Participantes .....	38
8. PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV .....	38
8.1. ATIVO .....	38
8.1.1. Gestão Previdencial .....	38
8.1.2. Gestão Administrativa .....	39
8.1.3. Investimentos .....	39
8.1.3.1. Títulos Públicos – Identificação por vencimento .....	40
8.1.3.2. Fundos de Investimentos .....	42
8.1.3.3. Despesas com investimento .....	45
8.2. PASSIVO .....	46
8.2.1. Exigível operacional - Gestão Previdencial .....	46
8.2.2. Exigível operacional - Gestão dos Investimentos .....	46
8.2.3. Patrimônio Social .....	47
8.2.3.1. Provisões Matemáticas .....	47
8.2.3.2. Fundos Previdenciais .....	48
8.2.3.3. Fundo Administrativo .....	50
8.3. EVOLUÇÃO DA COTA .....	51
9. PLANO DE BENEFÍCIOS III (BENEFÍCIO SALDADO) .....	52
9.1. ATIVO .....	52
9.1.1. Gestão Previdencial .....	52
9.1.3. Investimentos .....	53



9.1.3.1. Títulos Públicos e Créditos Privados – Identificação por vencimento .....	55
9.1.3.2. Fundos de Investimentos .....	56
9.2. PASSIVO .....	66
9.2.1. Exigível operacional - Gestão Previdencial .....	66
9.2.2. Exigível operacional - Gestão dos Investimentos .....	66
9.2.4. Patrimônio Social .....	68
9.2.4.1. Provisões Matemáticas .....	68
9.2.4.2. Equilíbrio Técnico .....	70
9.2.4.3. Fundo Administrativo .....	71
9.2.4.4. Fundo para Garantia de Operações com Participantes .....	72
9.2.4.5. Despesas com investimentos .....	72
10. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA) .....	73
10.1 ATIVO .....	73
10.1.1. Realizável Gestão Administrativa .....	73
10.1.2. Investimentos .....	74
10.1.2.1. Fundos de Investimentos .....	75
10.1.2.2. Imobilizado e Intangível .....	76
10.2. PASSIVO .....	76
10.2.1. Gestão Administrativa: .....	76
10.2.2. Exigível Contingencial – Gestão Administrativa: .....	77
10.3. Fundo Administrativo .....	79
10.4. Despesas com Investimento .....	80
10.5. Receitas Administrativas (Custeio) .....	80
10.5.1. Limites Custeio Administrativo .....	81
10.6. Despesas Administrativas .....	82
11. OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS .....	84
12. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	85
13. EVENTO SUBSEQUENTES – ADEQUAÇÃO A PORTARIA PREVIC Nº 1.071, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 .....	86



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E SUA COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO FINDO EM 2024 - OS VALORES ESTÃO EXPRESSOS EM R\$ MIL.

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação São Francisco de Seguridade Social – SÃO FRANCISCO é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, atividade regulamentada pela Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. Seu funcionamento foi autorizado pela Portaria MPAS nº 2.531, de 28 de maio de 1981, em caráter de tempo indeterminado. É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Foi instituída pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, em março de 1981, tendo por finalidade administrar planos de benefícios de suplementação de aposentadoria para os seus empregados, mas iniciou suas atividades em fevereiro de 1986, quando a CODEVASF aportou os recursos financeiros necessários à sua constituição, como definido em lei.

A Fundação possui estrutura organizacional composta por:

- Conselho Deliberativo;
- Conselho Fiscal e;
- Diretoria Executiva.

A nível de assessoramento conta com Comitê de Investimento e Assessoria de Governança Corporativa.

O primeiro plano de benefício, com denominação regulamentar de Plano de Benefícios I (em linguagem corrente Benefício Definido - BD), teve início em março/1986, criado com características de benefício definido; o segundo plano, oficialmente denominado Plano de Benefícios II (denominado de Codeprev, ou ainda, chamado de Contribuição Definida - CD), abriu para inscrições em 1/11/2013, criado na modalidade de contribuição definida; e o Plano de Benefícios III (conhecido como Plano de Benefício Saldado, ou simplesmente BS), teve como data efetiva 30/11/2017.

Atualmente a Fundação São Francisco administra 3 (três) planos de benefícios previdenciais com as seguintes denominações regulamentares:

- **Plano de Benefícios I:** Foi o primeiro plano de benefício criado em Março/86, com modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito sob o CNPJ 48.306.640/0001-50. É um



plano contributivo e encerrado para novas adesões a partir de 11/2013;

- **Plano de Benefícios II:** Corresponde ao segundo plano registrado pela Fundação, com inscrições abertas a partir de 11/2013, denominado pelo regulamento como Codeprev. É um plano contributivo, com modalidade de Contribuição Definida – CD, inscrito sob o CNPJ 48.307.560/0001-10 e
- **Plano de Benefícios III:** É um plano de benefício definido, não contributivo, resultante da transferência de participantes e beneficiários, em gozo ou não de benefícios, do Plano de Benefícios I, com os benefícios relativos a eles saldados, facultativamente, na data de saldamento. Este plano está inscrito sob o CNPJ 48.307.652/0001-08, conhecido como Plano de Benefício Saldado, ou simplesmente BS, teve como data efetiva em 11/2017.

O Plano de Benefício I (Benefício Definido – BD) foi fechado para ingresso de novos participantes em 01/11/2013, coincidindo com o início do Plano Codeprev. Posteriormente, em 30/11/2017, foi realizada a cisão desse plano, resultando na criação do Plano de Benefícios Saldado - BS. Essa cisão decorreu do denominado processo de saldamento de benefícios, no qual as características fundamentais do plano original foram mantidas, incluindo a situação de fechado para novos participantes.

A principal distinção entre os planos reside na forma de apuração do valor do benefício. No Plano de Benefício III (BD Saldado – BS), sendo um plano sem contribuições normais, o valor do benefício foi proporcionalizado com base nas reservas matemáticas apuradas em 30/09/2017, data de sua autorização pela PREVIC. O saldamento do benefício do Plano BD foi autorizado pela Portaria nº 929, da DILIC/PREVIC, em 25/09/2017.

Os custos dos planos são revisados anualmente ao final de cada exercício pelo atuário externo responsável, considerando tanto os custos normais quanto a sobrecarga administrativa (taxa de carregamento). Além disso, as revisões extraordinárias podem ser realizadas no decorrer do exercício em casos de fatos relevantes.

No caso do Plano de Benefícios II (Contribuição Definida - CD ou Codeprev), os ajustes no custeio concentram-se, principalmente, na parcela destinada ao Fundo Coletivo de Risco e à taxa de carregamento. Essas alterações são determinadas pelo atuário responsável. É importante destacar que, anualmente, no mês de novembro, os participantes ativos podem optar por alterar os percentuais de contribuição, oferecendo maior flexibilidade no planejamento financeiro.

Por tratar-se de uma entidade patrocinada por uma empresa pública federal (CODEVASF), a



gestão dos planos de benefícios está subordinada às disposições da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. Essa legislação estabelece limites para a contribuição normal da patrocinadora, que não pode exceder a contribuição dos participantes, garantindo uma proporção máxima de 1 para 1.

Ademais, a Lei Complementar permite a cessão de empregados da patrocinadora para trabalhar na entidade, desde que os custos funcionais correspondentes sejam devidamente ressarcidos. Também é vedado ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios além do que está previsto nos respectivos planos de custeio.

A gestão dos planos de benefícios requer uma abordagem criteriosa e alinhada à legislação vigente, assegurando o cumprimento das obrigações regulamentares e a manutenção do equilíbrio financeiro dos planos. As revisões atuariais e os limites de contribuições destacam o compromisso com a sustentabilidade e a governança do sistema.

### 1.1. Quantidade de beneficiários

Em 31 de dezembro de 2025, o total de participantes cadastrados corresponde a 2.326, distribuídos entre participantes ativos e assistidos, conforme demonstrado no Quadro I a seguir:

QUADRO I – Número de Participantes e Assistidos

Plano	TOTAL DE PARTICIPANTES			
	2025		2024	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Plano de Benefícios I	-	718	-	731
Plano de Benefícios II	1.245	49	1.197	28
Plano de Benefícios III	166	148	201	119
<b>TOTAL</b>		<b>2.326</b>		<b>2.276</b>

Fonte: Gerência de Benefícios

A variação verificada no quantitativo de participantes ao longo do exercício de 2025 decorre da movimentação regular dos planos, compreendendo novas adesões, cancelamentos de inscrição, atualizações cadastrais, bem como inscrições e desligamentos de dependentes.

Ressalta-se, ainda, que a patrocinadora Codevasf manteve, no período, Programa de Desligamento Incentivado (PDI), o qual foi encerrado em 31 de dezembro de 2025, além da realização de novas admissões por meio de concurso público, fatores que também impactaram a composição do cadastro de participantes.



## 2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A contabilidade das entidades fechadas de previdência complementar segue procedimentos regulamentados por legislação específica, que diferem das normas aplicáveis a outros setores, como o das sociedades anônimas. Essa especificidade abrange conceitos, legislação, procedimentos, normas e critérios aplicáveis, conforme descrito a seguir:

- **Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023:** Estabelece os procedimentos relativos às atividades das entidades fechadas de previdência complementar, incluindo normas complementares definidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar e pelo Conselho Monetário Nacional.
- **Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021:** Dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, abrangendo o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.
- **Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024:** Dispõe sobre o plano de gestão administrativa, os fundos administrativos, o orçamento, as fontes de custeio administrativo e as receitas e despesas da gestão administrativa das entidades fechadas de previdência complementar, e sobre os limites e critérios específicos aplicáveis ao custeio das entidades e planos de benefícios regidos pela Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.
- **Norma Brasileira de Contabilidade ITG/CFC nº 2001, de 15 de dezembro de 2022:** Altera a redação da ITG 2001, dispondo sobre critérios e procedimentos para estruturação das demonstrações contábeis, registro de operações e variações patrimoniais, bem como o conteúdo mínimo das notas explicativas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

## 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), especificamente a Resolução Previc n.º 23, de 14 de agosto de 2023 e pela Norma Brasileira de Contabilidade, ITG 2001, de 15 de dezembro de 2022, que da nova redação à ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, de curto e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional



de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As demonstrações contábeis da Fundação São Francisco são de responsabilidade da sua Administração e devem observar as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar — CNPC e fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC e, quando aplicável, normas, interpretações e comunicados técnicos editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As despesas administrativas de uma EFPC devem ser registradas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), ente contábil criado com esta finalidade. O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa segue as regras dispostas pelo CNPC e pela Superintendência de Previdência Complementar (Previc). Por consequência, todas as despesas administrativas, bem como as contingências de cunho administrativas da Fundação São Francisco, são registradas no PGA.

Conforme o art. 362 da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, as EFPC devem elaborar os seguintes documentos:

- I. Balancetes mensais do plano de benefícios, do plano de gestão administrativa e do consolidado;
- II. Balanço patrimonial consolidado, comparativo com o exercício anterior;
- III. Demonstração da mutação do patrimônio social, de forma consolidada, comparativa com exercício anterior;
- IV. Demonstração do plano de gestão administrativa, de forma consolidada, comparativa com o exercício anterior;
- V. Demonstração do ativo líquido, por plano de benefícios de caráter previdencial, comparativa com o exercício anterior;
- VI. Demonstração da mutação do ativo líquido, por plano de benefícios de caráter previdencial, comparativa com o exercício anterior;
- VII. Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios, por plano de benefícios



- de caráter previdencial, comparativa com o exercício anterior;
- VIII.** Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas;
- IX.** Parecer do conselho fiscal, com opinião sobre as demonstrações contábeis;
- X.** Manifestação do conselho deliberativo relativa à aprovação das demonstrações contábeis; e
- XI.** Relatórios de auditor independente, descritos a seguir:
- a)** Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis;
  - b)** Relatório circunstanciado sobre controles internos; e
  - c)** Relatório para propósito específico, exigido para as EFPC classificadas pela Previc no segmento S1.
- XII.** Informações extracontábeis conforme a Portaria da Diretoria de Normas mencionada no art. 178.
- § 1º** Os documentos elencados nos incisos II a X e na alínea “a” do inciso XI do caput devem ser elaborados e aprovados até 31 de março do exercício social subsequente ao de referência.
- § 2º** As vias originais das demonstrações contábeis, do parecer do conselho fiscal, do relatório de auditor independente sobre as demonstrações contábeis e a manifestação do conselho deliberativo, assinadas e rubricadas, sendo permitidas assinaturas efetuadas por meio de certificados digitais emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, devem ser mantidas na EFPC à disposição da Previc.
- § 3º** Os documentos referidos nas alíneas “b” e “c” do inciso XI devem ser elaborados até 31 de maio do exercício social subsequente e permanecer à disposição da Previc.
- § 4º** A EFPC pode, facultativamente, elaborar demonstração do plano de gestão administrativa, por plano de benefícios de caráter previdencial, comparativo com o exercício anterior.
- § 5º** Os documentos elencados no inciso I poderão ser enviados trimestralmente.
- § 6º** Os planos de benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida cujos saldos contábeis sejam nulos nas contas de Benefício Definido do grupo de contas das provisões matemáticas podem ter os seus balancetes elaborados e enviados trimestralmente.

Por determinação do CNPC os valores das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas são apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da entidade é o Real (R\$).

A Diretoria Executiva apreciou as Notas Explicativas relativas às Demonstrações Contábeis no



dia **12/03/2026** e as submeteu ao Conselho Fiscal para emissão do parecer, com opinião sobre as demonstrações contábeis e ao Conselho Deliberativo, para manifestação relativa à aprovação das demonstrações contábeis, em atenção ao disposto no art. 362 da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023.

#### **4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

A Fundação São Francisco elabora os registros contábeis respeitando a autonomia patrimonial como determina o emprego da segregação patrimonial real. Os balancetes obrigatórios foram consolidados por mês civil e são enviados regularmente à PREVIC.

Todos os lançamentos contábeis foram registrados com base no Princípio da Competência, o qual determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Isto pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

A contabilização foi realizada na sede da Fundação São Francisco utilizando-se dos livros obrigatórios, Diário e Razão, além de livros auxiliares, estando todos à disposição dos órgãos de fiscalização e auditorias, nas instalações da Entidade, na forma digital.

##### **4.1. Estrutura Contábil das Demonstrações:**

###### **4.1.1. Planos**

Na estrutura contábil vigente, são denominados planos, cada entidade contábil. Na Fundação São Francisco há quatro entidades, a saber: (I) Plano de Benefício Definido; (II) Plano de Contribuição Definida – CODEPREV, (III) Plano Benefício Saldado e; (IV) Plano de Gestão Administrativa - PGA. Como anteriormente já afirmado, tratados com respeito ao postulado da entidade contábil, é utilizada a segregação real, não solidária, que em cada uma reúne os bens, direitos, obrigações e suas respectivas receitas e despesas.

- a) Plano de Benefício Definido I (BD Fechado):** Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado exclusivamente de natureza previdenciária, na modalidade de Benefício Definido;
- b) Plano de Benefícios II (CD – Codeprev):** Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado exclusivamente de natureza previdenciária, na modalidade de Contribuição Definida;



- c) **Plano de Benefícios III - (BD Saldado):** Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado exclusivamente de natureza previdenciária, na modalidade de Benefício Definido;
- d) **Plano de Gestão Administrativa - PGA:** Atividade de registro e de controle, inerentes à administração da empresa (Fundação São Francisco) gestora do Plano de Benefícios, bem assim, dos custeios oriundos das taxas de carregamento e administração definidas pela legislação, oriundas dos planos de benefícios.

#### 4.1.2. Discriminação dos principais grupos de contas:

##### I. Ativo

**Ativo Disponível:** Representam os valores em espécie, cheques emitidos, valores enviados por meio de transferências eletrônicas, como cheques em tesouraria e numerários em trânsito.

##### II. Ativo Realizável

**Gestão Previdencial:** Compreendem os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio. Compreendem também os valores contratados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, bem como outros valores a receber de natureza previdenciária, até a data do balanço, inclusive os valores decorrentes de Depósitos Judiciais/Recursais.

**Gestão Administrativa:** Registra os direitos a receber relativos aos eventos administrativos, principalmente no que se refere aos valores decorrentes do repasse de custeio administrativo a receber dos planos de benefícios, bem como a antecipação de despesas do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que contribuirá para a formação de resultados de meses subsequentes, tais como: adiantamentos sob a responsabilidade de empregados e terceiros, bem como outros valores de natureza administrativa, até a data do balanço, inclusive os valores oriundos de Depósitos Judiciais/Recursais.

**Investimentos:** Registra os valores aplicados pela São Francisco nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Imóveis e Empréstimos a Participantes, atualizados até a data do balanço. Inclusão de quadro com o Imóvel e a Reavaliação do Imóvel.

**Ativo imobilizado e Intangível:** Conta patrimonial responsável pelo registro dos bens móveis e imóveis destinados ao funcionamento da EFPC.



### III. Passivo

#### a) Exigível Operacional

**Gestão Previdencial:** Registra os compromissos de cada Plano de Benefícios relativos ao pagamento de benefícios previdenciários. Registra ainda o valor para repasse à Gestão Administrativa referente ao custeio das despesas administrativas necessárias à gestão dos planos de benefícios previdenciários e demais compromissos a pagar e/ou a recolher oriundos dessa gestão.

**Gestão Administrativa:** Registram os compromissos assumidos pela Entidade relativos ao pagamento de despesas com pessoal, encargos, serviços de terceiros.

**Investimentos:** Registram os compromissos assumidos pela Entidade em operações de investimentos, bem como os tributos a recolher decorrentes das operações de empréstimos a participantes. Registra ainda o valor para repasse à Gestão Administrativa referente ao custeio das despesas administrativas necessárias aos investimentos dos recursos dos planos de benefícios previdenciários.

**b) Exigível Contingencial:** Registra as provisões relativas a litígios, cujas decisões futuras podem gerar desembolso pelas entidades contábeis.

**IV. Patrimônio Social:** Registra a soma dos recursos para fazer frente a todas as obrigações dos planos de benefícios administrados pela Fundação São Francisco. É composto pelas rubricas:

**Benefícios Concedidos:** Valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes já assistidos do Plano de Benefícios, líquidos das contribuições de suas obrigações, definidas no plano de custeio revisado anualmente pelo atuário responsável.

**Benefícios a Conceder:** Valor presente dos benefícios futuros a serem concedidos aos participantes em plena atividade laboral, líquidos também das futuras contribuições a serem vertidas.

**Provisões Matemáticas a Constituir:** Valor presente, na data de 31/12, das contribuições futuras, conforme definido pelo atuário responsável, constante do plano de custeio vigente no exercício, revisado por ocasião da avaliação atuarial.

**Reservas e Fundos:** As Reservas registram os resultados acumulados obtidos pelo plano de benefícios, demonstrados na conta de Equilíbrio Técnico. Enquanto os fundos constituem reservas para cobrir atividades específicas. No PGA o fundo administrativo e, nos Planos de



Benefícios, para liquidar os saldos devedores dos participantes que vierem a óbito e tenham contratos de empréstimos ativos na data do desenlace.

## **5. GERENCIAMENTO DE RISCOS – AVALIAÇÃO CONSOLIDADA**

O gerenciamento de riscos das EFPC deve seguir o que estabelece a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 06 de outubro de 2004, a Resolução Previc n.º 23, de 14 de agosto de 2023, a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 e os Guias de melhores práticas da PREVIC em Fundos de Pensão.

A São Francisco criou no seu organograma uma assessoria para coordenar o processo de gestão de riscos, cuja sustentação se baseia em Política específica, matriz de risco e sistema eletrônico para dar suporte ao processo.

Os dois macroprocessos principais da gestão de risco quais sejam: investimentos e previdencial contam ainda com assessoria terceirizada e avaliações mensais. Os riscos que envolvem os processos de investimentos são avaliados mensalmente no Comitê de Investimentos. O mesmo ocorre com os riscos que envolvem o macroprocesso previdencial. O atuário responsável pelos planos realiza avaliações mensais dos planos e emite relatórios com informações sobre a solvência e as provisões.

Especificamente quanto aos investimentos a gestão é realizada de acordo com as regras estabelecidas tendo por base o a Política de Investimentos, também revisada anualmente.

Já a marcação na curva, que é um método contábil aplicado aos investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), permite que esses ativos sejam registrados pelo preço de compra e corrigidos pela taxa acordada até o vencimento. Com a publicação da Resolução CNPC nº 61, em 17 de dezembro de 2024, essa prática passou a ser permitida para todos os tipos de plano de benefícios, desde que a entidade possua capacidade financeira para manter os títulos até o vencimento. A adoção desse critério reduz a volatilidade dos resultados financeiros dos planos, proporcionando maior estabilidade na gestão dos investimentos. Adicionalmente, a nova regulamentação autoriza a reclassificação dos títulos públicos federais adquiridos até 31 de dezembro de 2026, conferindo maior flexibilidade às estratégias de alocação de ativos das EFPC.

A Fundação São Francisco e os gestores dos fundos de investimento se utilizam de diversas informações para cotejar os riscos dos títulos, e obrigatoriamente, as informações produzidas pelas Agências de Rating's, com as definições dadas pela CVM para esses prestadores de serviços. Por definição contida nas Políticas de Investimentos, aprovadas anualmente pelo



Conselho Deliberativo para cada plano, a menor menção de risco aceita para que se proceda ao investimento é aquela equivalente a BBB se a aquisição se der para a carteira própria, todavia, as carteiras dos fundos são abertas mensalmente e identificado se o risco de crédito está dentro dos limites globais estabelecidos, dado que a consultoria I9advisory, apresenta dado que são apresentados relatórios que espelham o acompanhamento contínuo dos gestores dos fundos.

Neste contexto, o risco de mercado contempla a possibilidade de flutuações nos valores de mercado dos ativos que integram os fundos de investimento e as carteiras de valores mobiliários geridas pela Fundação São Francisco, que podem ser acarretadas por questões de liquidez, crédito, ou ainda por fatores políticos, fiscais, legais e econômicos. A Entidade atualmente trabalha com limites de risco de mercado para VaR/BVaR e análises de stress (análises de sensibilidade, de cenários paramétricos e simulados de situações de crise globais e locais).

O risco de liquidez pode ser avaliado como a impossibilidade de a Entidade honrar seus compromissos, entre eles o pagamento de benefícios aos participantes. Desta forma, o controle é realizado por meio da análise do fluxo do passivo atuarial do plano de benefícios, comparando-o com a parcela líquida da carteira de investimentos. O ALM é a ferramenta utilizada para este controle nos planos de características de benefício definido, enquanto o plano CODEPREV a técnica utilizada é a conhecida como moderna teoria dos portfólios.

Risco Operacional é “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”, a gestão é tomada por ações que garantam o império das normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle destaca-se:

- A definição de rotinas de acompanhamento e análise, por relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos, com registro das decisões em atas;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento.

O risco relacionado à Sustentabilidade e Fatores ESG refere-se à possibilidade de eventos ou condições associadas a questões ambientais, sociais e de governança influenciarem significativamente o desempenho financeiro e operacional das empresas nas quais a Fundação



São Francisco tem exposição. Os fatores ESG abrangem uma ampla gama de considerações, incluindo o impacto ambiental das operações de uma empresa, práticas de gestão de recursos naturais, políticas de diversidade e inclusão, relações com a comunidade, ética empresarial e estrutura de governança corporativa.

Uma abordagem proativa para gerenciar o risco ESG envolve a integração desses fatores na tomada de decisões de investimento, a implementação de estratégias de engajamento com empresas investidas para promover melhores práticas ESG e a alocação de recursos de forma a mitigar riscos e alinhar os investimentos com objetivos sustentáveis de longo prazo. Para avaliar o impacto desses temas na carteira de investimentos, a Fundação São Francisco monitorará seus gestores de investimentos quanto à incorporação de análises ESG na construção de portfólios. Inicialmente, esse monitoramento terá um caráter educativo, mas futuramente poderá evoluir para uma abordagem classificatória.

Por fim, o risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, e oportunistas, como a falência de um banco ou de uma empresa. Ele é considerado em cenários, premissas e hipóteses das análises e desenvolvimento de mecanismos de que permitam prognosticar, antecipadamente, as ações a serem tomadas.

Quanto ao macroprocesso previdenciário, os planos de benefícios estão submetidos principalmente a riscos que envolvem aspectos relacionados as premissas atuariais de cada um deles, com destaque para a longevidade e retorno dos investimentos.

Dentre as medidas e controles adotados pela São Francisco para mitigar e/ou eliminar tais riscos podemos destacar as seguintes ações:

- a) **Sobrevivência:** Mensalmente os planos são avaliados no que diz respeito a solvência e provisões, e anualmente, são realizados estudos técnicos de adequação das premissas atuariais dos planos. São elaborados ainda relatórios com pareceres atuariais e plano de custeio.
- b) **Taxa de Retorno dos Investimentos:** Considera-se a composição atual da carteira de investimentos e as durações dos pagamentos dos benefícios previdenciários, bem como as taxas de retorno esperadas para futuras aplicações e reaplicações, realizando ajustes conforme necessário para alinhar as expectativas de retorno com os objetivos do plano.



Destaca-se no modelo em que foi concebido o Plano de Benefícios II (Codeprev), estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), o “Fundo Coletivo de Benefícios de Risco” que visa dar garantia aos participantes ativos normais, até a idade de 58 anos (conforme definição dada no art. 11 do Regulamento do plano) a cobertura dos benefícios não programados (Benefícios de Risco) de Pecúlio por morte em atividade, estruturado no regime de Repartição Simples e Pecúlio por entrada em invalidez (Total e Permanente), estruturado no regime de Repartição Simples.

Os demais riscos que envolvem a Governança dos planos de benefícios e da organização como um todo são tratados com o mesmo rigor técnico pela direção da São Francisco.

## **6. PROVISÕES PARA PERDA E CONSTITUIÇÃO DOS DEPÓSITOS RECURSAIS**

### **6.1. Provisões para Perda**

Nas operações da carteira de empréstimos aos participantes do plano, as provisões para perdas foram tomadas com acuidade, aos determinantes contidos na RESOLUÇÃO PREVIC nº23 de 14/08/2023. Art. 199, o qual informa que a EFPC deve constituir provisão para perda sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, determinada em função do tempo de atraso no recebimento do valor principal, de parcela ou de encargos, conforme os seguintes parâmetros:

- I. provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;*
- II. provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;*
- III. provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;*
- IV. provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;*
- V. provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;*
- VI. provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e*
- VII. provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.*

### **6.2. Depósitos Recursais**

Os depósitos recursais se constituem por meio de uma obrigação que a Entidade tem quando deseja recorrer de uma decisão judicial dos respectivos órgãos jurisdicionais.

## **7. PLANO DE BENEFÍCIO I (BD)**

### **7.1. ATIVO**

#### **7.1.1. Recebíveis Previdencial**

Nessa conta são registrados os recursos a receber referentes às contribuições previdenciais,





<b>Títulos Públicos</b>	<b>273.083</b>	<b>252.227</b>	<b>79,6%</b>	<b>73,7%</b>	<b>8%</b>
NTN-B	271.156	252.227	79,0%	73,7%	8%
LFT	1.927	-	0,6%	0,0%	-
<b>Ativos Financeiros de Crédito Privado</b>	<b>-</b>	<b>3.691</b>	<b>0,0%</b>	<b>1,1%</b>	<b>-100%</b>
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	3.691	0,0%	1,1%	-100%
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>63.463</b>	<b>80.153</b>	<b>18,5%</b>	<b>23,4%</b>	<b>-21%</b>
Fundo Renda Fixa	20.457	25.045	6,0%	7,3%	-18%
Fundo de Ações	17.999	31.555	5,2%	9,2%	-43%
Impairment FIP MULTIESTRATÉGIA	(353)	(332)	-0,1%	-0,1%	6%
Multimercado (FIM)	25.360	23.885	7,4%	7,0%	6%
<b>Investimentos em Imóveis</b>	<b>5.187</b>	<b>4.670</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,4%</b>	<b>11%</b>
<b>Operações com Participantes</b>	<b>1.320</b>	<b>1.450</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,4%</b>	<b>-9%</b>
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>125</b>	<b>125</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0%</b>

Fonte: Gerência de Finanças/Contabilidade

A estrutura de investimentos, composta pelas alocações nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Operações com Participantes, encontrava-se, ao final do exercício de 2025, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimentos 2026-2029, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

No início de 2025, a alocação do Plano BD refletia uma diversificação entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes. Diante da alta da Selic em 2024 e 2025, houve a adoção de ajustes na carteira de investimento, reduzindo gradualmente a exposição à Renda Variável, em conformidade com as diretrizes do estudo de ALM. No Multimercado, devido a boa performance do segmento, foi possível manter os investimentos e obter, ao final do exercício, um crescimento de 6% da carteira.

Ao longo do ano, os recursos advindos da Renda Variável foram realocados para títulos públicos indexados à inflação, garantindo maior previsibilidade e segurança à carteira. Com essa reestruturação, o Plano BD encerrou o exercício com um perfil de investimento mais conservador, reforçando sua resiliência diante das incertezas econômicas.

## Aspectos Gerais

Os valores contábeis dos títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos foram apurados segundo os critérios abaixo especificados:

- ✓ Os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, com vencimento superior a cinco anos a partir da data de compra, são precificados conforme as estratégias definidas e aprovadas pelos órgãos de governança. A precificação é realizada em estrita observância aos estudos de ALM, buscando o alinhamento com as necessidades dos passivos atuariais



dos planos e a manutenção dos ativos destinados ao resgate;

- ✓ Fundos de investimento devem seguir as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, segundo suas classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes das carteiras dos fundos estão precificados a mercado. Os preços dos títulos que compõem as carteiras dos fundos estão contabilizados pelo preço de fechamento das transações cursadas no dia da apuração da cota;
- ✓ Os Fundos cujos ativos em carteira não possuem cotação em bolsa são precificados com base em laudos de avaliação elaborados de acordo com as normas estabelecidas pela CVM e em conformidade com as diretrizes da ABNT. Já os ativos de renda fixa seguem o Manual de Precificação adotado pelos administradores de cada Fundo de Investimento.

### 7.1.3.1. Títulos Públicos e Créditos Privados – Identificação por vencimento

QUADRO V – Títulos Públicos e Créditos Privados – BD

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO - CURVA								
ATIVO	EMISSOR	VENCIMENTO	QTD 31/12/2024	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2024 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2024 (R\$ mil)	QTD 31/12/2025	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2025 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2025 (R\$ mil)
CRI	INFRASEC	07/04/2027	0	6.918	3.691	0	0	0
NTN-B	STN	15/08/2028	10	42.336	47.434	10	42.336	49.314
NTN-B	STN	15/08/2030	8	28.045	34.939	8	29.649	38.013
NTN-B	STN	15/08/2032	6	25.019	26.776	6	25.019	27.907
NTN-B	STN	15/05/2033	0	0	0	1	2.455	2.536
NTN-B	STN	15/08/2040	3	12.961	13.328	4	16.964	18.180
NTN-B	STN	15/05/2045	16	57.141	77.979	16	57.141	81.249
NTN-B	STN	15/08/2050	8	22.220	36.833	8	22.220	38.389
NTN-B	STN	15/05/2055	3	9.280	14.938	3	9.280	15.568
<b>TOTAL</b>			<b>54</b>	<b>203.919</b>	<b>255.918</b>	<b>56</b>	<b>205.064</b>	<b>271.156</b>

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - MERCADO								
ATIVO	EMISSOR	VENCIMENTO	QTD 31/12/2024	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2024 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2024 (R\$ mil)	QTD 31/12/2025	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2025 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2025 (R\$ mil)
LFT	STN	01/03/2030	0	0	0	0	1.893	1.927
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.893</b>	<b>1.927</b>

Fonte: Gerência de Finanças

A composição dos investimentos no encerramento de 2025, por vencimento, identifica que a gestão continua a focar o longo prazo.

### AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DAS NTN'S:

Nos termos do art. 30 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o ajuste de



precificação dos títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento” deve ser considerado para fins de equacionamento de déficit, sendo deduzido do resultado deficitário acumulado quando positivo e acrescido a esse resultado quando negativo, influenciando diretamente o montante a ser equacionado.

Adicionalmente, conforme o art. 11, inciso II, da Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020, no caso de destinação de superávit, o ajuste de precificação somente deve ser considerado quando apresentar valor negativo. Quando positivo, não integra a base de cálculo para constituição ou destinação de Reserva Especial, preservando-se, assim, a consistência entre o Patrimônio de Cobertura do Plano, as Provisões Matemáticas e o Resultado Técnico apurado na avaliação atuarial.

O **Sistema Venturo** é utilizado pela PREVIC para monitorar os ativos que compõem os **recursos garantidores** desses planos. Dessa forma, os investimentos registrados no **Venturo** influenciam diretamente os cálculos de solvência e necessidade de equacionamento.

Conforme demonstrado no quadro abaixo, o ajuste de precificação foi calculado pelo Sistema Venturo, disponibilizado pela Previc, atingindo o valor de R\$ 8.723 mil:

QUADRO VI – Ajuste Precificação Títulos Mantidos até o Vencimento

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO				
PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD				
	2022	2023	2024	2025
<i>Duration do Ativo</i>	8,8243	8,6729	7,3426	7,0811
<i>Duration do Passivo</i>	8,8878	7,9872	7,9298	7,786
<b>Ajuste de precificação</b>	<b>1.631.585,75</b>	<b>2.462.019,50</b>	<b>6.380.683,50</b>	<b>8.723.130,00</b>

Fonte Gerência de Finanças - GF

O valor apurado corresponde à diferença entre o preço de mercado dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços, classificados como títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual e o valor contábil desses títulos.

### 7.1.3.2. Fundos de Investimentos

#### Renda Fixa

São valores a serem utilizados nas operações de curtíssimo prazo, ou seja, suportam as necessidades de recursos destinados as operações administrativas, pagamentos de resgate de reservas e pagamentos de benefícios ao longo do mês, não se caracterizando como uma



alternativa de investimento típica, servindo para remunerar o que seria o “fundo de caixa”.

#### QUADRO VII – Renda Fixa - BD

						R\$ mil
ITENS	FUNDO DE RENDA FIXA	Nível*	GESTOR	2025	2024	Δ%
1	BRASIL PLURAL HIGH GRADE FI RF*	Nível 1	BRASIL PLURAL	0	1.810	-100%
2	ITAÚ HIGH GRADE*	Nível 1	ITAÚ	20.457	23.234	-12%
<b>TOTAL</b>				<b>20.457</b>	<b>25.044</b>	<b>-18%</b>

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

#### ✓ Plural High Grade FI Renda Fixa de Crédito Privado

O fundo Plural High Grade FI RF CP, inscrito no CNPJ n.º 15.350.679/0001-16, foi resgatado integralmente em 28 de agosto de 2025, após a deflagração da Operação “Carbono Oculto”, esquema bilionário de sonegação e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. O Banco Genial S.A, administrador do fundo Plural High Grade FIF RF Crédito Privado e Plural Dividendos, cujos ativos estavam investidos nas carteiras de renda fixa e renda variável (FIC CIC), foi uma das instituições financeiras citadas na operação. Com isso, devido ao risco reputacional, jurídico e de liquidez, houve necessidade do resgate integral de R\$1.978 mil no plano Benefício Definido I.

#### ✓ Itaú High Grade Renda Fixa Crédito Privado FIC FI

O fundo Itaú High Grade RF CP FICFI, inscrito no CNPJ n.º 09.093.883/0001-04, tem por objetivo diversificar e investir a carteira em risco de crédito entre emissores financeiros selecionados. Investe principalmente em títulos privados de baixo risco de crédito. Não opera ativamente risco de mercado e não permite alavancagem. O FUNDO é constituído como condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e classificado como “Renda Fixa”.

#### **Fundo de Investimentos em Ações – FIA**

Fundo de Investimento em Ações (FIA) tem o objetivo de proporcionar valorização do capital investido por meio da compra e venda de ações de empresas de capital aberto. Em outras palavras, o gestor do fundo busca empresas com potencial de crescimento e que possam gerar lucros para os cotistas do fundo.



Já o Fundo de Fundo de Investimento em Ações (FIF CIC FIA1) tem como objetivo principal diversificar os investimentos em ações por meio da aplicação em outros FIAs. Dessa forma, o gestor do FIF CIC FIA busca selecionar os melhores FIAs disponíveis no mercado, de acordo com diferentes estratégias e gestores, buscando otimizar a rentabilidade da carteira como um todo.

#### QUADRO VIII – Fundo de Investimentos em Ações - BD

ITENS	FUNDO DE AÇÕES	Nível*	GESTOR	R\$ mil		
				2025	2024	Δ%
1	FIF CIC RENDA VARIÁVEL	Nível 1	GALAPAGOS	17.999	31.545	-43%
<b>TOTAL</b>				<b>17.999</b>	<b>31.545</b>	<b>-43%</b>

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

#### ✓ SF Renda Variável FIF CIC de Ações

O SF Renda Variável FIF CIC de Ações, inscrito no CNPJ nº 56.284.450/0001-08, tem por objetivo aplicar seus recursos em cotas de classes de fundos de investimento tipificado como “Ações”, as quais investem em ativos financeiros de maneira que o principal fator de risco da classe seja a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado. O Fundo é exclusivo da Fundação São Francisco, entrou em operação em agosto de 2024, foi constituído como condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e tipificada como ações.

Entrou em operação a partir da integralização das cotas dos seguintes fundos de renda variável de condomínio aberto: Organon Inst FICFIA, Constância Fundamento FIA, Vokin GBV, Organon FIC FIA, 4UM Small Caps FIA e Plural Dividendos FIA. Ainda nesse contexto, é possível destacar as vantagens obtidas com esse novo modelo – por meio de FICs, tais como: (a) redução do trabalho operacional; (b) dinamismo ao escolher um gestor terceirizado; (c) rebates com a adoção da estrutura de Fundo Consolidadores; (d) controles de exposição por ativos e por classe; (e) Administrador Fiduciário com o compartilhamento das responsabilidades legais junto ao Gestor.

#### **Fundos de Investimento em Participações - FIP**

O Fundo de Investimento em Participações (FIP) é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em companhias abertas, fechadas ou sociedades limitadas, em fase de



desenvolvimento. É um investimento em renda variável constituído sob a forma de condomínio fechado, em que as cotas somente são resgatadas ao término de sua duração ou quando é deliberado em assembleia de cotistas a sua liquidação. Busca-se criar valor para a companhia, por meio do desenvolvimento de seu negócio, bem como pela implementação de práticas de governança corporativa.

QUADRO IX – Fundos de Investimento em Participações – BD

						R\$ mil
ITENS	FUNDO DE PARTICIPAÇÕES	NÍVEL*	GESTOR	2025	2024	Δ%
1	GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTIESTRATÉGIA	Nível 3	BRPP GESTÃO	(353)	(333)	6,33%
<b>TOTAL</b>				<b>(353)</b>	<b>(333)</b>	<b>6,33%</b>

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

- ✓ GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTIESTRATÉGIA
  - **Gestor:** BRPP Gestão de Produtos Estruturados Ltda (Grupo Brasil Plural).
  - **Administrador:** RJL - CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
  - **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no setor de geração de energia e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo FUNDO.
  - **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.
  - **Patrimônio Líquido do Fundo em 31.12.2025:** Negativo de R\$ (14.091.458,39).

A Diretoria de Finanças acompanha ativamente o processo de desinvestimento dos ativos, reportando ao Comitê de Investimentos (CI) o andamento das ações, com especial atenção às medidas adotadas pelo Gestor e pelo Administrador. O regulamento do fundo estabelecia a data de “Vencimento Final” para 31 de dezembro de 2025. No entanto, o desinvestimento não ocorreu conforme previsto, em razão da rerratificação da ATA da AGC que aprovou o novo prazo de duração do fundo para 2026. O fato ocorreu após o Tribunal verificar a impossibilidade do termo de arbitragem ser assinado em tempo hábil, tendo em vista que o prazo para prolação da sentença arbitral, conforme o art. 71, § 5º do regulamento do fundo, é de 12 meses prorrogáveis por mais seis meses, contados a partir do início da arbitragem. Desse modo, não



seria possível aprovar a solicitação e efetuar as assinaturas no período de agosto a dezembro/25, sendo necessário, assim, a postergação do vencimento do FIP.

No que se refere ao financiamento da arbitragem, o Fundo executou parcialmente os recursos disponibilizados pela Qanlex no âmbito do litigation funding agreement. Até dezembro de 2025, foram consumidos aproximadamente USD 1,013 milhão do montante contratado, permanecendo saldo estimado de USD 486 mil destinado à continuidade do procedimento arbitral e ao custeio das despesas associadas. Paralelamente, no campo regulatório, verificou-se avanço relevante na reclamação submetida à Comissão de Valores Mobiliários, cuja área técnica concluiu pela existência de indícios de descumprimento do dever fiduciário pela Áureo Administração de Recursos e pela caracterização de operação fraudulenta vinculada ao mútuo irregular, culminando na instauração de Processo Administrativo Sancionador em maio de 2025. Sob a perspectiva operacional, manteve-se a cobertura das despesas ordinárias do Fundo pelo investidor financiador até novembro de 2025, assegurando a continuidade das atividades essenciais. Adicionalmente, encontram-se em curso a contratação de auditoria das sociedades investidas e as tratativas para liquidação de empresa inativa do grupo, enquanto permanece sem previsão a emissão das demonstrações financeiras auditadas de transição.

Atualmente a Fundação São Francisco possui registrado no balanço “Despesas com o Fundo” o valor de R\$ 592 mil (Plano I/BD (59,58%): R\$ 352,7 mil – correspondentes à participação de 4,20% da Fundação São Francisco no ativo, sobre o Patrimônio Negativo do Fundo em 31.12.2025 no valor de R\$ 14.091.458,39.

Este processo é identificado como “IMPAIRMENT”, que trata de um custo por redução ao valor recuperável, que deve ser incluído nas despesas quando o valor contábil de um ativo exceder o valor recuperável. A redução no valor recuperável de ativos é a diminuição da qualidade, quantidade de força ou valor de um ativo.

### **Fundo de Investimento Financeiro CIC Multimercado**

Os fundos multimercados são fundos de investimento que combinam diferentes classes de ativos em uma única carteira. Eles podem investir em renda fixa, ações, câmbio, compromissadas e instrumentos derivativos. O Fundo de Fundos Multimercado é um tipo de fundo de investimento que investe em cotas de fundos multimercados e tem como objetivo obter retornos superiores ao CDI no médio prazo.

### QUADRO X – Multimercado - BD



ITENS	FUNDO MULTIMERCADO	NÍVEL*	GESTOR	2025	2024	R\$ mil
						Δ%
1	FIF CIC MULTIMERCADO CP	Nível 1	GALAPAGOS	25.360	23.885	6,18%
<b>TOTAL</b>				<b>25.360</b>	<b>23.885</b>	<b>6,18%</b>

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

#### ✓ SF FIF CIC Multmercado Crédito Privado

O SF Multmercado Crédito Privado, inscrito no CNPJ nº 56.284.639/0001-09, tem por objetivo aplicar seus recursos em cotas de classes de fundos de investimento de diversos tipos, as quais investem em ativos financeiros de diferentes naturezas, riscos e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial. O Fundo é exclusivo da Fundação São Francisco, entrou em operação em agosto de 2024, foi constituída como regime aberto, com prazo indeterminado de duração e tipificada como Multmercado.

Entrou em operação a partir da integralização das cotas dos seguintes fundos multmercado de condomínio aberto: Constância Absoluto FIM e ACE Capital FIC FIM. Ainda nesse contexto, é possível destacar as vantagens obtidas com esse novo modelo – por meio de FICs, tais como: (a) redução do trabalho operacional; (b) dinamismo ao escolher um gestor terceirizado; (c) rebates com a adoção da estrutura de Fundo Consolidadores; (d) controles de exposição por ativos e por classe; (e) Administrador Fiduciário com o compartilhamento das responsabilidades legais junto ao Gestor.

#### **Certificado de Recebíveis Imobiliários**

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) são títulos de crédito nominativos de renda fixa, lastreados em recebíveis originados de operações do setor imobiliário, como financiamentos, contratos de compra e venda, locações ou outras obrigações vinculadas a imóveis. Emitidos por companhias securitizadoras, esses títulos representam direitos de crédito que são convertidos em valores mobiliários e oferecidos a investidores, os quais passam a receber os fluxos financeiros decorrentes dos pagamentos dos devedores originais.

Os CRI não contam com garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), sendo sua atratividade associada ao risco de crédito do lastro, à estrutura de garantias da operação e às condições de remuneração pactuadas.

Em 25/06/2025, a Infrasec, securitizadora responsável pelo CRI investido pela Fundação São Francisco, encaminhou Fato Relevante comunicando a promoção do resgate total antecipado do Títulos da 2ª emissão, cujo processo ocorreu no dia 02/07/2025. O valor global do resgate



correspondeu a R\$18.128 mil, sendo creditado à Fundação São Francisco o montante de R\$4.211 mil referentes aos 07 dos 30 CRIs em circulação, no qual era detentora. No plano I/BD o resgate foi de R\$ 3.008 mil, liquidando integralmente o CRI na carteira.

## Investimentos Imobiliários

### QUADRO XI – Investimentos Imobiliários – BD

				R\$ mil
ITENS	CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA - BD	2025	2024	Δ%
1	VALOR DO IMÓVEL (2 + 3)	5.187	4.670	11,07%
2	VALOR DO IMÓVEL (2 + 3)	5.345	4.826	10,75%
3	(-) PROVISÃO PARA PERDA	(158)	(156)	1,28%

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

O empreendimento Fernandez Plaza, localizado na Praça de Salvador / BA, é constituído por 56 (cinquenta e seis) salas, sob a administração da José Alberto Imóveis Ltda. Encerrou o ano de 2025, com o nível de vacância atingindo 67,86%, ou seja, do total das 56 (cinquenta e seis) salas detidas pelo Plano, encontram-se alugadas apenas 18 (dezesesseis) unidades.

### QUADRO XII – Avaliação dos Imóveis – BD

REAVALIAÇÃO DO IMÓVEL PLANO BD	Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 2.487 - Edifício Fernandez Plaza - Parque Bela Vista - Salvador - BA
HISTÓRICO	Reavaliação de Imóvel Locados a Terceiros
DATA DA REAVALIAÇÃO	30/12/2025
DATA DO REGISTRO CONTÁBIL	31/12/2025
AVALIADOR RESPONSÁVEL	Avalor Engenharia de Avaliações Ltda. CNPJ: 13.016.939/0001-96
SALDO EM 31/12/2024 (R\$ mil)	4.776
RESULTADO DA REAVALIAÇÃO EM 31/12/2025 (R\$ mil)	520
SALDO EM 31/12/2025 (R\$ mil)	5.295
VARIAÇÃO %	10,88%
CONTAS CONTÁBEIS RELACIONADAS	1.02.03.07.04.03.01 e 1.02.03.07.04.03.02

Atendendo a legislação vigente - Resolução Nº 23, 14.08.2023-PREVIC- Art. Nº 197- Inciso III, as salas foram devidamente avaliadas em Dezembro/2025, pela AVALOR Engenharia de Avaliações Ltda, registrada no CREA/SP Nº 1697050, especializada em Engenharia de Avaliações, com reflexos na apuração do resultado do respectivo exercício social. Os documentos apresentados pela Empresa, referente ao laudo emitido sob o número 1679425, o



qual teve como parâmetro às diretrizes fixadas pela ABNT, na NBR nº 14653 e NBR 12721, tendo sido utilizado como critério de avaliação o “Método Comparativo”, visando apurar o “Valor de Mercado” de cada unidade.

Na Política de Investimentos 2025-2029 encontra-se expresso o compromisso da Fundação São Francisco com a administração eficiente e a regularização dos imóveis sob sua responsabilidade. Diversas iniciativas foram conduzidas para garantir a valorização patrimonial e a boa gestão dos ativos imobiliários localizados no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador.

Durante o período de 2024 e 2025, foram adotadas providências para fortalecer a governança sobre os processos de cobrança de aluguéis e ações judiciais relacionadas às unidades do empreendimento. A Fundação reforçou seu acompanhamento junto à administração imobiliária e buscou alternativas para otimizar os procedimentos e minimizar perdas financeiras.

Todas essas ações reafirmam o compromisso da Fundação São Francisco com a boa administração de seus bens, garantindo que a regularização da situação patrimonial ocorra de maneira célere e responsável, sempre com foco na geração de valor para seus participantes.

Os saldos provisionados para perda referem-se a aluguéis a receber das salas, taxas condominiais e reembolsos de IPTU cujo repasse à Entidade não foi efetuado, estando os valores devidamente registrados em provisão para perdas, observados os critérios prudenciais previstos na legislação aplicável.

### **Operações com Participantes**

A concessão de empréstimos aos participantes dos Planos de Benefícios é realizada em conformidade com a política aprovada pelo Conselho Deliberativo, nos termos da **Deliberação nº 05/2023**, observadas as disposições da **Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022**, que estabelece diretrizes para operações com participantes no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar.

Os empréstimos são concedidos com recursos dos próprios planos de benefícios, observando limites e condições previamente estabelecidos. O valor máximo do crédito é de R\$ 40.000,00, limitado adicionalmente a 60% do saldo da reserva de poupança resgatável do participante.

As operações possuem prazos de amortização entre 6 e 48 meses, sendo concedidas na modalidade pré-fixada, com taxas de juros diferenciadas conforme o prazo da operação.

Adicionalmente, incidem encargos administrativos, conforme política vigente, e contribuição destinada ao Fundo de Quitação por Morte (FQM), aplicável aos contratos concedidos com recursos dos planos BD e BS, com o objetivo de liquidar o saldo devedor em caso de falecimento



do participante.

A renovação de empréstimos está condicionada ao pagamento mínimo de parcelas do contrato vigente, conforme critérios definidos na política aprovada.

#### QUADRO XIII – Carteira de Empréstimos - BD

		R\$ mil		
ITENS	EMPRÉSTIMOS - BD	2025	2024	Δ%
1	<b>VALOR DA CARTEIRA (2 + 3)</b>	<b>1.320</b>	<b>1.451</b>	<b>-9,03</b>
2	VALOR ATUALIZADO	1.337	1.470	-9,05
3	(-) PROVISÃO PARA PERDA	(17)	(19)	-10,53

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

Em 2025 o valor da carteira de empréstimos no Plano I/BD foi de R\$1.337 mil com um provisionamento para perdas de -R\$17mil. Ao final do período a carteira totalizou o valor líquido de R\$1.320 mil.

#### Provisão para Perdas

Esclarece-se por oportuno que, o resultado produzido pelos investimentos e consignados como patrimônio social estão líquidos das referidas provisões, portanto, seu impacto já está consignado como resultado dos exercícios em que ocorreram.

Em maio de 2024, foi efetuada a baixa contábil dos saldos anteriormente provisionados para perda, referentes às debêntures da ULBRA Recebíveis S/A e às Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) da M. Brasil, em conformidade com o disposto no art. 203 da Resolução PREVIC nº 23/2023.

#### QUADRO XIV – Provisão para perdas – BD

ITENS	DATA	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	2025	2024	Δ%
1	01/09/2009	DEBÊNTURES	ULBRA	-	-	-
2	01/06/2011	CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO - CCI's	M.BRASIL	-	-	-
3	RES.PREVIC 23 de 14/08/23	EMPRÉSTIMOS P/ PARTICIPANTES	FSF	(17)	(19)	-11%
<b>TOTAL</b>				<b>(17)</b>	<b>(19)</b>	<b>-11%</b>

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

Nos termos da referida norma, os ativos financeiros devem ser baixados contabilmente quando: (i) a recuperação do seu valor for considerada improvável; ou (ii) decorrido o prazo de 360 dias previsto no inciso VII do art. 199.

Os ativos baixados devem permanecer registrados em controles auxiliares até que se esgotem



todos os meios de cobrança judicial ou extrajudicial, ou mediante deliberação do órgão de governança competente da Entidade, observado o prazo mínimo de cinco anos para manutenção do respectivo registro auxiliar.

- ✓ Ação movida contra a ULBRA RECEBÍVEIS S/A – Processo nº 0194915-31.2009.8.26.0100 (583.00.2009.194915) - 1ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, visando reaver os créditos da SÃO FRANCISCO decorrentes da aquisição de Debêntures.

A Ação de Execução foi motivada pelo não pagamento dos juros vencidos em julho e agosto/2009, por insuficiência de saldos da conta-reserva, conforme previsto na Escritura de Emissão de debêntures. São credores da ULBRA RECEBÍVEIS S/A nesse processo, além da Fundação São Francisco vários outros Fundos de Pensão.

No exercício de 2025, a recuperação dos créditos permanece em curso. O processo continua condicionado aos desdobramentos da recuperação judicial do grupo educacional, no âmbito da qual foram aprovadas alterações no plano de recuperação e adotadas medidas recursais pelos credores diante da modificação do regime de garantias anteriormente existente.

- ✓ Execução das garantias fiduciárias relativas às CCI's emitidas pela M Brasil e consolidação dos imóveis ofertados em garantia do investimento.

A M Brasil Empreendimentos Marketing e Negócios Ltda e a BAREMBOIM S/A ingressaram com Ação Cautelar Inominada objetivando suspender o processo extrajudicial de execução do Contrato de Fidúcia (transferência dos bens imóveis para o patrimônio dos credores). Julgado o processo foi reconhecido o direito dos credores de efetuar a consolidação das garantias em Cartório, de todos os imóveis.

No momento, seguem em tramitação os processos relacionados à execução das garantias fiduciárias vinculadas às CCI's e às controvérsias judiciais envolvendo a consolidação e destinação dos imóveis dados em garantia. Com isso, as discussões judiciais sobre a arrecadação de bens pela massa falida permanecem vigentes, bem como a ação revocatória em curso, cujo processo retornou à primeira instância para reabertura da fase instrutória, assegurado o direito à produção de provas pelas partes. Em 2025 não se verificaram alterações relevantes na situação processual, mantendo-se o estágio jurídico previamente estabelecido para os ativos e demandas associadas.



✓ Crédito junto à Massa Falida do Banco Morada S.A. – Histórico, Baixa Contábil e Cessão

A Fundação São Francisco de Seguridade Social realizou, à época, investimento no montante de R\$ 2.741 mil em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) emitidos pelo Banco Morada S.A., remunerados a 124% do CDI e devidamente registrados na CETIP.

Em 28 de abril de 2011, o Banco Central do Brasil decretou intervenção na instituição financeira, posteriormente convertida em falência no âmbito do processo nº 0318527-31.2014.8.19.0001, em trâmite na 1ª Vara Empresarial do Estado do Rio de Janeiro. Em decorrência da falência, a Fundação foi habilitada como credora quirografária, posição que não confere privilégio ou garantia real na ordem de pagamento.

Após a decretação da falência, a Fundação ajuizou ação judicial contra o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), pleiteando a cobertura dos valores investidos. Embora tenha obtido decisão favorável em primeira instância, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento desfavorável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, afastando a cobertura do FGC. Com o trânsito em julgado da decisão em 2021, foram reconhecidos contabilmente os efeitos da perda.

O crédito foi integralmente provisionado e posteriormente baixado em novembro de 2021, totalizando R\$ 2.860 mil, distribuídos entre os Planos BD I, Plano Saldado e PGA. Adicionalmente, foram pagos honorários de sucumbência e custas processuais no montante de R\$ 52 mil, registrados conforme normativos internos.

Posteriormente, o valor atualizado do crédito junto à massa falida foi informado pelo administrador judicial em R\$ 3.144 mil. Contudo, considerando que se trata de crédito quirografário, a posição na ordem de pagamento e a situação econômico-financeira da massa falida — com passivo superior a R\$ 1,6 bilhão e caixa aproximado de R\$ 140 milhões — a expectativa de recuperação mostrou-se remota.

Em 2025, a Fundação recebeu propostas para aquisição do referido crédito, sendo a última no valor de R\$ 361 mil, com liquidação financeira em até 48 horas após assinatura do instrumento de cessão. Foi realizada pesquisa de mercado junto a outras empresas especializadas, sem obtenção de propostas alternativas, evidenciando baixa liquidez e reduzido interesse por ativos dessa natureza.

Após análise técnica e jurídica, e deliberação das instâncias competentes de governança, foi aprovada a cessão integral do crédito quirografário, pelo valor acima mencionado. Considerando que o ativo se encontrava integralmente baixado contabilmente, o montante recebido foi reconhecido como receita no exercício de sua efetiva liquidação financeira.



A operação permitiu a monetização imediata de direito creditório de **[R\$ 211 mil para o plano BD, correspondente a 58,52% da participação no investimento | R\$ 142 mil para o plano BS, correspondente a 39,40% de participação no investimento | R\$ 7,4 mil para o PGA, correspondente a 2,08% de participação no investimento]** cujo capital não apresentava perspectiva concreta de realização judicial, encerrando pendência histórica e eliminando custos operacionais e riscos associados ao acompanhamento processual.

### 7.1.3.3. Despesas com investimentos

QUADRO XV – Despesas com Investimento – BD

Despesas com Investimento	R\$ mil		
	2025	2024	%
Plano BD	-103,5	-107,9	-4%
Itaú High Grade	-49,1	-38,0	29%
FIF CIC Renda Variável	12,9	-23,3	-155%
FIF CIC Multimercado	-28,9	-14,2	104%
Ático Geração Energia FIP	-352,7	-548,6	-36%
<b>Total</b>	<b>-521,3</b>	<b>-732,0</b>	<b>-29%</b>

Fonte: Gerência de Finanças

As despesas com investimentos referem-se aos custos necessários para a administração, gestão, custódia, controle operacional e manutenção dos ativos financeiros que compõem as carteiras dos planos. Incluem, entre outros itens, taxas de administração e gestão, custódia, auditoria, encargos regulatórios, despesas operacionais de fundos e custos vinculados à movimentação e manutenção das aplicações.

No exercício de 2024 e na execução de 2025, observa-se que os dispêndios se concentraram principalmente nos fundos FIF CIC Renda Variável e FIF CIC Multimercado CP, onde houve maior volume de taxas operacionais e de movimentação. No Plano BD o FIF CIC Renda Variável registrou uma taxa de administração de aproximadamente 7,6 mil em 2024 para cerca de 13,6 mil em 2025, bem como nas despesas associadas às aplicações financeiras, cujos movimentos se ampliaram em 2025.

No FIF CIC Multimercado CP este comportamento se assemelha, onde é possível verificar o aumento nas despesas de custódia e manutenção operacional entre os períodos. Ademais, o fundo Itaú High Grade apresentou estrutura de custos mais restrita, concentrada sobretudo em despesas operacionais específicas e encargos pós-postergação, enquanto o investimento em Ático Geração Energia FIP evidencia despesas moderadas vinculadas principalmente à gestão e à custódia do ativo, com variações pontuais entre 2024 e 2025.



## 7.2. PASSIVO

### 7.2.1. Exigível operacional - Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, como pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

QUADRO XVI – Contas a Pagar Gestão Previdencial – BD

Plano de Benefícios I (Plano BD)	R\$ mil		
	2025	2024	ΔH
FOLHA DE BENEFÍCIOS	(4)	(4)	0%
IMPOSTO DE RENDA FOLHA DE BENEFÍCIOS	(451)	(374)	21%
CONSIGNATÁRIOS - FOLHA DE BENEFÍCIOS	(75)	(72)	4%
VALORES A RESTITUIR	(34.827)	(34.879)	0%
<b>TOTAL</b>	<b>(35.357)</b>	<b>(35.329)</b>	<b>0%</b>

Na rubrica de “folha de benefícios” estão registrados os benefícios a pagar assumidos pelo plano de benefícios, relativos à Gestão Previdencial, inclusive as provisões para pagamento do abono anual.

Os saldo provisionados de “imposto de renda sobre a folha de benefícios” correspondem as retenções a recolher, incidentes sobre benefícios pagos em dezembro/2025, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados à Receita Federal) no mês de janeiro/2026. Outrossim a variação de 21% decorre do aumento da base de incidência do tributo em relação ao exercício anterior.

Os saldos provisionados na conta de “consignatários – folha de benefícios” correspondem os descontos de seguro de vida realizados na folha de benefícios, cujos montantes são posteriormente transferidos para os gestores das apólices.

Em “valores a restituir” constam os saldos referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefício Definido – BD que cancelaram seus contratos com o plano de benefícios, no entanto mantiveram o vínculo empregatício junto a patrocinadora.

A Diretoria de Benefícios é responsável por emitir o relatório com a relação das reservas dos participantes que ainda não preencherem os requisitos necessários para realização dos institutos (Portabilidade/Resgate), conforme estabelece a Resolução CNPC Nº 50/2022. Outrossim, os saldos estão registrados com seus valores atualizados para 31/12/2025, conforme as regras estabelecidas no regulamento do plano.



### 7.2.2. Exigível operacional - Gestão dos Investimentos

O montante de R\$ 212,3 mil (R\$ 199,3 mil em 2024) refere-se ao custeio administrativo dos investimentos, correspondente à taxa de administração efetiva repassada do Plano de Benefícios I (Plano BD) para o Plano de Gestão Administrativa (PGA), calculada com base nos recursos garantidores do referido plano. O referido saldo contempla, adicionalmente, valores a repassar relativos à taxa de condomínio devida à imobiliária responsável pela administração do imóvel Fernandez Plaza, no montante de R\$ 24 mil.

#### QUADRO XVII – Custeio Investimento (Taxa de Administração) - BD

	R\$ mil		
	2025	2024	Δ%
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	(212)	(199)	7%

### 7.2.3. Exigível Contingencial

O valor de **R\$ 530,78 mil (R\$ 293,16 mil em 2024)** representa o montante das provisões relativas a litígios nas gestões de Investimentos e Previdencial, cujas decisões futuras podem gerar desembolso pelo plano.

A variação em relação a 2024 decorre, principalmente, do provisionamento e da atualização de ação promovida pela Fundação, ajuizada em dezembro de 1993 junto ao Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), por meio da qual se buscava o reconhecimento da imunidade tributária sobre o pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel Fernandez Plaza, referente aos exercícios de 1992 e 1993, bem como aos anos subsequentes.

Os valores provisionados referentes ao referido tributo são atualizados até a data-base das demonstrações contábeis, considerando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida dos juros de mora previstos na legislação aplicável, refletindo, assim, a estimativa atualizada da obrigação. Conforme manifestação da consultoria jurídica que acompanha o processo, não há mais possibilidade de interposição de recurso, devendo a Fundação adotar as providências necessárias para a quitação do referido tributo.

Adicionalmente, de acordo com os relatórios emitidos pela consultoria jurídica, existem processos classificados como risco de perda possível, com montante estimado de R\$ 33,92 mil na Gestão Previdencial e R\$ 223 mil na Gestão de Investimentos. Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tais valores não são objeto de provisão contábil, sendo apenas divulgados em notas explicativas.



#### **7.2.4. Patrimônio Social**

Representado pela soma das reservas registradas nos planos de Benefício Definido e tem sua formação composta como segue:

##### **7.2.4.1. Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos de consultoria atuarial contratada pela Fundação e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados, calculados à valor presente, relativamente aos benefícios concedidos. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (programados e não programados) são calculadas mensalmente através da reavaliação atuarial efetuada considerando os dados cadastrais dos participantes assistidos (aposentados e pensionistas) do referido mês e a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício social. Neste sentido as reservas matemáticas do Plano foram avaliadas, considerando a posição de 31/12/2024, e os valores devidamente registrados no balanço são os encontrados como resultado da aplicação das premissas atuariais, definidas pelo atuário externo em estudo técnico de adequação.

A avaliação atuarial é o estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo englobar os participantes já recebendo benefícios, bem como aqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal. Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma aderente as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e, também, as de caráter biométrico (tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependentes), a depender das características de cada plano.

Foram elaborados os estudos técnicos de adequação de premissas atuariais, em atendimento ao inciso II do Artigo 78 da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, o qual trata da aderência das demais hipóteses atuariais: premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras (exceto a hipótese taxa real anual de juros). Este estudo foi elaborado em



conformidade com as sessões II e VI da já citada Resolução, assim como a Portaria PREVIC nº 835, de 01 de dezembro de 2020, bem como de outras normativas, estudos e guias de boas práticas atuariais que possam subsidiar a adoção de hipóteses atuariais utilizadas em avaliações de passivo atuarial em planos de benefícios, para os planos administrados pela FSFSS - Fundação São Francisco de Seguridade Social. Os estudos foram aprovados pelos conselhos na Reunião Extraordinária, realizada em 28/10/2025 (Ata nº 54/2025).

O estudo contemplou a população de aposentados válidos e inválidos, bem como os pensionistas vitalícios válidos, considerando-se a exposição ao risco até 31/12/2024 e as ocorrências de óbitos observadas no período.

#### QUADRO XVIII – Provisões Matemáticas – BD

Hipótese	2025	2024
Taxa Real de Juros	5,10% ao ano	5,10% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%	97,50%
Indexador do Plano	INPC do IBGE	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 Suavizada em 10% por sexo	SUSEP EMSsb 2010 (52% masculina + 48% feminina) agravada em 13%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 (masculina)	AT-2000 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar - BaC	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar - BC	Família Real	Família Real

Fonte: Gerência de Benefícios/ Relatório Estudo Atuárial (Mirador)

A partir dos resultados dos testes estatísticos realizados, foram estabelecidas as seguintes conclusões atuariais:

- Tábua de Mortalidade Geral: recomenda-se substituir a tábua atual pela AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo, por apresentar melhor ajuste aos dados, sem impacto relevante nas provisões e mantendo a prudência atuarial.
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: conclui-se pela manutenção da Tábua AT-2000 Básica Masculina como hipótese atuarial, tendo em vista o adequado alinhamento entre as frequências observadas de óbitos e aquelas esperadas segundo a tábua adotada, caracterizando indício de aderência e adequabilidade da hipótese atualmente utilizada.

#### QUADRO XIX – Provisões Matemáticas – Reservas – BD

R\$ mil



Plano de Benefícios I (Plano BD)	2025	2024	Δ%
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>(307.223)</b>	<b>(308.853)</b>	<b>-1%</b>
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>(307.223)</b>	<b>(308.853)</b>	<b>-1%</b>
<b>BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>(307.223)</b>	<b>(308.853)</b>	<b>-1%</b>
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	(281.629)	(284.178)	-1%
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	(25.594)	(24.674)	4%

Fonte: Gerência de Benefícios /Relatório Provisões Matemáticas (Mirador)

De acordo com o Parecer Atuarial de 2025, comparativamente ao encerramento do exercício de 2024, houve uma redução de -0,53% no montante de provisões matemáticas do plano, sendo 0,31% referente a variações não esperadas em relação à Avaliação Atuarial anterior. Ainda com base no mencionado parecer, o movimento de perdas e ganhos relacionado ao Passivo Atuarial não apresentou variação significativa, mantendo-se, portanto, dentro das expectativas da avaliação atuarial. Esse resultado reflete a inflação observada no período, além de efeito do ganho decorrente da alteração da premissa Tábua de Mortalidade Geral.

#### 7.2.4.2. Equilíbrio Técnico

Representa a diferença apurada entre os recursos patrimoniais do Plano de Benefícios (Patrimônio de Cobertura) e seus compromissos com as rendas previdenciárias futuras (Obrigações Atuariais). O saldo registrado no equilíbrio técnico corresponde o excedente ou a insuficiência patrimonial (déficit/superávit) em relação aos compromissos totais da Fundação, cujo registro contábil deve ser por Plano de Benefícios.

No exercício de 2025, o Plano BD apurou superávit técnico no montante de R\$ 2.023 mil, conforme demonstrado na Avaliação Atuarial anual. Em decorrência desse resultado, o déficit acumulado de (R\$ 2.489 mil), apurado em 31/12/2024, foi reduzido para (R\$ 466 mil) em 31/12/2025, evidenciado pelo confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, nos termos da regulamentação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar. O resultado reflete, principalmente, o desempenho dos investimentos no período

A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano BD para o ano de 2025 foi estabelecida em função da variação anual do INPC/IBGE, acrescida da taxa real de juros de 5,10% ao ano (taxa de juros utilizada para descontar o passivo atuarial). Tal indicador, no período de análise, totalizou em 9,49%. De outra parte, pode-se constatar que a rentabilidade obtida pelos ativos garantidores do plano se situou em 11,11%, ou seja, aproximadamente 1,62



pontos percentuais acima da meta atuarial prevista para o período em análise. Em observância à Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, e com base na avaliação das Demonstrações do Ativo Líquido (DAL), o Plano BD finalizou o exercício de 2025 com um déficit acumulado de (R\$ 466 mil). No entanto, a aplicação do ajuste positivo de R\$ 8.723 mil verificado no item 6.1.3.1 (AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DAS NTN'S) permitiu reverter a situação, resultando em um superávit de R\$ 8.257 mil para fins de equacionamento, em conformidade com os normativos vigentes.

### 7.2.4.3. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pela diferença positiva entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa. A existência desse fundo indica que, ao longo dos anos, as contribuições destinadas ao custeio administrativo, acrescidas da rentabilidade proveniente da aplicação dos recursos, superaram os gastos administrativos incorridos na gestão do plano, resultando na sua constituição no exercício.

A formação do Fundo Administrativo é fundamental para garantir a sustentabilidade operacional da entidade, especialmente após a cessação das contribuições para o custeio administrativo. Esse fundo deve assegurar que a EFPC disponha de recursos suficientes para manter suas atividades até o pagamento do último benefício, prevenindo qualquer descontinuidade na gestão dos planos.

QUADRO XX – Evolução Fundo Administrativo – BD

	R\$ mil		
FUNDO ADM PLANO DE BENEFÍCIOS I / BD	2025	2024	Δ%
<b>Fundo Administrativo Exercício Anterior</b>	<b>6.219</b>	<b>5.783</b>	<b>8%</b>
<b>Custeio/Receitas Administrativas</b>	<b>3.132</b>	<b>3.244</b>	<b>-3%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	289	279	4%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.312	2.429	-5%
Taxa de administração de Empréstimos	29	40	-28%
Resultado Positivo dos Investimentos	502	496	1%
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(2.592)</b>	<b>(2.808)</b>	<b>-8%</b>
Administração dos Planos Previdenciários	(2.592)	(2.808)	-8%
Contingência Trabalhista	-	-	-
<b>Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa</b>	<b>540</b>	<b>436</b>	<b>24%</b>
<b>Fundo Administrativo Exercício Atual</b>	<b>6.759</b>	<b>6.219</b>	<b>9%</b>

Fonte: Gerência de Contabilidade/Balancete PGA

No exercício de 2025, foi constituído o montante de R\$ 540 mil, encerrando-se o Fundo Administrativo com saldo de R\$ 6.759 mil, resultante da diferença entre as receitas e as



despesas administrativas do período. Esse montante representa uma variação positiva de 9% em relação ao saldo apurado em 2024, de R\$ 6.219 mil.

A variação positiva de 24% verificada no resultado da gestão administrativa (sobra/insuficiência) apurado no exercício, em comparação ao exercício anterior, principalmente, da redução das despesas administrativas realizadas no período, quando comparadas às do exercício precedente.

#### 7.2.4.4. Fundo para Garantia de Operações com Participantes

Este fundo foi constituído com a finalidade de garantir a quitação de empréstimos e financiamentos concedidos a participantes e beneficiários, assegurando a liquidação do saldo devedor em caso de falecimento do tomador.

Os recursos desse fundo são provenientes exclusivamente de uma taxa adicional cobrada dos participantes que contratam empréstimos, sem qualquer impacto nas reservas previdenciárias ou em outras fontes de financiamento da entidade.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do fundo totalizava R\$ 1.558 mil, comparado a R\$ 1.374 mil em 2024, representando uma variação de **13%**, conforme abaixo:

QUADRO XXI – Fundo Operação com Participantes (Empréstimos) – BD

	R\$ mil		
	2025	2024	Δ%
FUNDOS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.558	1.374	13%

Além da taxa adicional vertida para o fundo, a variação decorre, também, da atualização mensal do saldo, realizada com base na rentabilidade bruta dos investimentos acumulada no período, assegurando a aderência do fundo às suas finalidades e aos compromissos assumidos.

## 8. PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

### 8.1. ATIVO

#### 8.1.1. Gestão Previdencial

Nessa conta são registrados os recursos a receber referentes às contribuições previdenciais, normais do mês em curso, previstas no Plano de Custeio:

- a) Patrocinador – R\$ 1.589 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.674 mil.



Os valores citados acima foram provisionados no mês de dezembro/2025 com liquidação prevista para o mês de janeiro/2026.

QUADRO XXII – Contribuições Gestão Previdencial – plano CD

	R\$ mil		
	2025	2024	Δ%
PATROCINADORES	1.589	1.550	3%
ATIVOS	1.674	1.647	2%

### 8.1.2. Gestão Administrativa

O valor registado corresponde à participação do Plano de Contribuição Definida – CD no Fundo Administrativo, no montante de R\$ 2.297 mil.

QUADRO XXIII – Participação do Plano CD no Fundo Administrativo

	R\$ mil		
	2025	2024	Δ%
PARTICIPAÇÃO FUNDO ADMINISTRATIVO	2.297	1.863	23%

A participação no Fundo Administrativo é registrada de forma análoga ao método da equivalência patrimonial, evidenciando a parcela do resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA) atribuída a cada plano de benefícios, conferindo tratamento contábil semelhante ao aplicado às empresas detentoras de participação no capital de outras entidades. No exercício de 2025, foi constituído o montante de R\$ 434 mil, decorrente da diferença entre as receitas e as despesas administrativas do período. Em razão desse resultado, o Fundo Administrativo correspondente ao Plano CD encerrou o exercício com saldo de R\$ 2.297 mil.

### 8.1.3. Investimentos

Os registros são detalhados no quadro abaixo:

QUADRO XXIV – Investimentos - CD

Plano Contribuição Definida - CD	2025	2024	R\$ mil		
			AVALIAÇÃO		
			ΔV.	ΔH.	
<b>Investimentos</b>	<b>464.276</b>	<b>382.207</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>21%</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>350.699</b>	<b>268.009</b>	<b>75,5%</b>	<b>70,1%</b>	<b>31%</b>
NTN-B	143.625	87.510	30,9%	22,9%	64%
LFT	207.074	180.499	44,6%	47,2%	15%



Plano Contribuição Definida - CD	2025	2024	R\$ mil		
			AVALIAÇÃO		
			ΔV.		ΔH.
<b>Investimentos</b>			<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>21%</b>
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>464.276</b>	<b>382.207</b>	<b>23,9%</b>	<b>29,6%</b>	<b>-2%</b>
Fundo Renda Fixa	24.611	43.460	5,3%	11,4%	-43%
Fundo de Ações	54.277	41.202	11,7%	10,8%	32%
Multimercado (FIM)	32.165	28.288	6,9%	7,4%	14%
<b>Operações com Participantes</b>	<b>2.524</b>	<b>1.248</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,3%</b>	<b>102%</b>

Fonte: Gerência de Finanças/Contabilidade

A estrutura de investimentos, composta pelas alocações nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e Operações com Participantes, encontrava-se, ao final do exercício de 2025, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimentos 2025-2029, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

No início de 2025, a alocação do Plano CD refletia uma diversificação entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes. Mesmo com a alta da Selic em 2024 e 2025, os segmentos de Renda Variável e Multimercado obtiveram uma boa performance, fomentando a continuidade de alocação em ambos os setores. Ao final do exercício, a carteira de Renda Variável e Multimercado cresceu 32% e 14%, respectivamente, em comparação ao ano anterior.

Diante deste desempenho, também houve o aumento da Duration dos títulos públicos vinculados a inflação, nos quais foram obtidos 10 NTN-Bs ao longo de 2025 com vencimentos em 05/2033, 08/2040, 08/2050 e 08/2060. Com essa reestruturação, o Plano CODEPREV encerrou o exercício com um perfil de investimento moderado, promovendo um retorno maior na carteira de investimentos.

### 8.1.3.1. Títulos Públicos – Identificação por vencimento

#### QUADRO XXV – Títulos Públicos – CD

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO - CURVA								
ATIVO	EMISSOR	VENCIMENTO	QTD 31/12/2024	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2024 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2024 (R\$ mil)	QTD 31/12/2025	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2025 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2025 (R\$ mil)
NTN-B	STN	15/05/2033	0	0	0	4	15.027	14.840
NTN-B	STN	15/08/2040	0	0	0	3	11.130	11.743
NTN-B	STN	15/08/2050	0	0	0	3	11.191	11.604
NTN-B	STN	15/08/2060	0	0	0	18	68.652	71.962



TOTAL			0	0	0	28	105.999	110.149
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - MERCADO								
ATIVO	EMISSOR	VENCIMENTO	QTD 31/12/2024	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2024 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2024 (R\$ mil)	QTD 31/12/2025	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2025 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2025 (R\$ mil)
LFT	STN	01/03/2029	11	150.610	180.499	11	150.610	207.074
NTN-B	STN	15/08/2026	7	31.812	31.924	7	31.812	33.476
NTN-B	STN	15/08/2028	7	28.241	28.290	0	0	0
NTN-B	STN	15/08/2032	7	28.504	27.297	0	0	0
<b>TOTAL</b>			<b>32</b>	<b>239.167</b>	<b>268.009</b>	<b>19</b>	<b>182.422</b>	<b>240.550</b>

Fonte: Gerência de Finanças

Com a publicação da Resolução CNPC nº 61, em 17 de dezembro de 2024, a marcação dos títulos públicos “à vencimento” (Marcação na curva) passou a ser permitida para todos os tipos de planos de benefícios, desde que a entidade possua capacidade financeira para manter os títulos até o vencimento. Em 2024, não houve reclassificação no critério de nenhum título adquirido pela Fundação “mantido à negociação” (Mercado à mercado), no plano de benefícios II (Codeprev).

#### **AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DAS NTN’S:**

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) aprovou, em 11 de dezembro de 2024, a Resolução CNPC nº 61, que alterou a Resolução CNPC nº 43/2021, cuja nova regulamentação permite que as entidades fechadas de previdência complementar realizem o registro de sua carteira de títulos públicos federais na categoria “mantidos até o vencimento” (marcação na curva). Esta ocorrência abrange tanto os planos de benefício definido como os planos de contribuição definida (CODEPREV) e contribuição variável. Desse modo, a alteração visou favorecer o desenvolvimento do mercado de previdência complementar fechada, garantindo maior previsibilidade financeira. No entanto, uma das condições para que o registro fosse efetuado, era a comprovação a intenção e capacidade financeira do plano de benefícios de manter os títulos até o vencimento.

Após a aprovação, a Fundação São Francisco, em conjunto à Consultoria i9 Advisory realizou uma análise estatística de risco e liquidez no plano II/Codeprev, a fim de possibilitar a movimentação da carteira de títulos públicos, especificamente da NTN-B, com a marcação na curva dos títulos a serem adquiridos. O estudo técnico foi fundamentado pela proposição nº 01/2025 da Diretoria de Finanças e Nota Técnica nº 02/2025. Além disso, a avaliação teve como base os resultados do estudo de ALM (Asset Liability Management), que evidenciaram a oportunidade de otimização no portfólio do plano e puderam garantir maior previsibilidade de



resultados e redução do risco de mercado.

### 8.1.3.2. Fundos de Investimentos

#### Renda Fixa

São valores a serem utilizados nas operações de curtíssimo prazo, ou seja, suportam as necessidades de recursos destinados as operações administrativas, pagamentos de resgate de reservas e pagamentos de benefícios ao longo do mês, não se caracterizando como uma alternativa de investimento típica, servindo para remunerar o que seria o “fundo de caixa”.

QUADRO XXVI – Fundo de Renda Fixa - CD

ITENS	FUNDO DE RENDA FIXA	NÍVEL*	GESTOR	2025	2024	Δ%
1	BRASIL PLURAL HIGH YIELD FIRF CRED PRIVADO	Nível I	BRASIL PLURAL	0	537	-100%
2	ITAÚ HIGH GRADE	Nível I	ITAÚ	24.611	42.923	-43%
<b>TOTAL</b>				<b>24.611</b>	<b>43.460</b>	<b>-43%</b>

Fonte: Gerência de Finanças/Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

#### ✓ Plural High Grade FI Renda Fixa de Crédito Privado

O fundo Plural High Grade FI RF CP, inscrito no CNPJ n.º 15.350.679/0001-16, foi resgatado integralmente em 28 de agosto de 2025, após a deflagração da Operação “Carbono Oculto”, esquema bilionário de sonegação e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. O Banco Genial S.A, administrador do fundo Plural High Grade FIF RF Crédito Privado e Plural Dividendos, cujos ativos estavam investidos nas carteiras de renda fixa e renda variável (FIC CIC), foi uma das instituições financeiras citadas na operação. Com isso, devido ao risco reputacional, jurídico e de liquidez, houve necessidade do resgate integral de R\$586.553,47 no plano Codeprev.

#### ✓ Itaú High Grade Renda Fixa Crédito Privado FIC FI

O fundo Itaú High Grade RF CP FICFI, inscrito no CNPJ n.º 09.093.883/0001-04, tem por objetivo diversificar e investir a carteira em risco de crédito entre emissores financeiros selecionados. Investe principalmente em títulos privados de baixo risco de crédito. Não opera ativamente risco de mercado e não permite alavancagem. O FUNDO é constituído como condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e classificado como “Renda Fixa”.



## Fundo de Investimentos em Ações – FIA

O Fundo de Investimento em Ações (FIA) tem o objetivo de proporcionar valorização do capital investido por meio da compra e venda de ações de empresas de capital aberto. Em outras palavras, o gestor do fundo busca empresas com potencial de crescimento e que possam gerar lucros para os cotistas do fundo.

Já o Fundo de Fundo de Investimento em Ações (FIF CIC FIA3) tem como objetivo principal diversificar os investimentos em ações por meio da aplicação em outros FIAs. Dessa forma, o gestor do FIF CIC FIA busca selecionar os melhores FIAs disponíveis no mercado, de acordo com diferentes estratégias e gestores, buscando otimizar a rentabilidade da carteira como um todo.

QUADRO XXVII – Fundo de Investimento em Ações - CD

ITENS	FUNDO DE AÇÕES	NÍVEL*	GESTOR	R\$ mil		
				2025	2024	Δ%
1	FIF CIC RENDA VARIÁVEL	Nível 1	GALAPAGOS	54.277	41.202	32%
<b>TOTAL</b>				<b>54.277</b>	<b>41.202</b>	<b>32%</b>

Fonte: Gerência de Finanças/Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

### ✓ SF Renda Variável FIF CIC de Ações

O SF Renda Variável FIF CIC de Ações, inscrito no CNPJ nº 56.284.450/0001-08, tem por objetivo aplicar seus recursos em cotas de classes de fundos de investimento tipificado como “Ações”, as quais investem em ativos financeiros de maneira que o principal fator de risco da classe seja a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado. O Fundo é exclusivo da Fundação São Francisco, entrou em operação em agosto de 2024, foi constituído como condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e tipificada como ações.

Entrou em operação a partir da integralização das cotas dos seguintes fundos de renda variável de condomínio aberto: Organon Inst FICFIA, Constância Fundamento FIA, Vokin GBV, Organon FIC FIA, 4UM Small Caps FIA e Plural Dividendos FIA. Ainda nesse contexto, é possível destacar as vantagens obtidas com esse novo modelo – por meio de FICs, tais como: (a) redução do trabalho operacional; (b) dinamismo ao escolher um gestor terceirizado; (c) rebates com a adoção da estrutura de Fundo Consolidadores; (d) controles de exposição por ativos e por classe; (e) Administrador Fiduciário com o compartilhamento das responsabilidades legais junto ao Gestor.



## Fundo Multimercado

Os fundos multimercados são fundos de investimento que combinam diferentes classes de ativos em uma única carteira. Eles podem investir em renda fixa, ações, câmbio, compromissadas e instrumentos derivativos. O Fundo de Fundos Multimercado é um tipo de fundo de investimento que investe em cotas de fundos multimercados e tem como objetivo obter retornos superiores ao CDI no médio prazo.

QUADRO XXVIII – Multimercado - CD

						R\$ mil
ITENS	FUNDO MULTIMERCADO	NÍVEL*	GESTOR	2025	2024	Δ%
1	FIF CIC MULTIMERCADO CP	Nível 1	GALAPAGOS	32.165	28.288	14%
<b>TOTAL</b>				<b>32.165</b>	<b>28.288</b>	<b>14%</b>

Fonte: Gerência de Finanças/Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

### ✓ SF FIF CIC Multimercado Crédito Privado

O SF Multimercado Crédito Privado, inscrito no CNPJ nº 56.284.639/0001-09, tem por objetivo aplicar seus recursos em cotas de classes de fundos de investimento de diversos tipos, as quais investem em ativos financeiros de diferentes naturezas, riscos e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial. O Fundo é exclusivo da Fundação São Francisco, entrou em operação em agosto de 2024, foi constituída como regime aberto, com prazo indeterminado de duração e tipificada como Multimercado.

Entrou em operação a partir da integralização das cotas dos seguintes fundos multimercado de condomínio aberto: Constância Absoluto FIM e ACE Capital FIC FIM. Ainda nesse contexto, é possível destacar as vantagens obtidas com esse novo modelo – por meio de FICs, tais como: (a) redução do trabalho operacional; (b) dinamismo ao escolher um gestor terceirizado; (c) rebates com a adoção da estrutura de Fundo Consolidadores; (d) controles de exposição por ativos e por classe; (e) Administrador Fiduciário com o compartilhamento das responsabilidades legais junto ao Gestor.

## Empréstimos

Os empréstimos são concedidos com recursos dos próprios planos de benefícios, observando limites e condições previamente estabelecidos. O valor máximo do crédito é de R\$ 40.000,00,



limitado adicionalmente a 60% do saldo da reserva de poupança resgatável do participante.

As operações possuem prazos de amortização entre 6 e 48 meses, sendo concedidas na modalidade pré-fixada, com taxas de juros diferenciadas conforme o prazo da operação.

A renovação de empréstimos está condicionada ao pagamento mínimo de parcelas do contrato vigente, conforme critérios definidos na política aprovada.

Em 2025 o valor da carteira de empréstimos no Plano II/CD foi de R\$2.572 com um provisionamento para perdas de -R\$48. Ao final do período a carteira totalizou o valor líquido de R\$2.524, conforme abaixo:

#### QUADRO XXIX – Carteira de Empréstimos - CD

ITENS	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS - CD	2025	2024	Δ%
1	VALOR DA CARTEIRA ( 2 + 3 )	2.524	1.248	102%
2	VALOR ATUALIZADO	2.572	1.291	99%
3	(-) PROVISÃO PARA PERDA	(48)	(43)	12%

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

A variação de aproximadamente 99% em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, do aumento significativo no volume de concessões de empréstimos ao longo do exercício.

#### 8.1.3.3. Despesas com investimento

#### QUADRO XXX – Despesas com Investimento – CD

Despesas com Investimento	R\$ mil		
	2025	2024	%
Plano CODEPREV	-126,8	-109,9	15%
Itaú High Grade	-59,1	-45,8	29%
FIF CIC Renda Variável	39,0	-30,4	-228%
FIF CIC Multimercado	-87,1	-16,9	415%
<b>Total</b>	<b>-233,9</b>	<b>-202,9</b>	<b>15%</b>

Fonte: Gerência de Finanças

Nas despesas do Codeprev os custos também se concentraram nos fundos FIF CIC Renda Variável e FIF CIC Multimercado, destacando a presença de taxas de administração, gestão, comitê e encargos regulatórios. Em 2025 observou-se um incremento relevante das despesas operacionais e de movimentação, especialmente nas rubricas vinculadas às aplicações financeiras e encargos associados à estrutura dos fundos.



## 8.2. PASSIVO

### 8.2.1. Exigível operacional - Gestão Previdencial

No exigível operacional são registrados os benefícios a pagar assumidos pelo plano de benefícios, no âmbito da Gestão Previdencial, incluindo as provisões para pagamento do abono anual, as retenções a recolher incidentes sobre os benefícios assumidos pelo plano e as obrigações do plano de benefícios para com o Plano de Gestão Administrativa (PGA), referentes à taxa de carregamento.

Essa conta reflete os eventos inerentes à atividade previdencial e é composto pelos seguintes registros:

- a) Imposto de renda retido na folha de benefícios e resgates – R\$ 276 mil; e
- b) Taxa de carregamento (Custeio) – R\$ 100 mil.

QUADRO XXXI – Contas a Pagar Gestão Previdencial - CD

	2025	2024	R\$ mil Δ%
IMPOSTO DE RENDA FOLHA DE BENEFÍCIOS	(199)	(33)	503%
IMPOSTO DE RENDA S/ RESGATES	(77)	(51)	51%
TAXA DE CARREGAMENTO	(100)	(99)	1%

A variação de aproximadamente 503% decorre do aumento expressivo no fluxo de pagamento de benefícios do plano, o que impacta diretamente a base de cálculo do **Imposto de Renda Retido** na Fonte (IRRF), cujo provisionamento refere-se a valores a liquidar em janeiro de 2026. De forma semelhante, a variação de 51% no provisionamento do **imposto de renda incidente sobre os resgates** decorre do aumento do fluxo de resgates observado no exercício, em comparação com o saldo provisionado no exercício anterior.

A **taxa de carregamento**, ou custeio previdencial, corresponde ao percentual incidente sobre as contribuições e sobre os benefícios. Atualmente, as alíquotas de custeio aplicáveis correspondem a 3% sobre as contribuições e a 1,5% sobre os benefícios, sendo os respectivos recursos transferidos ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), conforme estabelecido no plano de custeio aprovado pelo atuário.

### 8.2.2. Exigível operacional - Gestão dos Investimentos

- a) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ - mil



QUADRO XXXII – Custeio Investimento (Taxa de Administração) - CD

	R\$ mil		
	2025	2024	Δ%
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	-	(157)	-100%

A taxa de administração, ou custeio dos investimentos, corresponde ao percentual incidente sobre os recursos garantidores dos planos de benefícios e transferido ao Plano de Gestão Administrativa. Diante do desempenho favorável do resultado do PGA e da capacidade de expansão do fundo evidenciada no orçamento plurianual 2026–2030, foi possível reduzir o custeio administrativo, mediante abatimento integral da parcela referente aos investimentos de dezembro de 2025, gerando impactos positivos para os participantes dos planos e para a patrocinadora CODEVASF, em alinhamento aos princípios de eficiência e economicidade.

### 8.2.3. Patrimônio Social

#### 8.2.3.1 Provisões Matemáticas

As reservas do plano são calculadas com base na quantidade de cotas adquiridas pelos participantes durante sua vida laboral. O Plano Codeprev é estruturado, em sua totalidade, na modalidade de Contribuição Definida, portanto, as provisões matemáticas do plano evoluem com as entradas (contribuições), saídas (benefícios pagos, resgates, portabilidades, etc.) e rentabilidade auferida.

O valor das reservas é determinado pelo número total de cotas do plano multiplicado pelo valor atual da cota.

Dessa forma, as provisões matemáticas são determinadas em função dos recursos acumulados, compostos pelas contribuições dos participantes, patrocinadoras e a rentabilidade proveniente da aplicação dos recursos.

A seguir quadro Demonstrativo das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios II (Codeprev):

QUADRO XXXIII – Provisões Matemáticas – Reservas – CD

Plano de Benefícios II (Plano CD)	2025	2024	Varição
PROVISÕES MATEMÁTICAS	(442.248)	(363.957)	22%
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	(20.383)	(10.267)	99%
SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	(20.383)	(10.267)	99%
BENEFÍCIOS A CONCEDER	(421.865)	(353.690)	19%
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)	(180.627)	(148.236)	22%
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	(241.238)	(205.454)	17%

Fonte: Gerência de Benefícios/Relatório Base de dados



A variação de **22%** decorre do fato de que o volume de arrecadação superou o fluxo de pagamento de benefícios, considerando tratar-se de um plano em fase de formação e expansão patrimonial, aberto a novas adesões, cuja composição é predominantemente de participantes ativos. Destaca-se, ainda, a variação de **99%** no saldo de benefícios concedidos, decorrente do aumento do número de participantes que ingressaram em gozo de benefício no exercício. Por operar sob o modelo de Contribuição Definida, o plano não está sujeito à apuração de superávit ou déficit atuarial ao longo do tempo, ainda que contemple benefícios associados a riscos de morte em serviço ou invalidez. Eventuais variações negativas decorrentes desses riscos são compensadas pelo Fundo Coletivo de Benefício de Risco, constituído conforme as disposições do regulamento do plano.

### 8.2.3.2. Fundos Previdenciais

Os Fundos Previdenciais têm como finalidade efetuar a cobertura de um evento determinado ou um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado e estão segregados da forma a seguir:

QUADRO XXXIV – Fundos Previdenciais – CD

	R\$ mil		
	2025	2024	Δ%
FUNDO PATRONAL NÃO COMPROMETIDO	(127)	-	-
FUNDO DE RISCO	(24.791)	(20.383)	22%

Fundo Patronal Não Comprometido: composto pelo saldo rentabilizado dos recursos provenientes da Contribuição Básica Programada do Patrocinador, os quais, por não serem mais passíveis de alocação na Subconta-Patrocinador da Conta Programada do Participante, foram destinados ao fundo. Além disso, conforme normativos legais vigentes, as eventuais reversões/utilizações dos fundos previdenciais deverão constar em nota técnica atuarial, no parecer atuarial e nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Dessa forma foi elaborado estudos acerca da utilização/reversão do Fundo pela Consultoria Atuarial Jessé Montello, o qual indicou a viabilidade de destinação integral do saldo contabilizado no Fundo Patronal Não Comprometido do Plano de Benefícios II, para participar do custeio dos benefícios programados ou do custeio das despesas administrativas do Plano, observando a situação de equilíbrio atuarial e financeiro existente nesse Plano de Benefícios e que essa destinação não fere o direito adquirido e acumulado de cada Participante e Assistido



vinculado ao Plano.

Dessa forma, com base no Estudo Técnico JM/2359/2023 elaborado pela Consultoria Atuarial Jessé Montello, por meio DELIBERAÇÃO Nº 15/2023, de 04 de dezembro de 2023, o Conselho Deliberativo da Fundação São Francisco aprovou a proposta de destinação integral do saldo contabilizado no Fundo Patronal não Comprometido do Plano de Benefícios II – Codeprev para o Fundo Administrativo do referido Plano, sendo transferido, em 2024, o saldo de R\$ 729 mil. Atualmente, o Fundo Patronal Não Comprometido apresenta saldo de R\$ 127 mil (R\$ zero em 2024), constituído, principalmente, pela transferência da parcela não resgatável das contribuições aportadas pela patrocinadora, por ocasião dos resgates realizados no exercício de 2025.

**Fundo Coletivo de Benefícios de Risco:** O Fundo Coletivo de Benefícios de Risco é um dos fundos do Plano de Benefícios II – Codeprev, previsto no art. 62 do Regulamento, destinado ao custeio dos benefícios de risco decorrentes de morte ou invalidez de participantes ativos, sendo que a contribuição para sua formação deixa de ser devida quando o participante completa 58 anos de idade. A suficiência do fundo é avaliada anualmente pelo atuário responsável pelo plano. O valor acumulado até dezembro de 2025 é de R\$ 24.791 mil (R\$ 20.383 mil em 2024). Com data-base em 30/09/2024, a consultoria atuarial Mirador realizou estudo técnico para avaliação do nível de solvência do fundo, o qual evidenciou que os recursos constituídos são superiores às necessidades de cobertura dos benefícios futuros, resultando em excedente de R\$ 2.223 mil.

O Conselho Deliberativo da Fundação São Francisco, em reunião realizada em 05/05/2025, aprovou o Estudo Técnico Atuarial nº 1912/2024 e recomendou a elaboração de Plano de Destinação/Utilização do excedente.

Em atendimento à deliberação, a Mirador elaborou o Parecer Técnico Atuarial nº 1479/2025, que definiu os critérios de rateio do valor excedente, o qual será revertido em janeiro de 2026 aos participantes e assistidos que contribuíram para a formação do fundo, excetuando-se aqueles que já tenham usufruído de recursos do referido fundo.

Adicionalmente, por meio da Ata da 54ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 28 de outubro de 2025, foi informada a reavaliação da tábua de mortalidade/invalidez e a substituição da atualmente utilizada por outra mais adequada à realidade dos eventos observados, resultando em um indicativo de redução do percentual da taxa de risco.



### 8.2.3.3. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pela diferença positiva entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa. A existência desse fundo indica que, ao longo dos anos, as contribuições destinadas ao custeio administrativo, acrescidas da rentabilidade proveniente da aplicação dos recursos, superaram os gastos administrativos incorridos na gestão do plano, resultando na sua constituição no exercício.

A formação do Fundo Administrativo é fundamental para garantir a sustentabilidade operacional da entidade, especialmente após a cessação das contribuições para o custeio administrativo. Esse fundo deve assegurar que a EFPC disponha de recursos suficientes para manter suas atividades até o pagamento do último benefício, prevenindo qualquer descontinuidade na gestão dos planos. O demonstrativo a seguir contempla o fluxo administrativo com a composição do fundo:

QUADRO XXXV – Evolução Fundo Administrativo – CD

	R\$ mil		
<b>FUNDO ADM PLANO DE BENEFÍCIOS II / CD</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Δ%</b>
<b>Fundo Administrativo Exercício Anterior</b>	<b>1.863</b>	<b>1.067</b>	<b>75%</b>
<b>Custeio/Receitas Administrativas</b>	<b>3.674</b>	<b>3.918</b>	<b>-6%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.375	1.218	13%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.711	1.774	-4%
Doação Fundo Patronal (Plano CD)	0	729	-100%
Taxa de administração de Empréstimos	70	51	37%
Resultado Positivo dos Investimentos	518	146	255%
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(3.240)</b>	<b>(3.122)</b>	<b>4%</b>
Administração dos Planos Previdenciários	(3.240)	(3.122)	4%
Contingência Trabalhista	-	-	-
<b>Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa</b>	<b>434</b>	<b>796</b>	<b>-45%</b>
<b>Fundo Administrativo Exercício Atual</b>	<b>2.297</b>	<b>1.863</b>	<b>23%</b>

Fonte: Gerência de Contabilidade / Balancete PGA

Em 2025, foi constituído o valor de R\$ 434 mil e o Fundo Administrativo fechou com um saldo de R\$ 2.297 mil (R\$ 1.863 mil em 2024), resultado da diferença entre receitas e despesas administrativas. Este saldo pode ser verificado, também, em contas específicas (participação no fundo administrativo) do ativo do plano de benefícios, de forma similar à equivalência patrimonial. Este método contábil é aplicado às empresas que possuem participação em outras empresas, refletindo a parcela que pertence ao plano, proveniente do resultado do PGA.



A variação negativa de -45% verificada no resultado da gestão administrativa (sobra/insuficiência) apurado no exercício, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, da transferência do montante integral de R\$ 729 mil do Fundo Patronal Não Comprometido, conforme Deliberação nº 15/2023, de 04 de dezembro de 2023. Dessa forma, ao se proceder à análise comparativa dos exercícios considerando exclusivamente o fluxo ordinário, com a exclusão do efeito da referida doação, verifica-se variação positiva de aproximadamente 548% no resultado do exercício (Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa).

### 8.3. EVOLUÇÃO DA COTA

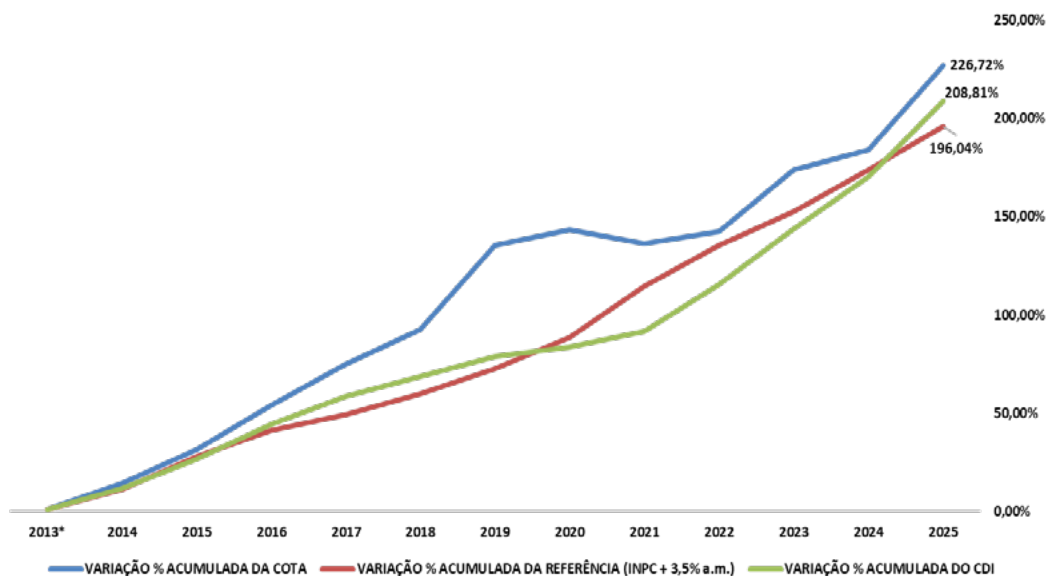
QUADRO XXXVI – Evolução da Cota – CD

EVOLUÇÃO DA COTA			INDICADOR DE REFERÊNCIA			CDI		
ANO	VALOR	VARIAÇÃO % ANUAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA DA COTA	VARIAÇÃO % ANUAL INPC	VARIAÇÃO % ANUAL INPC + 3,50% a.a.	VARIAÇÃO % ACUMULADA DA REFERÊNCIA (INPC + 3,5% a.a.)	VARIAÇÃO % ACUMULADA DO CDI POR ANO	VARIAÇÃO % ACUMULADA DO CDI
2013*	1,011	1,12%	1,12%	0,72%	1,01%	1,01%	0,78%	0,78%
2014	1,143	13,05%	14,32%	6,23%	9,95%	11,06%	10,81%	11,68%
2015	1,316	15,09%	31,57%	11,28%	15,17%	27,90%	13,24%	26,46%
2016	1,538	16,92%	53,83%	6,58%	10,31%	41,09%	14,00%	44,17%
2017	1,747	13,56%	74,68%	2,07%	5,64%	49,05%	9,93%	58,48%
2018	1,927	10,30%	92,67%	3,43%	7,05%	59,56%	6,42%	68,65%
2019	2,353	22,11%	135,27%	4,48%	8,14%	72,55%	5,96%	78,70%
2020	2,435	3,48%	143,47%	5,45%	9,14%	88,32%	2,76%	83,63%
2021	2,364	-2,92%	136,37%	10,16%	14,02%	114,71%	4,42%	91,76%
2022	2,424	2,56%	142,42%	5,93%	9,64%	135,41%	12,39%	115,52%
2023	2,737	12,89%	173,66%	3,71%	7,34%	152,68%	13,04%	143,62%
2024	2,839	3,75%	183,93%	4,77%	8,43%	173,99%	10,88%	170,11%
2025	3,267	15,07%	226,72%	3,90%	8,05%	196,04%	14,33%	208,81%

\*Em 2013 foi considerada a variação de Nov/13 a Dez/13 (abertura das inscrições plano Codeprev).

Desde a criação do plano até dezembro de 2025, observou-se uma elevação de 226,72% no valor das cotas superior a taxa de referência do Plano (INPC + 3,5% a.a) no mesmo período, que foi de 196,04%, e do CDI, que acumulou durante esse período a marca de 208,12%.

### GRÁFICO I – Evolução da Cota – CD



## 9. PLANO DE BENEFÍCIOS III (BENEFÍCIO SALDADO)

### 9.1. ATIVO

#### 9.1.1. Gestão Previdencial

No realizável da Gestão Previdencial do plano de benefícios III (BD Saldado) está registrado o valor atualizado da dívida contratada da patrocinadora (Codevasf) relativa ao saldamento do plano. O contrato de dívida da patrocinadora CODEVASF existe em razão do saldamento dos benefícios do Plano de Benefícios I, com a transferência de participantes e assistidos do Plano de Benefícios I (Plano BD) para o Plano de Benefícios III (Plano Saldado).

I. O montante apurado em 11/2017 era de R\$ 44.396 mil, como resultado da avaliação atuarial a ser pago em 108 parcelas mensais e sucessivas, calculadas pelo sistema de amortização francês (Tabela Price), utilizando-se a taxa de juros de 5,26% a.a, por equivalência mensal, acrescido da atualização monetária mensal (INPC). A seguir apresentamos o demonstrativo com o saldo atualizado e a parcela em aberto em 31/12/2025:

- Codevasf – R\$ 19.412 mil, valor atualizado da dívida;
- Valores a Receber – R\$ 787 mil, valor da parcela gerada no mês a ser liquidada em janeiro de 2025.

#### QUADRO XXXVII – Dívida Contratada Gestão Previdencial – Plano BS



	2025	2024	R\$ mil Δ%
CODEVASF	11.412	19.226	-41%
VALORES A RECEBER	787	756	4%

A variação de -41% verificada no saldo devedor decorre da amortização das prestações provisionadas para recebimento durante o exercício de 2025. Do total da dívida estabelecida em 108 parcelas mensais, restam, em 31/12/2025, um total de 15 parcelas para sua quitação. Dessa forma, o valor da dívida em 31/12/2025 é de R\$ 11.412 mil.

### 9.1.2. Gestão Administrativa

Corresponde à participação do Plano de Benefícios III no Fundo Administrativo, no montante de R\$ 3.877 mil, conforme demonstrativo abaixo:

#### QUADRO XXXVIII – Participação do Plano BS no Fundo Administrativo

	2025	2024	R\$ mil Δ%
PARTICIPAÇÃO FUNDO ADMINISTRATIVO	3.877	3.685	5%

O registro no ativo do Plano confere tratamento contábil semelhante ao reconhecimento decorrente do resultado de equivalência patrimonial, adotado por empresas que detêm participação no capital de outras entidades. Nesse contexto, o resultado apresentado corresponde à parcela atribuível ao Plano, originada do resultado apurado no Plano de Gestão Administrativa (PGA). A variação de 5% em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, das sobras apuradas entre as receitas e despesas administrativas vinculadas a este Plano.

### 9.1.3. Investimentos

Este grupo registra os recursos garantidores dos Planos de Benefícios, aplicados em Cotas de Fundos de Investimento (Renda Fixa, Renda Variável, Multimercados e Exterior), Títulos Públicos Federais, Ativos Financeiros de Crédito Privado, Imóveis e Operações de Empréstimo com participantes do plano. Os investimentos estão segmentados conforme descrito a seguir:

#### QUADRO XXXIX – Investimentos – BS

Plano BD Saldado - BS	2025	2024	AVALIAÇÃO	
			ΔV.	ΔH.



<b>Investimento</b>	<b>459.880</b>	<b>419.818</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>10%</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>356.054</b>	<b>341.584</b>	<b>77,4%</b>	<b>81,4%</b>	<b>4%</b>
NTN-B	355.820	341.584	77,4%	81,4%	4%
LFT	234	-	0,1%	0,0%	-
<b>Ativos Financeiros de Crédito Privado</b>	<b>-</b>	<b>1.476</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,4%</b>	<b>-100%</b>
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	1.476	0,0%	0,4%	-100%
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>99.413</b>	<b>72.706</b>	<b>21,6%</b>	<b>17,3%</b>	<b>37%</b>
Fundo Renda Fixa	35.171	20.915	7,6%	5,0%	68%
Fundo de Ações	39.068	29.667	8,5%	7,1%	32%
Impairment FIP MULTIESTRATÉGIA	(239)	(226)	-0,1%	-0,1%	6%
Multimercado (FIM)	25.413	22.350	5,5%	5,3%	14%
<b>Investimentos em Imóveis</b>	<b>3.519</b>	<b>3.168</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,8%</b>	<b>11%</b>
<b>Operações com Participantes</b>	<b>809</b>	<b>799</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>1%</b>
<b>Depósitos Judiciais/Rekursais</b>	<b>85</b>	<b>85</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

No início de 2025, a alocação do Plano BS refletia uma diversificação entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes. Mesmo com a alta da Selic em 2024 e 2025, os segmentos de Renda Variável e Multimercado obtiveram uma boa performance, fomentando a continuidade de alocação em ambos os setores. Ao final do exercício, a carteira de Renda Variável e Multimercado cresceu 32% e 14%, respectivamente, em comparação ao ano anterior.

### Aspectos Gerais

Os valores contábeis dos títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos foram apurados segundo os critérios abaixo especificados:

- ✓ Os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, com vencimento superior a cinco anos a partir da data de compra, são precificados conforme as estratégias definidas e aprovadas pelos órgãos de governança. A precificação é realizada em estrita observância aos estudos de ALM, buscando o alinhamento com as necessidades dos passivos atuariais dos planos e a manutenção dos ativos destinados ao resgate;
- ✓ Fundos de investimento: devem seguir as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, segundo suas classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes das carteiras dos fundos estão precificados a mercado. Os preços dos títulos que compõem as carteiras dos fundos estão contabilizados pelo preço de fechamento das transações cursadas no dia da apuração da cota;
- ✓ Os Fundos cujos ativos em carteira não possuem cotação em bolsa são precificados



com base em laudos de avaliação elaborados de acordo com as normas estabelecidas pela CVM e em conformidade com as diretrizes da ABNT. Já os ativos de renda fixa seguem o Manual de Precificação adotado pelos administradores de cada Fundo de Investimento.

### 9.1.3.1. Títulos Públicos e Créditos Privados – Identificação por vencimento

#### QUADRO XL – Títulos Públicos e Créditos Privados – BS

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO - CURVA								
ATIVO	EMISSOR	VENCIMENTO	QTD 31/12/2024	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2024 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2024 (R\$ mil)	QTD 31/12/2025	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2025 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2025 (R\$ mil)
CRI	INFRASEC	07/04/2027	0	2.767	1.476	0	0	0
NTN-B	STN	15/08/2028	17	70.605	78.834	17	70.605	81.972
NTN-B	STN	15/08/2032	6	24.555	26.340	6	24.555	27.449
NTN-B	STN	15/05/2033	2	7.003	7.054	2	7.003	7.415
NTN-B	STN	15/05/2035	10	37.679	47.433	10	37.679	49.402
NTN-B	STN	15/08/2040	3	10.527	11.646	3	10.527	12.177
NTN-B	STN	15/05/2045	19	61.319	90.893	19	61.319	94.699
NTN-B	STN	15/05/2055	5	13.771	24.833	5	13.771	25.881
NTN-B	STN	15/08/2050	11	28.579	54.549	11	28.579	56.825
<b>TOTAL</b>			<b>73</b>	<b>256.805</b>	<b>343.060</b>	<b>73</b>	<b>254.038</b>	<b>355.820</b>

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO - MERCADO								
ATIVO	EMISSOR	VENCIMENTO	QTD 31/12/2024	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2024 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2024 (R\$ mil)	QTD 31/12/2025	VALOR AQUISIÇÃO 31/12/2025 (R\$ mil)	VALOR EM 31/12/2025 (R\$ mil)
LFT	STN	01/03/2030	0	0	0	0	230	234
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>230</b>	<b>234</b>

Fonte: Gerência de Finanças

A composição dos investimentos no encerramento de 2025, por vencimento, identifica que a gestão continua a focar o longo prazo.

#### AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DAS NTN'S:

Nos termos do art. 30 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o ajuste de precificação dos títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento” deve ser considerado para fins de equacionamento de déficit, sendo deduzido do resultado deficitário acumulado quando positivo e acrescido a esse resultado quando negativo, influenciando diretamente o montante a ser equacionado.

O **Sistema Venturo** é utilizado pela PREVIC para monitorar os ativos que compõem os **recursos garantidores** desses planos. Dessa forma, os investimentos registrados no **Venturo** influenciam diretamente os cálculos de solvência e necessidade de equacionamento.



Conforme demonstrado no quadro abaixo, o ajuste de precificação foi calculado pelo Sistema Venturo, disponibilizado pela Previc, atingindo o valor de R\$ 27.875 mil:

QUADRO XLI – Ajuste Precificação Títulos Mantidos até o Vencimento do Plano – BS

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO				
PLANO DE BENEFÍCIOS III_BS				
	2022	2023	2024	2025
Duration do Ativo	11,0373	10,3543	9,4335	9,0111
Duration do Passivo	11,6695	10,194	11,0378	10,7053
<b>Ajuste de precificação</b>	<b>16.425.252,00</b>	<b>21.842.046,00</b>	<b>28.117.056,00</b>	<b>27.874.560,00</b>

O valor do ajuste corresponde à diferença entre o preço de mercado dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços, classificados como títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual e o valor contábil desses títulos.

Adicionalmente, conforme o art. 11, inciso II, da Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020, no caso de destinação de superávit, o ajuste de precificação somente deve ser considerado quando apresentar valor negativo. Quando positivo, não integra a base de cálculo para constituição ou destinação de Reserva Especial, preservando-se, assim, a consistência entre o Patrimônio de Cobertura do Plano, as Provisões Matemáticas e o Resultado Técnico apurado na avaliação atuarial.

Dessa forma, considerando que o Plano apresentou superávit técnico e ajuste de precificação com efeito positivo, a Demonstração do Ativo Líquido - DAL foi apresentada desconsiderando o impacto desse ajuste.

### 9.1.3.2. Fundos de Investimentos

#### Renda Fixa

São valores a serem utilizados nas operações de curtíssimo prazo, ou seja, suportam as necessidades de recursos destinados as operações administrativas, pagamentos de resgate de reservas e pagamentos de benefícios ao longo do mês, não se caracterizando como uma alternativa de investimento típica, servindo para remunerar o que seria o “fundo de caixa”.

QUADRO XLII – Renda Fixa – BS

						R\$ mil
ITENS	FUNDO DE RENDA FIXA	NÍVEL*	GESTOR	2025	2024	Δ%
1	BRASIL PLURAL HIGH GRADE FI RF*	Nível 1	BRASIL PLURAL	-	215	-
2	ITAÚ HIGH GRADE*	Nível 1	ITAÚ HIGH	35.171	20.700	70%



<b>TOTAL</b>	<b>35.171</b>	<b>20.915</b>	<b>68%</b>
--------------	---------------	---------------	------------

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

✓ Plural High Grade FI Renda Fixa de Crédito Privado

O fundo Plural High Grade FI RF CP, inscrito no CNPJ n.º 15.350.679/0001-16, foi resgatado integralmente em 28 de agosto de 2025, após a deflagração da Operação “Carbono Oculto”, esquema bilionário de sonegação e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. O Banco Genial S.A, administrador do fundo Plural High Grade FIF RF Crédito Privado e Plural Dividendos, cujos ativos estavam investidos nas carteiras de renda fixa e renda variável (FIC CIC), foi uma das instituições financeiras citadas na operação. Com isso, devido ao risco reputacional, jurídico e de liquidez, houve necessidade do resgate integral de R\$ 235 mil no plano Saldado.

✓ Itaú High Grade Renda Fixa Crédito Privado FIC FI

O fundo Itaú High Grade RF CP FICFI, inscrito no CNPJ n.º 09.093.883/0001-04, tem por objetivo diversificar e investir a carteira em risco de crédito entre emissores financeiros selecionados. Investe principalmente em títulos privados de baixo risco de crédito. Não opera ativamente risco de mercado e não permite alavancagem. O FUNDO é constituído como condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e classificado como “Renda Fixa”.

**Fundo de Investimentos em Ações – FIA**

Fundo de Investimento em Ações (FIA) tem o objetivo de proporcionar valorização do capital investido por meio da compra e venda de ações de empresas de capital aberto. Em outras palavras, o gestor do fundo busca empresas com potencial de crescimento e que possam gerar lucros para os cotistas do fundo.

Já o Fundo de Fundo de Investimento em Ações (FIF CIC FIA4) tem como objetivo principal diversificar os investimentos em ações por meio da aplicação em outros FIAs. Dessa forma, o gestor do FIF CIC FIA busca selecionar os melhores FIAs disponíveis no mercado, de acordo com diferentes estratégias e gestores, buscando otimizar a rentabilidade da carteira como um todo.

QUADRO XLIII – Fundo de Investimentos em Ações – BS

ITENS	FUNDO DE AÇÕES	NÍVEL*	INSTITUIÇÕES	R\$ mil		
				2025	2024	Δ%
1	FIF CIC RENDA VARIÁVEL	Nível 1	GALAPAGOS	39.068	29.657	32%



<b>TOTAL</b>	<b>39.068</b>	<b>29.657</b>	<b>32%</b>
--------------	---------------	---------------	------------

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

#### ✓ SF Renda Variável FIF CIC de Ações

O SF Renda Variável FIF CIC de Ações, inscrito no CNPJ nº 56.284.450/0001-08, tem por objetivo aplicar seus recursos em cotas de classes de fundos de investimento tipificado como “Ações”, as quais investem em ativos financeiros de maneira que o principal fator de risco da classe seja a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado. O Fundo é exclusivo da Fundação São Francisco, entrou em operação em agosto de 2024, foi constituído como condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e tipificada como ações.

Entrou em operação a partir da integralização das cotas dos seguintes fundos de renda variável de condomínio aberto: Organon Inst FICFIA, Constância Fundamento FIA, Vokin GBV, Organon FIC FIA, 4UM Small Caps FIA e Plural Dividendos FIA. Ainda nesse contexto, é possível destacar as vantagens obtidas com esse novo modelo – por meio de FICs, tais como: (a) redução do trabalho operacional; (b) dinamismo ao escolher um gestor terceirizado; (c) rebates com a adoção da estrutura de Fundo Consolidadores; (d) controles de exposição por ativos e por classe; (e) Administrador Fiduciário com o compartilhamento das responsabilidades legais junto ao Gestor.

#### **Fundos de Investimento em Participações**

O Fundo de Investimento em Participações (FIP) é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em companhias abertas, fechadas ou sociedades limitadas, em fase de desenvolvimento. É um investimento em renda variável constituído sob a forma de condomínio fechado, em que as cotas somente são resgatadas ao término de sua duração ou quando é deliberado em assembleia de cotistas a sua liquidação. Busca-se criar valor para a companhia, por meio do desenvolvimento de seu negócio, bem como pela implementação de práticas de governança corporativa.

#### QUADRO XLIV – Fundos de Investimentos em Participações – BS

ITENS	Fundo de Participações	Nível*	GESTOR	R\$ mil		
				2025	2024	Δ%



1	GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTIESTRATÉGIA	Nível III	BRPP GESTÃO DE PRODUTOS REESTRUTURADOS	(239)	(226)	5,75%
<b>TOTAL</b>				<b>(239)</b>	<b>(226)</b>	<b>5,75%</b>

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

✓ GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTIESTRATÉGIA

- **Gestor:** BRPP Gestão de Produtos Estruturados Ltda (Grupo Brasil Plural).
- **Administrador:** RJI - CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
- **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no setor de geração de energia e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo FUNDO.
- **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.
- **Patrimônio Líquido do Fundo em 31.12.2025:** Negativo de R\$ (14.091.458,39).

A Diretoria de Finanças acompanha ativamente o processo de desinvestimento dos ativos, reportando ao Comitê de Investimentos (CI) o andamento das ações, com especial atenção às medidas adotadas pelo Gestor e pelo Administrador. O regulamento do fundo estabelecia a data de “Vencimento Final” para 31 de dezembro de 2025. No entanto, o desinvestimento não ocorreu conforme previsto, em razão da rerratificação da ATA da AGC que aprovou o novo prazo de duração do fundo para 2026. O fato ocorreu após o Tribunal verificar a impossibilidade do termo de arbitragem ser assinado em tempo hábil, tendo em vista que o prazo para prolação da sentença arbitral, conforme o art. 71, § 5º do regulamento do fundo, é de 12 meses prorrogáveis por mais seis meses, contados a partir do início da arbitragem. Desse modo, não seria possível aprovar a solicitação e efetuar as assinaturas no período de agosto a dezembro/25, sendo necessário, assim, a postergação do vencimento do FIP.

No que se refere ao financiamento da arbitragem, o Fundo executou parcialmente os recursos disponibilizados pela Qanlex no âmbito do litigation funding agreement. Até dezembro de 2025, foram consumidos aproximadamente USD 1,013 milhão do montante contratado, permanecendo saldo estimado de USD 486 mil destinado à continuidade do procedimento arbitral e ao custeio das despesas associadas. Paralelamente, no campo regulatório, verificou-se avanço relevante na reclamação submetida à Comissão de Valores Mobiliários, cuja área



técnica concluiu pela existência de indícios de descumprimento do dever fiduciário pela Áureo Administração de Recursos e pela caracterização de operação fraudulenta vinculada ao mútuo irregular, culminando na instauração de Processo Administrativo Sancionador em maio de 2025. Sob a perspectiva operacional, manteve-se a cobertura das despesas ordinárias do Fundo pelo investidor financiador até novembro de 2025, assegurando a continuidade das atividades essenciais. Adicionalmente, encontram-se em curso a contratação de auditoria das sociedades investidas e as tratativas para liquidação de empresa inativa do grupo, enquanto permanece sem previsão a emissão das demonstrações financeiras auditadas de transição.

Atualmente a Fundação São Francisco possui registrado no balanço “Despesas com o Fundo” o valor de R\$ 592 mil (Plano III/BS (40,42%): R\$ 239,2 mil – correspondentes à participação de 4,20% da Fundação São Francisco no ativo, sobre o Patrimônio Negativo do Fundo em 31.12.2025 no valor de R\$ 14.091.458,39.

Este processo é identificado como “IMPAIRMENT”, que trata de um custo por redução ao valor recuperável, que deve ser incluído nas despesas quando o valor contábil de um ativo exceder o valor recuperável. A redução no valor recuperável de ativos é a diminuição da qualidade, quantidade de força ou valor de um ativo.

### Fundo de Investimento Financeiro CIC Multimercado

Os fundos multimercados são fundos de investimento que combinam diferentes classes de ativos em uma única carteira. Eles podem investir em renda fixa, ações, câmbio, compromissadas e instrumentos derivativos. O Fundo de Fundos Multimercado é um tipo de fundo de investimento que investe em cotas de fundos multimercados e tem como objetivo obter retornos superiores ao CDI no médio prazo.

#### QUADRO XLV – Multimercado - BS

						R\$ mil	
ITENS	Fundo Multimercado	NÍVEL*	GESTOR	2025	2024	Δ%	
1	FIF CIC MULTIMERCADO CP	Nível 1	GALAPAGOS	25.413	22.350	14%	
<b>TOTAL</b>				<b>25.413</b>	<b>22.350</b>	<b>14%</b>	

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

#### ✓ SF FIF CIC Multimercado Crédito Privado

O SF Multimercado Crédito Privado, inscrito no CNPJ nº 56.284.639/0001-09, tem por objetivo aplicar seus recursos em cotas de classes de fundos de investimento de diversos tipos, as quais



investem em ativos financeiros de diferentes naturezas, riscos e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial. O Fundo é exclusivo da Fundação São Francisco, entrou em operação em agosto de 2024, foi constituída como regime aberto, com prazo indeterminado de duração e tipificada como Multimercado. Entrou em operação a partir da integralização das cotas dos seguintes fundos multimercado de condomínio aberto: Constância Absoluto FIM e ACE Capital FIC FIM. Ainda nesse contexto, é possível destacar as vantagens obtidas com esse novo modelo – por meio de FICs, tais como: (a) redução do trabalho operacional; (b) dinamismo ao escolher um gestor terceirizado; (c) rebates com a adoção da estrutura de Fundo Consolidadores; (d) controles de exposição por ativos e por classe; (e) Administrador Fiduciário com o compartilhamento das responsabilidades legais junto ao Gestor.

### **Certificado de Recebíveis Imobiliários**

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) são títulos de crédito nominativos de renda fixa, lastreados em recebíveis originados de operações do setor imobiliário, como financiamentos, contratos de compra e venda, locações ou outras obrigações vinculadas a imóveis. Emitidos por companhias securitizadoras, esses títulos representam direitos de crédito que são convertidos em valores mobiliários e oferecidos a investidores, os quais passam a receber os fluxos financeiros decorrentes dos pagamentos dos devedores originais.

Os CRI não contam com garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), sendo sua atratividade associada ao risco de crédito do lastro, à estrutura de garantias da operação e às condições de remuneração pactuadas.

Em 25/06/2025, a Infrasec, securitizadora responsável pelo CRI investido pela Fundação São Francisco, encaminhou Fato Relevante comunicando a promoção do resgate total antecipado do Títulos da 2ª emissão, cujo processo ocorreu no dia 02/07/2025. O valor global do resgate correspondeu a R\$18.128.136,05, sendo creditado à Fundação São Francisco o montante de R\$4.210.727,00 referentes aos 07 dos 30 CRIs em circulação, no qual era detentora. No plano III/Saldado o resgate foi de R\$ 1.203 mil, liquidando integralmente o CRI na carteira.

### **Investimentos Imobiliários**

#### QUADRO XLVI – Carteira de Aluguéis e Renda - BS



				R\$ mil
ITENS	CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA - BS	2025	2024	Δ%
1	<b>VALOR DO IMÓVEL (2 + 3)</b>	<b>3.519</b>	<b>3.168</b>	<b>11%</b>
2	VALOR DO IMÓVEL (2 + 3)	3.626	3.274	11%
3	(-) PROVISÃO PARA PERDA	(107)	(106)	<b>0,9%</b>

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

#### QUADRO XLVII – Avaliação Imóveis – Plano BS

REAVALIAÇÃO DO IMÓVEL PLANO SD	Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 2.487 - Edifício Fernandez Plaza - Parque Bela Vista - Salvador - BA
<b>HISTÓRICO</b>	Reavaliação de Imóvel Locados a Terceiros
<b>DATA DA REAVALIAÇÃO</b>	30/12/2025
<b>DATA DO REGISTRO CONTÁBIL</b>	31/12/2025
<b>AVALIADOR RESPONSÁVEL</b>	Avalor Engenharia de Avaliações Ltda. CNPJ: 13.016.939/0001-96
<b>SALDO EM 31/12/2024 (R\$ mil)</b>	3.240
<b>RESULTADO DA REAVALIAÇÃO EM 31/12/2025 (R\$ mil)</b>	352
<b>SALDO EM 31/12/2025 (R\$ mil)</b>	3.593
<b>VARIAÇÃO %</b>	10,88%
<b>CONTAS CONTÁBEIS RELACIONADAS</b>	1.02.03.07.04.03.01.00.00 e 1.02.03.07.04.03.02.00.00

O empreendimento Fernandez Plaza, localizado na Praça de Salvador / BA, é constituído por 56 (cinquenta e seis) salas, sob a administração da José Alberto Imóveis Ltda. Encerrou o ano de 2025, com o nível de vacância atingindo 67,86%, ou seja, do total das 56 (cinquenta e seis) salas detidas pelo Plano, encontram-se alugadas apenas 18 (dezesesseis) unidades.

Atendendo a legislação vigente - Resolução Nº 23, 14.08.2023-PREVIC- Art. Nº 197- Inciso III, as salas foram devidamente avaliadas em Dezembro/2025, pela AVALOR Engenharia de Avaliações Ltda, registrada no CREA/SP Nº 1697050, especializada em Engenharia de Avaliações, com reflexos na apuração do resultado do respectivo exercício social. Os documentos apresentados pela Empresa, referente ao laudo emitido sob o número 1679425, o qual teve como parâmetro às diretrizes fixadas pela ABNT, na NBR nº 14653 e NBR 12721, tendo sido utilizado como critério de avaliação o “Método Comparativo”, visando apurar o “Valor de Mercado” de cada unidade.

Na Política de Investimentos 2025-2029 encontra-se expresso o compromisso da Fundação São Francisco com a administração eficiente e a regularização dos imóveis sob sua responsabilidade. Diversas iniciativas foram conduzidas para garantir a valorização patrimonial e a boa gestão dos ativos imobiliários localizados no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador.



Durante o período de 2024 e 2025, foram adotadas providências para fortalecer a governança sobre os processos de cobrança de aluguéis e ações judiciais relacionadas às unidades do empreendimento. A Fundação reforçou seu acompanhamento junto à administração imobiliária e buscou alternativas para otimizar os procedimentos e minimizar perdas financeiras.

Todas essas ações reafirmam o compromisso da Fundação São Francisco com a boa administração de seus bens, garantindo que a regularização da situação patrimonial ocorra de maneira célere e responsável, sempre com foco na geração de valor para seus participantes.

### **Operações com Participantes**

A concessão de empréstimos aos participantes dos Planos de Benefícios é realizada em conformidade com a política aprovada pelo Conselho Deliberativo, nos termos da **Deliberação nº 05/2023**, observadas as disposições da **Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022**, que estabelece diretrizes para operações com participantes no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar.

Os empréstimos são concedidos com recursos dos próprios planos de benefícios, observando limites e condições previamente estabelecidos. O valor máximo do crédito é de R\$ 40.000,00, limitado adicionalmente a 60% do saldo da reserva de poupança resgatável do participante.

As operações possuem prazos de amortização entre 6 e 48 meses, sendo concedidas na modalidade pré-fixada, com taxas de juros diferenciadas conforme o prazo da operação.

Adicionalmente, incidem encargos administrativos, conforme política vigente, e contribuição destinada ao Fundo de Quitação por Morte (FQM), aplicável aos contratos concedidos com recursos dos planos BD e BS, com o objetivo de liquidar o saldo devedor em caso de falecimento do participante.

A renovação de empréstimos está condicionada ao pagamento mínimo de parcelas do contrato vigente, conforme critérios definidos na política aprovada.

## QUADRO XLVIII – Carteira de Empréstimos - BS



ITENS	CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS - BS	2025	2024	R\$ mil Δ%
1	VALOR DA CARTEIRA ( 2 + 3 )	809	800	1
2	VALOR ATUALIZADO	836	823	2
3	(-) PROVISÃO PARA PERDA	(27)	(23)	17

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

Em 2025 o valor da carteira de empréstimos no Plano III/BS foi de R\$836 mil com um provisionamento para perdas de -R\$27 mil. Ao final do período a carteira totalizou o valor líquido de R\$ 809 mil.

### Provisão para Perdas

Esclarece-se por oportuno que, o resultado produzido pelos investimentos e consignados como patrimônio social estão líquidos das referidas provisões, portanto, seu impacto já está consignado como resultado dos exercícios em que ocorreram.

Em maio de 2024, foi efetuada a baixa contábil dos saldos anteriormente provisionados para perda, referentes às debêntures da ULBRA Recebíveis S/A e às Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) da M. Brasil, em conformidade com o disposto no art. 203 da Resolução PREVIC nº 23/2023.

#### QUADRO XLIX – Provisão para perdas – BS

ITENS	DATA	ATIVOS	INSTITUIÇÕES	2025	2024	Δ%
1	01/09/2009	DEBÊNTURES	ULBRA	-	-	-
2	01/06/2011	CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO - CCI's	M.BRASIL	-	-	-
3	RES.PREVIC 23 de 14/08/23	EMPRÉSTIMOS P/ PARTICIPANTES	FSF	(27)	(23)	17%
<b>TOTAL</b>				<b>(27)</b>	<b>(23)</b>	<b>17%</b>

Fonte: Gerência de Finanças / Gerência de Contabilidade

Nos termos da referida norma, os ativos financeiros devem ser baixados contabilmente quando: (i) a recuperação do seu valor for considerada improvável; ou (ii) decorrido o prazo de 360 dias previsto no inciso VII do art. 199.

Os ativos baixados devem permanecer registrados em controles auxiliares até que se esgotem todos os meios de cobrança judicial ou extrajudicial, ou mediante deliberação do órgão de governança competente da Entidade, observado o prazo mínimo de cinco anos para manutenção do respectivo registro auxiliar.



- ✓ Ação movida contra a ULBRA RECEBÍVEIS S/A – Processo nº 0194915-31.2009.8.26.0100 (583.00.2009.194915) - 1ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, visando reaver os créditos da SÃO FRANCISCO decorrentes da aquisição de Debêntures.

A Ação de Execução foi motivada pelo não pagamento dos juros vencidos em julho e agosto/2009, por insuficiência de saldos da conta-reserva, conforme previsto na Escritura de Emissão de debêntures. São credores da ULBRA RECEBÍVEIS S/A nesse processo, além da Fundação São Francisco vários outros Fundos de Pensão.

No exercício de 2025, a recuperação dos créditos permanece em curso. O processo continua condicionado aos desdobramentos da recuperação judicial do grupo educacional, no âmbito da qual foram aprovadas alterações no plano de recuperação e adotadas medidas recursais pelos credores diante da modificação do regime de garantias anteriormente existente.

- ✓ Execução das garantias fiduciárias relativas às CCI's emitidas pela M Brasil e consolidação dos imóveis ofertados em garantia do investimento.

A M Brasil Empreendimentos Marketing e Negócios Ltda e a BAREMBOIM S/A ingressaram com Ação Cautelar Inominada objetivando suspender o processo extrajudicial de execução do Contrato de Fidúcia (transferência dos bens imóveis para o patrimônio dos credores). Julgado o processo foi reconhecido o direito dos credores de efetuar a consolidação das garantias em Cartório, de todos os imóveis.

No momento, seguem em tramitação os processos relacionados à execução das garantias fiduciárias vinculadas às CCI's e às controvérsias judiciais envolvendo a consolidação e destinação dos imóveis dados em garantia. Com isso, as discussões judiciais sobre a arrecadação de bens pela massa falida permanecem vigentes, bem como a ação revocatória em curso, cujo processo retornou à primeira instância para reabertura da fase instrutória, assegurado o direito à produção de provas pelas partes. Em 2025 não se verificaram alterações relevantes na situação processual, mantendo-se o estágio jurídico previamente estabelecido para os ativos e demandas associadas.

- ✓ Crédito junto à Massa Falida do Banco Morada S.A. – Histórico, Baixa Contábil e Cessão  
Conforme detalhado na Nota Explicativa “Crédito junto à Massa Falida do Banco Morada S.A. – Histórico, Baixa Contábil e Cessão”, constante das demonstrações contábeis do Plano BD, a Fundação realizou investimento em CDBs emitidos pelo Banco Morada S.A., posteriormente



submetido a processo de falência.

O crédito foi integralmente provisionado e baixado contabilmente em exercícios anteriores, diante da perda reconhecida após o trânsito em julgado da ação judicial relacionada à cobertura pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Em 2025, após deliberação das instâncias competentes de governança, foi aprovada a cessão integral do crédito quirografário. Em razão de o ativo já se encontrar integralmente baixado, o valor recebido foi reconhecido como receita no exercício da liquidação financeira.

No âmbito do Plano BS, a operação resultou na monetização do montante de R\$ 142 mil, correspondente a 39,40% da participação original no investimento.

## 9.2. PASSIVO

### 9.2.1. Exigível operacional - Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- a) Imposto de Renda Folha de Benefícios – R\$ 213 mil;
- b) Consignatários Folha de Benefícios (Seguro de vida) – R\$ 24 mil.

#### QUADRO L – Contas a Pagar Gestão Previdencial – BS

	R\$ mil		
Plano de Benefícios III (Plano BS)	2025	2024	ΔH
IMPOSTO DE RENDA FOLHA DE BENEFÍCIOS	(213)	(182)	17%
CONSIGNATÁRIOS - FOLHA DE BENEFÍCIOS	(24)	(16)	50%

As variações observadas em relação ao exercício anterior decorrem, principalmente, do aumento do volume de concessões de benefícios, que impacta diretamente a base de cálculo para a retenção de tributos e para os descontos consignados, os quais são provisionados para recolhimento e transferência, respectivamente, no mês subsequente.

### 9.2.2. Exigível operacional - Gestão dos Investimentos

- a) Investimentos em imóveis: Taxa de condomínio, fundo de reserva e IPTU – R\$ 16 mil;
- e
- b) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ - mil.

#### QUADRO LI – Contas a Pagar Gestão Investimentos – BS



	\$ mil		
Plano de Benefícios III (Plano BS)	2025	2024	ΔH
LOCADOS A TERCEIROS	(16)	-	-
CUSTEIO ADM. DOS INVESTIMENTOS	-	(280)	-100%

A variação verificada no saldo a pagar de taxa de condomínio, fundo de reserva e IPTU decorre das baixas e repasses realizados em 2024 de acordo com os registros financeiros/tesouraria. A taxa de administração, ou custeio dos investimentos, corresponde ao percentual incidente sobre os recursos garantidores dos planos de benefícios e transferido ao Plano de Gestão Administrativa. Diante do desempenho favorável do resultado do PGA e da capacidade de expansão do fundo evidenciada no orçamento plurianual 2026–2030, foi possível reduzir o custeio administrativo, mediante abatimento integral da parcela referente aos investimentos de dezembro de 2025, gerando impactos positivos para os participantes dos planos e para a patrocinadora CODEVASF, em alinhamento aos princípios de eficiência e economicidade.

### 9.2.3. Exigível Contingencial

O valor de R\$ 338,7 mil (R\$ 200,5 mil em 2024) representa o montante das provisões relativas a litígios dos investimentos, cujas decisões futuras podem gerar desembolso pelo plano. A variação em relação a 2024 decorre do provisionamento e atualização de ação promovida pela Fundação, ajuizada em dezembro de 1993 junto ao Tribunal de Justiça da Bahia - TJBA, onde se buscava o reconhecimento da imunidade tributária sobre o pagamento do IPTU de seus imóveis – Fernandez Plaza, nos anos de 1992 e 1993, bem como nos anos seguintes. Os valores provisionados referentes ao mencionado tributo são atualizados até a data-base das demonstrações contábeis, considerando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida dos juros de mora previstos na legislação aplicável, refletindo, assim, a estimativa atualizada da obrigação. Conforme manifestação da consultoria jurídica que acompanha o processo, não há mais possibilidade de interposição de recurso, devendo a Fundação adotar as providências necessárias para o pagamento do referido tributo. Adicionalmente, de acordo com os relatórios emitidos pela consultoria jurídica, existem processos classificados como risco de perda possível, no montante de R\$ 151,45 mil na Gestão de Investimentos. Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tais valores não são objeto de provisão contábil, sendo apenas divulgados em notas explicativas.



## 9.2.4. Patrimônio Social

Representado pela soma das reservas registradas nos planos de Benefício Definido e Contribuição Definida tem sua formação composta como segue:

### 9.2.4.1. Provisões Matemáticas

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício social. Neste sentido as reservas matemáticas do Plano foram avaliadas em 31/12/2025, e os valores devidamente registrados no balanço são os encontrados como resultado da aplicação das premissas atuariais, definidas pelo atuário externo em estudo técnico de adequação.

O estudo considerou a população de aposentados válidos e inválidos, além de pensionistas vitalícios válidos, com exposição ao risco até 31/12/2024, analisando as ocorrências de falecimentos nesse período. Os estudos foram aprovados pelos conselhos na Reunião Extraordinária, realizada em 28/10/2025 (Ata nº 54/2025).

A partir dos resultados dos testes estatísticos realizados, foram estabelecidas as seguintes conclusões atuariais:

- Tábua de Mortalidade Geral: recomenda-se substituir a tábua atual pela AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo, por apresentar melhor ajuste aos dados, sem impacto relevante nas provisões e mantendo a prudência atuarial.
- Tábua de Entrada em Invalidez: recomenda-se substituir a tábua vigente pela tábua Americana, pois apresenta frequência esperada semelhante à atual, dispensando a aplicação de desagravo nas probabilidades.

QUADRO LII – Provisões Matemáticas – BS

Hipótese	2025	2024
Taxa Real de Juros	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%	97,50%
Indexador do Plano	INPC do IBGE	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	AT2000 Suavizada em 10% por sexo	SUSEP EMSsb 2010 (52% masculina + 48% feminina) agravada em 13%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 (masculina)	AT-2000 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	Americana	LIGHT (FRACA) desagravada em 70%
Rotatividade	Nula	Nula



Entrada em Aposentadoria	Ao atingir as carências regulamentares	Ao atingir as carências regulamentares
Composição Familiar - BaC	Família Média do Plano	Família Média do Plano
Composição Familiar - BC	Família Real	Família Real

Fonte: Gerência de Benefícios/ Estudo Atuarial (Mirador)

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação.

Nos cálculos desenvolvidos destacam-se as Reservas de Benefícios Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benefícios a serem pagos deduzidos das contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

#### QUADRO LII – Provisões Matemáticas - Reservas – BS

	R\$ mil		
Plano de Benefícios III (Plano BS)	2025	2024	ΔH
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>(404.248)</b>	<b>(401.678)</b>	<b>1%</b>
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>(208.638)</b>	<b>(154.381)</b>	<b>35%</b>
BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	(206.110)	(149.698)	38%
BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	(2.527)	(4.683)	<b>-46%</b>
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>(195.610)</b>	<b>(247.297)</b>	<b>-21%</b>
BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	(194.619)	(246.219)	<b>-21%</b>
BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	(991)	(1.078)	<b>-8%</b>

Fonte: Gerência de Benefícios /Relatório Provisões Matemáticas (Mirador)

De acordo com o parecer atuarial de dez/2025, comparativamente ao encerramento do exercício de 2024, houve um aumento de 0,64% no montante de provisões matemáticas do plano, sendo -1,16% referente a variações não esperadas em relação à Avaliação Atuarial anterior. Ainda de acordo com o mencionado parecer, o movimento de perdas e ganhos relacionado ao Passivo Atuarial não apresentou variação significativa, mantendo-se, portanto, dentro das expectativas da avaliação atuarial. Esse resultado reflete a inflação observada no período, além de efeito do ganho decorrente da alteração da premissa Tábua de Mortalidade Geral e de Entrada em Invalidez.



### 9.2.4.2. Equilíbrio Técnico

O Equilíbrio Técnico representa a diferença apurada entre os recursos patrimoniais do Plano de Benefícios (Patrimônio de Cobertura) e seus compromissos com as rendas previdenciárias futuras (Obrigações Atuariais). O saldo registrado no equilíbrio técnico corresponde o excedente ou a insuficiência patrimonial (déficit/superávit) em relação aos compromissos totais da Fundação, cujo registro contábil deve ser por Plano de Benefícios. Durante o exercício de 2025, o Plano BS apurou superávit técnico no montante de R\$ 29.668 mil, conforme evidenciado na Avaliação Actuarial anual. Em decorrência desse resultado, o superávit acumulado passou de R\$ 36.455 mil, apurado em 31/12/2024, para R\$ 66.123 mil em 31/12/2025, representando variação positiva de 81%, conforme demonstrado abaixo:

#### QUADRO LIV – Resultado do Plano – BS

	R\$ mil		
Plano de Benefícios III (Plano BS)	2025	2024	ΔH
EQUILÍBRIO TÉCNICO	66.123	36.455	81%

A evolução do resultado decorre, principalmente, do desempenho favorável dos investimentos no período, bem como do ganho financeiro atuarial associado aos participantes que, classificados na condição de Risco Iminente, não exerceram a opção pela aposentadoria ao longo de 2025, postergando o início do pagamento dos benefícios.

O resultado técnico está evidenciado pelo confronto entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas, em conformidade com a regulamentação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar.

A rentabilidade nominal líquida obtida pela São Francisco na aplicação dos recursos garantidores do plano de benefícios ao longo de 2025 foi de 11,29%, contra uma expectativa de rentabilidade nominal líquida (meta atuarial) de 8,87%. Assim pode-se constatar que a rentabilidade obtida pelos recursos garantidores se situou 2,42 pontos percentuais acima da meta atuarial prevista para o ano em análise.

Desta forma, em termos reais, é possível constatar a obtenção de uma rentabilidade de 6,83% contra uma meta atuarial real de 4,50% ao ano estabelecida para 2025, tomando como base, com um mês de defasagem, o indexador do plano (INPC/IBGE).



### 9.2.4.3. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pela diferença positiva entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa. A existência desse fundo indica que, ao longo dos anos, as contribuições destinadas ao custeio administrativo, acrescidas da rentabilidade proveniente da aplicação dos recursos, superaram os gastos administrativos incorridos na gestão do plano, resultando na sua constituição no exercício.

A formação do Fundo Administrativo é fundamental para garantir a sustentabilidade operacional da entidade, especialmente após a cessação das contribuições para o custeio administrativo. Esse fundo deve assegurar que a EFPC disponha de recursos suficientes para manter suas atividades até o pagamento do último benefício, prevenindo qualquer descontinuidade na gestão dos planos.

#### QUADRO LV – Evolução Fundo Administrativo – BS

	R\$ mil		
<b>FUNDO ADM PLANO DE BENEFÍCIOS III / BS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Δ%</b>
<b>Fundo Administrativo Exercício Anterior</b>	<b>3.685</b>	<b>3.294</b>	<b>6%</b>
<b>Custeio/Receitas Administrativas</b>	<b>3.616</b>	<b>3.621</b>	<b>-1%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	-	-	-
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.101	3.288	-6%
Taxa de administração de Empréstimos	13	17	-24%
Resultado Positivo dos Investimentos	502	316	59%
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(3.425)</b>	<b>(3.230)</b>	<b>6%</b>
Administração dos Planos Previdenciários	(3.425)	(3.230)	6%
Contingência Trabalhista	-	-	-
<b>Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa</b>	<b>191</b>	<b>391</b>	<b>-51%</b>
<b>Fundo Administrativo Exercício Atual</b>	<b>3.876</b>	<b>3.685</b>	<b>5%</b>

Fonte: Gerência de Contabilidade/ Balancete PGA

No exercício de 2025, foi constituído o montante de R\$ 191 mil, encerrando-se o Fundo Administrativo com saldo de R\$ 3.876 mil, resultante da diferença entre as receitas e as despesas administrativas do período. Esse saldo representa variação positiva de 5% em relação ao montante apurado em 2024, de R\$ 3.685 mil.

A variação negativa de 51% verificada no resultado da gestão administrativa (sobra/insuficiência) apurado no exercício, em comparação ao exercício anterior, decorre, principalmente, da redução das receitas de taxa de administração realizadas no período, que passaram de 0,79% em 2024 para 0,68% em 2025.

O referido saldo encontra-se refletido, também, em contas específicas do ativo do plano de



benefícios, classificadas como participação no fundo administrativo, com tratamento contábil análogo ao método da equivalência patrimonial, aplicado às entidades que detêm participação em outras entidades, evidenciando a parcela pertencente ao plano decorrente do resultado apurado *no Plano de Gestão Administrativa (PGA)*.

#### 9.2.4.4. Fundo para Garantia de Operações com Participantes

Este fundo foi constituído com a finalidade de garantir a quitação de empréstimos e financiamentos concedidos a participantes e beneficiários, assegurando a liquidação do saldo devedor em caso de falecimento do tomador.

Os recursos desse fundo são provenientes exclusivamente de uma taxa adicional cobrada dos participantes que contratam empréstimos, sem qualquer impacto nas reservas previdenciárias ou em outras fontes de financiamento da entidade.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do fundo totalizava **R\$ 1,125 milhões**, comparado a R\$ 997 mil em 2024, montante considerado adequado pela Diretoria de Finanças da Fundação, com base na análise da sinistralidade e do impacto financeiro esperado.

#### QUADRO LVI – Fundo Operação com Participantes (Empréstimos) – BS

	R\$ mil		
	2025	2024	Δ%
FUNDOS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.125	997	13%

Além da taxa adicional vertida para o fundo, a variação decorre, também, da atualização mensal do saldo, realizada com base na rentabilidade bruta dos investimentos acumulada no período, assegurando a aderência do fundo às suas finalidades e aos compromissos assumidos.

#### 9.2.4.5. Despesas com investimentos

#### QUADRO LVII – Despesas com Investimento – BS

	R\$ mil		
Despesas com Investimento	2025	2024	%
Plano BS	-132,2	-126,2	5%
Itaú High Grade	-84,5	-65,4	29%
FIF CIC Renda Variável	-76,5	-21,9	249%
FIF CIC Multimercado	-105,1	-13,3	690%
Ático Geração Energia FIP	-239,3	-372,2	-36%
<b>Total</b>	<b>-637,6</b>	<b>-599,0</b>	<b>6%</b>

Fonte: Gerencia de Finanças



## 10. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

### 10.1 ATIVO

#### 10.1.1. Realizável Gestão Administrativa

O Ativo Realizável da Gestão Administrativa é composto pelos seguintes saldos:

#### QUADRO LVIII – Recebíveis Gestão Administrativa

	2025	2024	R\$ mil Variação
CONTRIBUIÇÕES PARA CUSTEIO DO MÊS	100	99	1%
RESPONSABILIDADE DE EMPREGADOS	51	37	38%
OUTROS RECURSOS A RECEBER - ADMINISTRATIVA	-	729	-100%
DESPESAS ANTECIPADAS	46	88	-48%
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	4.360	4.360	0%
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	188	636	-70%

**Contribuições para custeio do mês – R\$ 100 mil (R\$ 99 mil em 2024)**, referentes à taxa de carregamento incidente sobre as contribuições de competência dezembro de 2025, com ingresso financeiro previsto para janeiro de 2026.

**Responsabilidade de empregados – R\$ 51 mil (R\$ 37 mil em 2024)**, correspondentes a adiantamentos salariais concedidos aos empregados, a serem reembolsados em até 10 parcelas mensais por desconto em folha.

**Outros recursos a receber – R\$ zero (R\$ 729 mil em 2024)**, o saldo existente em 2024 (R\$ 729 mil), relativo à destinação do Fundo Patronal Não Comprometido do Plano de Benefícios II – Codeprev, foi integralmente transferido ao Fundo Administrativo em 2025, conforme Deliberação nº 15/2023.

**Despesas antecipadas – R\$ 46 mil (R\$ 88 mil em 2024)**, referentes a gastos pagos antecipadamente, tais como benefícios em folha, seguros e mensalidades, apropriados conforme o período de competência.

**Depósitos judiciais e recursais – R\$ 4.360 mil (R\$ 4.360 mil em 2024)**, relativos a tributos depositados judicialmente, notadamente PIS, COFINS e Imposto de Renda.

**Custeio administrativo dos investimentos – R\$ 188 mil (R\$ 636 mil em 2024)**, correspondente aos valores a receber referentes às taxas de administração incidentes sobre os



recursos garantidores dos planos de benefícios, com repasse previsto para janeiro de 2026. A variação em relação ao exercício anterior decorre do abatimento integral das parcelas de dezembro/2025, referentes aos planos BS e CD. Em dezembro de 2025, foi promovida a redução do repasse do custeio administrativo dos investimentos, mediante o abatimento das parcelas referentes aos Planos CD e BS. A medida considerou, principalmente, o potencial de expansão dos recursos garantidores e a possibilidade de operar com taxas de administração mais atrativas, sem comprometer a sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa e a continuidade das atividades.

### 10.1.2. Investimentos

Os investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos da seguinte forma:

#### QUADRO LIX – Investimentos – PGA

Plano de Gestão Administrativa - PGA	2025	2024	R\$ mil		
			AVALIAÇÃO		
Investimentos	12.423	10.032	ΔV.		ΔH.
			2025	2024	24%
<b>Títulos Públicos</b>	<b>6.056</b>	<b>0</b>	<b>48,75%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>
LFT	6.056	0	48,75%	0,00%	-
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>6.367</b>	<b>10.032</b>	<b>51,25%</b>	<b>100,00%</b>	<b>-</b>
Fundo Renda Fixa	6.367	10.032	51,25%	100,00%	-37%

Fonte: Gerência de Finanças/Contabilidade

Em 2025, a estratégia de alocação do Plano PGA foi direcionada para melhorar sua conformidade com o benchmark estabelecido, levando ao investimento em Letras Financeiras do Tesouro. Esse movimento visou sincronizar os investimentos com as metas e objetivos específicos do PGA, promovendo uma gestão de recursos mais precisa e eficaz. A estratégia priorizou a liquidez para aproveitar as oportunidades de mercado, contribuindo para uma significativa redução dos riscos e melhoria na posição de caixa do plano.

### Aspectos Gerais

Os valores contábeis dos fundos de investimentos foram apurados segundo os critérios abaixo especificados:

Fundos de investimentos: seguem as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, segundo suas classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes da carteira do fundo estão precificados a “Mercado”. Os preços dos títulos que compõem a



carteira do fundo estão contabilizados pelo preço praticado nas transações cursadas no dia da apuração da cota.

### 10.1.2.1. Fundos de Investimentos

#### Renda Fixa

São valores a serem utilizados nas operações de curtíssimo prazo, ou seja, suportam as necessidades de recursos destinados as operações administrativas, pagamentos de resgate de reservas e pagamentos de benefícios ao longo do mês, não se caracterizando como uma alternativa de investimento típica, servindo para remunerar o que seria o “fundo de caixa”.

#### QUADRO LXI – Renda Fixa – PGA

						R\$ mil	
ITENS	FUNDO DE RENDA FIXA	Nível*	GESTOR	2025	2024	Δ%	
1	BRASIL PLURAL HIGH YIELD FIRF CRED PRIVADO*	Nível 1	BRASIL PLURAL	0	7.119	-100%	
2	ITAÚ HIGH GRADE*	Nível 1	ITAÚ	6.367	2.913	119%	
<b>TOTAL</b>				<b>6.367</b>	<b>10.032</b>	<b>-36,53%</b>	

Fonte: Gerência de Finanças/Contabilidade

\* Nível de hierarquia de valor justo (Nível I, II e III) conforme CPC 46 (IFRS 13)

#### ✓ Plural High Grade FI Renda Fixa de Crédito Privado

O fundo Plural High Grade FI RF CP, inscrito no CNPJ n.º 15.350.679/0001-16, foi resgatado integralmente em 28 de agosto de 2025, após a deflagração da Operação “Carbono Oculto”, esquema bilionário de sonegação e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. O Banco Genial S.A, administrador do fundo Plural High Grade FIF RF Crédito Privado e Plural Dividendos, cujos ativos estavam investidos nas carteiras de renda fixa e renda variável (FIC CIC), foi uma das instituições financeiras citadas na operação. Com isso, devido ao risco reputacional, jurídico e de liquidez, houve necessidade do resgate integral de R\$ 6.867 mil no PGA.

#### ✓ Itaú High Grade Renda Fixa Crédito Privado FIC FI

O fundo Itaú High Grade RF CP FICFI, inscrito no CNPJ n.º 09.093.883/0001-04, tem por objetivo diversificar e investir a carteira em risco de crédito entre emissores financeiros selecionados. Investe principalmente em títulos privados de baixo risco de crédito. Não opera ativamente risco de mercado e não permite alavancagem. O FUNDO é constituído como condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e classificado como “Renda Fixa”.



✓ Crédito junto à Massa Falida do Banco Morada S.A. – Histórico, Baixa Contábil e Cessão

A Nos termos da Nota Explicativa “Crédito junto à Massa Falida do Banco Morada S.A. – Histórico, Baixa Contábil e Cessão”, constante das demonstrações contábeis do Plano BD, o crédito decorrente de investimento em CDBs do Banco Morada S.A. foi integralmente provisionado e posteriormente baixado, diante da remota expectativa de recuperação judicial. Em 2025, após análise técnica e jurídica e deliberação das instâncias competentes, foi aprovada a cessão integral do referido crédito. Considerando que o ativo se encontrava totalmente baixado contabilmente, o valor recebido foi reconhecido como receita no exercício da efetiva liquidação financeira.

No âmbito do Plano de Gestão Administrativa – PGA, a operação resultou na monetização do montante de **R\$ 7,48 mil**, correspondente a **2,08%** da participação no investimento original.

#### 10.1.2.2. Imobilizado e Intangível

É composto por dez salas no Edifício Central Brasília, de uso próprio da São Francisco, bem como o ativo permanente (mobiliário da Fundação).

#### QUADRO LXII – Imobilizado e Intangível – PGA

DESCRIÇÃO DO BEM	2025	2024	R\$ mil
			Δ%
SBN QUADRA 02 - BLOCO "H" - EDIFÍCIO CENTRAL BRASÍLIA - BRASÍLIA-DF - 10 (DEZ) SALAS.	2.330	2.367	-1,56%
<b>TOTAL</b>	<b>2.330</b>	<b>2.367</b>	<b>-1,56%</b>

Fonte: Gerência de Finanças/Contabilidade

A variação negativa observada no período decorre, principalmente, do reconhecimento das despesas de depreciação e amortização, realizadas conforme a vida útil econômica estimada dos ativos.

## 10.2. PASSIVO

### 10.2.1. Gestão Administrativa:

- a) **Contas a Pagar:** São registrados os compromissos a pagar de salários, provisões para 13º salário e férias dos empregados no valor total de R\$ 440 mil (R\$ 417 mil em 2024). A variação de 6% decorre, dentre outros fatores, do ajuste salarial (Base de cálculo)



em relação ao exercício anterior.

- b) Serviços de terceiros (Fornecedores):** Esta rubrica contempla os valores provisionados referentes a serviços prestados por terceiros à Fundação São Francisco, cujo pagamento ocorrerá em meses subsequentes, conforme condições estabelecidas nos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo provisionado totalizava R\$ 70 mil (R\$ 62 mil em 2024). A variação observada em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, da atualização contratual de valores e da ampliação pontual do volume de pagamento no mês.
- c) Retenções a Recolher:** Nessa conta são registradas as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros e outras, ainda não repassadas, tais como retenções na fonte relativas à IRRF, INSS, PIS/COFINS, dentre outras. O valor total de R\$ 149 mil (R\$ 145 mil em 2024) corresponde as provisões/retenções realizadas no mês de dezembro/2024, cujos pagamentos/recolhimentos estão previstos para janeiro/2025.
- d) Tributos a Recolher:** Nesta verba são registrados os tributos diretos a serem recolhidos pela EFPC, relativos à Gestão Administrativa, tais como TAFIC, IPTU, IPVA e PIS/COFINS do PGA. Em 2024 foi provisionado o valor de R\$ 24 mil mil (R\$ 74 mil em 2024) e a variação de -68% em relação ao exercício anterior decorre da redução da receita do custeio (base de cálculo PIS/Cofins), em razão do abatimento integral das parcelas de Dezembro/2025 para os planos CD e BS.

#### QUADRO LXIII – Exigível Operacional – PGA

	R\$ mil		
EXIGÍVEL OPERACIONAL	2025	2024	Variação
CONTAS A PAGAR	(440)	(417)	6%
FORNECEDORES/SERVIÇOS DE TERCEIROS	(70)	(62)	13%
RETENÇÕES A RECOLHER	(149)	(145)	3%
TRIBUTOS A RECOLHER	(24)	(74)	-68%

#### 10.2.2.Exigível Contingencial – Gestão Administrativa:

No Exigível Contingencial do Plano de Gestão Administrativa (PGA) devem ser registrados exclusivamente obrigações presentes, de natureza administrativa, decorrentes de eventos passados, cuja liquidação seja considerada provável e mensurável, ainda que o desembolso financeiro venha a ocorrer no futuro.

#### QUADRO LXIV – Exigível Contingencial – PGA



	R\$ mil		
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2025	2024	Variação
TRABALHISTA	(220)	(220)	0%
PIS	(1.029)	(1.029)	0%
COFINS	(3.235)	(3.235)	0%
IMPOSTO DE RENDA - IR	(56)	(56)	0%
CSLL	(1.432)	(1.432)	0%

**Trabalhista:** Do total das contingências, o montante de R\$ 220 mil refere-se à parcela provisionada de risco trabalhista decorrente de reclamação ajuizada por ex-empregado da Fundação São Francisco, em trâmite perante a 22ª Vara do Trabalho, com data de ajuizamento em 18 de dezembro de 2014.

**Provisões tributárias (PIS, COFINS, IR e CSLL):** Os valores provisionados referentes a PIS, COFINS, Imposto de Renda e CSLL estão vinculados a ações fiscais em que a Fundação discute o tratamento tributário aplicável às entidades fechadas de previdência complementar. Em 6 de março de 2006, a Entidade impetrou mandado de segurança preventivo contra a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília/DF (Processo nº 2009.34.00.008213-4), em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, buscando o reconhecimento da inexistência de fato gerador para a incidência de PIS e COFINS, sob o argumento de que tais contribuições incidem sobre faturamento, inexistente na atividade previdenciária.

A ação foi julgada improcedente em primeira instância e encontra-se pendente de julgamento de recurso junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando o entendimento atualmente consolidado do Supremo Tribunal Federal, contrário à tese sustentada pela Entidade, a probabilidade de êxito é avaliada como remota. Ressalta-se, contudo, que os valores discutidos encontram-se integralmente garantidos por depósitos judiciais, não havendo impacto financeiro adicional para o Plano.

Com a edição da Lei nº 12.973/2014 e da Instrução Normativa RFB nº 1.544/2015, a partir de janeiro de 2015, passou a ser adotada como base de cálculo do PIS e da COFINS a receita bruta decorrente das atividades principais das pessoas jurídicas, razão pela qual tais tributos passaram a ser recolhidos regularmente pela Entidade.

No que se refere à CSLL, o valor provisionado de R\$ 1.432 mil relaciona-se a processo judicial ainda em fase recursal, no qual se discute a inexigibilidade da contribuição, sob o argumento de que a Fundação, na condição de entidade fechada de previdência complementar, não estaria sujeita à incidência do referido tributo.



### 10.3. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pela diferença apurada entre as fontes de custeio administrativo e as despesas da gestão administrativa, destinado à cobertura dos gastos realizados pela entidade na administração dos seus planos de benefícios de caráter previdenciário, assegurado o registro de sua participação nos planos de benefícios, na forma do regulamento do plano de gestão administrativa.

QUADRO LXV – Fundo Administrativo – PGA

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	2025	2024	%
<b>Fundo Administrativo Exercício Anterior</b>	<b>11.767</b>	<b>10.144</b>	<b>16%</b>
<b>Custeio/Receitas Administrativas</b>	<b>10.423</b>	<b>10.784</b>	<b>-3%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.664	1.498	11%
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.125	7.491	-5%
Doação Fundo Patronal (Plano CD)	0	729	-100%
Taxa de administração de Empréstimos	112	107	5%
Resultado Positivo dos Investimentos	1.522	959	59%
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(9.258)</b>	<b>(9.161)</b>	<b>1%</b>
Administração dos Planos Previdenciários	(9.258)	(9.161)	1%
Contingência Trabalhista	-	-	-
<b>Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa</b>	<b>1.165</b>	<b>1.623</b>	<b>-28%</b>
<b>Fundo Administrativo Exercício Atual</b>	<b>12.932</b>	<b>11.767</b>	<b>10%</b>

Fonte: Gerência de Contabilidade/ Balancete PGA

A variação negativa de 28% observada na linha “Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa” decorre, principalmente, do provisionamento realizado em 2024 referente à transferência do Fundo Patronal, no montante de R\$ 729 mil, do Plano CD para o Plano de Gestão Administrativa (PGA), o que impactou positivamente o resultado daquele exercício. No entanto, ao se proceder à análise comparativa dos exercícios considerando exclusivamente o fluxo ordinário de receita e despesas, com a exclusão do efeito da referida doação, verifica-se **variação positiva** de aproximadamente **30%** no resultado do exercício.

Ao final do exercício de 2025, verifica-se que as receitas de custeio, acrescidas dos rendimentos das aplicações do fundo administrativo, foram suficientes para cobrir integralmente as despesas incorridas no período. Como resultado, foi **constituído superávit** no fundo administrativo no montante de **R\$ 1.165 mil**, elevando o saldo acumulado do patrimônio social de R\$ 11.767 mil para R\$ 12.932 mil ao término do exercício, o que representa uma evolução do Fundo Administrativo de aproximadamente 10%.



#### 10.4. Despesas com Investimento

##### QUADRO LXVI – Despesas com Investimento – PGA

Despesas com Investimento	R\$ mil		
	2025	2024	%
PGA	-71,7	-147,8	-51%
Itaú High Grade	-15,3	-11,8	30%
<b>Total</b>	<b>-87,0</b>	<b>-159,7</b>	<b>-46%</b>

Fonte: Gerência de Finanças

No exercício de 2025, houve uma redução relevante da despesa com taxa de consultoria registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA), a qual passou de R\$ 90 mil no exercício anterior (2024) para R\$ 27 mil no exercício corrente. A variação decorre da reestruturação do modelo de contratação e alocação dos custos de consultoria de investimentos. Anteriormente, a totalidade da despesa era registrada exclusivamente no PGA. Posteriormente, parte relevante do custo anteriormente suportado pelo PGA passou a ser apropriada diretamente nos respectivos Planos de Benefícios, por meio da taxa incorporada à estrutura dos fundos exclusivos, promovendo maior aderência ao princípio da segregação patrimonial e ao adequado rateio das despesas. A medida resultou na redução das despesas administrativas do PGA, sem alteração na natureza ou na continuidade da prestação dos serviços de consultoria de investimentos.

#### 10.5. Receitas Administrativas (Custeio)

As fontes de custeio da Fundação São Francisco incluem a taxa de administração (Custeio de Investimentos), calculada sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios, e a taxa de carregamento (Custeio Previdencial), incidente sobre a soma das contribuições de participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores, bem como sobre os benefícios pagos aos assistidos. Os valores arrecadados são transferidos ao Plano de Gestão Administrativa (PGA).

##### QUADRO LXVII – Custeio Administrativo – PGA

PLANO DE BENEFÍCIOS	R\$ mil			
	BD	CD	BS	TOTAL
<b>Recursos Garantidores Planos de Benefícios (RGPB)</b>	<b>342.474</b>	<b>464.281</b>	<b>459.532</b>	<b>1.266.287</b>
Custeio Previdencial (Taxa de Carregamento)	289	1.375	0	1.664
Custeio Investimento (Taxa de Administração)	2.341	1.781	3.115	7.237
<b>Custeio Total (CT) = (Tx. Carreg. + Tx. Adm.)</b>	<b>2.630</b>	<b>3.156</b>	<b>3.115</b>	<b>8.901</b>
<b>Custeio Total (%) = (CT)/(RGPB)</b>	<b>0,77%</b>	<b>0,68%</b>	<b>0,68%</b>	<b>0,70%</b>



As receitas administrativas também abrangem a taxa administrativa aplicada sobre operações com participantes, como empréstimos, e os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do PGA.

#### 10.5.1. Limites Custeio Administrativo

O Art. 5º da Lei Complementar n.º 108, de 2001, estabelece o limite anual de recursos destinados para o plano de gestão administrativa pelos planos de benefícios de caráter previdenciário patrocinados por empresas públicas, vinculadas à administração direta. Para fins do disposto na legislação, a Fundação deve estabelecer um entre os seguintes:

- I. até um por cento em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário, no último dia do exercício de referência; ou
- II. até nove por cento em relação ao somatório das contribuições e dos benefícios de caráter previdenciário (fluxo previdenciário), no exercício de referência.

Nesse contexto, o Conselho Deliberativo, no exercício de sua competência legal e estatutária, aprovou a **taxa de administração** como parâmetro de referência a ser observado para fins de custeio administrativo, em conformidade com os limites e diretrizes fixados na legislação vigente e nas normas emanadas do CNPC e da PREVIC, devendo tal parâmetro nortear a elaboração, a execução e o acompanhamento do orçamento administrativo da Entidade. Por meio da análise do demonstrativo abaixo verifica-se os percentuais apurados com base nos critérios estabelecidos pela legislação e o enquadramento legal:

#### QUADRO LXVIII – Limites Custeio Administrativo – PGA

Observância aos Limites da LC 108/2001	Limite Normativo	2025	2024	Situação
Limite de custeio administrativo	Limite Taxa administração 1%	0,70%	0,80%	Atendido
Estrutura de custeio	Aderência normativa	Sim	Sim	Regular

O custeio administrativo consolidado transferido dos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) totalizou R\$ 8.901 mil no exercício, em comparação a R\$ 9.097 mil em 2024, correspondendo a **0,70%** do montante dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (0,80% em 2024). Tal percentual permanece inferior ao limite máximo de 1% estabelecido na legislação vigente, evidenciando a observância aos parâmetros legais aplicáveis ao custeio administrativo das entidades fechadas de previdência complementar.



## 10.6. Despesas Administrativas

As despesas da Gestão Administrativa referem-se aos gastos efetuados pela Fundação para administrar seus Planos de Benefícios, por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

QUADRO LXIX – Despesas Administrativas – PGA

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2025	2024	R\$ mil		
			$\Delta V$ (2025)	$\Delta V$ (2024)	$\Delta H$ (25/24)
<b>Pessoal e Encargos</b>	6.659	6.589	72%	72%	1%
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	139	153	2%	2%	-9%
<b>Viagens e Estádias</b>	48	37	1%	0%	30%
<b>Serviços de Terceiros</b>	1.299	1.282	14%	14%	1%
<b>Despesas Gerais</b>	446	422	5%	5%	6%
<b>Depreciações e amortizações</b>	55	46	1%	1%	20%
<b>Tributos</b>	612	633	7%	7%	-3%
<b>TOTAL</b>	<b>9.258</b>	<b>9.162</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>1%</b>

Conforme evidenciado no demonstrativo acima, verifica-se que, em comparação ao exercício anterior, o total das despesas administrativas apresentou variação de 1%, percentual inferior à inflação acumulada no período, de 3,90%, evidenciando controle das despesas em termos reais e aderência às diretrizes de **economicidade e eficiência na gestão administrativa**.

Preliminarmente à análise detalhada, destaca-se que, nos dois exercícios considerados, a maior parcela das despesas administrativas encontra-se concentrada nos grupos “Pessoal e Encargos” e “Serviços de Terceiros”, que, conjuntamente, representaram aproximadamente **86%** do total, sendo 72% referentes a Pessoal e Encargos e 14% a Serviços de Terceiros.

Durante o exercício, foram identificados os reflexos de algumas ações voltadas a redução das despesas administrativas e otimização dos recursos que impactaram as premissas originalmente consideradas, notadamente:

- no âmbito da **gestão de pessoal**, foram promovidas reestruturações relevantes na força de trabalho, contemplando o desligamento de determinados colaboradores, inclusive empregados já aposentados, bem como a recomposição do quadro com novas contratações a custos inferiores, contribuindo para a racionalização das despesas administrativas, sem prejuízo à continuidade e à qualidade das atividades institucionais.;
- ganhos de eficiência operacional;
- quanto à racionalização de contratos e **serviços terceiros**, houve a renegociação de contratos, reestruturação de alguns processos e a substituição de consultoria com



propostas economicamente mais vantajosas, resultando em redução e maior eficiência dos custos administrativos, sem prejuízo à qualidade, à conformidade regulatória e à continuidade dos serviços essenciais e

- como resultado, verificaram-se ganhos de eficiência operacional e redução de despesas administrativas, o que possibilitou a constituição de fundo administrativo em escala superior em **68,96%** as expectativas para 2025.

### Remuneração Dirigentes

A remuneração dos Diretores da Fundação São Francisco está disciplinada no documento intitulado “Sistemática de Remuneração dos Dirigentes da São Francisco”, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2015, pela Deliberação nº 013/2015. Os valores ora propostos para remuneração dos dirigentes da Fundação estão contidos no limite estabelecido pelo art. 25 do Estatuto da SÃO FRANCISCO.

A projeção da Tabela passou a vigor com os seguintes valores mensais para os exercícios de 2025 X 2024:

QUADRO LXX – Remuneração dos Dirigentes – PGA

Cargo	Retribuição 2025	Gratificação 2025	Retribuição 2024	Gratificação 2024
Diretor Superintendente	34.416,59	10.324,97	32.849,66	9.854,89
Diretor de Área	31.287,75	9.386,32	29.863,27	8.958,98
Diretor Estatutário	35.784,19	–	34.155,00	–

Em reunião realizada no exercício de 2025, o Conselho Deliberativo aprovou o reajuste da remuneração dos Diretores, correspondente à variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)** acumulado no período de janeiro a dezembro de 2024, no percentual de **4,77%**, com vigência de janeiro a dezembro de 2025.

### Rateio Despesas Administrativas

Embora seja princípio basilar que cada plano de benefícios não deva suportar obrigações inerentes a outros planos, é igualmente reconhecido que, com vistas à otimização da gestão de investimentos e à obtenção de ganhos de escala e eficiência administrativa, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela EFPC utilizam uma estrutura de gestão compartilhada.

Tal estrutura, por sua natureza comum, deve ter seus registros contábeis centralizados no Plano



de Gestão Administrativa (PGA), em conformidade com a legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar.

Nesse contexto, a fim de assegurar o integral cumprimento do dispositivo legal, sem prejuízo da manutenção da estrutura compartilhada, torna-se necessário o estabelecimento de critérios de rateio objetivos, mensuráveis e uniformes ao longo do tempo, capazes de refletir, de forma equitativa e proporcional, a alocação dos custos e despesas administrativas comuns entre os Planos de Benefícios administrados.

Dessa forma, as despesas administrativas comuns foram devidamente contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa (PGA) e, posteriormente, rateadas entre os Planos de Benefícios, observando-se as seguintes diretrizes:

QUADRO LXXI – Rateio Despesas Administrativas – PGA

Planos de Benefícios	RECURSOS GARANTIDORES EM 31/12/25					TOTAL	% Participação
	SEGMENTOS						
	Renda Fixa	Renda Variável	Estruturados	Imobiliário	Empréstimos		
Plano I - BD	R\$ 268.122.523	R\$ 38.846.394	R\$ 26.088.792	R\$ 6.506.127	R\$ 1.390.402	R\$ 340.954.239	28%
Plano II - CD	R\$ 355.713.473	R\$ 50.723.888	R\$ 30.897.869	-	R\$ 1.025.912	R\$ 438.361.142	35%
Plano III - Saldado	R\$ 388.790.022	R\$ 36.521.544	R\$ 24.412.235	R\$ 3.864.591	R\$ 813.650	R\$ 454.402.042	37%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>R\$ 1.012.626.018</b>	<b>R\$ 126.091.827</b>	<b>R\$ 81.398.896</b>	<b>R\$ 10.370.718</b>	<b>R\$ 3.229.964</b>	<b>R\$ 1.233.717.423</b>	<b>99%</b>

Fonte: Orçamento 2025

O critério de rateio das despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, teve como fundamento os Recursos Garantidores de cada Plano de Benefícios, por se tratar de base objetiva, mensurável e aderente ao porte econômico de cada plano, em conformidade com os princípios da segregação patrimonial.

## 11. OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Fundação São Francisco administra planos de benefícios e mensalmente arrecada contribuições tanto dos participantes quanto da patrocinadora, dependendo da característica do plano. No demonstrativo abaixo estão relacionadas as operações entre partes relacionadas, incluindo detalhamento dos ativos financeiros e de recebíveis, indicando o grau de dependência com o Patrocinador (percentual apurado pela soma de ativos financeiros e recebíveis juntos aos patrocinadores em relação ao ativo total) por plano de benefícios:



QUADRO LXXII – Partes Relacionadas/Ativo Total

PLANOS	2025			
	Patrocinadora (R\$ mil)	% Ativo Total	Participantes (R\$ mil)	% Ativo Total
<b>Plano Benefício I (BD fechado)</b>	<b>618</b>	<b>0,18%</b>	<b>615</b>	<b>0,18%</b>
Codevasf	618	0,18%	615	0,18%
<b>Plano Benefício II (CD/Codeprev)</b>	<b>1.589</b>	<b>0,34%</b>	<b>1.674</b>	<b>0,36%</b>
Codevasf	1.589	0,34%	1.674	0,36%
<b>Plano Benefício III (BS/ BD Saldado)</b>	<b>12.201</b>	<b>2,56%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
Codevasf	12.201	2,56%	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>14.408</b>		<b>2.289</b>	

QUADRO LXXIII – Total Ativo por Plano

TOTAL ATIVO	R\$ mil
PLANO BENEFÍCIO I (BD Fechado)	351.174
PLANO BENEFÍCIO II (CD/Codeprev)	469.843
PLANO BENEFÍCIO III (BS/ BD Saldado)	475.964

O quadro acima relaciona, principalmente, o total das contribuições a receber do contrato da dívida do Plano de Benefício III (BS) firmado junto à patrocinadora CODEVASF, com saldo atualizado até 31/12/2025.

## 12. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes da consolidação das Demonstrações Contábeis no período de 2025 e 2024:

QUADRO LXXIV – Fluxo entre Planos (Ajuste Consolidação)

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	2025	2024	Variação
<b>ATIVO</b>	<b>(13.220)</b>	<b>(13.231)</b>	<b>0%</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>(13.220)</b>	<b>(13.231)</b>	<b>0%</b>
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>(13.220)</b>	<b>(13.231)</b>	<b>0%</b>
CONTRIBUIÇÕES PARA CUSTEIO DO MÊS	(100)	(99)	1%
DOAÇÃO FUNDO PREVIDENCIAL NÃO COMPROMETIDO	-	(729)	-100%
<b>PARTICIPAÇÃO NO PGA</b>	<b>(12.932)</b>	<b>(11.767)</b>	<b>10%</b>
<b>CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>(188)</b>	<b>(636)</b>	<b>-70%</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>13.220</b>	<b>13.231</b>	<b>0%</b>
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>100</b>	<b>828</b>	<b>-88%</b>
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>100</b>	<b>828</b>	<b>-88%</b>
TAXA DE CARREGAMENTO	100	99	1%



DOAÇÃO FUNDO PREVIDENCIAL NÃO COMPROMETIDO	-	729	-100%
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>188</b>	<b>636</b>	<b>-70%</b>
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS A REPASSAR	188	636	-70%
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>12.932</b>	<b>11.767</b>	<b>10%</b>
PARTICIPACÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	12.932	11.767	10%

Fonte: Balancete Ajuste Consolidado 2025/2024

Os ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das Demonstrações Contábeis totalizam R\$ 13.231 mil (R\$ 13.231 mil em 2024), não havendo variação relevante em relação ao exercício anterior.

A movimentação observada no realizável da gestão administrativa decorre, principalmente, do provisionamento, em 2024, do Fundo Patronal Não Comprometido a ser transferido do Plano CD para o Plano de Gestão Administrativa (PGA), no montante de R\$ 729 mil, bem como das sobras apuradas entre as receitas e as despesas administrativas dos planos de benefícios naquele exercício, que elevaram a participação dos planos no Fundo Administrativo.

Do total consolidado no exigível operacional, o valor de R\$ 100 mil (R\$ 99 mil em 2024) refere-se às taxas de carregamento a transferir dos Planos BD e CD para o PGA. O montante de R\$ 12.932 mil (R\$ 11.767 mil em 2024) corresponde à participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo, registrada em contas específicas no âmbito do PGA, conforme anteriormente demonstrado. A variação de 10% decorre do resultado alcançado pela rentabilidade do fundo, combinada com a redução das despesas. Já o valor de R\$ 188 mil (R\$ 636 mil em 2024) refere-se à provisão da taxa de administração a transferir dos planos de benefícios para o custeio das despesas administrativas registradas no PGA.

A redução de -70% nesta última rubrica, em comparação ao exercício anterior, decorre do abatimento integral das parcelas referentes a dezembro de 2025, relativas aos Planos BS e CD, medida adotada em função dos resultados alcançados no exercício e da expectativa de expansão patrimonial, sem prejuízo à sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa.

### **13. EVENTO SUBSEQUENTES – ADEQUAÇÃO A PORTARIA PREVIC Nº 1.071, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025**

Em 18 de novembro de 2025, foi publicada a Portaria PREVIC nº 1.071, que altera os Anexos I – Planificação Contábil Padrão, II – Função e Funcionamento das Contas e III – Modelos das Demonstrações Contábeis, da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, além de estabelecer o tratamento aplicável às contas contábeis descontinuadas.

A referida Portaria entra em vigor em 1º de janeiro de 2026 e será observada pela Entidade na



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

elaboração das demonstrações contábeis a partir do exercício de 2026.

Com base na análise preliminar realizada pela Administração, não se identificam impactos relevantes de natureza patrimonial ou atuarial nas demonstrações contábeis da Fundação, sendo esperadas apenas adequações de natureza classificatória e de apresentação das contas contábeis.

Brasília - DF, 12 de março de 2026.

DocuSigned by  
*Maurício Pietro da Rocha*  
Assinado por: MAURICIO PIETRO DA ROCHA:9182728600  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 18/03/2026 | 17:21:15 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
7229747EE14A9...

**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**  
Diretor Superintendente  
CPF 918.372.860-00

DocuSigned by  
*Rogério Brenand Pazzim*  
Assinado por: ROGERIO BRENAND PAZZIM:14554835830  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 18/03/2026 | 15:13:31 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
D6EE901D96F496...

**ROGÉRIO BRENAND PAZZIM**  
Diretor de Finanças  
CPF 145.548.358-39

DocuSigned by  
*Sérgio Paulo de Miranda*  
Assinado por: SERGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 18/03/2026 | 17:07:46 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
B95C4E8B69A4C0...

**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**  
Diretor de Benefícios  
CPF 226.466.981-00

DocuSigned by  
*André Bahia Ribeiro*  
Assinado por: ANDRE BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 18/03/2026 | 15:48:16 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
BF60F8A8E710483...

**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**  
Contador  
CRC DF – 019172/O-9



# ANEXOS

## 8.3 Demonstrações Contábeis







FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURANÇA SOCIAL - SÃO FRANCISCO  
CNPJ 01.635.871/0001-91

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Plano de Benefícios II (GD) - Codeprev  
CNPJ nº 48.307.860/0001-10  
CNPB nº 2013.0008-47

		A T I V O		P A S S I V O		Valores em R\$ mil	
		Variação %		Variação %			
		2025	2024	2025	2024		

<b>DISPONÍVEL</b>		7	4				
<b>REALIZÁVEL</b>							
Gestão Previdencial		469.837	387.268			-64%	1.069
Gestão Administrativa		3.264	3.197			-59%	912
Investimentos		464.276	382.208			-99%	157
Títulos Públicos		350.699	268.010				
Fundos de Investimentos		111.053	112.950				
Operações com Participantes		2.524	1.248				
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>							
Gestão Previdencial							
Investimentos							
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>							
Patrimônio de Cobertura do Plano							
Provisões Matemáticas							
Benefícios Concedidos							
Benefícios a Conceder							
<b>Fundos</b>							
Fundos Previdenciais							
Fundos Administrativos							

**TOTAL DO ATIVO**

**469.844**

**TOTAL DO PASSIVO**

**387.272**

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by  
**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**  
Assinado por: MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA-8183728600  
CPF: 9183728600  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2025 | 16:02:22 BRT  
O: CP-Brazil, OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
E-mail: AC.SAF@REDF.BR-V5

**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**  
Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by  
**ROGERIO BRENDAND PAZZINI**  
Assinado por: ROGERIO BRENDAND PAZZINI-145548358-39  
CPF: 1455483583  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2025 | 09:07:07 BRT  
O: CP-Brazil, OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
E-mail: AC.SAF@REDF.BR-V5

**ROGERIO BRENDAND PAZZINI**  
Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by  
**Sergio Paulo de Miranda**  
Assinado por: SERGIO PAULO DE MIRANDA-2264661800  
CPF: 2264661800  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2025 | 14:42:31 BRT  
O: CP-Brazil, OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
E-mail: AC.SAF@REDF.BR-V5

**SERGIO PAULO DE MIRANDA**  
Diretor de Benefícios CPF: 226.466.981-00

DocuSigned by  
**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**  
Assinado por: ANDRÉ BAHIA RIBEIRO-00337611962  
CPF: 00337611962  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2025 | 09:19:32 BRT  
O: CP-Brazil, OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
E-mail: AC.SAF@REDF.BR-V5

**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**  
Controlador CPF: 005.378.011-62  
CRC DF - 019172/C-9



**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO**

Valores em R\$ mil

	ATIVO		PASSIVO	
	2025	2024	2025	2024
	Variação %		Variação %	
<b>DISPONÍVEL</b>	9%	51	47	
<b>REALIZÁVEL</b>				
Gestão Previdencial	10%	1.300.913	1.183.282	36.542
Gestão Administrativa	-32%	16.697	24.423	35.611
Investimentos	-1%	4.457	4.485	628
	11%	1.279.759	1.154.374	43
Títulos Públicos	14%	985.893	861.820	
Ativos Financeiros de Crédito Privado	-100%	-	5.167	34
Fundos de Investimentos	2%	280.297	275.841	5.972
Investimentos Em Imóveis	11%	8.706	7.838	836
Operações com Participantes	33%	4.653	3.498	
Depósitos Judiciais/Recursais	0%	210	210	
		2.330	2.367	
<b>IMOBILIZADO E INTANGÍVEL</b>	-2%	2.330	2.353	65.657
Imobilizado	-1%	2.330	2.353	65.657
Intangível	-100%	-	14	33.966
				66.123
				(466)
				40.534
				24.919
				12.932
				2.683
				34.521
				20.383
				11.767
				2.371
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.303.294</b>	<b>1.185.696</b>	<b>1.303.294</b>
				1.185.696

DocuSigned by  
**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**  
 Assinado por: MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA 14163728040  
 CPF: 14163728040  
 Data Hora da Assinatura: 27/03/2025 | 10:22:28 BRT  
 C. BR  
 E-mail: AC SATEWEB RFB v5  
**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**  
 Diretor, Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by  
**ROGÉRIO BRENNAND PAZZIM**  
 Assinado por: ROGÉRIO BRENNAND PAZZIM: 14504332639  
 CPF: 14504332639  
 Data Hora da Assinatura: 30/03/2025 | 09:07:08 BRT  
 C. BR  
 E-mail: AC SATEWEB RFB v5  
**ROGÉRIO BRENNAND PAZZIM**  
 Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by  
**Sérgio Paulo de Miranda**  
 Assinado por: SÉRGIO PAULO DE MIRANDA: 22646698100  
 CPF: 22646698100  
 Data Hora da Assinatura: 30/03/2025 | 14:47:21 BRT  
 C. BR  
**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**  
 Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by  
**André Bahia Ribeiro**  
 Assinado por: ANDRÉ BAHIA RIBEIRO: 00537801162  
 CPF: 00537801162  
 Data Hora da Assinatura: 30/03/2025 | 09:13:32 BRT  
 C. BR  
**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**  
 Contador CPF 005.378.011-62  
 CRC-DF - 0191720-9

Brasília, 31 de dezembro de 2025.





## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

### Plano de Benefícios I (BD Fechado)

CNPJ nº48.306.640/0001-50

CNPB nº 1981.0010-18

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Nota explicativa	2025	2024	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>7.1</b>	<b>351.172</b>	<b>349.778</b>	<b>0,40</b>
<b>Disponível</b>		<b>4</b>	<b>3</b>	<b>33,33</b>
<b>Recebíveis Previdencial</b>	<b>7.1.1</b>	<b>7.991</b>	<b>7.459</b>	<b>7,13</b>
<b>Investimento</b>	<b>7.1.3</b>	<b>343.177</b>	<b>342.316</b>	<b>0,25</b>
Títulos Públicos		273.082	252.228	8,27
Ativo Financeiros de Crédito Privados		-	3.691	-100,00
Fundos de Investimentos		63.463	80.152	-20,82
Investimentos em Imóveis		5.187	4.670	11,07
Operações com Participantes		1.320	1.450	-8,97
Depósitos Judiciais/Recursais		125	125	0,00
<b>2. Obrigações</b>	<b>7.2</b>	<b>36.098</b>	<b>35.822</b>	<b>0,77</b>
Operacional	<b>7.2.1</b>	35.568	35.529	0,11
Contingencial	<b>7.2.3</b>	530	293	80,89
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>		<b>8.317</b>	<b>7.593</b>	<b>9,54</b>
Fundos Administrativos	<b>7.2.4.3</b>	6.759	6.219	8,68
Fundos para Garantia das Oper.com Part.	<b>7.2.4.4</b>	1.558	1.374	13,39
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>		<b>306.757</b>	<b>306.363</b>	<b>0,13</b>
Provisões Matemáticas	<b>7.2.4.1</b>	307.223	308.853	-0,53
Superávit/Déficit Técnico	<b>7.2.4.2</b>	(466)	(2.489)	-81,28
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		<b>8.257</b>	<b>3.892</b>	<b>112,15</b>
a) Equilíbrio Técnico		(466)	(2.489)	-81,28
b) (+/-) Ajuste de Precificação		8.723	6.381	36,70
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		8.257	3.892	112,15

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by  
*MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA*  
Assinado por: MAURICIO PIETRO DA ROCHA:91837286000  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2026 | 16:02:23 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**  
Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by  
*Rogério Brenand Pazzim*  
Assinado por: ROGERIO BRENDAND PAZZIM:14554835839  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:07:08 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**ROGERIO BRENDAND PAZZIM**  
Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by  
*Sérgio Paulo de Miranda*  
Assinado por: SERGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 14:47:32 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**  
Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by  
*André Bahia Ribeiro*  
Assinado por: ANDRE BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:19:33 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**  
Contador CPF 005.378.011-62  
CRC DF – 019172/O-9



## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

### Plano de Benefícios III (BD Saldado)

CNPJ nº 48.307.652/0001-08

CNPB nº 2017.0013-92

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Nota explicativa	2025	2024	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>9.1</b>	<b>475.964</b>	<b>443.494</b>	<b>7,32</b>
<b>Disponível</b>		<b>6</b>	<b>4</b>	<b>50,00</b>
<b>Recebíveis Previdencial</b>	<b>9.1.1</b>	<b>16.078</b>	<b>23.670</b>	<b>-32,07</b>
<b>Investimento</b>	<b>9.1.3</b>	<b>459.880</b>	<b>419.820</b>	<b>9,54</b>
Títulos Públicos		356.053	341.585	4,24
Ativo Financeiros de Crédito Privados		-	1.476	-100,00
Fundos de Investimentos		99.414	72.707	36,73
Investimentos em Imóveis		3.519	3.168	11,08
Operações com Participantes		809	799	1,25
Depósitos Judiciais/Recursais		85	85	0,00
<b>2. Obrigações</b>	<b>9.2</b>	<b>591</b>	<b>679</b>	<b>-12,96</b>
Operacional	<b>9.2.1</b>	253	478	-47,07
Contingencial	<b>9.2.3</b>	338	201	68,16
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>		<b>5.002</b>	<b>4.682</b>	<b>6,83</b>
Fundos Administrativos	<b>9.2.4.3</b>	3.877	3.685	5,21
Fundos para Garantia das Oper.com Part.	<b>9.2.4.4</b>	1.125	997	12,84
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>		<b>470.371</b>	<b>438.133</b>	<b>7,36</b>
Provisões Matemáticas	<b>9.2.4.1</b>	404.248	401.678	0,64
Superávit/Déficit Técnico	<b>9.2.4.2</b>	66.123	36.455	81,38

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by

*Maurício Pietro da Rocha*

Assinado por: MAURICIO PIETRO DA ROCHA:91837286000  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2026 | 16:02:23 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**

Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by

*Rogério Brenand Pazzim*

Assinado por: ROGERIO BRENAND PAZZIM:14554835839  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:07:09 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ROGÉRIO BRENAND PAZZIM**

Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by

*Sérgio Paulo de Miranda*

Assinado por: SERGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 14:47:32 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**

Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by

*André Bahia Ribeiro*

Assinado por: ANDRE BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:19:33 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**

Contador CPF 005.378.011-62  
CRC DF – 019172/O-9



## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

### Plano de Benefícios II (CD) - Codeprev

CNPJ nº 48.307.560/0001-10

CNPB nº 2013.0008-47

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Nota explicativa	2025	2024	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>8.1</b>	<b>469.842</b>	<b>387.272</b>	<b>21,32</b>
Disponível		7	4	75,00
Recebíveis Previdencial	8.1.1	5.561	5.060	9,90
Investimento	8.1.3	464.274	382.208	21,47
Títulos Públicos		350.698	268.010	30,85
Fundos de Investimentos		111.052	112.950	-1,68
Operações com Participantes		2.524	1.248	102,24
<b>2. Obrigações</b>	<b>8.2</b>	<b>378</b>	<b>1.069</b>	<b>-64,64</b>
Operacional	8.2.1	378	1.069	-64,64
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>		<b>2.297</b>	<b>1.863</b>	<b>23,30</b>
Fundos Administrativos	8.2.3.3	2.297	1.863	23,30
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>		<b>467.167</b>	<b>384.340</b>	<b>21,55</b>
Provisões Matemáticas	8.2.3.1	442.248	363.957	21,51
Fundos Previdenciais	8.2.3.2	24.919	20.383	22,25

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by

*MAURICIO PIETRO DA ROCHA*

Assinado por: MAURICIO PIETRO DA ROCHA:91837286000  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2026 | 16:02:23 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**MAURICIO PIETRO DA ROCHA**

Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by

*Rogério Brenand Pazzim*

Assinado por: ROGERIO BRENAND PAZZIM:14554835839  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:07:09 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ROGERIO BRENAND PAZZIM**

Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by

*Sérgio Paulo de Miranda*

Assinado por: SERGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 14:47:32 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**

Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by

*André Bahia Ribeiro*

Assinado por: ANDRE BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:19:34 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**

Contador CPF 005.378.011-62  
CRC DF – 019172/O-9



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO  
CNPJ 01.635.671/0001-91

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

### Plano de Benefícios I (BD Fechado)

CNPJ nº48.306.640/0001-50

CNPB nº 1981.0010-18

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>306.364</b>	<b>323.066</b>	<b>-5,17</b>
<b>1. Adições</b>	<b>56.624</b>	<b>44.122</b>	<b>28,34</b>
(+) Contribuições	20.510	19.805	3,56
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	36.112	24.317	48,51
(+) Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	2	-	-
<b>2. Deduções</b>	<b>(56.231)</b>	<b>(60.824)</b>	<b>-7,55</b>
(-) Benefícios	(52.460)	(50.618)	3,64
(-) Resgates	(3.426)	(3.401)	0,74
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(6.526)	-100,00
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(34)	-	-
(-) Custeio Administrativo	(289)	(279)	3,58
Outras Deduções	(22)	-	-
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>393</b>	<b>(16.702)</b>	<b>-102,35</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	(1.630)	(1.390)	17,27
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.023	(15.312)	-113,21
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>306.757</b>	<b>306.364</b>	<b>0,13</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>8.317</b>	<b>7.593</b>	<b>9,54</b>
(+/-) Fundos Administrativos	6.759	6.219	8,68
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.558	1.374	13,39

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by  
*Maurício Pietro da Rocha*  
Assinado por: MAURICIO PIETRO DA ROCHA:91837286000  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2026 | 16:02:24 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**MAURICIO PIETRO DA ROCHA**  
Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by  
*Rogério Brenand Pazzim*  
Assinado por: ROGERIO BRENAND PAZZIM:14554835839  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:07:09 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**ROGÉRIO BRENAND PAZZIM**  
Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by  
*Sérgio Paulo de Miranda*  
Assinado por: SÉRGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 14:47:32 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**  
Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by  
*André Bahia Ribeiro*  
Assinado por: ANDRE BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:19:34 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**  
Contador CPF 005.378.011-62  
CRC DF – 019172/O-9



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO  
CNPJ 01.635.671/0001-91

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

### Plano de Benefícios III (BS Saldado)

CNPJ nº 48.307.652/0001-08

CNPB nº 2017.0013-92

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2025	2024	Varição %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>438.133</b>	<b>424.041</b>	<b>3,32</b>
<b>1. Adições</b>	<b>48.532</b>	<b>31.144</b>	<b>55,83</b>
(+) Contribuições	1.519	2.289	-33,64
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	47.013	28.855	62,93
<b>2. Deduções</b>	<b>(16.294)</b>	<b>(17.052)</b>	<b>-4,45</b>
(-) Benefícios	(13.918)	(11.486)	21,17
(-) Resgates	(2.376)	(1.676)	41,77
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(3.890)	-100,00
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>32.238</b>	<b>14.092</b>	<b>128,77</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	2.570	3.187	-19,36
Fundos Previdenciais	-	-	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	29.668	10.905	172,06
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>470.371</b>	<b>438.133</b>	<b>7,36</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>5.002</b>	<b>4.682</b>	<b>6,83</b>
(+/-) Fundos Administrativos	3.877	3.685	5,21
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.125	997	12,84

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by  
*Maurício Pietro da Rocha*  
Assinado por: MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA:91837286000  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2026 | 16:02:24 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**  
Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by  
*Rogério Brenand Pazzim*  
Assinado por: ROGERIO BRENAND PAZZIM:14554835839  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:07:10 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**ROGERIO BRENAND PAZZIM**  
Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by  
*Sérgio Paulo de Miranda*  
Assinado por: SÉRGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 14:47:33 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**  
Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by  
*André Bahia Ribeiro*  
Assinado por: ANDRE BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:19:34 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**  
Contador CPF 005.378.011-62  
CRC DF – 019172/O-9



## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

### Plano de Benefícios II (CD) - Codeprev

CNPJ nº 48.307.560/0001-10

CNPB nº 2013.0008-47

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>384.338</b>	<b>338.697</b>	<b>13,48</b>
<b>1. Adições</b>	<b>102.890</b>	<b>59.802</b>	<b>72,05</b>
(+) Contribuições	43.361	39.809	8,92
Portabilidade	191	270	-29,26
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	59.338	19.723	200,86
<b>2. Deduções</b>	<b>(20.061)</b>	<b>(14.161)</b>	<b>41,66</b>
Benefícios	(5.116)	(1.730)	195,72
(+) Resgates	(13.052)	(3.995)	226,71
Portabilidade	(518)	-	-
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(6.488)	-100,00
Custeio Administrativo	(1.375)	(1.948)	-29,41
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>82.829</b>	<b>45.641</b>	<b>81,48</b>
(-) Provisões Matemáticas	78.292	45.520	71,99
Fundos Previdenciais	4.536	121	3648,76
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>467.167</b>	<b>384.338</b>	<b>21,55</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>2.297</b>	<b>1.863</b>	<b>23,30</b>
Fundos Administrativos	2.297	1.863	23,30

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by  
*Maurício Pietro da Rocha*  
Assinado por: MAURICIO PIETRO DA ROCHA:91837286000  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2026 | 16:02:24 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**  
Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by  
*Rogério Brenand Pazzim*  
Assinado por: ROGERIO BRENAND PAZZIM:14554835839  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:07:10 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**ROGÉRIO BRENAND PAZZIM**  
Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by  
*Sérgio Paulo de Miranda*  
Assinado por: SÉRGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 14:47:33 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**  
Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by  
*André Bahia Ribeiro*  
Assinado por: ANDRE BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:19:34 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**  
Contador CPF 005.378.011-62  
CRC DF – 019172/O-9



**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
CONSOLIDADO**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2025	2024	Varição %
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>1.142.975</b>	<b>1.098.160</b>	<b>4,08</b>
<b>1. Adições</b>	<b>217.117</b>	<b>143.787</b>	<b>51,00</b>
(+) Contribuições Previdenciais	63.724	59.676	6,78
(+) Portabilidade	191	270	-29,26
(+) Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	2	-	-
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	142.465	72.895	95,44
(+) Receitas Administrativas	8.901	9.826	-9,41
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.522	959	58,71
(+) Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	312	161	93,79
<b>2. Deduções</b>	<b>(100.182)</b>	<b>(98.972)</b>	<b>1,22</b>
(-) Benefícios	(71.495)	(63.834)	12,00
(-) Resgates	(18.855)	(9.072)	107,84
(-) Portabilidades	(518)	-	-
(-) Outras Deduções	(22)	-	-
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(16.905)	-100,00
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(34)	-	-
(-) Despesas Administrativas	(9.258)	(9.161)	1,06
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>116.935</b>	<b>44.815</b>	<b>160,93</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	79.232	47.316	67,45
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	31.691	(4.407)	-819,11
(+/-) Fundos Previdenciais	4.536	121	3648,76
(+/-) Fundos Administrativos	1.165	1.624	-28,26
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	312	161	93,79
<b>B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4+5)</b>	<b>1.259.910</b>	<b>1.142.975</b>	<b>10,23</b>

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by  
*Maurício Pietro da Rocha*  
Assinado por: MAURICIO PIETRO DA ROCHA:91837286000  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2026 | 16:02:25 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**  
Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by  
*Rogério Brenand Pazzim*  
Assinado por: ROGERIO BRENAND PAZZIM:14554835839  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:07:10 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**ROGÉRIO BRENAND PAZZIM**  
Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by  
*Sérgio Paulo de Miranda*  
Assinado por: SÉRGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 14:47:34 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**  
Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by  
*André Bahia Ribeiro*  
Assinado por: ANDRE BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:19:35 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5  
**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**  
Contador CPF 005.378.011-62  
CRC DF – 019172/O-9



**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**Constituição/Reversão do Fundo Administrativo**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2025	2024	Varição (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>11.767</b>	<b>10.143</b>	<b>16,01</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>10.423</b>	<b>10.785</b>	<b>-3,36</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>10.423</b>	<b>10.785</b>	<b>-3,36</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.664	2.228	-25,31
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.125	7.491	-4,89
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	112	107	4,67
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.522	959	58,71
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>9.258</b>	<b>9.161</b>	<b>1,06</b>
<b>2.1. Administração dos Planos Previdenciais</b>	<b>9.258</b>	<b>9.161</b>	<b>1,06</b>
Pessoal e encargos	6.659	6.588	1,08
Treinamentos/congressos e seminários	139	153	-9,15
Viagens e estadias	48	37	29,73
Serviços de terceiros	1.299	1.282	1,33
Despesas gerais	446	422	5,69
Depreciações e amortizações	55	46	19,57
Tributos	612	633	-3,32
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>1.165</b>	<b>1.624</b>	<b>-28,26</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>1.165</b>	<b>1.624</b>	<b>-28,26</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>	<b>12.932</b>	<b>11.767</b>	<b>9,90</b>

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by  
*Maurício Pietro da Rocha*  
Assinado por: MAURICIO PIETRO DA ROCHA:91837286000  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2026 | 16:02:25 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**

Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by  
*Rogério Brenand Pazzim*  
Assinado por: ROGERIO BRENDAND PAZZIM:14554835839  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:07:11 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ROGERIO BRENDAND PAZZIM**

Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by  
*Sérgio Paulo de Miranda*  
Assinado por: SERGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 14:47:34 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**

Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by  
*André Bahia Ribeiro*  
Assinado por: ANDRE BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:19:35 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**Contador CPF 005.378.011-62  
CRC DF – 019172/O-9



## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

### Plano de Benefícios I (BD Fechado)

CNPJ nº48.306.640/0001-50

CNPB nº 1981.0010-18

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>344.415</b>	<b>343.559</b>	<b>0,25</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>307.223</b>	<b>308.853</b>	<b>-0,53</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>307.223</b>	<b>308.853</b>	<b>-0,53</b>
Benefício Definido	307.223	308.853	-0,53
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(466)</b>	<b>(2.489)</b>	<b>-81,28</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(466)</b>	<b>(2.489)</b>	<b>-81,28</b>
(-) Déficit técnico acumulado	(466)	(2.489)	-81,28
<b>3. Fundos</b>	<b>1.558</b>	<b>1.374</b>	<b>13,39</b>
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.558	1.374	13,39
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>35.569</b>	<b>35.528</b>	<b>0,12</b>
4.1. Gestão Previdencial	35.357	35.329	0,08
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	212	199	6,53
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>531</b>	<b>293</b>	<b>81,23</b>
5.1 Gestão Previdencia	34	-	-
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	497	293	69,62

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by  
*Maurício Pietro da Rocha*  
Assinado por: MAURICIO PIETRO DA ROCHA:91837286000  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2026 | 16:02:25 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**

Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by  
*Rogério Brenand Pazzim*  
Assinado por: ROGERIO BRENAND PAZZIM:14554835839  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:07:11 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ROGÉRIO BRENAND PAZZIM**

Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by  
*Sérgio Paulo de Miranda*  
Assinado por: SÉRGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 14:47:34 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**

Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by  
*André Bahia Ribeiro*  
Assinado por: ANDRÉ BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:19:35 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**

Contador CPF 005.378.011-62

CRC DF – 019172/O-9



## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

### Plano de Benefícios III (BS Saldado)

CNPJ nº 48.307.652/0001-08

CNPB nº 2017.0013-92

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>472.088</b>	<b>439.809</b>	<b>7,34</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>404.248</b>	<b>401.678</b>	<b>0,64</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>208.638</b>	<b>154.381</b>	<b>35,14</b>
Benefício Definido	208.638	154.381	35,14
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>195.610</b>	<b>247.297</b>	<b>-20,90</b>
Benefício Definido	195.610	247.297	-20,90
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>66.123</b>	<b>36.455</b>	<b>81,38</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>66.123</b>	<b>36.455</b>	<b>81,38</b>
Superávit técnico acumulado	66.123	36.455	81,38
<b>3. Fundos</b>	<b>1.125</b>	<b>997</b>	<b>12,84</b>
3.2 Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencia	1.125	997	12,84
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>253</b>	<b>478</b>	<b>-47,07</b>
4.1. Gestão Previdencial	237	198	19,70
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	16	280	-94,29
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>339</b>	<b>201</b>	<b>68,66</b>
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	339	201	68,66

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by  
*Maurício Pietro da Rocha*  
Assinado por: MAURICIO PIETRO DA ROCHA:91837286000  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2026 | 16:02:25 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**

Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by  
*Rogério Brenand Pazzim*  
Assinado por: ROGERIO BRENAND PAZZIM:14554835839  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:07:11 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ROGÉRIO BRENAND PAZZIM**

Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by  
*Sérgio Paulo de Miranda*  
Assinado por: SERGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 14:47:34 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**

Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by  
*André Bahia Ribeiro*  
Assinado por: ANDRE BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:19:36 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**

Contador CPF 005.378.011-62  
CRC DF – 019172/O-9



## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

### Plano de Benefícios II (CD) - CODEPREV

CNPJ nº 48.307.560/0001-10

CNPB nº 2013.0008-47

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>467.546</b>	<b>385.409</b>	<b>21,31</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>442.247</b>	<b>363.957</b>	<b>21,51</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>20.383</b>	<b>10.267</b>	<b>98,53</b>
Contribuição Definida	20.383	10.267	98,53
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>421.864</b>	<b>353.690</b>	<b>19,28</b>
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	180.626	148.236	21,85
Saldo de Contas - parcela participantes	241.238	205.454	17,42
<b>3. Fundos</b>	<b>24.919</b>	<b>20.383</b>	<b>22,25</b>
3.1. Fundos Previdenciais	24.919	20.383	22,25
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>380</b>	<b>1.069</b>	<b>-64,45</b>
4.1. Gestão Previdencial	378	912	-58,55
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	157	-98,73

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by

*MAURICIO PIETRO DA ROCHA*

Assinado por: MAURICIO PIETRO DA ROCHA:91837286000  
CPF: 91837286000  
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2026 | 16:02:26 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**MAURÍCIO PIETRO DA ROCHA**

Diretor Superintendente CPF 918.372.860-00

DocuSigned by

*Rogério Brenand Pazzim*

Assinado por: ROGERIO BRENAND PAZZIM:14554835839  
CPF: 14554835839  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:07:12 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ROGÉRIO BRENAND PAZZIM**

Diretor de Finanças CPF 145.548.358-39

DocuSigned by

*Sérgio Paulo de Miranda*

Assinado por: SÉRGIO PAULO DE MIRANDA:22646698100  
CPF: 22646698100  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 14:47:35 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**SÉRGIO PAULO DE MIRANDA**

Diretor de Benefícios CPF 226.466.981-00

DocuSigned by

*André Bahia Ribeiro*

Assinado por: ANDRE BAHIA RIBEIRO:00537801162  
CPF: 00537801162  
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2026 | 09:19:36 BRT

O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Emissor: AC SAFEWEB RFB v5

**ANDRÉ BAHIA RIBEIRO**

Contador CPF 005.378.011-62

CRC DF – 019172/O-9

# ANEXOS

## 8.4 Relatório dos Auditores Independentes



**FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE  
SEGURIDADE SOCIAL**

**CNPJ nº 01.635.671/0001-91**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

## **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL**

**Demonstrações contábeis encerradas**

**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

**Conteúdo:**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis;**

**Balanco patrimonial;**

**Demonstrações das mutações do patrimônio social – DMPS;**

**Demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios – DMAL;**

**Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios – DAL;**

**Demonstração do plano de gestão administrativa – DPGA;**

**Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios – DPT; e**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis.**

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Conselheiros, Diretoria Colegiada, Patrocinadores, Participantes e Assistidos da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL**  
Brasília – DF

### **Opinião:**

---

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL (“FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO**) em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

### **Base para opinião:**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:**

---

A Diretoria Executiva da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPIC, e pelos controles internos que ela determinou

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria Executiva é a responsável pela avaliação da capacidade de a **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO**, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos



ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO** a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 12 de março de 2026.

**MOORE AUDIT AUDITORES E CONSULTORES LTDA**  
**DF-T - 002158/O-0**  
**CVM 12807**

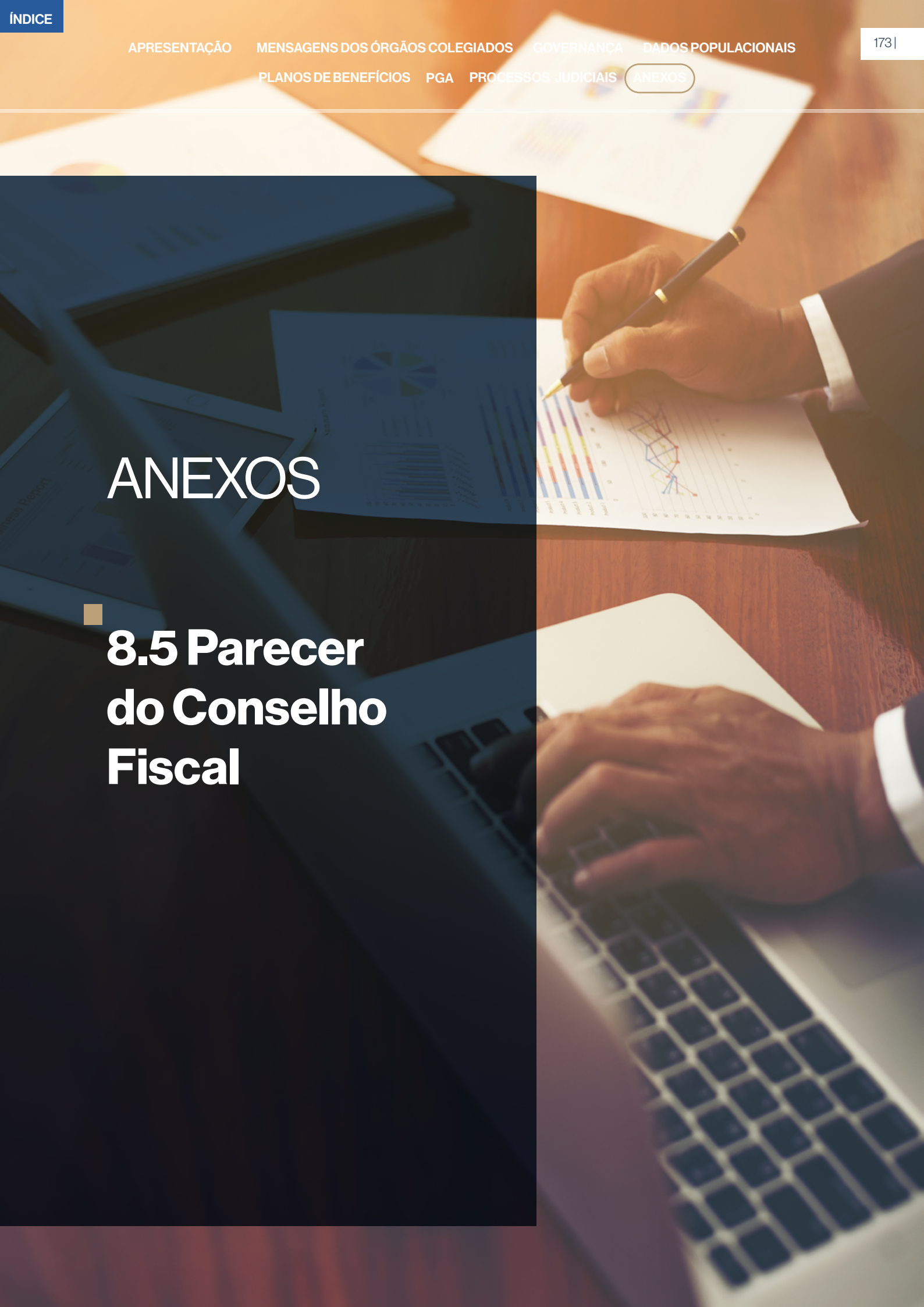
RICARDO DE  
ALBUQUERQUE  
CAVALCANTI:9078544414  
9

Digitally signed by RICARDO DE  
ALBUQUERQUE  
CAVALCANTI:90785444149  
Date: 2026.03.12 11:22:44 -03'00'

**Ricardo de Albuquerque Cavalcanti**  
**Contador CRC DF 018838/O-0**  
**CNAI 2563**

# ANEXOS

## 8.5 Parecer do Conselho Fiscal





## Fundação São Francisco de Seguridade Social

### PARECER DO CONSELHO FISCAL - EXERCÍCIO DE 2025

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL CNPJ: 01.635.671/0001-91

#### 1. INTRODUÇÃO

O Conselho Fiscal da Fundação São Francisco de Seguridade Social, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em especial o disposto no artigo 40 do Estatuto da Fundação, bem como em estrita observância ao inciso X do artigo 17 da Resolução CNPC nº 43/2021, ao inciso X do artigo 31, da Instrução Normativa PREVIC nº 31/2020, e ao inciso IX do artigo 362 da Resolução PREVIC nº 23/2023, reuniu-se ordinariamente em 19 de março de 2026. A 114ª Reunião Ordinária ocorreu de forma presencial na sede da Fundação, em Brasília/DF, contando com a presença dos seguintes membros: Thomáz Leite Silva (Presidente), Plácido Cardoso de Melo Júnior (Titular), José Carlos Brito da Silva (Suplente) e Roberta Fernandes Lima (Titular).

O objetivo desta reunião foi proceder à análise criteriosa das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como do Relatório dos Auditores Independentes sobre as referidas demonstrações, elaborado pela Moore VR Auditores e Consultores S/S.

Conforme preceituam os incisos II, IV e V do artigo 40 do Estatuto da Fundação, compete a este Conselho Fiscal apresentar ao Conselho Deliberativo parecer fundamentado sobre os negócios e operações sociais do exercício, tomando por base o balanço patrimonial, o inventário e as contas da Diretoria Executiva, cabendo-lhe, ainda, apontar eventuais irregularidades e sugerir medidas saneadoras, quando aplicável.

#### 2. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A empresa de auditoria independente Moore VR Auditores & Consultores S/S procedeu ao exame do balanço patrimonial consolidado da Fundação São Francisco, o qual representa o somatório de todos os planos de benefícios administrados pela entidade, posicionado em 31 de dezembro de 2025. O escopo da auditoria abrangeu as demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, além das demonstrações individuais por plano de benefícios, compreendendo a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data. Foram igualmente examinadas as correspondentes notas explicativas, que incluem as políticas contábeis materiais e demais informações elucidativas.

Em seu relatório emitido em 12 de março de 2026, a Moore VR Auditores e Consultores S/S emitiu opinião sem ressalvas, atestando que as demonstrações contábeis apresentam



## Fundação São Francisco de Seguridade Social

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação São Francisco, tanto de forma individual quanto por plano de benefício, em 31 de dezembro de 2025. O relatório confirma, ainda, que o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data está em plena conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

### 3. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Com base na documentação disponibilizada, nos exames realizados e nos esclarecimentos prestados a este colegiado, o Conselho Fiscal conclui pela total conformidade das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas foram elaboradas em estrita observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e à legislação emanada do CNPC e da PREVIC aplicável ao segmento fechado de previdência complementar, com destaque para as Resoluções CNPC nº 43/2021 e PREVIC nº 23/2023. Tais documentos refletem de maneira correta e fidedigna a situação patrimonial, financeira e atuarial do Plano de Benefício I (BD), do Plano de Benefícios II (CD - Codeprev), do Plano de Benefício III (BS Saldado) e do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Diante do exposto, considerando a opinião sem ressalvas emitida pelos auditores independentes e a constatação da excelência na gestão contábil e no funcionamento dos controles internos da entidade, este Conselho Fiscal recomenda ao Conselho Deliberativo a APROVAÇÃO das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Brasília-DF, 19 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** THOMAZ LEITE SILVA  
 Data: 20/03/2026 11:19:29-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

THOMAZ LEITE SILVA  
 Presidente do Conselho Fiscal

Assinado por: Plácido Cardoso de Melo Júnior  
 CPF: 47362017381  
 Data/Mês de Assinatura: 25/02/2026 | 20:17:19 BMT  
 O ICP-Brasil, OUI Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB  
 O ICP-Brasil, OUI Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB  
 Emissão: 20260319 10:17:19 BMT  
 Plácido Cardoso de Melo Júnior  
 Conselheiro Titular

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JOSE CARLOS BRITO DA SILVA  
 Data: 20/03/2026 16:01:42-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Carlos Brito da Silva  
 Conselheiro (Suplente)

Assinado por: Roberta Fernandes Lima  
 CPF: 98347896019  
 Data/Mês de Assinatura: 25/02/2026 | 10:27:30 BMT  
 O ICP-Brasil, OUI Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB  
 O ICP-Brasil, OUI Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB  
 Emissão: 20260319 10:27:30 BMT  
 Roberta Fernandes Lima  
 Conselheira Titular

# ANEXOS

## ■ 8.6 Pareceres Atuariais





# PARECER ATUARIAL DEZ/2025

Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2025

## Plano de Benefícios I – Plano BD

Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS

CNPJ nº 48.306.640/0001-50

CNPB nº 1981.0010-18

MIRADOR 0312/2026

# ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	CONTEXTO NORMATIVO .....	5
3	BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO.....	6
4	PREMISSAS E MÉTODOS ATUARIAIS.....	8
5	PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE.....	10
6	RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	13
7	SOLVÊNCIA.....	18
8	FUNDOS PREVIDENCIAIS.....	20
9	CUSTO E PLANO DE CUSTEIO.....	21
10	CONCLUSÃO.....	23

# 1 INTRODUÇÃO

Este parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2025 do **Plano de Benefícios I – Plano BD**, administrado pela **Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS** e patrocinado por:

- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, CNPJ nº 00.399.857/0001-26; e
- Fundação São Francisco de Seguridade Social, CNPJ nº 01.635.671/0001-91.

O **Plano BD** é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 1981.0010-18 e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 48.306.640/0001-50, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), conforme modalidades normatizadas pela Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021.

A avaliação atuarial, conforme disposto no inciso I do art. 2º da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário(a), registrado(a) no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e de estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a avaliação atuarial é realizada tendo por base o grupo de assistidos e beneficiários do plano previdenciário e considera, para tanto, as premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da **FSFSS** em Reunião Extraordinária ocorrida em 28/10/2025 (Ata nº 54/2025). Importante ressaltar que as premissas atuariais utilizadas foram embasadas em “Estudos Técnicos de Adequação das Hipóteses Atuariais”, conforme previsto no capítulo III, seção VI da Resolução Previc nº 23/2023.

A referida avaliação atuarial está alinhada com o Regulamento do plano (versão aprovada pela Portaria Previc nº 929, de 25/09/2017).

A **MIRADOR** realizou revisão das bases cadastrais disponibilizadas pela EFPC e, ao fim do processo, considerou a qualidade, completude e atualização das bases adequadas para fins de realização da Avaliação Atuarial. Porém, cabe destacar que a revisão é um processo que visa determinar se os dados aparentam ser razoáveis e consistentes para o objetivo do estudo, não se tratando de uma auditoria das bases cadastrais, sendo da EFPC a responsabilidade pela correção dos dados informados.

Não foram objeto de análise pela **MIRADOR** as informações relativas ao patrimônio dos planos, tais como critérios de contabilização e precificação dos ativos, bem como aos exigíveis operacionais e contingenciais e fundos.

A **MIRADOR** realizou a avaliação atuarial do plano considerando o disposto no seu respectivo Regulamento e Nota Técnica Atuarial, os princípios atuariais aceitos internacionalmente, os Pronunciamentos Atuariais publicados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA, dentre os quais destacam-se o CPA 001 – Princípios Atuariais e o CPA 003 – Classificação de Hipóteses Atuariais e a legislação vigente no encerramento do exercício de 2024.

Todos os resultados apresentados neste parecer atuarial estão posicionados em **31/12/2025** e consideram a base cadastral dos assistidos e beneficiários nesta mesma data.

## 2 CONTEXTO NORMATIVO

Para realização da presente avaliação atuarial considerou-se o contexto normativo aplicável ao contexto atuarial existente dentro do sistema de Previdência Complementar Fechada Brasileiro, em que se destacam:

### REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

#### Leis Complementares nº 108 e 109/2001

Estabelece os fundamentos do Regime de Previdência Complementar e dos planos de benefícios, bem como define as responsabilidades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

Trata da relação entre a União, os Estados e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

### ASPECTOS TÉCNICOS-ATUARIAIS, APURAÇÃO E TRATAMENTO DE RESULTADOS

#### Resolução CNPC nº 30/2018

Define os procedimentos a serem observados pelas EFPC na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios.

### PROCEDIMENTOS ATUARIAIS, CONTÁBEIS E ESTUDOS DE ADEQUAÇÃO

#### Resolução Previc nº 23/2023

Define os critérios técnico-atuariais para duração do passivo, taxa de juros parâmetro, ajuste de precificação, estudo de adequação das premissas, bem como os detalhamentos a serem adotados nas EFPC em caso de processo de superávit ou déficit.

## 3 BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO

A base cadastral é um dos principais insumos para a realização da avaliação atuarial, pois apresenta os dados cadastrais dos participantes, assistidos e beneficiários utilizados para realização dos cálculos atuariais. Para fins da presente avaliação atuarial, a Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC disponibilizou a base cadastral de **31/12/2025**.

Portanto, todas as bases cadastrais disponibilizadas pela EFPC e utilizadas na avaliação atuarial foram submetidas a processo de revisão, conduzido de acordo com o padrão ASOP n° 23 – *Data Quality*, em que a **MIRADOR** realiza diversos testes de consistência nas bases cadastrais e informações recebidas, reportando à EFPC quaisquer inconsistências identificadas e confirmando as estatísticas cadastrais, visando determinar a qualidade dos dados, a consistência desses para o propósito da avaliação atuarial e se esses são suficientemente completos para a realização dos estudos.

As principais características e estatísticas das bases cadastrais disponibilizadas, com as estatísticas de idade média, tempo médio de contribuição e de empresa posicionadas em 31/12/2025, são apresentadas nos quadros abaixo.

Aposentados	
Aposentadoria Antecipada	74
Idade Média (em anos)	80
Folha de benefícios mensal (em R\$)	319.592,65
Benefício médio mensal (em R\$)	4.318,82
Aposentadoria por Invalidez	45
Idade Média (em anos)	73
Folha de benefícios mensal (em R\$)	173.032,54
Benefício médio mensal (em R\$)	3.845,17
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	283
Idade Média (em anos)	78
Folha de benefícios mensal (em R\$)	2.607.431,83
Benefício médio mensal (em R\$)	9.213,54
Aposentadoria Especial	11
Idade Média (em anos)	81
Folha de benefícios mensal (em R\$)	38.389,65
Benefício médio mensal (em R\$)	3.489,97
Aposentadoria por Idade	42
Idade Média (em anos)	85
Folha de benefícios mensal (em R\$)	160.232,41

Benefício médio mensal (em R\$)	3.815,06
<b>Frequência TOTAL DE APOSENTADOS</b>	<b>455</b>
Idade Média (em anos)	79
Folha de benefícios mensal (em R\$)	3.298.679,08
Benefício médio mensal (em R\$)	7.249,84
<b>Pensionistas</b>	
Pensão por Morte de Ativo	72
Idade Média (em anos)	71
Folha de benefícios mensal (em R\$)	131.160,32
Benefício Médio Mensal por Pensionista (em R\$)	1.821,67
Pensão por Morte de Assistido	193
Idade Média (em anos)	78
Folha de benefícios mensal (em R\$)	548.274,16
Benefício Médio Mensal por Pensionista (em R\$)	2.840,80
<b>Frequência de GRUPOS DE PENSÕES</b>	<b>263</b>
<b>Frequência de PENSIONISTAS</b>	<b>265</b>
Idade Média (em anos)	77
Folha de benefícios mensal (em R\$)	679.434,48
Benefício Médio Mensal por Pensionista (em R\$)	2.563,90

## 4 PREMISSAS E MÉTODOS ATUARIAIS

### 4.1 Premissas atuariais

Conforme Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, a adequação das premissas a serem utilizadas na avaliação atuarial deve ser testada em estudo específico, considerando também as diretrizes estabelecidas na Portaria Previc nº 835, de 01/12/2020. Os estudos de adequação são segregados em estudos de convergência (para a premissa financeira de taxa de juros real anual) e de aderência (para as premissas biométricas, demográficas e econômicas).

Os estudos de aderência, elaborados no exercício de 2024 pela **MIRADOR**, com validade de 3 (três) anos, conforme inciso I do art. 79 da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, foram apresentados no Relatório MIRADOR 1130/2025 e aprovados pelo Conselho Deliberativo da **FSFSS** em Reunião Extraordinária, realizada em 28/10/2025.

Os estudos de convergência da taxa de juros real anual, elaborados no exercício de 2025 pela **MIRADOR**, foram apresentados no Relatório MIRADOR 1613/2025 e aprovados pelo Conselho Deliberativo da **FSFSS** na já citada Reunião Extraordinária.

Premissas	2024	2025
<b>Econômicas/Financeiras</b>		
Taxa Real de Juros Anual	5,10%	5,10%
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%	97,50%
Indexador do Plano	INPC - IBGE	INPC - IBGE
<b>Biométricas</b>		
Mortalidade Geral	BR EMSsb 2010 Ponderada <sup>1</sup> e agravada em 13%	<b>AT2000 Suavizada em 10% por sexo</b>
Mortalidade de Inválidos	AT-2000 MALE	AT-2000 MALE
Entrada em Invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável
<b>Demográficas</b>		
Composição Familiar	Família Real	Família Real

<sup>1</sup> Ponderação conforme cadastro da avaliação atuarial de dezembro de 2023, sendo 52% do sexo masculino e 48% do sexo feminino.

## 4.2 Regimes financeiros e métodos de financiamento

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento (também conhecidos como métodos atuariais) foram mantidos os mesmos da avaliação atuarial do encerramento do exercício anterior e estão adequados às características do plano de benefícios, bem como atendem às exigências previstas na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, conforme apresentados na tabela abaixo, por benefício.

Benefício	Regime financeiro	Método de financiamento
Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria por Idade	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria Especial	Capitalização	Agregado
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Agregado
Suplementação de Pensão por Morte	Capitalização	Agregado
Suplementação de Auxílio-Doença		Não Aplicável <sup>2</sup>
Pecúlio por Morte	Repartição Simples	Não Aplicável

<sup>2</sup> No Plano BD não constam participantes em atividade, deste modo, os regimes e métodos de financiamento do benefício de Suplementação de Auxílio-Doença não é aplicável.

## 5 PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE

### 5.1 Ativo total, patrimônio social e patrimônio de cobertura

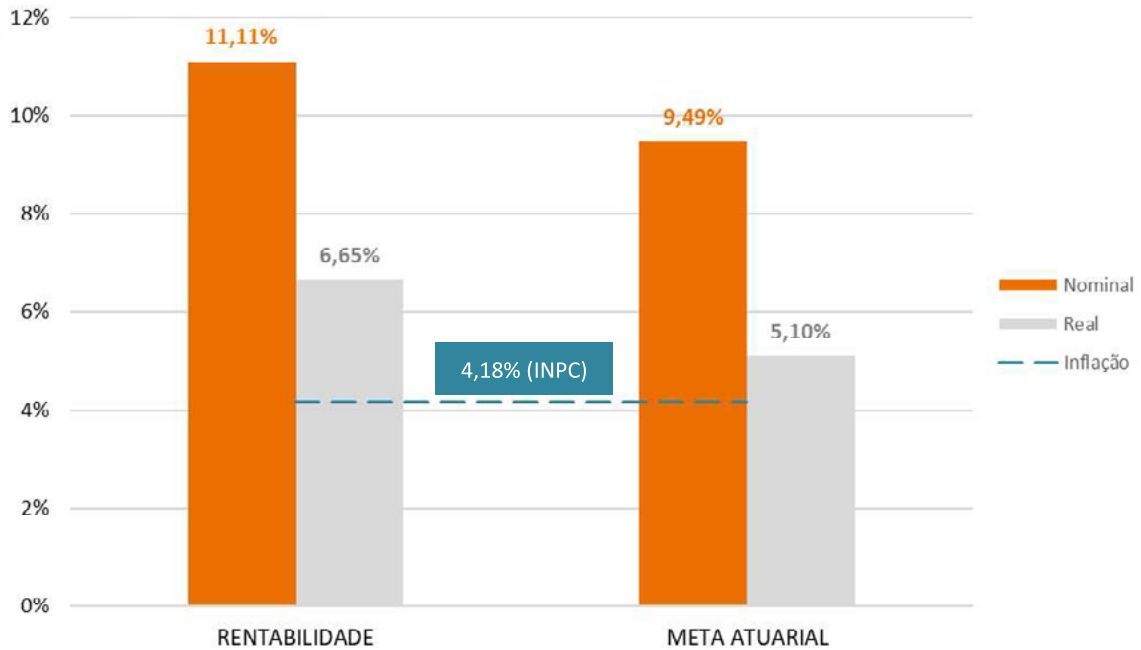
Conforme valores constantes no balancete contábil do plano de benefícios em 31/12/2025, a tabela abaixo apresenta a situação patrimonial do **Plano BD**, em que se destaca o Patrimônio de Cobertura, que representa a parcela do ativo do plano de benefícios que efetivamente está disponível para cobertura das provisões matemáticas.

(Valores em R\$)	2024	2025
<b>Ativo Total</b>	<b>349.778.929,61</b>	<b>351.174.088,22</b>
(-) Exigível Operacional	35.528.519,20	35.569.293,54
Gestão Previdencial	35.329.185,37	35.356.950,96
Gestão Administrativa	-	-
Investimentos	199.333,83	212.342,58
(-) Exigível Contingencial	293.165,87	530.781,36
Gestão Previdencial	-	33.916,10
Gestão Administrativa	-	-
Investimentos	293.165,87	496.865,26
<b>(=) Patrimônio Social</b>	<b>313.957.244,54</b>	<b>315.074.013,32</b>
(-) Fundos	7.593.591,95	8.316.945,92
Previdenciais	-	-
Administrativos	6.219.375,48	6.759.030,46
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.374.216,47	1.557.915,46
<b>(=) Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>306.363.652,59</b>	<b>306.757.067,40</b>

### 5.2 Meta atuarial e rentabilidade obtida em 2025

A rentabilidade nominal líquida obtida pela **FSFSS** na aplicação dos recursos do plano de benefícios ao longo de 2025 foi de 11,11%, contra uma expectativa de rentabilidade nominal líquida (meta atuarial) de 9,49%. Assim pode-se constatar que a rentabilidade obtida se situou 1,62 pontos percentuais acima da meta atuarial prevista para o ano em análise. Desta forma, em termos reais, é possível constatar a obtenção de uma rentabilidade de 6,65% contra uma meta atuarial real de 5,10% estabelecida para 2025, tomando como base, com um mês de defasagem, o indexador do plano (INPC/IBGE).

O gráfico que segue abaixo apresenta para o exercício de 2025 a comparação entre a rentabilidade obtida e a meta atuarial de rentabilidade fixada para o **Plano BD**, em termos nominais e reais:



### 5.3 Dívidas contratadas por patrocinador

Na data-base da avaliação atuarial, o plano de benefícios não apresenta registro de contratos de confissão de dívida firmado com os patrocinadores.

### 5.4 Títulos mantidos até o vencimento

A capacidade financeira do plano de benefícios em manter os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, é verificada anualmente pela EFPC pela elaboração de estudos de ALM (*Asset and Liability Management*) ou similares e, de forma complementar, quando da realização do estudo de convergência da taxa de juros real anual de que trata a Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

Adicionalmente, os títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” e utilizados na apuração do Ajuste de Precificação atendem

aos requisitos listados no art. 54 da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, conforme atestado pelo Sistema Venturo disponibilizado pela Previc e referenciado na Portaria Previc nº 835, 01/12/2020.

## 5.5 Ajuste de precificação

Conforme Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,10%), e o valor contábil desses títulos.

Conforme normativas vigentes, o ajuste de precificação deve ser considerado nas situações abaixo especificadas.

- Para fins de equacionamento de déficit: caso o ajuste seja positivo, deve ser deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, deve ser acrescido a esse mesmo resultado.
- Para fins de destinação de superávit alocado em Reserva Especial: caso o ajuste seja negativo, deve ser deduzido da Reserva Especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

O ajuste de precificação do **Plano BD** foi apurado pela **FSFSS** por meio do Sistema Venturo, da Previc, em R\$ 8.723.130,00 (valor posicionado em 31/12/2025).

## 6 RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Os itens a seguir apresentam os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2025, bem como comparativo com os resultados obtidos no encerramento do exercício de 2024, abrangendo a análise das provisões matemáticas do plano e apuração do resultado, deficitário ou superavitário, do plano de benefícios.

### 6.1 Provisões matemáticas

#### 6.1.1 Passivo atuarial

O passivo atuarial do plano de benefícios, que compreende a PMBC (Provisão Matemática de Benefícios Concedidos) e a PMBaC (Provisão Matemática de Benefícios a Conceder), é apresentado na tabela a seguir:

(Valores em R\$)	2024	2025
<b>Provisão Matemática de Benefícios Concedidos</b>	<b>308.852.711,14</b>	<b>307.223.206,65</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Programados	284.178.361,40	281.629.286,65
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Não-Programados	24.674.349,74	25.593.920,00
Valor Atual das Contribuições Futuras - Participantes	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras - Patrocinadores	-	-
<b>Provisão Matemática de Benefícios a Conceder</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Programados	-	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Não-Programados	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras - Participantes	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras - Patrocinadores	-	-
<b>(=) Passivo Atuarial</b>	<b>308.852.711,14</b>	<b>307.223.206,65</b>

#### 6.1.2 Variações no Passivo Atuarial

Comparativamente ao encerramento do exercício de 2024, houve uma redução de -0,53% no montante de provisões matemáticas do plano, sendo 0,31% referente a variações não esperadas em relação à Avaliação Atuarial anterior.

(Valores em R\$)		% Passivo Atuarial em 31/12/2025
<b>(a) Passivo Atuarial em 31.12.2024</b>	<b>308.852.711,14</b>	
(+/-) Variação nominal esperada do Passivo Atuarial	(14.866.842,50)	-4,84%
(+/-) Inflação do período	12.288.609,31	4,00%
<b>(b) Passivo Atuarial Esperado em 31.12.2025</b>	<b>306.274.477,95</b>	<b>99,69%</b>
Alteração da premissa Tábua de Mortalidade Geral	(377.189,83)	-0,12%
(+/-) Experiência da população	1.325.918,53	0,43%
<b>(c) Passivo Atuarial em 31.12.2025</b>	<b>307.223.206,65</b>	<b>100,00%</b>
<i>Variações não esperadas = (c) - (b)</i>	<i>948.728,70</i>	<i>0,31%</i>

O movimento de perdas e ganhos relacionado ao Passivo Atuarial não apresentou variação significativa, mantendo-se, portanto, dentro das expectativas da avaliação atuarial. Esse resultado reflete a inflação observada no período, além de efeito do ganho decorrente da alteração da premissa Tábua de Mortalidade Geral.

### 6.1.3 Duração do passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de eventuais contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos, calculada conforme fórmula apresentada no anexo da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023. A duração do passivo do plano de benefícios foi apurada em **7,7860** anos, considerando os resultados da avaliação atuarial e a aplicação da fórmula supracitada.

## 6.2 Equilíbrio técnico e Equilíbrio técnico ajustado

Com base nas informações e resultados anteriormente apresentados, a tabela abaixo consolida o resultado do plano de benefícios, compreendendo o Equilíbrio Técnico (resultado contábil) e o Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA):

(Valores em R\$)	2024	2025
<b>Patrimônio de Cobertura</b>	<b>306.363.652,59</b>	<b>306.757.067,40</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>308.852.711,14</b>	<b>307.223.206,65</b>
(+) Passivo Atuarial	308.852.711,14	307.223.206,65
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-
<b>(=) Superávit/(Déficit) Acumulado</b>	<b>(2.489.058,55)</b>	<b>(466.139,25)</b>
(+/-) Ajuste Precificação	6.380.683,50	8.723.130,00
<b>(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)</b>	<b>3.891.624,95</b>	<b>8.256.990,75</b>

### 6.2.1 *Variações do Equilíbrio Técnico (Resultado Contábil)*

Comparativamente ao encerramento do exercício de 2024, o plano apresentou uma variação positiva de R\$ 2.022.919,30 em seu resultado técnico acumulado (resultado contábil), passando de uma situação de déficit técnico de R\$ (2.489.058,55), em 31/12/2024, para uma situação de déficit técnico de R\$ (466.139,25), em 31/12/2025, equivalente a 0,15% do valor de suas provisões matemáticas.

Ressalta-se que a rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano BD para o ano de 2025 foi estabelecida em função da variação anual do INPC/IBGE, acrescida da taxa real de juros de 5,10% ao ano (taxa de juros utilizada para descontar o passivo atuarial). Tal indicador, no período de análise, totalizou em 9,49%. De outra parte, pode-se constatar que a rentabilidade obtida pelos ativos garantidores do plano se situou em 11,11%, ou seja, aproximadamente 1,62 pontos percentuais acima da meta atuarial prevista para o período em análise.

Assim, o resultado deficitário apresentado pelo plano no exercício de 2025 foi influenciado pela rentabilidade obtida pelos recursos garantidores, que no exercício em questão se situou acima da meta atuarial.

O quadro abaixo apresenta as variações observadas e os principais fatores dimensionáveis que impactaram na apuração do equilíbrio técnico (resultado contábil) negativo registrado pelo plano em 31/12/2025:

*(Valores em R\$)*

<b>Equilíbrio Técnico (Resultado Contábil) em 31.12.2024</b>	<b>(2.489.058,55)</b>
Meta atuarial do resultado contábil	(236.290,81)
Rentabilidade acima do projetado	4.458.058,51
Variações não esperadas das Provisões Matemáticas	(955.187,98)
Variações patrimoniais diversas	(1.243.660,42)
<b>Equilíbrio Técnico (Resultado Contábil) em 31.12.2025</b>	<b>(466.139,25)</b>

### 6.2.2 *Variações do Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)*

No tocante ao Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA), que representa o resultado do plano para fins de aferição do seu nível de solvência, a situação comparativa com a apresentada no encerramento do exercício de 2024 é a seguinte:

- Em 31/12/2024, ETA positivo de R\$ 3.891.624,95; e

- Em 31/12/2025, ETA positivo de R\$ 8.256.990,75.

Verifica-se, portanto, um aumento de R\$ 4.365.365,80 no valor do ETA, comparando os resultados registrados em 2024 e 2025. O valor do ETA contempla, também, o Ajuste de Precificação positivo reavaliado em 31/12/2025 no valor de R\$ 8.256.990,75, que considera os títulos públicos federais classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, bem como o fluxo de compromissos do passivo do plano na referida data.

### 6.3 Contabilização dos resultados

A tabela abaixo apresenta a recomendação de contabilização das contas relacionadas à avaliação atuarial do plano de benefícios, com base na Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021:

		<i>(Valores em R\$)</i>
2.03.00.00.00.00.00	Patrimônio Social	315.074.013,32
2.03.01.00.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	306.757.067,40
2.03.01.01.00.00.00	Provisões Matemáticas	307.223.206,65
2.03.01.01.01.00.00	Benefício Concedidos	307.223.206,65
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido	307.223.206,65
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	281.629.286,65
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	25.593.920,00
2.03.01.01.02.00.00	Benefícios a Conceder	-
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Capitalização Programado	-
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Capitalização Não Programado	-
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	-
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas A Constituir	-
2.03.01.02.00.00.00	Equilíbrio Técnico	(466.139,25)
2.03.01.02.01.00.00	Resultados Realizados	(466.139,25)
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	-

2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial para Revisão De Plano	-
<b>2.03.01.02.01.02.00</b>	<b>(-) Déficit Técnico Acumulado</b>	<b>(466.139,25)</b>
2.03.01.02.02.00.00	Resultados A Realizar	-
<b>2.03.02.00.00.00.00</b>	<b>Fundos</b>	<b>8.316.945,92</b>
2.03.02.01.00.00.00	Fundos Previdenciais	-
2.03.02.02.00.00.00	Fundos Administrativos	6.759.030,46
2.03.02.03.00.00.00	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.557.915,46

## 7 SOLVÊNCIA

### 7.1 Situação de solvência do plano de benefícios

A situação de solvência do plano de benefícios em 31/12/2025 é analisada abaixo, com a apresentação dos resultados e limites de déficit ou superávit, a depender da situação de solvência do plano de benefícios, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e com a Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023:

Análise de Solvência	
Patrimônio de cobertura, em R\$	306.757.067,40
Provisões matemáticas, em R\$	307.223.206,65
Equilíbrio técnico (resultado contábil), em R\$	(466.139,25)
Ajuste de precificação, em R\$	8.723.130,00
Equilíbrio técnico ajustado (ETA), em R\$	8.256.990,75
Equacionamento de déficit	
Provisões matemáticas em BD, em R\$	307.223.206,65
Duração do passivo, em anos	7,786
Limite ETA deficitário, em %	-3,79%
Limite ETA deficitário, em R\$	(11.631.470,60)
Planos de equacionamento em curso	-
Déficit <u>mínimo</u> a ser equacionado, em R\$	-
<b>Obrigatoriedade de equacionamento de déficit</b>	<b>Não</b>

O resultado da avaliação atuarial demonstra que o plano de benefícios apresenta, em 31/12/2025, um déficit técnico (resultado contábil) acumulado de R\$ (466.139,25) equivalente a 0,15% das suas provisões matemáticas. Considerando o ajuste de precificação, de R\$ 8.723.130,00, o resultado técnico ajustado (ETA) se torna superavitário em R\$ 8.256.990,75 (positivo), equivalente a 2,69% das provisões matemáticas do plano de benefícios.

Portanto, sob o ponto de vista de análise da solvência do plano, por este apresentar ETA positivo, considera-se que o plano de benefícios está em situação de equilíbrio econômico-atuarial.

## 7.2 Principais riscos atuariais

Os riscos atuariais a que o **Plano BD** está sujeito decorrem, fundamentalmente, das premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas na avaliação atuarial. Tais premissas são objeto de acompanhamento sistemático por meio de estudos técnicos de aderência e adequação, conduzidos em conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas atuariais.

Entre os principais riscos atuariais, destaca-se o risco de longevidade, correspondente à possibilidade de elevação da expectativa de vida dos assistidos, o que resultaria na extensão do período de pagamento dos benefícios. Ressalta-se, igualmente, o risco financeiro, relacionado à incerteza inerente à taxa de juros de longo prazo e ao desempenho dos ativos que compõem a carteira de investimentos, exigindo monitoramento contínuo e eventual adoção de medidas voltadas à mitigação desses riscos.

Registra-se, ainda, que o **Plano BD** é fechado ao ingresso de novos participantes e encontra-se em condição de plano pagador, com massa composta exclusivamente por aposentados e pensionistas. Essa configuração intensifica a sensibilidade do plano às variações nas hipóteses atuariais e às oscilações dos resultados dos investimentos, ampliando sua exposição a riscos de natureza atuarial, financeira e patrimonial.

Nesse contexto, torna-se essencial manter o acompanhamento permanente da situação atuarial, financeira e patrimonial do plano, de modo a possibilitar a identificação tempestiva de eventuais desvios e a adoção de medidas preventivas e corretivas que assegurem o restabelecimento e a preservação de seu equilíbrio de longo prazo.

## 8 FUNDOS PREVIDENCIAIS

O plano de benefícios não apresenta Fundos Previdenciais.

## 9 CUSTO E PLANO DE CUSTEIO

Os itens a seguir apresentam a análise do custo atuarial do plano de benefícios, conforme resultados da avaliação atuarial, e a indicação do Plano de Custeio para 2026, com início de vigência em 01/01/2026.

### 9.1 Custos normais

O plano apresentou evolução dos custos normais dentro do esperado, considerando o método de financiamento adotado, considerando o fato de que não existem participantes em atividade.

### 9.2 Plano de custeio para 2026

O plano de benefícios utiliza o método de financiamento agregado que prevê a reavaliação anual das taxas de contribuições normais praticadas, em função do resultado técnico apurado na avaliação atuarial.

O Plano de Custeio para o exercício de 2026 segue descrito abaixo, a vigorar a partir de 01/01/2026:

#### 9.2.1 *Custeio previdenciário*

- Contribuição Normal Original Carregada dos Assistidos: 5,52% do valor dos benefícios recebidos pelos Aposentados e pelos Pensionistas.
- Assistidos (Aposentados/Pensionistas): ajuste na Contribuição Normal correspondente a **A%** do valor das contribuições normais originais de cada participante calculadas com base no percentual contributivo vigente em 31/12/2009, incidente sobre o valor dos Benefícios dos Aposentados Assistidos e dos Pensionistas Assistidos.

A% = 65,10% de julho de 2014 a junho de 2015;

A% = 81,98% de julho de 2015 a junho de 2016;

A% = 129,65% de julho de 2016 a junho de 2017;

A% = 156,10% de julho de 2017 a março de 2018;

A% = 188,00% de abril de 2018 a dezembro de 2021;

A% = 264,00% de janeiro de 2022 a dezembro 2022;

A% = 330,00% de janeiro de 2023 em diante.

- Patrocinador CODEVASF (em contrapartida ao ajuste nas contribuições normais dos Assistidos): Ajuste na Contribuição Normal igual a **B** vezes o total do Ajuste na Contribuição Normal feitas pelos Aposentados Assistidos e pelos Pensionistas Assistidos, onde B é igual a 0,754 até junho de 2012 e é igual a 0,852 a partir de agosto de 2012.
- Para o financiamento do benefício de Pecúlio por Morte, tendo em vista o Regime Financeiro de Repartição Simples, considera-se 0,96% do total das contribuições referentes aos Assistidos (Aposentados).

### **9.2.2 Custeio administrativo**

Estabelecido com base na taxa de carregamento de 10% incidente sobre os valores das Contribuições Normais Originais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas), que corresponde ao carregamento destinado ao custeio das despesas administrativas do plano.

O plano de benefícios possui a taxa de administração de 0,76% incidente sobre os recursos garantidores.

## 10 CONCLUSÃO

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual do **Plano de Benefício I**, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta, em 31/12/2025, a situação de equilíbrio técnico **deficitário** (resultado contábil), porém, considerando o ajuste de precificação, o resultado técnico ajustado (ETA) se torna **superavitário**, com posicionamento dentro dos limites estabelecidos pela legislação aplicável.

Cumpramos destacar que a rentabilidade dos investimentos, que superou a meta atuarial no exercício, foi o principal fator para a geração do resultado superavitário em 2025, contribuindo de forma significativa para a estabilização do nível de patrimônio de cobertura do plano.

Portanto, em conformidade com as normativas vigentes, **não há obrigatoriedade de elaboração de Plano de Equacionamento de Déficit Técnico**, considerando que o resultado técnico ajustado (ETA) do plano de benefícios é superavitário.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2026.

MIRADOR Assessoria Atuarial Ltda.



**SÉRGIO RÂNGEL GUIMARÃES**

Atuário MIBA 743

Responsável Técnico pelo Plano Saldado



**DANIELA WEBER RABELLO**

Atuária MIBA 1747

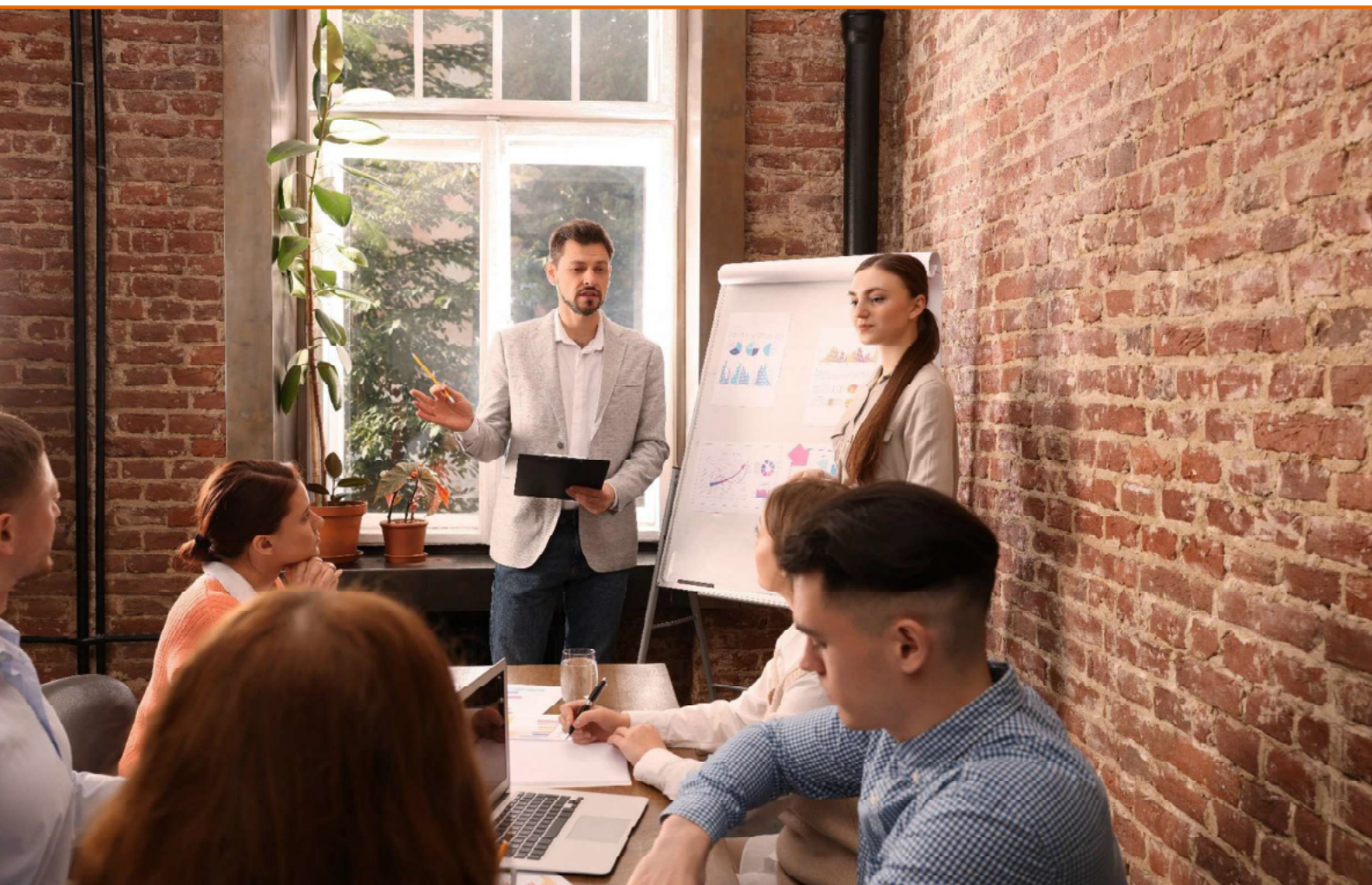
Consultoria Sênior



**BRUNA BERNARDES GOMES**

Atuária MIBA 2965

Consultora Sênior



# PARECER ATUARIAL DEZ/2025

Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2025

## Plano de Benefícios II - CODEPREV

CNPJ nº 48.307.560/0001-10

CNPB nº 2013.0008-47

MIRADOR 0460/2026

# ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	CONTEXTO NORMATIVO .....	5
3	BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO.....	6
4	PREMISSAS E MÉTODOS ATUARIAIS.....	7
5	PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE.....	9
6	RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL .....	12
7	FUNDOS PREVIDENCIAIS.....	15
8	CUSTO E PLANO DE CUSTEIO.....	17
9	FATOS RELEVANTES .....	19
10	CONCLUSÃO.....	20

# 1 INTRODUÇÃO

Este parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2025 do **Plano de Benefícios II - Plano CODEPREV**, administrado pela **Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS** e patrocinado por:

- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, CNPJ nº 00.399.857/0001-26; e
- Fundação São Francisco de Seguridade Social, CNPJ nº 01.635.671/0001-91.

O **Plano CODEPREV** é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 2013.0008-47 e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 48.307.560/0001-10, estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), conforme modalidades normatizadas pela Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021.

A avaliação atuarial, conforme disposto no inciso I do art. 2º da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário(a), registrado(a) no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e de estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Desta forma, a avaliação atuarial é realizada, para os benefícios de risco que possuem seu valor/nível previamente estabelecidos (custeio determinado atuarialmente), considerando premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras. Tais premissas foram previamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, em Reunião Ordinária Extraordinária, realizada em 28/10/2025 (Ata nº 54/2025).

A referida avaliação atuarial em questão está em conformidade com o Regulamento do plano (versão aprovada pela Portaria Previc nº 929, de 25/09/2017).

A **MIRADOR** realizou revisão das bases cadastrais disponibilizadas pela EFPC e, ao fim do processo, considerou a qualidade, completude e atualização das bases adequadas para fins de realização da Avaliação Atuarial. Porém, cabe destacar que a revisão é um processo que visa determinar se os dados aparentam ser razoáveis e consistentes para o objetivo do estudo, não se tratando de uma auditoria das bases cadastrais, sendo da EFPC a responsabilidade pela correção dos dados informados.

Não foram objeto de análise pela **MIRADOR** as informações relativas ao patrimônio dos planos, tais como critérios de contabilização e precificação dos ativos, bem como aos exigíveis operacionais e contingenciais e fundos (exceto o fundo previdencial).

A **MIRADOR** realizou a avaliação atuarial do plano considerando o disposto no seu respectivo Regulamento e Nota Técnica Atuarial, os princípios atuariais aceitos internacionalmente, os Pronunciamentos Atuariais publicados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA, dentre os quais destacam-se o CPA 001 – Princípios Atuariais e o CPA 003 – Classificação de Hipóteses Atuariais e a legislação vigente no encerramento do exercício de 2025.

Todos os resultados apresentados neste parecer atuarial estão posicionados em **31/12/2025** e consideram a base cadastral dos ativos, assistidos e beneficiários nesta mesma data.

## 2 CONTEXTO NORMATIVO

Para realização da presente avaliação atuarial considerou-se o contexto normativo aplicável ao contexto atuarial existente dentro do sistema de Previdência Complementar Fechada Brasileiro, em que se destacam:

### REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

#### Leis Complementares nº 108 e 109/2001

Estabelece os fundamentos do Regime de Previdência Complementar e dos planos de benefícios, bem como define as responsabilidades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

Trata da relação entre a União, os Estados e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

### ASPECTOS TÉCNICOS-ATUARIAIS, APURAÇÃO E TRATAMENTO DE RESULTADOS

#### Resolução CNPC nº 30/2018

Define os procedimentos a serem observados pelas EFPC na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios.

### PROCEDIMENTOS ATUARIAIS, CONTÁBEIS E ESTUDOS DE ADEQUAÇÃO

#### Resolução Previc nº 23/2023

Define os critérios técnico-atuariais para duração do passivo, taxa de juros parâmetro, ajuste de precificação, estudo de adequação das premissas, bem como os detalhamentos a serem adotados nas EFPC em caso de processo de superávit ou déficit.

## 3 BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO

A base cadastral é um dos principais insumos para a realização da avaliação atuarial, pois apresenta os dados cadastrais dos participantes, assistidos e beneficiários utilizados para realização dos cálculos atuariais. Para fins da presente avaliação atuarial, a Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC disponibilizou a base cadastral posicionada em **31/12/2025**.

Portanto, todas as bases cadastrais disponibilizadas pela EFPC e utilizadas na avaliação atuarial foram submetidas a processo de revisão, conduzido de acordo com o padrão ASOP nº 23 – *Data quality*, em que a **MIRADOR** realiza diversos testes de consistência nas bases cadastrais e informações recebidas, reportando à EFPC quaisquer inconsistências identificadas e confirmando as estatísticas cadastrais, visando determinar a qualidade dos dados, a consistência desses para o propósito da avaliação atuarial e se esses são suficientemente completos para a realização dos estudos.

As principais características e estatísticas das bases cadastrais disponibilizadas, com as estatísticas de idade média, tempo médio de contribuição e de empresa posicionadas em 31/12/2025, são apresentadas abaixo:

<b>Ativos</b>	
<b>Frequência a Conceder</b>	<b>1.245</b>
Ativos	1.239
Autopatrocinado	06
Idade média (em anos)	50
Tempo médio de contribuição (em meses)	92
Folha de Salários Mensal (em R\$)	25.483.675,35
<b>Aposentados</b>	
<b>Frequência de Aposentados</b>	<b>33</b>
Aposentadoria Normal	32
Aposentadoria por Invalidez	01
Idade média (em anos)	70
Folha de benefícios mensal (em R\$)	793.093,85
<b>Pensionistas</b>	
<b>Frequência de Pensionistas</b>	<b>21</b>
<b>Frequência de Grupos de Pensões</b>	<b>16</b>
Idade média dos pensionistas (em anos)	49
Folha de benefícios mensal (em R\$)	104.088,52

## 4 PREMISSAS E MÉTODOS ATUARIAIS

### 4.1 Premissas atuariais

Conforme Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, a adequação das premissas a serem utilizadas na avaliação atuarial deve ser testada em estudo específico, considerando também as diretrizes estabelecidas na Portaria Previc nº 835, de 01/12/2020.

Em razão da natureza do plano ser de Contribuição Definida (CD), foi elaborado o respectivo parecer técnico com fim específico, visando atestar as premissas a serem consideradas, conforme o Relatório MIRADOR 1130/2025.

As premissas biométricas (tábuas de Mortalidade Geral e de Entrada em Invalidez) são utilizadas nas avaliações atuariais tão somente para fins de apuração dos custos dos benefícios de risco assegurados pelo **Plano CODEPREV** para os participantes ativos, benefícios estes estruturados dentro do regime financeiro de repartição simples. Para a premissa de taxa real de juros, tendo em vista trata-se de um plano CD, foi utilizada a Taxa de Juros Parâmetro (TJP) para a duração (*duration*) de dez anos, conforme previsto no art. 52 da Resolução Previc nº 23/2023, considerando as taxas disponibilizadas pela referida autarquia por meio da Portaria Previc nº 343/2025.

A tabela que segue apresenta as premissas utilizadas na avaliação atuarial para avaliar os custos dos benefícios de risco assegurados para os participantes ativos (pecúlio por morte ou incapacidade), de acordo com o estudo técnico de adequação de premissas atuariais (MIRADOR 1130/2025), previamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, em Reunião Extraordinária ocorrida em 28/10/2025 (Ata nº 54/2025):

Premissas	2024	2025
Econômicas/Financeiras		
Taxa Real de Juros Anual	4,68% <sup>1</sup>	5,33% <sup>1</sup>
Indexador do Plano	Variação das Cotas	Variação das Cotas
Biométricas		
Mortalidade Geral	AT-83 (masculina) agravada em 25%	AT-2000 Básica por sexo
Entrada em Invalidez	LIGHT (Média) agravada em 25%	Americana

<sup>1</sup> Taxa Real Anual de Juros utilizada para avaliação do nível de suficiência do “Fundo Coletivo de Benefício de Risco”, referente aos benefícios de risco assegurados para os participantes ativos (pecúlio por morte ou incapacidade).

## 4.2 Regimes financeiros e métodos de financiamento

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento (também conhecidos como métodos atuariais) foram mantidos os mesmos da avaliação atuarial do encerramento do exercício anterior e estão adequados às características do plano de benefícios, bem como atendem às exigências previstas na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, conforme apresentados na tabela abaixo, por benefício.

Benefício	Regime financeiro	Método de financiamento
Benefício de Aposentadoria Normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício de Incapacidade para o Trabalho	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Proporcional Diferido	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício por Morte de Participante Ativo	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício por Morte de Participante Assistido	Capitalização	Capitalização Financeira
Pecúlio de Incapacidade para o Trabalho	Regime de Repartição Simples	
Pecúlio por Morte de Participante Ativo	Regime de Repartição Simples	

## 5 PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE

### 5.1 Ativo total, patrimônio social e patrimônio de cobertura

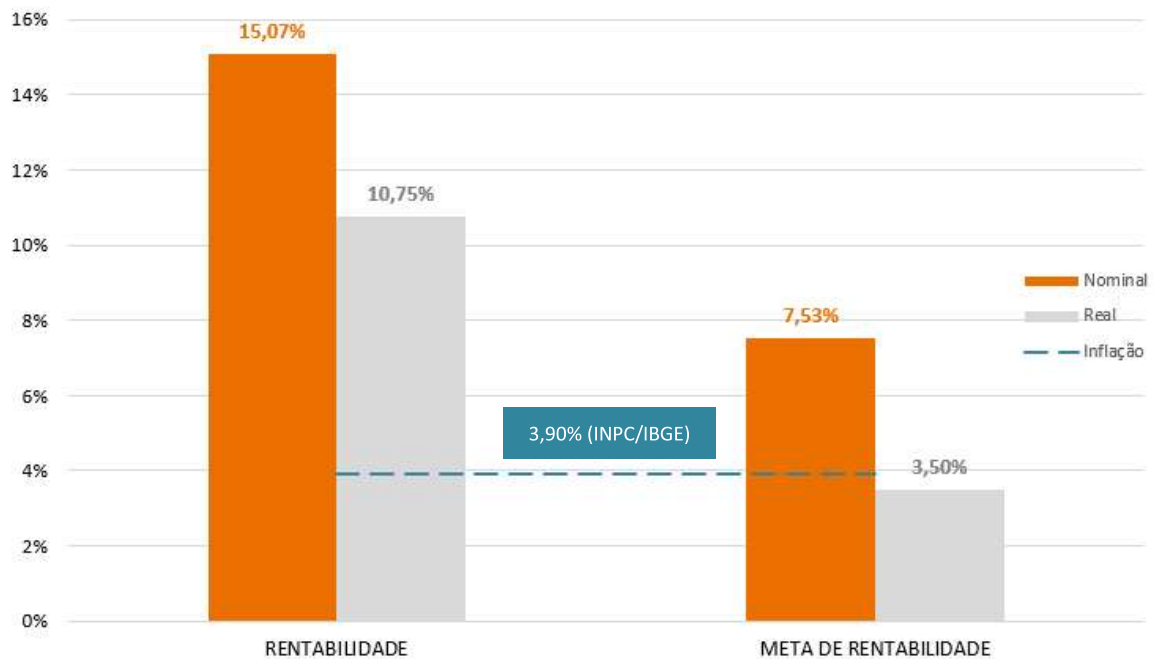
Conforme valores constantes no balancete contábil do plano de benefícios em 31/12/2025, a tabela abaixo apresenta a situação patrimonial do **Plano CODEPREV**, em que se destaca o Patrimônio de Cobertura, que representa a parcela do ativo do plano de benefícios que efetivamente está disponível para cobertura das provisões matemáticas.

(Valores em R\$)	2024	2025
<b>Ativo Total</b>	<b>387.271.393,70</b>	<b>469.843.319,83</b>
(-) Exigível Operacional	1.068.985,53	379.877,82
Gestão Previdencial	911.670,75	378.115,56
Gestão Administrativa	-	-
Investimentos	157.314,78	1.762,26
(-) Exigível Contingencial	-	-
Gestão Previdencial	-	-
Gestão Administrativa	-	-
Investimentos	-	-
<b>(=) Patrimônio Social</b>	<b>386.202.408,17</b>	<b>469.463.442,01</b>
(-) Fundos	22.245.579,62	27.215.107,00
Previdenciais	20.382.589,88	24.918.501,57
Administrativos	1.862.989,74	2.296.605,43
Fundos Para Garantia Das Operações Com Participantes	-	-
<b>(=) Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>363.956.828,55</b>	<b>442.248.335,01</b>

### 5.2 Meta de rentabilidade e rentabilidade obtida em 2025

A rentabilidade anual nominal líquida obtida pela **FSFSS** na aplicação dos recursos garantidores do plano de benefícios ao longo de 2025 foi de 15,07%, contra uma expectativa de rentabilidade nominal líquida (meta de rentabilidade) de 7,53%. Assim pode-se constatar que a rentabilidade obtida pelos recursos garantidores se situou 7,54 pontos percentuais acima da meta de rentabilidade estabelecida para o ano em análise. Desta forma, em termos reais, é possível constatar em 2025 a obtenção de rentabilidade de 10,75% contra uma meta de rentabilidade real de 3,50% (referencial definido como meta real pela Diretoria Executiva da Entidade), tomando como base o indexador INPC/IBGE.

O gráfico que segue abaixo apresenta para o exercício de 2025 a comparação entre a rentabilidade obtida e a meta de rentabilidade estabelecida para o **Plano CODEPREV**, em termos nominais e reais:



### 5.3 Dívidas contratadas por patrocinador

Na data-base da avaliação atuarial, o plano de benefícios não apresenta registro de contratos de confissão de dívida firmado com patrocinador.

### 5.4 Títulos mantidos até o vencimento

A capacidade financeira do plano de benefícios em manter os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, é verificada anualmente pela EFPC pela elaboração de estudos de ALM (*Asset and Liability Management*) ou similares e, de forma complementar, quando da realização do estudo de convergência da taxa de juros real anual de que trata a Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

## 5.5 Ajuste de precificação

Considerando que o **Plano CODEPREV** é um plano de benefícios na modalidade de Contribuição Definida (CD), em que não há pagamento de benefícios programados com valor ou nível previamente estabelecidos, em conformidade com a Resolução Previc nº 23/2023, **não há apuração de ajuste de precificação para este plano.**

## 6 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Os itens a seguir apresentam os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2025, bem como comparativo com os resultados obtidos no encerramento do exercício de 2024, abrangendo a análise das provisões matemáticas e resultados do respectivo plano de benefícios.

### 6.1 Provisões matemáticas

#### 6.1.1 Passivo atuarial

O passivo atuarial do plano de benefícios, que compreende a PMBC (Provisão Matemática de Benefícios Concedidos) e a PMBaC (Provisão Matemática de Benefícios a Conceder), é apresentado na tabela que abaixo segue. Por se tratar de um plano de benefícios estabelecido na modalidade CD, tais provisões refletem os valores correspondentes dos saldos de contas relacionados aos participantes e assistidos.

(Valores em R\$)	2024	2025
<b>Provisão Matemática de Benefícios Concedidos</b>	<b>10.266.859,73</b>	<b>20.382.998,82</b>
Saldo de Conta dos Assistidos	10.266.859,73	20.382.998,82
<b>Provisão Matemática de Benefícios a Conceder</b>	<b>353.689.968,82</b>	<b>421.865.336,19</b>
Saldo de Conta - parcela Patrocinadores	148.236.070,92	180.627.202,39
Saldo de Conta - parcela Participantes	205.453.897,90	241.238.133,80
Saldo de Conta – parcela portada de EFPC	-	-
Saldo de Conta – parcela portada de EAPC	-	-
<b>(=) Passivo Atuarial</b>	<b>363.956.828,55</b>	<b>442.248.335,01</b>

#### 6.1.2 Variações no Passivo Atuarial

Por se tratar de um plano de benefícios estabelecido na modalidade de Contribuição Definida (CD), os movimentos observados nas provisões matemáticas ficam restritos aos efeitos decorrentes da variação das cotas do plano (rentabilidade), do ingresso de novos recursos (recebimento de contribuições ou de portabilidades), bem como da saída de recursos (pagamento de benefícios, portabilidades, taxa de carregamento etc.).

### 6.1.3 Duração do passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de eventuais contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos, calculada conforme fórmula apresentada no anexo da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

Por se tratar de plano de benefícios estabelecido na modalidade de Contribuição Definida (CD), a duração (*duration*) do passivo considerada é de **dez anos**, em conformidade com o estabelecido no art. 52º da Resolução Previc nº 23/2023.

## 6.2 Equilíbrio técnico e Equilíbrio técnico ajustado

Com base nas informações e resultados anteriormente apresentados, a tabela abaixo apresenta o resultado do plano de benefícios, compreendendo o equilíbrio técnico (resultado contábil) e o equilíbrio técnico ajustado (ETA).

Tendo em vista as suas características, pode-se verificar que o do **Plano CODEPREV** apresenta em 31/12/2025 um resultado nulo, seja para fins de equilíbrio técnico (resultado contábil), quanto para fins de equilíbrio técnico ajustado (ETA).

(Valores em R\$)	2024	2025
<b>Patrimônio de Cobertura</b>	363.956.828,55	442.248.335,01
<b>Provisões Matemáticas</b>	363.956.828,55	442.248.335,01
(+) Passivo Atuarial	363.956.828,55	442.248.335,01
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-
<b>(=) Superávit/(Déficit) Acumulado</b>	-	-
(+/-) Ajuste Precificação	-	-
<b>(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)</b>	-	-

## 6.3 Contabilização dos resultados

A tabela abaixo apresenta a recomendação de contabilização das contas relacionadas à avaliação atuarial do **Plano CODEPREV**, com base na Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021:

*(Valores em R\$)*

2.03.00.00.00.00.00	Patrimônio Social	469.463.442,01
2.03.01.00.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	442.248.335,01
2.03.01.01.00.00.00	Provisões Matemáticas	442.248.335,01
2.03.01.01.01.00.00	Benefício Concedidos	20.382.998,82
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	20.382.998,82
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de conta dos assistidos	20.382.998,82
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido	-
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	-
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	-
2.03.01.01.02.00.00	Benefícios a Conceder	421.865.336,19
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	421.865.336,19
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Conta - parcela Patrocinador ou Instituidor	180.627.202,39
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Conta - parcela Participantes	241.238.133,80
2.03.01.01.02.01.03	Saldo de Conta - parcela portada de EFPC	-
2.03.01.01.02.01.04	Saldo de Conta - parcela portada de EAPC	-
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Capitalização Programado	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Capitalização Não Programado	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas A Constituir	-
2.03.01.02.00.00.00	Equilíbrio Técnico	-
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.03.02.00.00.00.00	Fundos	27.215.107,00
2.03.02.01.00.00.00	Fundos Previdenciais	24.918.501,57
2.03.02.01.02.01.00	Fundo Reversão De Saldo Por Exigência Regulamentar	127.193,49
2.03.02.01.03.01.00	Fundo Coletivo de Benefício de Risco	24.791.308,08
2.03.02.02.00.00.00	Fundos Administrativos	2.296.605,43
2.03.02.03.00.00.00	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	-

## 6.4 Principais riscos atuariais

Dado que a modalidade do plano de benefícios é de Contribuição Definida (CD), o principal risco está relacionado ao não atingimento da meta de rentabilidade mínima na aplicação dos recursos garantidores do plano. Dessa forma, a rentabilidade obtida deve ser objeto de constante acompanhamento.

## 7 FUNDOS PREVIDENCIAIS

Nos itens abaixo são apresentadas as regras de constituição e reversão dos Fundos Previdenciais mantidos pelo plano de benefícios, bem como a descrição de sua finalidade.

### 7.1 Fundo Patronal Não Comprometido

#### **7.1.1 Finalidade do fundo**

Esse fundo guarda relação com a perda da condição de participante do **Plano CODEPREV**, deixando disponíveis recursos que não mais serão passíveis de alocação na provisão matemática programada de benefícios a conceder - subconta patrocinador.

#### **7.1.2 Regras de constituição / fontes de custeio**

- i. Saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da provisão coletiva de contribuição patronal a apropriar em razão de não mais serem alocáveis à provisão matemática programada de benefícios a conceder – subconta patrocinador; e
- ii. Outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, compatíveis com a natureza desse fundo e estabelecidos em nota técnica atuarial.

#### **7.1.3 Regras de reversão / utilização**

Se necessário, o plano de custeio destinará, parcial ou totalmente, o saldo existente no fundo patronal não comprometido para participar do custeio dos benefícios de risco do **Plano CODEPREV** ou do custeio das respectivas despesas administrativas, conforme definido no plano de custeio anual.

### 7.2 Fundo Coletivo de Benefício de Risco

#### **7.2.1 Finalidade do fundo**

Prover recursos para pagamento dos benefícios de risco (pecúlio por morte ou incapacidade de participante ativo), que excedam ao valor das contribuições destinadas ao custeio dos citados benefícios, recebidas, a cada mês, com base no plano de custeio vigente para dar cobertura a esses benefícios.

### **7.2.2 Regras de constituição / fontes de custeio**

- i. Saldo, devidamente atualizado, das contribuições realizadas pelo participante ativo e pelo patrocinador para financiamento dos benefícios de risco do **Plano CODEPREV**, incluindo as realizadas pelo participante enquanto optante pelo instituto do autopatrocínio para custeio desses benefícios; e
- ii. outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, previstos no plano de custeio, compatíveis com a natureza desse fundo e estabelecidos em nota técnica atuarial.

### **7.2.3 Regras de reversão / utilização**

O Fundo Coletivo de Benefício de Risco guarda relação com as oscilações nos níveis de sinistralidade dos benefícios de risco do **Plano CODEPREV**.

## 8 CUSTO E PLANO DE CUSTEIO

Os itens a seguir apresentam a análise do custo atuarial do plano de benefícios, conforme resultados apurados na presente avaliação atuarial, bem como a indicação do Plano de Custeio para o ano de 2026, com início de vigência em 01/04/2026.

### 8.1 Custos normais

#### 8.1.1 Benefícios programados

Por ser um plano de Contribuição Definida (CD), não há efeito de custos normais calculados atuarialmente na formação das provisões matemáticas.

#### 8.1.2 Benefícios de risco (não programados)

Os custos dos Benefícios de Risco foram reavaliados na data-base de 31/12/2025, considerando as novas premissas biométricas, econômicas e financeiras descritas no item 4 deste parecer atuarial.

A tabela abaixo apresenta o desdobramento do custo atuarial anual dos Benefícios de Risco em R\$, em % incidente sobre a folha de salários de contribuição e, também, em % incidente sobre as contribuições normais carregadas do **Plano CODEPREV**:

Benefício de Risco	Custo Anual em R\$	Custo % Folha de Salários de Contribuição	Custo % Folha Contribuições Normais	Custo Total Benef. Risco (em % Folha Contrib.)	Custo Total - Parcela Participante	Custo Total - Parcela Patrocinadora
Morte	360.922,56	0,15%	3,35%	5,40%	2,70%	2,70%
Invalidez	221.757,26	0,09%	2,06%			

## 8.2 Plano de custeio para 2026

### 8.2.1 *Custeio previdenciário*

- Contribuição Carregada (incluindo sobrecarga para o Custeio Administrativo) dos Participantes Ativos (Normal e Especial):
  - i. A% do Salário Real de Contribuição, sendo A% = 2% ou 3% ou 4% ou 5% ou 6% ou 7% ou 8% ou superior por escolha do Participante Ativo.
  - ii. 2,70% da Contribuição Carregada, para o custeio dos Benefícios de Risco dos Participantes Ativos Normais; e 0,00% da Contribuição Carregada se destina ao Custeio dos Benefícios de Risco dos Participantes Ativos Especiais (já que eles não fazem jus a tais Benefícios).
- Contribuições Normais dos Patrocinadores: paritária com a Contribuição Carregada do Participante Ativo Normal ou Especial, incluindo as respectivas parcelas de custeio dos Benefícios Programados e de Risco dos Participantes.

### 8.2.2 *Custeio administrativo*

- i. Participantes Ativos (Normal e Especial): taxa de carregamento de 3% da Contribuição Normal, tanto no caso de Participante Ativo Normal quanto Ativo Especial.
- ii. Assistidos (Aposentados e Pensionistas): taxa de carregamento de 1,5% do valor do benefício recebido do Plano.
- iii. Patrocinadoras: paritária com a taxa de carregamento do Participante Ativo Normal ou Especial.
- iv. Taxa de administração incidente sobre os recursos garantidores: 0,50% a.a.

## 9 FATOS RELEVANTES

### 9.1 Reversão do Fundo Coletivo de Benefícios de Risco

Em 2024, foi conduzido estudo técnico-atuarial com o objetivo de avaliar o nível de solvência do Fundo Coletivo de Benefícios de Risco do **Plano CODEPREV**, que considerou os riscos inerentes às coberturas individuais dos participantes ativos até o final de suas vigências. O estudo evidenciou que o Fundo possui capacidade financeira mais do que suficiente, uma vez que o montante constituído em 30/09/2024 (data de referência do estudo) supera o valor atual dos benefícios futuros de risco do plano. O excedente apurado pelo estudo em 30/09/2024 totaliza R\$ 2.223.417,15.

Diante desse resultado, a **FSFS** deliberou em 2025 (conforme Ata nº 54/2025) que promoverá, ao longo do exercício de 2026, a reversão do valor excedente. Serão beneficiários dessa reversão de valores os participantes e assistidos do **Plano CODEPREV** que contribuíram para a formação do Fundo Coletivo de Benefício de Risco, excetuando-se aqueles que eventualmente tenham usufruído de recursos do referido fundo.

## 10 CONCLUSÃO

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual do **Plano CODEPREV**, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o Plano apresenta, em 31/12/2025, situação de Equilíbrio Técnico nulo, em razão de sua natureza estruturada na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2026.

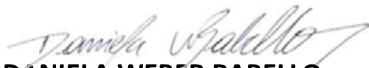
Mirador Assessoria Atuarial Ltda.



**SÉRGIO RANGEL GUIMARÃES**

Atuário MIBA 743

Responsável Técnico pelo Plano CODEPREV



**DANIELA WEBER RABELLO**

Atuária MIBA 1747

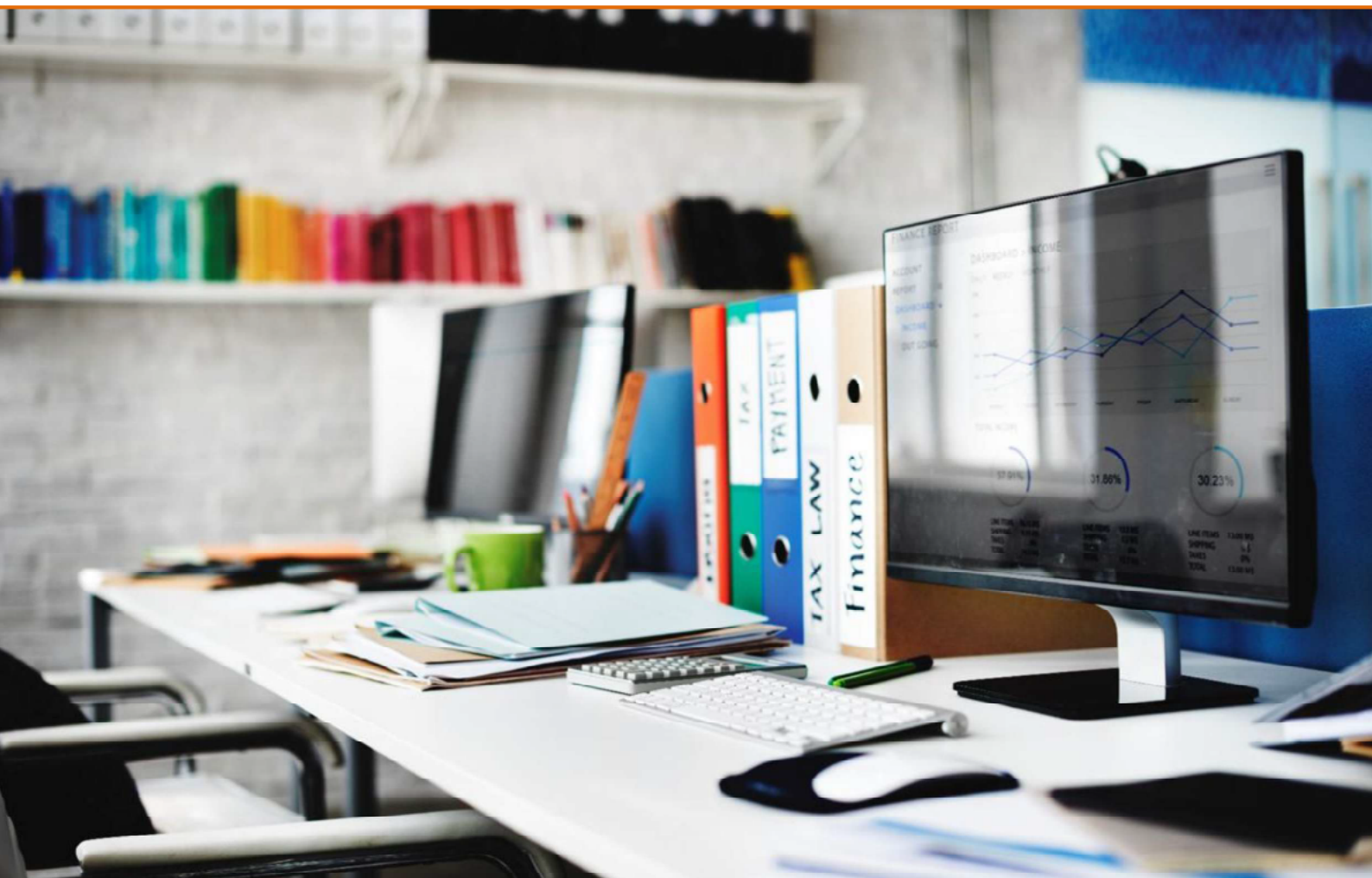
Consultoria Sênior



**BRUNA BERNARDES GOMES**

Atuária MIBA 2965

Consultora Sênior



# PARECER ATUARIAL DEZ/2025

Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2025

## **Plano de Benefícios III – Plano Saldado**

Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFS

CNPJ nº 48.307.652/0001-08

CNPB nº 2017.0013-92

MIRADOR 0313/2026

# ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	CONTEXTO NORMATIVO .....	5
3	BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO.....	6
4	PREMISSAS E MÉTODOS ATUARIAIS.....	8
5	PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE.....	10
6	RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL .....	13
7	SOLVÊNCIA.....	18
8	FUNDOS PREVIDENCIAIS.....	19
9	CUSTO E PLANO DE CUSTEIO.....	20
10	CONCLUSÃO.....	21

# 1 INTRODUÇÃO

Este parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2025 do **Plano de Benefícios III – Plano Saldado**, administrado pela **Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS** e patrocinado por:

- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, CNPJ nº 00.399.857/0001-26; e
- Fundação São Francisco de Seguridade Social, CNPJ nº 01.635.671/0001-91.

O **Plano Saldado** é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 2017.0013-92 e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 48.307.652/0001-08, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), conforme modalidades normatizadas pela Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021.

A avaliação atuarial, conforme disposto no inciso I do art. 2º da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário(a), registrado(a) no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e de estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a avaliação atuarial é realizada tendo por base o grupo de ativos, assistidos e beneficiários do plano previdenciário e considera, para tanto, as premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da **FSFSS** em Reunião Extraordinária, ocorrida em 28/10/2025 (Ata nº 54/2025). Importante ressaltar que as premissas atuariais utilizadas foram embasadas em “Estudos Técnicos de Adequação das Hipóteses Atuariais”, conforme previsto no capítulo III, seção VI da Resolução Previc nº 23/2023.

A referida avaliação atuarial está alinhada com o Regulamento do plano de benefícios (versão aprovada pela Portaria Previc nº 929, de 25/09/2017).

A **MIRADOR** realizou revisão das bases cadastrais disponibilizadas pela EFPC e, ao fim do processo, considerou a qualidade, completude e atualização das bases adequadas para fins de realização da Avaliação Atuarial. Porém, cabe destacar que a revisão é um processo que visa determinar se os dados aparentam ser razoáveis e consistentes para o objetivo do estudo, não se tratando de uma auditoria das bases cadastrais, sendo da EFPC a responsabilidade pela correção dos dados informados.

Não foram objeto de análise pela **MIRADOR** as informações relativas ao patrimônio dos planos, tais como critérios de contabilização e precificação dos ativos, bem como aos exigíveis operacionais e contingenciais e fundos.

A **MIRADOR** realizou a avaliação atuarial do plano considerando o disposto no seu respectivo Regulamento e Nota Técnica Atuarial, os princípios atuariais aceitos internacionalmente, os Pronunciamentos Atuariais publicados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA, dentre os quais destacam-se o CPA 001 – Princípios Atuariais e o CPA 003 – Classificação de Hipóteses Atuariais e a legislação vigente no encerramento do exercício de 2025.

Todos os resultados apresentados neste parecer atuarial estão posicionados em **31/12/2025** e consideram a base cadastral dos ativos, assistidos e beneficiários nesta mesma data.

## 2 CONTEXTO NORMATIVO

Para realização da presente avaliação atuarial considerou-se o contexto normativo aplicável ao contexto atuarial existente dentro do sistema de Previdência Complementar Fechada Brasileiro, em que se destacam:

### REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

#### Leis Complementares nº 108 e 109/2001

Estabelece os fundamentos do Regime de Previdência Complementar e dos planos de benefícios, bem como define as responsabilidades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

Trata da relação entre a União, os Estados e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

### ASPECTOS TÉCNICOS-ATUARIAIS, APURAÇÃO E TRATAMENTO DE RESULTADOS

#### Resolução CNPC nº 30/2018

Define os procedimentos a serem observados pelas EFPC na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios.

### PROCEDIMENTOS ATUARIAIS, CONTÁBEIS E ESTUDOS DE ADEQUAÇÃO

#### Resolução Previc nº 23/2023

Define os critérios técnico-atuariais para duração do passivo, taxa de juros parâmetro, ajuste de precificação, estudo de adequação das premissas, bem como os detalhamentos a serem adotados nas EFPC em caso de processo de superávit ou déficit.

### 3 BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO

A base cadastral é um dos principais insumos para a realização da avaliação atuarial, pois apresenta os dados cadastrais dos participantes, assistidos e beneficiários utilizados para realização dos cálculos atuariais. Para fins da presente avaliação atuarial, a Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC disponibilizou a base cadastral de **31/12/2025**.

Portanto, todas as bases cadastrais disponibilizadas pela EFPC e utilizadas na avaliação atuarial foram submetidas a processo de revisão, conduzido de acordo com o padrão ASOP nº 23 – *Data Quality*, em que a **MIRADOR** realiza diversos testes de consistência nas bases cadastrais e informações recebidas, reportando à EFPC quaisquer inconsistências identificadas e confirmando as estatísticas cadastrais, visando determinar a qualidade dos dados, a consistência desses para o propósito da avaliação atuarial e se esses são suficientemente completos para a realização dos estudos.

As principais características e estatísticas das bases cadastrais disponibilizadas, com as estatísticas de idade média, tempo médio de contribuição e de empresa posicionadas em 31/12/2025, são apresentadas nos quadros abaixo:

Ativos	
Ativo	166
<b>Frequência A CONCEDER</b>	<b>166</b>
Idade Média (em anos)	65
Tempo Médio de Contribuição (em meses)	400
Tempo Médio de Empresa (em meses)	457
Folha de Benefício Saldado (em R\$)	1.140.974,50
Benefício Saldado Médio Mensal (em R\$)	6.873,34
<b>Cancelado/Afastado</b>	<b>0</b>

Aposentados	
Aposentadoria Normal	131
Idade Média dos Assistidos (em anos)	70
Folha de benefícios mensal (em R\$)	1.165.514,45
Benefício médio mensal (em R\$)	8.897,06
Aposentadoria por Invalidez	1
Idade Média dos Assistidos (em anos)	66
Folha de benefícios mensal (em R\$)	6.271,34
Benefício médio mensal (em R\$)	6.271,34

<b>Frequência TOTAL DE APOSENTADOS</b>	<b>132</b>
Idade Média dos Assistidos (em anos)	70
Folha de benefícios mensal (em R\$)	1.171.785,79
Benefício médio mensal (em R\$)	8.877,17
<b>Pensionistas</b>	
Pensão por Morte de Ativo	2
Idade Média (em anos)	64
Folha de benefícios mensal (em R\$)	2.115,03
Benefício Médio Mensal por Pensionista (em R\$)	1.057,52
Pensão por Morte de Assistido	16
Idade Média (em anos)	63
Folha de benefícios mensal (em R\$)	50.460,08
Benefício Médio Mensal por Pensionista (em R\$)	3.153,76
<b>Frequência de GRUPOS DE PENSÕES</b>	<b>16</b>
<b>Frequência de PENSIONISTAS</b>	<b>18</b>
Idade Média (em anos)	63
Folha de benefícios mensal (em R\$)	52.575,11
Benefício Médio Mensal por Pensionista (em R\$)	2.920,84
<b>Aguardando Pensão</b>	<b>3</b>

## 4 PREMISSAS E MÉTODOS ATUARIAIS

### 4.1 Premissas atuariais

Conforme Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, a adequação das premissas a serem utilizadas na avaliação atuarial deve ser testada em estudo específico, considerando também as diretrizes estabelecidas na Portaria Previc nº 835, de 01/12/2020. Os estudos de adequação são segregados em estudos de convergência (para a premissa financeira de taxa de juros real anual) e de aderência (para as premissas biométricas, demográficas e econômicas).

Os estudos de aderência, elaborados no exercício de 2025 pela **MIRADOR**, com validade de 3 (três) anos, conforme inciso I do art. 79 da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, foram apresentados no Relatório MIRADOR 1130/2025 e aprovados pelo Conselho Deliberativo da **FSFSS** em Reunião Extraordinária, realizada em 28/10/2025.

Os estudos de convergência da taxa de juros real anual, elaborados no exercício de 2025 pela **MIRADOR**, foram apresentados no Relatório MIRADOR 1612/2025 e aprovados pelo Conselho Deliberativo da **FSFSS** na já citada Reunião Extraordinária.

Premissas	2024	2025
<b>Econômicas/Financeiras</b>		
Taxa Real de Juros Anual	4,50%	4,50%
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,50%	97,50%
Indexador do Plano	INPC - IBGE	INPC - IBGE
<b>Biométricas</b>		
Mortalidade Geral	BR EMSsb 2010 Ponderada <sup>1</sup> e agravada em 13%	<b>AT2000 Suavizada em 10% por sexo</b>
Mortalidade de Inválidos	AT-2000 MALE	AT-2000 MALE
Entrada em Invalidez	Light Fraca desagravada em 70%	<b>Americana</b>
<b>Demográficas</b>		
Composição Familiar		
Benefícios a Conceder	Família Média	Família Média
<i>Percentual de Casados</i>	<i>Sem informação</i>	<i>70,00%</i>
<i>Diferença de idade entre titular e cônjuge</i>	<i>Sem informação</i>	<i>5 anos</i>
<i>Idade média dependente temporário</i>	<i>Sem informação</i>	<i>14 anos</i>
Benefícios Concedidos	Família Real	Família Real

<sup>1</sup> Ponderação conforme cadastro da avaliação atuarial de dezembro de 2023, sendo 52% do sexo masculino e 48% do sexo feminino.

## 4.2 Regimes financeiros e métodos de financiamento

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento (também conhecidos como métodos atuariais) foram mantidos os mesmos da avaliação atuarial do encerramento do exercício anterior e estão adequados às características do plano de benefícios, bem como atendem às exigências previstas na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, conforme apresentados na tabela abaixo, por benefício.

Benefício	Regime financeiro	Método de financiamento
Benefício Saldado de Aposentadoria Normal	Capitalização	Agregado
Benefício Saldado de Aposentadoria Tempo de Contribuição	Capitalização	Agregado
Benefício Saldado de Aposentadoria por Idade	Capitalização	Agregado
Benefício Saldado de Aposentadoria Especial	Capitalização	Agregado
Benefício Saldado de Benefício Proporcional Diferido	Capitalização	Agregado
Benefício Saldado de Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Agregado
Benefício Saldado de Pensão por Morte	Capitalização	Agregado

## 5 PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE

### 5.1 Ativo total, patrimônio social e patrimônio de cobertura

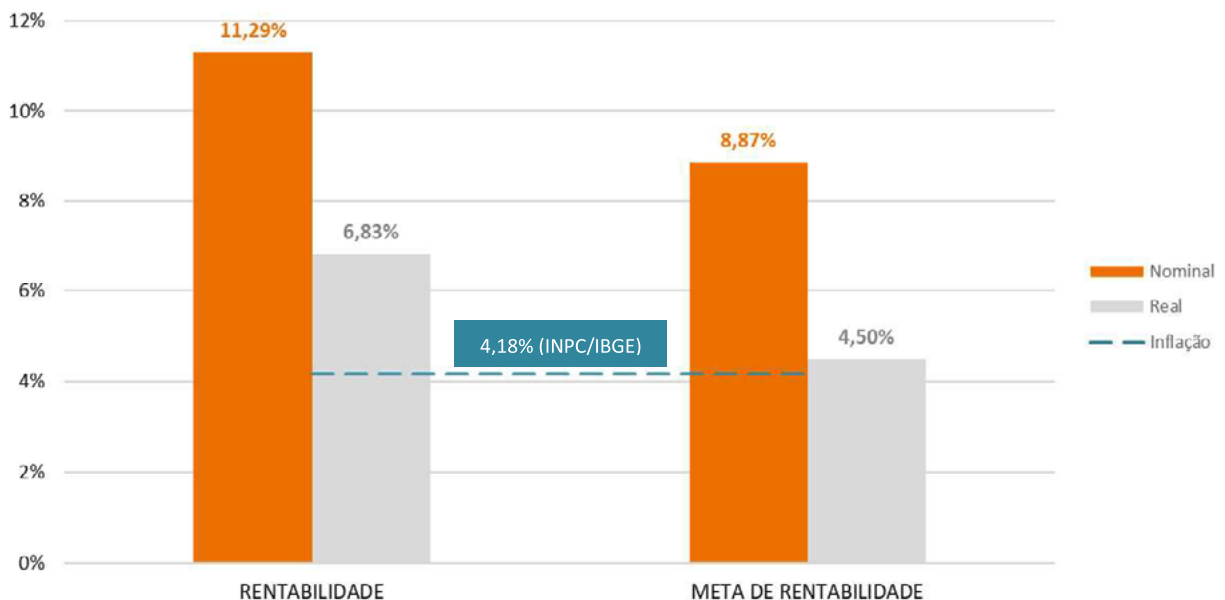
Conforme valores constantes no balancete contábil do plano de benefícios em 31/12/2025, a tabela abaixo apresenta a situação patrimonial do **Plano Saldado**, em que se destaca o Patrimônio de Cobertura, que representa a parcela do ativo do plano de benefícios que efetivamente está disponível para cobertura das provisões matemáticas.

(Valores em R\$)	2024	2025
<b>Ativo Total</b>	<b>443.493.186,21</b>	<b>475.964.144,65</b>
(-) Exigível Operacional	478.004,93	252.818,15
Gestão Previdencial	198.160,59	236.508,73
Gestão Administrativa	-	-
Investimentos	279.844,34	16.309,42
(-) Exigível Contingencial	200.527,72	338.720,56
Gestão Previdencial	-	-
Gestão Administrativa	-	-
Investimentos	200.527,72	338.720,56
<b>(=) Patrimônio Social</b>	<b>442.814.653,56</b>	<b>475.372.605,94</b>
(-) Fundos	4.681.667,50	5.001.971,75
Previdenciais	-	-
Administrativos	3.684.896,94	3.876.515,30
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	996.770,56	1.125.456,45
<b>(=) Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>438.132.986,06</b>	<b>470.370.634,19</b>

### 5.2 Meta atuarial e rentabilidade obtida em 2025

A rentabilidade nominal líquida obtida pela **FSFSS** na aplicação dos recursos garantidores do plano de benefícios ao longo de 2025 foi de 11,29%, contra uma expectativa de rentabilidade nominal líquida (meta atuarial) de 8,87%. Assim pode-se constatar que a rentabilidade obtida pelos recursos garantidores se situou 2,42 pontos percentuais acima da meta atuarial prevista para o ano em análise. Desta forma, em termos reais, é possível constatar a obtenção de uma rentabilidade de 6,83% contra uma meta atuarial real de 4,50% ao ano estabelecida para 2025, tomando como base, com um mês de defasagem, o indexador do plano (INPC/IBGE).

O gráfico que segue abaixo apresenta para o exercício de 2025 a comparação entre a rentabilidade obtida e a meta atuarial de rentabilidade fixada para o **Plano Saldado**, em termos nominais e reais:



### 5.3 Dívidas contratadas por patrocinador

Na data-base da avaliação atuarial, o plano de benefícios apresenta o seguinte registro de contratos de confissão de dívida firmado com a patrocinadora:

- Contrato de dívida da patrocinadora **CODEVASF**, em razão do saldamento dos benefícios do Plano de Benefícios I, com a transferência de participantes e assistidos do Plano de Benefícios I (Plano BD) para o Plano de Benefícios III (Plano Saldado). A dívida foi estabelecida em 108 parcelas mensais, restando, em 31/12/2025, um total de 15 parcelas para sua quitação. O valor da dívida em 31/12/2025 é de R\$ 11.412.157,21.

### 5.4 Títulos mantidos até o vencimento

A capacidade financeira do plano de benefícios em manter os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, em conformidade com a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, é verificada anualmente pela EFPC pela elaboração de estudos de ALM (*Asset and Liability Management*)

ou similares e, de forma complementar, quando da realização do estudo de convergência da taxa de juros real anual de que trata a Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

Adicionalmente, os títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” e utilizados na apuração do Ajuste de Precificação atendem aos requisitos listados no art. 54 da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, conforme atestado pelo Sistema Venturo disponibilizado pela Previc e referenciado na Portaria Previc nº 835, 01/12/2020.

## 5.5 Ajuste de precificação

Conforme Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (4,50%), e o valor contábil desses títulos.

Conforme normativas vigentes, o ajuste de precificação deve ser considerado nas situações abaixo especificadas.

- Para fins de equacionamento de déficit: caso o ajuste seja positivo, deve ser deduzido do resultado deficitário acumulado e, caso negativo, deve ser acrescido a esse mesmo resultado.
- Para fins de destinação de superávit alocado em Reserva Especial: caso o ajuste seja negativo, deve ser deduzido da Reserva Especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

O ajuste de precificação do **Plano Saldado** foi apurado pela **FSFS** por meio do Sistema Venturo, da Previc, em R\$ 27.874.560,00 (valor posicionado em 31/12/2025).

## 6 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Os itens a seguir apresentam os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2025, bem como o comparativo com os resultados obtidos no encerramento do exercício de 2024, abrangendo a análise das provisões matemáticas do plano e apuração do resultado, deficitário ou superavitário, do plano de benefícios.

### 6.1 Provisões matemáticas

#### 6.1.1 Passivo atuarial

O passivo atuarial do plano de benefícios, que compreende a PMBC (Provisão Matemática de Benefícios Concedidos) e a PMBaC (Provisão Matemática de Benefícios a Conceder), é apresentado na tabela a seguir:

(Valores em R\$)	2024	2025
<b>Provisão Matemática de Benefícios Concedidos</b>	<b>154.381.043,87</b>	<b>208.637.660,87</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Programados	149.698.394,67	206.110.295,69
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Não-Programados	4.682.649,20	2.527.365,18
Valor Atual das Contribuições Futuras – Patrocinadores	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras – Participantes	-	-
<b>Provisão Matemática de Benefícios a Conceder</b>	<b>247.297.074,71</b>	<b>195.610.439,21</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Programados	246.218.848,06	194.619.095,08
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Não-Programados	1.078.226,65	991.344,13
Valor Atual das Contribuições Futuras – Patrocinadores	-	-
Valor Atual das Contribuições Futuras – Participantes	-	-
<b>(=) Passivo Atuarial</b>	<b>401.678.118,58</b>	<b>404.248.100,08</b>

#### 6.1.2 Variações no Passivo Atuarial

Comparativamente ao encerramento do exercício de 2024, houve um aumento de 0,64% no montante de provisões matemáticas do plano, sendo -1,16% referente a variações não esperadas em relação à Avaliação Atuarial anterior.

(Valores em R\$)

		% Passivo Atuarial em 31/12/2025
<b>(a) Passivo Atuarial em 31.12.2024</b>	<b>401.678.118,58</b>	
(+/-) Variação nominal esperada do Passivo Atuarial	(9.132.802,19)	-2,26%
(+/-) Inflação do período	16.408.394,22	4,06%
<b>(b) Passivo Atuarial Esperado em 31.12.2025</b>	<b>408.953.710,61</b>	<b>101,16%</b>
Alteração de premissa Tábua de Entrada em Invalidez	18.209,56	0,00%
Alteração de premissa Tábua de Mortalidade Geral	(3.157.824,55)	-0,78%
(+/-) Experiência da população	(1.565.995,54)	-0,39%
<b>(c) Passivo Atuarial em 31.12.2025</b>	<b>404.248.100,08</b>	<b>100,00%</b>
<i>Variações não esperadas = (c) - (b)</i>	<i>(4.705.610,53)</i>	<i>-1,16%</i>

O movimento de perdas e ganhos relacionado ao Passivo Atuarial não apresentou variação significativa, mantendo-se, portanto, dentro das expectativas da avaliação atuarial. Esse resultado reflete a inflação observada no período, além de efeito do ganho decorrente da alteração da premissa Tábua de Mortalidade Geral e de Entrada em Invalidez.

### 6.1.3 Duração do passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de eventuais contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos, calculada conforme fórmula apresentada no anexo da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

A duração do passivo do plano de benefícios foi apurada em **10,7053** anos, considerando os resultados da avaliação atuarial e a aplicação da fórmula supracitada.

## 6.2 Equilíbrio técnico e Equilíbrio técnico ajustado

Com base nas informações e resultados anteriormente apresentados, a tabela abaixo consolida o resultado do plano de benefícios, compreendendo o equilíbrio técnico (resultado contábil) e o equilíbrio técnico ajustado (ETA).

(Valores em R\$)

	2024	2025
Patrimônio de Cobertura	438.132.986,06	470.370.634,19
Provisões Matemáticas	401.678.118,58	404.248.100,08
(+) Passivo Atuarial	401.678.118,58	404.248.100,08

(Valores em R\$)	2024	2025
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-
<b>(=) Superávit Acumulado</b>	<b>36.454.867,48</b>	<b>66.122.534,11</b>
(+/-) Ajuste Precificação	28.117.056,00	27.874.560,00
<b>(=) Superávit Acumulado Ajustado (ETA)</b>	<b>64.571.923,48</b>	<b>93.997.094,11</b>

### 6.2.1 Variações do Equilíbrio Técnico (Resultado Contábil)

Comparativamente ao encerramento do exercício de 2024, o plano apresentou uma variação positiva de R\$ 29.667.666,63 em seu resultado técnico acumulado (resultado contábil), passando de uma situação de superávit técnico de R\$ 36.454.867,48 em 31/12/2024 para uma situação de superávit técnico de R\$ 66.122.534,11 em 31/12/2025, equivalente a 16,36% do valor de suas provisões matemáticas.

O Plano Saldado apresentou um ganho em 2025 referente ao atingimento da meta atuarial (rentabilidade acima do projetado), e um ganho significativo em função da situação que envolve os participantes ativos classificados como “riscos iminentes”. Na data da avaliação atuarial, tais participantes se encontravam em situação de “espera” para fins de elegibilidade ao Benefício Saldado de Aposentadoria, faltando, para tanto, a perda de vínculo com a correspondente patrocinadora.

O quadro abaixo apresenta as variações observadas e os principais fatores dimensionáveis que impactaram na apuração do Equilíbrio Técnico (resultado contábil) superavitário em 31/12/2025:

(Valores em R\$)		% Passivo Atuarial em 31/12/2025
<b>Equilíbrio Técnico em 31.12.2024</b>	<b>36.454.867,48</b>	
Meta atuarial do resultado contábil	3.232.854,10	0,80%
Rentabilidade acima do projetado	9.534.677,68	2,36%
Variações não esperadas das Provisões Matemáticas	4.696.985,76	1,16%
Ganho ref. participantes ativos (riscos iminentes <sup>2</sup> )	11.700.304,59	2,89%
Variações patrimoniais diversas	502.844,50	0,12%
<b>Equilíbrio Técnico em 31.12.2025</b>	<b>66.122.534,11</b>	<b>16,36%</b>

<sup>2</sup> Risco Iminente corresponde aos participantes ativos que já completaram, ao final de 2024, todos os requisitos para a concessão do Benefício Saldado de Aposentadoria, mas que ao longo de 2025 não requereram a entrada em gozo do correspondente benefício, gerando um ganho para o plano equivalente aos dispêndios que o mesmo teria no ano de 2025 com o pagamento de benefícios.

### 6.2.2 Variações do Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA)

No tocante ao Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA), que representa o resultado do plano para fins de aferição do seu nível de solvência, a situação comparativa com a apresentada no encerramento do exercício de 2024 é a seguinte:

- Em 31/12/2024, ETA positivo de R\$ 64.571.923,48; e
- Em 31/12/2025, ETA positivo de R\$ 93.997.094,11.

Verifica-se, portanto, um incremento de R\$ 29.425.170,63 no valor do ETA, comparando os resultados registrados em 2024 e 2025. O valor de ETA apresentado no exercício de 2025 está diretamente relacionado com o Equilíbrio Técnico (resultado contábil) superavitário registrado pelo plano, em função das razões já citadas ao longo do presente parecer e, também, em função do Ajuste de Precificação positivo reavaliado, que considera os títulos públicos federais classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” e o fluxo de compromissos do passivo do plano em 31/12/2025.

### 6.3 Contabilização dos resultados

A tabela abaixo apresenta a recomendação de contabilização das contas relacionadas à avaliação atuarial do plano de benefícios, com base na Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021:

(Valores em R\$)

2.03.00.00.00.00.00	Patrimônio Social	475.372.605,94
2.03.01.00.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	470.370.634,19
2.03.01.01.00.00.00	Provisões Matemáticas	404.248.100,08
2.03.01.01.01.00.00	Benefício Concedidos	208.637.660,87
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido	208.637.660,87
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	206.110.295,69
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	2.527.365,18
2.03.01.01.02.00.00	Benefícios a Conceder	195.610.439,21
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Capitalização Programado	194.619.095,08
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	194.619.095,08
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Capitalização Não Programado	991.344,13

2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	991.344,13
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	-
<b>2.03.01.01.03.00.00</b>	<b>(-) Provisões Matemáticas A Constituir</b>	<b>-</b>
<b>2.03.01.02.00.00.00</b>	<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>66.122.534,11</b>
2.03.01.02.01.00.00	Resultados Realizados	66.122.534,11
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	66.122.534,11
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	66.122.534,11
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial para Revisão De Plano	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.02.00.00	Resultados A Realizar	-
<b>2.03.02.00.00.00.00</b>	<b>Fundos</b>	<b>5.001.971,75</b>
2.03.02.01.00.00.00	Fundos Previdenciais	-
2.03.02.02.00.00.00	Fundos Administrativos	3.876.515,30
2.03.02.03.00.00.00	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.125.456,45

## 7 SOLVÊNCIA

### 7.1 Situação de solvência do plano de benefícios

A situação de solvência do plano de benefícios em 31/12/2025 é analisada abaixo, com a apresentação dos resultados e limites de déficit ou superávit, a depender da situação de solvência do plano de benefícios, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e com a Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023.

Análise de Solvência	
Patrimônio de cobertura, em R\$	470.370.634,19
Provisões matemáticas, em R\$	404.248.100,08
Equilíbrio técnico (resultado contábil), em R\$	66.122.534,11
Equilíbrio técnico (resultado contábil), em %	27.874.560,00
Ajuste de precificação, em R\$	93.997.094,11
Equilíbrio técnico ajustado (ETA), em R\$	470.370.634,19
<b>Situação de solvência do plano</b>	<b>Superavitária</b>
Tratamento de superávit	
Duração do passivo, em anos	10,7053
Limite Reserva de Contingência, em %	20,7053%
Limite Reserva de Contingência, em R\$	83.700.781,87
Superávit em Reserva de Contingência, em R\$	66.122.534,11
Superávit em Reserva Especial (RE), em R\$	-
Exercício original de constituição da RE	-
<b>Obrigatoriedade de revisão do plano de benefícios</b>	<b>Não</b>

O resultado da avaliação atuarial demonstra que o **Plano Saldado** apresenta, em 31/12/2025, um superávit técnico (resultado contábil) acumulado de R\$ 66.122.534,11, equivalente a 16,36% das suas provisões matemáticas. Considerando o ajuste de precificação apurado pela FSFSS, de R\$ 27.874.560,00, o plano de benefícios apresenta o Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) superavitário em R\$ 93.997.094,11, que equivale à 23,25% do valor das provisões matemáticas.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o superávit técnico (resultado contábil) acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência até o limite de 20,7053% das provisões matemáticas do plano e, o montante que ultrapassar este valor, alocado em Reserva Especial.

Assim, por não extrapolar o referido limite, o valor do superávit técnico acumulado de R\$ 83.700.781,87 deve ser integralmente contabilizado para formação de **Reserva de Contingência**.

Portanto, em conformidade com as normativas vigentes, o **Plano Saldado** encontra-se com situação de solvência dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pela legislação aplicável.

## 7.2 Principais riscos atuariais

Os riscos atuariais do plano estão relacionados, principalmente, às premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na avaliação atuarial, que são periodicamente acompanhadas através de estudos técnicos de adequação, em conformidade com a legislação vigente.

Dentre os riscos atuariais, destaca-se o risco de longevidade, relativo ao risco de elevação da expectativa de sobrevida dos participantes e assistidos, e o risco financeiro, pelo grau de incerteza quanto a taxa de juros de longo prazo, que devem ser monitorados permanentemente e, quando necessário, implementadas as medidas necessárias para mitigação dos riscos.

# 8 FUNDOS PREVIDENCIAIS

O plano de benefícios não apresenta Fundos Previdenciais.

## 9 CUSTO E PLANO DE CUSTEIO

Trata-se de um Plano de Benefícios fechado para o ingresso de novos participantes. Considerando também o fato de que os benefícios do plano foram saldados, não há, portanto, a cobrança de contribuições normais de participantes em atividade nem de patrocinadoras que visem a formação de provisão matemática ou o financiamento de benefícios.

Portanto, no **Plano Saldado** não há registro de quaisquer custos ou custeio, não existindo, portanto, a incidência de taxa de carregamento para fins de custeio administrativo. Para fins de fonte de custeio do Plano de Gestão Administrativa será utilizada no exercício de 2026 a taxa de administração de 0,77%, incidente sobre os recursos garantidores do plano.

## 10 CONCLUSÃO

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual do **Plano Saldado**, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta, em 31/12/2025, uma situação **superavitária**, dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes, conforme legislação aplicável, sendo o resultado superavitário integralmente alocado em **Reserva de Contingência**.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2025.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.



**SÉRGIO RANGEL GUIMARÃES**

Atuário MIBA 743

Responsável Técnico pelo Plano Saldado



**DANIELA WEBER RABELLO**

Atuária MIBA 1747

Consultoria Sênior



**BRUNA BERNARDES GOMES**

Atuária MIBA 2965

Consultora Sênior



Nosso Escritório

Endereço: SBN Quadra 2 Bloco H, Edifício Central Brasília,  
8º Andar.

Brasília-DF CEP: 70040-904

Central: 0800-722-5253

Atendimento: WhatsApp

E-mail Geral: [saofrancisco@franweb.com.br](mailto:saofrancisco@franweb.com.br)

Ouvidoria: [ouvidoria@franweb.com.br](mailto:ouvidoria@franweb.com.br)

Data Protection Officer - DPO: [dpo@franweb.com.br](mailto:dpo@franweb.com.br)

Site: [www.franweb.com.br](http://www.franweb.com.br)